



CONSORTIUM DOCTRINAE

Introdução à Gramática

Segundo os Princípios do Trivium

“Initium sapientiae timor Domini”

NICOLAS

Outubro, 2024

Maringá — Brasil

Introdução à Gramática

Nicolas

Outubro, 2024

Sumário

1	Parte I: A Linguagem: Instrumento do Pensamento	5
1.1	Capítulo 1: A Natureza da Linguagem	5
1.1.1	A Linguagem como Dom Divino e Instrumento da Razão	5
1.1.2	O Ser Humano como <i>Animal Loquens</i> : A Linguagem como Diferencial Específico	5
1.1.3	Linguagem, Pensamento e Realidade: A Palavra como Ponte entre o Interior e o Exterior	6
1.1.4	A Linguagem como Arte: A Busca pela Precisão e pela Beleza na Expressão	7
1.1.5	Linguagem e Cultura: A Palavra como Elo entre as Gerações e os Povos	8
1.2	Capítulo 2: Os Sons da Fala	8
1.2.1	Fonética: A Ciência dos Sons da Fala	8
1.2.2	O Aparelho Fonador e a Produção dos Sons	9
1.2.3	Classificação dos Fonemas: Vogais, Consoantes e Semivogais	10
1.2.4	A Sílabas: Unidade Sonora da Palavra	11
1.2.5	Encontros Vocálicos e Consonantais	12
1.3	Capítulo 3: As Letras	13
1.3.1	Escrita: A Arte de Representar a Fala	13
1.3.2	A História do Alfabeto: Da Fenícia ao Ocidente	14
1.3.3	Ortografia: A Convenção que Ordena a Escrita	15
1.3.4	Os Dígrafos: Duas Letras para um Só Som	15
1.3.5	A Acentuação Gráfica: Um Guia para a Pronúncia Correta	16
1.3.6	Os Sinais de Pontuação	18
2	Parte II: A Gramática: A Arte da Escrita	20
2.1	Capítulo 4: Morfologia: Anatomia da Palavra	20
2.1.1	O Que é Morfologia?	20
2.1.2	As Dez Classes Gramaticais	21
2.1.3	A Estrutura da Palavra: Do Radical aos Sufixos	21
2.1.4	Flexão: A Dança das Palavras	23
2.1.5	Processos de Formação de Palavras: Composição e Derivação	23

2.2	Capítulo 5: O Substantivo: O Nome das Coisas	24
2.2.1	O Substantivo como Pilar da Oração	24
2.2.2	Classificação dos Substantivos	25
2.2.3	Flexão de Gênero	27
2.2.4	Flexão de Número	31
2.2.5	Flexão de Grau	34
2.3	Capítulo 6: O Adjetivo	36
2.3.1	O Adjetivo como Qualificador e Determinador	39
2.3.2	Classificação dos Adjetivos	41
2.3.3	Locuções Adjetivas	43
2.3.4	Flexão de Gênero	44
2.3.5	Flexão de Número	46
2.3.6	Flexão de Grau	48
2.4	Capítulo 7: O Artigo	50
2.5	Capítulo 8: O Pronome	54
2.5.1	O Pronome como Representante do Nome	54
2.5.2	Classificação dos Pronomes	55
2.5.3	Pronomes Pessoais	55
2.5.4	Pronomes Demonstrativos	57
2.5.5	Pronomes Possessivos	60
2.5.6	Pronomes Indefinidos	61
2.5.7	Pronomes Relativos	63
2.5.8	Pronomes Interrogativos	66
2.6	Capítulo 9: O Numeral	68
2.6.1	Classificação dos Numerais	68
2.6.2	Cardinais, Ordinais, Multiplicativos e Fracionários	70
2.6.3	Numerais Coletivos	71
2.7	Capítulo 10: O Verbo	73
2.7.1	Verbos Regulares e Irregulares	74
2.7.2	Flexão Verbal	76
2.7.3	Flexão de Modo	77
2.7.4	Flexão de Tempo: O Verbo no Tempo	79
2.7.5	Flexão de Número: Singular e Plural	80
2.7.6	Flexão de Pessoa	82
2.8	Capítulo 11: O Advérbio	83
2.8.1	Classificação dos Advérbios	84
2.8.2	Locuções Adverbiais	86
2.8.3	Advérbios Interrogativos	87
2.9	Capítulo 12: A Preposição	89
2.9.1	A Preposição como Elo Sintático	89
2.9.2	Preposições Essenciais e Acidentais	90
2.9.3	Locuções Prepositivas	92
2.10	Capítulo 13: A Conjunção	94
2.10.1	A Conjunção como Elo Subordinante e Coordenativo	94
2.10.2	Conjunções Coordenativas	95
2.10.3	Conjunções Subordinativas	97

2.10.4	Locuções Conjuntivas	98
3	Parte III: A Sintaxe: A Arquitetura do Discurso	99
3.1	Capítulo 14: A Estrutura da Oração	99
3.1.1	Frase, Oração e Período	100
3.1.2	Sujeito e Predicado: Os Pilares da Oração	101
3.1.3	Termos Integrantes e Acessórios	102
3.2	Capítulo 15: A Regência Verbal	104
3.2.1	Regência Verbal	104
3.2.2	Verbos Transitivos Diretos, Indiretos e Bitransitivos	106
3.2.3	Regência Nominal	108
3.3	Capítulo 16: A Crase: Um Toque de Elegância na Escrita	110
3.3.1	Crase: A Fusão da Preposição <i>a</i> com o Artigo Definido <i>a(s)</i>	110
3.3.2	Regras para o Uso da Crase	112
3.4	Capítulo 17: A Concordância	115
3.4.1	Concordância Verbal	116
3.4.2	Concordância Nominal	119
3.5	Capítulo 18: A Colocação Pronominal: A Arte da Posição	122
3.5.1	Próclise, Ênclise e Mesóclise	122
3.5.2	Regras para a Colocação Pronominal: Um Guia para a Escrita Elegante	125
4	Parte IV: Conclusão	128
4.1	Capítulo 19: A Gramática em Ação: Do Estudo à Prática	128
4.1.1	A Importância do Estudo da Gramática: Despertando a Consciência Linguística	128
4.1.2	A Gramática como Ferramenta: Aprimorando a Escrita e a Fala	129
4.1.3	A Gramática e a Arte da Leitura: Desvendando os Segredos da Linguagem	131
4.1.4	A Gramática e a Arte da Escrita: Construindo Textos com Precisão e Beleza	132

Prefácio

Ad perpetuam rei memoriam. Com o coração transbordante de júbilo e a alma elevada em preces à Trindade Santíssima, após considerável demora, que a Divina Providência em seus insondáveis desígnios permitiu, apraz-nos sobremaneira apresentar este humilde opúsculo àqueles que anseiam por desvendar os mistérios e a beleza da Gramática da Língua Portuguesa. Nasceu esta obra da ardente caridade e do desejo de mútua edificação que anima o *Consortium Doctrinae*, sob o celeste patrocínio da Bem-Aventurada Virgem Maria, *Sedes Sapientiae*, e de Santo Alberto Magno, *Doctor Universalis*.

É nosso intento, ao oferecermos este singelo labor, propiciar a todos os estudiosos um conhecimento suficientemente bom e claro dos fundamentos de nosso idioma pátrio. Almejamos que, por meio destas páginas, dissipem-se as névoas da dúvida que amiúde obscurecem os temas mais áridos da ciência gramatical, e que, com o espírito assim fortalecido, possam os discípulos da Verdade abeberar-se com maior proveito nas fontes mais profundas.

Reconhecemos, com efeito, a aridez que por vezes acompanha o estudo metódico da gramática, especialmente quando se enfrenta a vastidão e a complexidade de obras de referência, como as de um Napoleão Mendes de Almeida para a língua latina, ou as de tantos outros mestres que nos legaram tesouros de sabedoria linguística. Longe de pretendermos substituí-los – o que seria presunção vã e descabida –, buscamos, isto sim, preparar o terreno, nivelar o caminho, para que o estudante, munido de uma compreensão clara dos princípios basilares, possa trilhar com segurança o método natural de aprendizado. Queremos que, ao invés de se perder no labirinto das regras e exceções, possa o leitor encontrar aqui um fio condutor que o guie à essência da língua, à sua lógica interna, à beleza de sua estrutura.

Pois "a fé e a razão (*Fides et Ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade".¹ E a linguagem, instrumento da razão, quando bem compreendida e utilizada, torna-se escada (*scala*) que nos aproxima da própria Verdade. Que este opúsculo, portanto, sirva de modesto degrau nesta nobre ascensão, e que o estudo diligente da gramática, longe de ser um fim em si mesmo, seja sempre ordenado à maior glória de Deus (*Ad Majorem Dei Gloriam*) e à salvação das almas (*Salus animarum, suprema lex esto*).

¹S. João Paulo II, *Fides et Ratio*, Proêmio.

Um Guia Completo de Gramática

1 Parte I: A Linguagem: Instrumento do Pensamento

1.1 Capítulo 1: A Natureza da Linguagem

1.1.1 A Linguagem como Dom Divino e Instrumento da Razão

A linguagem, caro membro de nosso grupo, é um dom. Um dom que nos distingue dos animais, que nos eleva acima da mera natureza, que nos torna, enfim, imagem e semelhança do Criador. Pois, foi pela palavra — *fiat lux* — que Deus, no princípio, deu forma ao caos informe e fez surgir o universo. E, foi pela palavra, também — *faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram* — que nos dotou da capacidade de pensar, de criar, de amar, de comungar com Ele e com os nossos semelhantes.

Assim, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, uma mera ferramenta para a troca de informações. Ela é, antes de tudo, o próprio tecido da realidade, o fio que conecta o mundo interior com o exterior, a ponte que nos permite transitar entre o reino das ideias e o das coisas.

A razão humana, sem a linguagem, seria como uma semente que jamais germina, como um pássaro que jamais alça voo. Ela ficaria aprisionada em si mesma, incapaz de expressar-se, de comunicar-se, de participar da sinfonia da criação.

É pela linguagem que nomeamos as coisas, que as ordenamos em conceitos, que as tecemos em juízos e as concatenamos em raciocínios. É pela linguagem que construímos o edifício da ciência, que esculpimos as estátuas da arte, que tecemos as melodias da música.

Sem a linguagem, a ciência seria muda, a arte seria cega, a música seria surda. A própria razão, sem a palavra, ficaria como que adormecida, incapaz de despertar para a plenitude de suas potencialidades.

Pensem, por um instante, na criança que ainda não aprendeu a falar. Ela sente, ela percebe, ela deseja, mas não consegue expressar-se. Está como que aprisionada em um mundo de sensações e emoções que não consegue traduzir em palavras.

É quando a criança começa a falar, a balbuciar seus primeiros sons, a nomear as coisas, que a sua razão desperta para o mundo. Ela começa a compreender a relação entre as palavras e as coisas, entre os nomes e os conceitos, entre a linguagem e a realidade.

E, à medida que a criança domina a linguagem, a sua razão se expande. Ela aprende a articular seus pensamentos, a construir seus raciocínios, a participar do diálogo com os outros e com a tradição.

1.1.2 O Ser Humano como *Animal Loquens*: A Linguagem como Diferencial Específico

O homem é *animal loquens*, animal falante. Essa é a sua marca, o seu diferencial, o que o distingue de todos os outros seres, por mais inteligentes que estes te pareçam. Pois, o leão ruge, o pássaro canta, o cão ladra, mas só o homem fala. E falo aqui, naturalmente, de fala que se ordena a um fim, de fala que não se limita à mera expressão de sensações e emoções, mas que visa à comunicação, à partilha de ideias, à construção, enfim, do mundo humano.

Observa, com efeito, a criança que ainda balbucia suas primeiras palavras. Ela aponta para um objeto e diz "mamã", "papá", "au-au". Ainda não domina a complexidade da gramática, nem a riqueza do vocabulário, mas já está a usar a linguagem para se conectar com o mundo, para dar nomes às coisas, para se fazer entender.

E, à medida que a criança cresce e amadurece, a sua linguagem também se desenvolve. Aprende a conjugar verbos, a declinar nomes, a construir frases, a articular seus pensamentos em parágrafos e estes em discursos. Em suma, vai-se apoderando, pouco a pouco, do instrumento que lhe permite participar da sinfonia da criação.

Pois bem, os animais, por mais que te encham os olhos com suas habilidades, jamais alcançarão tal proeza. O chimpanzé, por exemplo, pode até aprender a comunicar-se por meio de símbolos, mas jamais construirá uma frase, jamais escreverá um poema, jamais participará de um debate filosófico.

A linguagem humana, portanto, não é apenas uma forma mais complexa de comunicação animal. Ela é algo novo, algo que transcende a mera natureza, algo que nos coloca em contato com o reino do espírito, com o mundo das ideias, com o próprio Deus.

E é por isso que, ao estudarmos a gramática, não estamos apenas a aprender regras para bem falar e escrever. Estamos, antes de tudo, a desvendar os mistérios da alma humana, a explorar as potencialidades da razão, a trilhar, enfim, o caminho que nos conduz à Sabedoria.

Lembre-se, pois, disto: a linguagem é um dom. Um dom que nos foi concedido para que, por meio dela, pudéssemos nos tornar mais humanos, mais livres, mais próximos de Deus. Cabe a ti, agora, cultivá-la com cuidado, para que este dom se transforme em instrumento de beleza, de verdade e de amor.

1.1.3 Linguagem, Pensamento e Realidade: A Palavra como Ponte entre o Interior e o Exterior

A linguagem é ponte. Ponte que se ergue, majestosa, sobre o abismo que separa o mundo interior do exterior, o reino do pensamento do reino das coisas. Por ela transitamos, incessantemente, levando de um lado para outro as riquezas que cada território produz, tecendo, assim, o rico tecido da experiência humana.

Pois bem, dentro de nós, na intimidade da alma, fervem ideias, emoções, desejos. Um turbilhão de pensamentos, imagens, sentimentos que, sem a linguagem, ficariam aprisionados, como pássaros em gaiola, incapaz de alçar voo para o mundo.

É a palavra que liberta essas aves, que lhes dá asas, que as lança ao espaço infinito da comunicação. Através da palavra, o que era interno se torna externo, o que era subjetivo se torna objetivo, o que era apenas nosso se torna partilhável.

Imagine, por um instante, o pintor que, sem a linguagem das cores, jamais poderia plasmar em tela as imagens que povoam sua mente. Ou o músico que, sem a linguagem das notas, jamais poderia traduzir em sons as harmonias que ressoam em sua alma.

Assim também, sem a linguagem verbal, a nossa razão seria como um jardim sem flores, como um céu sem estrelas. Ela seria incapaz de desabrochar em toda a sua plenitude, de revelar ao mundo a beleza e a riqueza de seus frutos.

É pela linguagem que damos forma ao mundo. Ao nomear as coisas, ao tecer conceitos, ao formular juízos, vamos, pouco a pouco, tecendo a rede que nos conecta com a realidade, que nos permite compreendê-la e nela intervir.

Não pense, porém, que a linguagem é um espelho fiel da realidade. Ela é antes um prisma que refrata a luz, que a decompõe em múltiplas cores, que nos mostra, a cada novo ângulo, uma faceta diferente do real.

Assim, a palavra pode ser usada para descrever a realidade, para expressar emoções, para persuadir, para ordenar, para criar mundos ficcionais, para, enfim, fazer tudo aquilo que a razão humana é capaz de conceber.

Cabe a nós, pois, usarmos esse instrumento com sabedoria, com prudência, com amor. Porque a palavra, como uma espada, pode tanto ferir quanto curar, tanto destruir quanto construir. Usemo-la, então, para o bem, para a beleza, para a verdade.

1.1.4 A Linguagem como Arte: A Busca pela Precisão e pela Beleza na Expressão

A linguagem é mais do que um mero instrumento de comunicação. É, em sua essência, uma arte². Uma arte que, a exemplo da música ou da pintura, busca não apenas informar, mas também deleitar; não apenas transmitir ideias, mas também despertar emoções; não apenas descrever a realidade, mas também transfigurá-la, recriá-la, elevá-la à categoria do belo.

Pois bem, se a linguagem é arte, como devemos então usá-la? Qual o caminho para alcançarmos a precisão e a beleza na expressão?

Antes de tudo, devemos atentar para a escolha das palavras. Cada palavra tem o seu peso, a sua cor, a sua música. Umas são claras e precisas, outras são vagas e ambíguas; umas são fortes e vigorosas, outras são fracas e incolores; umas soam harmoniosas e melodiosas, outras soam ásperas e dissonantes.

Cabe ao artista, pois, como um ourives que lapida um diamante, escolher com cuidado as palavras que melhor expressam o seu pensamento, que melhor pintam a sua tela, que melhor constroem o seu edifício verbal.

Mas, a arte da linguagem não se limita à escolha das palavras. É preciso, também, saber ordená-las com arte, com precisão, com beleza.

A sintaxe, a arte³ da construção das frases, é como a arquitetura. Ela nos ensina a dispor as palavras em ordem, a construir períodos harmoniosos, a evitar construções ambíguas ou deselegantes.

Uma frase⁴ bem construída é como um edifício bem projetado: ela se sustenta com firmeza, se destaca pela beleza de suas proporções, convida o leitor a adentrar em seus espaços e a contemplar as suas belezas.

Não nos esqueçamos, também, da melodia da linguagem. O ritmo, a cadência, a sonoridade das palavras, são como as notas de uma sinfonia. Cabe ao artista, pois, como um maestro que rege uma orquestra, saber combinar os sons, criar frases harmoniosas, evitar cacofonias.

A pontuação, por sua vez, é a partitura da linguagem escrita. Ela nos indica as pausas, as inflexões, os tons da fala. Cabe ao artista, pois, como um bom músico, saber usá-la

²A Arte diretiva da fala.

³Lembrem-se da natureza da linguagem deste opúsculo: ora *arte* será realmente arte, ora será usado apenas para exaltar um certo aspecto de algo.

⁴"*Frase* é todo e qualquer conjunto de palavras terminado em sinal de pontuação final, seja este sinal *ponto-final*, *ponto de interrogação*, *ponto de exclamação* ou *reticências*."- NOUGUÉ, C. (2015). *Suma Gramatical*. Brazil: É Realizações Editora.

com precisão, para que a sua obra soe melodiosa e expressiva.

Enfim, a arte da linguagem é a arte da precisão e da beleza. É a arte de usar as palavras com maestria, para que elas expressem, com clareza e com harmonia, a riqueza do pensamento, a intensidade das emoções, a beleza do mundo.

1.1.5 Linguagem e Cultura: A Palavra como Elo entre as Gerações e os Povos

A linguagem é o elo que une as gerações. É a ponte que atravessa o abismo do tempo e nos conecta com a sabedoria dos nossos ancestrais. É a corrente que, fluindo através dos séculos, nos irriga com as águas da tradição, nos alimenta com o pão da cultura.

Pois bem, sem a linguagem, seríamos como folhas soltas ao vento, levadas ao acaso por forças que não controlamos. Perderíamos a memória do passado, a consciência do presente e a esperança no futuro.

É pela linguagem que transmitimos aos nossos filhos o que aprendemos com os nossos pais, que compartilhamos com os nossos contemporâneos o que pensamos e sentimos, que legamos aos vindouros o que sonhamos e criamos.

Imagine, por um instante, um mundo sem linguagem. Um mundo em que cada geração tivesse de recomeçar do zero, sem poder se apoiar no conhecimento acumulado pelos que a precederam. Um mundo em que cada indivíduo estivesse confinado à solidão de sua própria mente, incapaz de partilhar suas ideias, seus sentimentos, suas experiências.

Um mundo assim seria um mundo de trevas, de caos, de barbárie. Seria a negação da própria humanidade, a dissolução do elo que nos une a Deus e aos nossos semelhantes.

A linguagem, portanto, não é um mero acidente da história. Ela é a própria condição da cultura, o fundamento da civilização. É o que nos permite transcender os limites do tempo e do espaço, e construir um mundo em que os vivos dialogam com os mortos, e os presentes com os ausentes.

E esse diálogo, essa conversa que atravessa os séculos, se dá, antes de tudo, pela escrita. Pois, a palavra falada é como um sopro, que se dissipa no ar e se perde no tempo. A palavra escrita, porém, é como uma semente, que se planta na terra e que frutifica em novas gerações.

Por isso, a leitura dos clássicos é tão importante. Não apenas para que aprendamos a bem falar e escrever, mas para que nos conectemos com a tradição, para que participemos da conversa que atravessa os séculos, para que, enfim, nos tornemos herdeiros da sabedoria do passado e construtores do futuro.

1.2 Capítulo 2: Os Sons da Fala

1.2.1 Fonética: A Ciência dos Sons da Fala

Adentremos, agora, o reino dos sons. Aquele reino sutil e evanescente que, contudo, é o fundamento da linguagem, a matéria-prima com que a razão, qual artífice habilidoso, molda as palavras, as frases e os discursos. E para que te aventures por entre os labirintos deste reino, para que não te percas em meio à multidão de sons que o povoam, é mister que tenhas um guia, um mapa, uma bússola que te oriente. E para isso que te escrevo este capítulo: para que, juntos, exploremos os domínios da fonética.

A fonética, como o próprio nome indica, é a ciência que estuda os sons da fala. Não os sons musicais, nem os sons da natureza, mas aqueles sons articulados pela boca humana

para formar palavras, para dar corpo à linguagem.

E, para que compreendas bem a importância da fonética, imagine um mundo sem sons. Um mundo em que os homens se comunicassem apenas por gestos, por sinais, por mímicas. Seria um mundo empobrecido, limitado, incapaz de expressar a riqueza e a complexidade do pensamento.

Pois bem, a fonética é a ciência que nos permite desvendar os mistérios desse reino sonoro, que nos ensina a analisar os sons da fala em seus mínimos detalhes, a classificá-los, a compreendê-los em sua estrutura e em sua função.

Assim, a fonética é o fundamento da ortografia, a arte de bem escrever. Ela nos ensina a grafar as palavras de modo correto, a representar os fonemas com as letras adequadas, a usar os sinais diacríticos para indicar a pronúncia.

Mas, a fonética vai além da mera ortografia. Ela nos ensina a perceber as sutilezas da pronúncia, a distinguir os diferentes sotaques, a compreender a musicalidade da fala, a apreciar, enfim, a beleza da linguagem sonora.

A fonética, portanto, é um estudo essencial para todo aquele que deseja dominar a arte da palavra. Ela nos abre as portas do reino dos sons, nos desvenda os seus mistérios, nos torna mais conscientes da riqueza e da complexidade da linguagem humana.

1.2.2 O Aparelho Fonador e a Produção dos Sons

A voz⁵ humana é um milagre. Um milagre que se realiza a cada som que proferimos, a cada palavra que articulamos, a cada canto que entoamos. Mas, para que essa maravilha se opere, é preciso que diversos órgãos se conjuguem em perfeita harmonia, a exemplo de um instrumento musical. E a esse conjunto de instrumentos, a esse órgão produtor de sons, damos o nome de aparelho fonador.

Imagine, por um instante, um órgão de tubos. O ar, impulsionado pelo fole, percorre os tubos e faz vibrar as palhetas, produzindo sons de diferentes timbres e intensidades. Assim também, o ar, vindo dos teus pulmões, percorre a traqueia, a laringe, a faringe, a boca e o nariz, fazendo vibrar as cordas vocais e moldando-se em fonemas, em sílabas, em palavras.

As cordas vocais, a exemplo das palhetas de um órgão, são lâminas musculares que vibram ao serem percorridas pelo ar. Elas se localizam na laringe, um órgão cartilaginoso situado na parte superior da traqueia. A tensão, o comprimento e a forma das cordas vocais determinam a altura, a intensidade e o timbre da voz.

A faringe, por sua vez, é um tubo muscular que conecta a boca ao esôfago e ao nariz. Ela funciona como uma caixa de ressonância, amplificando e modulando os sons produzidos pelas cordas vocais.

A boca, com sua estrutura complexa e móvel - língua, dentes, palato duro e mole, lábios -, é o principal palco da articulação dos sons. A língua, em especial, com sua grande mobilidade, molda o ar em diferentes formas, produzindo os sons consonantais.

O nariz, por fim, também participa da produção de alguns sons, em especial os nasais, como /m/, /n/ e /nh/. O ar, ao passar pelas cavidades nasais, adquire uma ressonância característica que os distingue dos demais.

⁵“Voz é o ar percutido, perceptível pelo ouvido, na medida em que está nele. Toda voz é ou articulada ou confusa. A voz articulada é aquela que pode ser compreendida pelas letras; a confusa é a que não pode ser escrita.” - Donati Ars Grammatica.

Vê, portanto, como a produção da voz humana é um processo complexo e maravilhoso. Um processo que envolve a harmonia entre diversos órgãos, a precisão dos movimentos musculares, a sutileza da modulação sonora. E por isso que, ao estudarmos a gramática, devemos ter em mente este milagre que se repete a cada som que emitimos, a cada palavra que articulamos. Pois, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas a própria expressão da alma humana, a melodia que nos conecta com o mundo e com o Criador.

1.2.3 Classificação dos Fonemas: Vogais, Consoantes e Semivogais

Adentremos agora o reino dos sons, a morada da voz, o laboratório da fala. Para que possas dominar a arte da escrita, para que te tornes um artífice da palavra, é preciso que conheças os tijolos com os quais se constrói o edifício da linguagem: os fonemas⁶.

E, assim como um arquiteto, para erguer uma catedral, precisa conhecer a natureza e a função de cada pedra, assim também tu, para construir a catedral do teu discurso, deves saber discernir e classificar os sons que compõem a língua portuguesa.

Pois bem, os fonemas, como já te foi ensinado, dividem-se em três grandes famílias: vogais, consoantes e semivogais. E, tal como as cores primárias se combinam para formar uma infinidade de tons, assim também estes sons se entrelaçam para criar a rica tapeçaria da nossa fala.

Vogais: A Alma Sonora da Palavra

As vogais são a alma da palavra. São elas que lhe dão corpo, que lhe conferem sonoridade, que a tornam audível. Como o próprio nome indica — *vox*, *vocalis* — são as que, por si só, podem ser pronunciadas, sem necessidade de apoio de outros sons.

Experimenta, por um instante, fechar os lábios e emitir um som. O que ouves é um murmúrio indefinido, um rumor confuso. Agora, abre ligeiramente a boca e emite o som /a/. Sentes como a palavra ganha vida, como se abre para o mundo, como se torna, enfim, voz?

As vogais formam-se, pois, pela abertura da boca e pela vibração das cordas vocais. Quanto maior a abertura, mais grave o som; quanto menor a abertura, mais agudo. No português, temos sete vogais puras, cada uma com o seu timbre próprio: /a/, /é/, /ê/, /i/, /ó/, /ô/ e /u/.

Consoantes: Os Adornos da Voz

As consoantes, por sua vez, são como adornos da voz⁷. Elas se juntam às vogais para criar uma infinidade de sons, para modular a fala, para lhe dar ritmo e textura. Mas, diferentemente das vogais, não podem ser pronunciadas isoladamente: precisam do apoio daquelas para se tornarem audíveis.

Tente, por exemplo, pronunciar o som /p/ sem o auxílio de uma vogal. O que ouves é um sopro, um murmúrio, mas não um som propriamente dito. Junta agora uma vogal ao /p/ — /pa/, /pé/, /pi/, /pó/, /pu/ — e percebes como a palavra ganha corpo, como se torna mais definida, mais expressiva?

As consoantes formam-se, pois, pela obstrução, parcial ou total, da passagem do ar na boca. A posição dos lábios, da língua e do véu palatino, bem como a vibração ou não das

⁶Os "sons da fala", elementos desta.

⁷"Recebem o nome de consoantes porque sozinhas não produzem som, somente o fazem quando acompanham as vogais". — *Arte Gramática*, Dionísio da Trácia

cordas vocais, determinam o seu timbre e as suas características. No português, temos dezoito consoantes: /b/, /p/, /t/, /d/, /k/, /g/, /f/, /v/, /s/, /z/, /x/, /j/, /ch/, /lh/, /nh/, /m/, /n/ e /r/.

Semivogais: A Ponte entre Vogais

As semivogais, por fim, são como pontes entre as vogais. Elas se formam quando duas vogais se encontram na mesma sílaba, e uma delas, por ser pronunciada de forma mais fraca, perde a sua autonomia e se torna como que um eco da outra. No português, temos duas semivogais: /i/ e /u/.

Observe, por exemplo, a pronúncia da palavra "pai". Ouve como o som /i/ se funde ao /a/, tornando-se quase imperceptível? E como, na palavra "mau", o som /u/ se transforma em um murmúrio que acompanha o /a/? Eis aí o trabalho das semivogais: criar uma melodia mais fluida, mais harmônica na fala.

Dominar a classificação dos fonemas é como ter a chave que abre as portas do reino dos sons. É o primeiro passo para compreender a estrutura da linguagem, para desvendar os segredos da escrita, para te tornares, enfim, um mestre na arte da palavra.

1.2.4 A Sílaba: Unidade Sonora da Palavra

A sílaba⁸ é o átomo da palavra, a menor partícula sonora⁹ que, conquanto não tenha significado próprio, dá forma e corpo à linguagem. Imagine, por um instante, um escultor moldando uma estátua. Ele começa com um bloco de argila informe e, pouco a pouco, vai lhe dando forma, modelando seus contornos, esculpindo seus detalhes. A cada movimento de suas mãos, a argila ganha mais vida, mais expressividade, até que, enfim, a estátua se revela em toda a sua beleza.

Assim também se dá com a linguagem. Começamos com os sons elementares, os fonemas, e, a partir deles, vamos construindo as sílabas, os tijolos com que erguemos o edifício da palavra. Cada sílaba, como um golpe de cinzel, imprime na massa sonora uma forma, um ritmo, uma melodia.

A sílaba, portanto, não é uma mera convenção, uma abstração vazia de sentido. Ela é, antes de tudo, uma realidade sonora, uma pulsação da voz, um sopro de vida que anima a linguagem.

E, se a palavra é o signo da ideia, a sílaba é a sua carne, o seu corpo, a sua materialidade. É pela sílaba que a palavra se torna audível, que ela se imprime nos ouvidos, que ela se grava na memória.

Mas, como se forma a sílaba? Qual é a sua estrutura? Para responder a estas perguntas, voltemos ao nosso escultor. Ele, para dar forma à estátua, precisa, antes de tudo, de um molde, de uma estrutura que lhe sirva de guia.

Do mesmo modo, para formarmos a sílaba, precisamos de um molde, de uma estrutura que nos oriente. E esta estrutura é dada pela vogal, a rainha da sílaba, o sol em torno do qual gravitam os demais fonemas.

A vogal, como já sabes, é o som que se produz quando o ar sai livremente pela boca¹⁰,

⁸"Syllaba est comprehensio litterarum vel unius vocalis enunciatio temporum capax (A sílaba é a junção de letras ou a enunciação de uma única vogal, capaz de conter tempos)." - Donati Ars Grammatica.

Ou "A sílaba é principalmente a junção de consoantes com uma vogal ou de vogais. Por extensão, também pode ser formada apenas por uma vogal." - Arte Gramática, Dionísio de Trácia.

⁹O menor grupo fonético pronunciado de uma vez.

¹⁰Ou seja, elas *soam*.

sem encontrar nenhum obstáculo. Ela é a alma da sílaba, o que lhe dá vida, o que a torna sonora.

As consoantes, por sua vez, são os sons que se produzem quando o ar encontra algum obstáculo à sua saída pela boca¹¹. Elas são os muros da sílaba, o que lhe dá forma, o que a torna articulada.

Assim, a sílaba se forma pela combinação de uma vogal com uma ou mais consoantes, ou por uma vogal sozinha, quando esta tem força suficiente para constituir uma sílaba por si mesma.

E, assim como há diferentes tipos de tijolos, há também diferentes tipos de sílabas. Um são breves, outras são longas, outras são átonas, outras são tônicas¹². E, a depender do número de sílabas que uma palavra possui, dizemos que ela é monossílaba, dissílaba, trissílaba, etc.

Mas, não nos alonguemos neste ponto agora. O importante é que compreendas que a sílaba é a unidade sonora da palavra, o átomo da linguagem. É a partir dela que se ergue o edifício da comunicação, que se tece a trama do discurso, que se esculpe a beleza da poesia.

1.2.5 Encontros Vocálicos e Consonantais

Adentremos agora o salão dos encontros vocálicos e consonantais, onde a música da língua se manifesta em toda a sua riqueza e variedade. Pois, assim como um maestro rege uma orquestra, combinando os sons dos diferentes instrumentos, assim também a gramática, em sua sabedoria, ordena os fonemas, criando uma harmonia sonora que dá vida às palavras e melodia às frases.

Os encontros vocálicos, como o próprio nome indica, são aqueles em que duas ou mais vogais se encontram em um mesmo compasso, em uma mesma sílaba ou em sílabas contíguas. E, tal como as notas musicais se unem em acordes, ora consoantes, ora dissonantes, assim também as vogais, em sua dança, ora se fundem em ditongos e tritongos, ora se separam em hiatos.

Ditongos: a fusão de dois sons

Os ditongos são como duetos musicais, em que duas vozes se unem em um só som, mais rico e melodioso. Neles, uma das vogais, a semivogal, soa como que apagada, em segundo plano, enquanto a outra, a vogal plena, se destaca, qual solista virtuoso¹³.

Os ditongos podem ser¹⁴:

- **Crescentes:** quando a semivogal precede a vogal, como em "quase", "série", "língua". A sonoridade, nestes casos, cresce, qual a luz da aurora que gradualmente se intensifica.
- **Decrescentes:** quando a vogal precede a semivogal, como em "pai", "mau", "cheio". A sonoridade, nestes casos, decresce, tal como o sol que, ao pôr-se, vai perdendo o seu fulgor.
- **Orais:** quando o som se forma na cavidade bucal, como em "pátria", "céu", "frouxo".

¹¹Ou seja, *consoam*. E as semivogais *semissoam*.

¹²Ou ainda *complexas* e *incomplexas*.

¹³É o encontro de uma vogal com uma semivogal em uma mesma sílaba.

¹⁴Para além das classificações abaixo, ainda há: *abertos* ou *fechados*; *átonos* ou *tônicos*.

- Nasais: quando o som passa também pela cavidade nasal, como em "pão", "mão", "alemão".

Tritongos: um trio de vozes

Os tritongos são como trios musicais, em que três vozes se unem em um só som, ainda mais rico e complexo. Neles, duas das vogais, as semivogais, soam apagadas, como um coro que acompanha a melodia principal, a qual é entoada pela vogal plena¹⁵.

Hiatos: a separação dos sons

Neles, cada vogal conserva a sua própria sonoridade, como dois solistas que, em um dueto, alternam seus momentos de destaque¹⁶.

Encontros consonantais: a força e a beleza da variedade

Os encontros consonantais, por sua vez, são como acordes em que a força e a beleza se manifestam na variedade de sons e texturas. Ora, as consoantes, em sua dança, ora se unem em grupos inseparáveis, ora se separam em encontros disjuntos¹⁷.

Grupos consonantais: a união dos sons

Nos grupos consonantais, duas ou mais consoantes se fundem em um só som, mais forte e encorpado. Como em "bloco", "praga", "chave", "fluxo", onde a união das consoantes cria um efeito de ímpeto, de força, de obstinação.

Encontros consonantais disjuntos: a dança da separação

Nos encontros consonantais disjuntos, as consoantes, embora se encontrem em sílabas contíguas, conservam a sua individualidade sonora. Como em "sub-li-nhar", "ab-di-car", "ad-vo-ga-do", onde a separação das consoantes cria um efeito de movimento, de ritmo, de leveza.

A riqueza da variedade

Assim os encontros vocálicos e consonantais, em sua dança harmoniosa, enriquecem a língua portuguesa, criando uma sinfonia de sons que encanta os ouvidos e dá vida às palavras. Cabe a ti, agora, atentar a essa música, para que, ao falar e ao escrever, possas usar com arte esse dom que te foi concedido!

1.3 Capítulo 3: As Letras

1.3.1 Escrita: A Arte de Representar a Fala

A escrita é uma arte¹⁸. Uma arte que, a exemplo da pintura ou da escultura, busca representar a realidade, mas não a realidade dos objetos visíveis, e sim a realidade dos sons, dos fonemas que compõem a fala humana. É, por assim dizer, a arte de tornar visível o invisível, de perpetuar no tempo o que, por sua própria natureza, é fugidio e passageiro.

Imagine, por um instante, o mundo sem escrita. Um mundo em que a tradição se transmite apenas pela oralidade, em que os conhecimentos se perdem a cada geração, em que a história se reduz a um conjunto de lendas e mitos vagos e imprecisos.

Pois bem, foi a escrita que nos libertou dessa prisão. Foi ela que nos permitiu registrar os nossos pensamentos, os nossos sonhos, as nossas descobertas, e transmiti-los aos nossos

¹⁵É o encontro de uma vogal com duas vogais em uma mesma sílaba.

¹⁶Grupo de duas vogais contíguas que pertencem a sílabas diferentes.

¹⁷Não confundir com os *dígrafos*.

¹⁸Em sentido figurado, pois veremos que a escrita é objeto da Arte que dá nome a este opúsculo.

descendentes, para que, assim, o legado da humanidade não se perdesse no turbilhão do tempo.

Mas a escrita não é apenas um instrumento de registro. Ela é, também, um instrumento de criação, uma ferramenta que nos permite moldar a linguagem, dar-lhe forma, expandi-la, enriquecê-la. É pela escrita que a língua se consolida, que se aperfeiçoa, que se torna, enfim, um instrumento de arte e de cultura.

Pensemos, por exemplo, na poesia. Os poemas, originalmente, eram compostos para serem declamados, para serem ouvidos. Mas, foi a escrita que lhes deu asas, que lhes permitiu transcender o tempo e o espaço, que os tornou, enfim, patrimônio da humanidade.

O mesmo se dá com a prosa. As grandes obras da literatura, da filosofia, da história, da ciência, jamais teriam alcançado a sua plenitude sem a escrita. Foi ela que lhes deu corpo, que lhes permitiu desenvolver-se em toda a sua complexidade, que as tornou, enfim, obras de arte.

Mas a escrita, como toda arte, requer técnica, requer estudo, requer dedicação. Não basta saber rabiscar letras sobre um papel. É preciso dominar os segredos da ortografia, da sintaxe, da pontuação, para que, assim, a escrita se transforme em um instrumento de precisão e de beleza.

Estudar a gramática, portanto, é como aprender a tocar um instrumento musical. É preciso dominar as notas, os acordes, o ritmo, a harmonia, para que, assim, a música que se produz seja bela e harmoniosa.

Da mesma forma, é preciso dominar as letras, as palavras, as frases, a pontuação, para que, assim, a escrita que se produz seja clara, precisa, elegante, enfim, uma obra de arte.

1.3.2 A História do Alfabeto: Da Fenícia ao Ocidente

A história do alfabeto é uma epopeia. Uma saga que atravessa milênios, que conecta continentes, que entrelaça culturas. Uma história que nos revela a profunda ligação entre a linguagem, a escrita e a civilização.

Nosso alfabeto, que agora te parece tão familiar, tem suas raízes em terras distantes, na antiga Fenícia, um povo de navegadores e comerciantes que, há mais de três mil anos, habitava a costa oriental do Mar Mediterrâneo.

Os fenícios, para facilitar suas transações comerciais, criaram um sistema de escrita simplificado, com apenas 22 signos, cada um representando um som da fala. Era um sistema consonantal, ou seja, as vogais não eram representadas, o que tornava a escrita mais rápida e eficiente.

Este sistema, chamado alfabeto fenício, espalhou-se rapidamente pelo Mediterrâneo, sendo adotado e adaptado por outros povos, como os gregos.

Os gregos, por sua vez, fizeram uma inovação crucial: acrescentaram ao alfabeto fenício as vogais, transformando-o em um sistema mais preciso e flexível. O alfabeto grego, com suas 24 letras, tornou-se a base da escrita de uma das mais brilhantes civilizações da Antiguidade.

Do grego, o alfabeto passou para os etruscos, um povo que habitava o centro da Itália. Os etruscos adaptaram o alfabeto grego à sua própria língua, e, posteriormente, o transmitiram aos romanos.

Os romanos, por sua vez, fizeram novas adaptações, criando o alfabeto latino, com 26 letras. O alfabeto latino, com a expansão do Império Romano, espalhou-se por toda

a Europa, tornando-se a base da escrita das línguas românicas, como o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno.

Assim, a história do alfabeto é uma história de transmissão, de adaptação, de constante aperfeiçoamento. É uma história que nos mostra como a linguagem escrita, a partir de um sistema simplificado de signos, pode se tornar o instrumento de uma grande civilização, capaz de registrar seus pensamentos, de transmitir seus conhecimentos e de perpetuar sua cultura.

Cabe-nos, pois, honrar este legado. Honrá-lo aprendendo com os mestres do passado, estudando as línguas clássicas, cultivando a arte da escrita. Pois, o alfabeto é um dom. Um dom que nos foi concedido para que, por meio dele, pudéssemos iluminar o mundo com as luzes da razão, da beleza e da sabedoria.

1.3.3 Ortografia: A Convenção que Ordena a Escrita

A ortografia é uma convenção. Uma convenção que, à semelhança de um tratado entre nações, busca estabelecer a paz e a ordem no reino da escrita. Pois, os sons da fala, como um rio que corre livremente, tendem à variação, à imprecisão, à mudança. A escrita, por sua vez, busca fixar esses sons em signos visíveis, em letras que, como pedras esculpidas, se perpetuam no tempo e no espaço.

Mas, para que tal fixação se dê de modo eficaz, para que a comunicação escrita seja clara e precisa, é mister que haja um acordo, um conjunto de regras que, aceitas por todos, garantam a uniformidade e a estabilidade da escrita.

A ortografia, portanto, não é um fim em si mesma. Ela não é um conjunto de regras arbitrárias, impostas por algum tirano gramatical para atormentar os estudantes. Ela é, antes de tudo, um instrumento a serviço da clareza, da precisão, da beleza, enfim, da comunicação escrita.

Imagine, por um instante, um mundo sem ortografia. Um mundo em que cada um escrevesse como lhe aprouvesse, sem se importar com as convenções estabelecidas. Seria um caos, um Babel linguístico em que a comunicação seria impossível.

A ortografia, portanto, é como um farol que nos guia em meio à tempestade, como um mapa que nos orienta em terras desconhecidas. Ela nos permite navegar pelos mares da escrita com segurança, sem o receio de naufragarmos em um mar de dúvidas e incertezas.

Mas, como toda convenção, a ortografia está sujeita à mudança. As línguas, como seres vivos, evoluem, transformam-se, adaptam-se às novas realidades. E, com elas, a ortografia também se transforma.

No entanto, tais transformações devem ser feitas com cautela, com respeito à tradição, com o cuidado de não se mutilar a beleza e a lógica da língua. A ortografia, como um jardim que se cultiva com esmero, deve ser podada com discernimento, para que floresça com mais vigor e beleza.

1.3.4 Os Dígrafos: Duas Letras para um Só Som

Adentremos agora no fascinante universo dos dígrafos, essas combinações de letras que, qual dueto afinado, entoam um único som. Engana-se, porém, quem os vê como meros acidentes ortográficos, pois, na verdade, eles revelam a complexa dança entre a fala e a escrita, a melodia da língua que, por vezes, desafia a rigidez das regras.

No português, os dígrafos, tal como duetos musicais, combinam duas letras para representar um único fonema. Assim, o lh em "olho" não entoa dois sons, mas um só, o qual, por sua suavidade e beleza, enriquece a nossa língua.

Os dígrafos, porém, não se limitam a embelezar a escrita. Eles também desempenham um papel fundamental na representação fiel da fala. Pois, se escrevêssemos "coeza" ao invés de "coisa", estaríamos a mutilar a melodia da palavra, a desvirtuar o seu ritmo e a comprometer a sua clareza.

Vejam, com mais vagar, os principais dígrafos da língua portuguesa:

- lh: Este dígrafo, tão peculiar ao nosso idioma, representa um som palatal, o qual, como já disse, embeleza e enriquece a nossa fala. Encontramo-lo em palavras como "olho", "trabalho", "filho", "abelha", e tantas outras, as quais, sem ele, perderiam sua melodia.
- nh: Este dígrafo, também singular ao português, denota a nasalização da vogal que o antecede. Assim, "manhã" e "banho" entoam um som que, sem ele, se tornaria opaco e impreciso.
- ch: Este dígrafo, herdado do latim, representa um som palatal surdo. Encontramo-lo em palavras como "chave", "chuva", "cheio", e outras, as quais, sem ele, teriam de recorrer a letras que já representam outros fonemas.
- rr: Este dígrafo, também herdado do latim, denota o som forte do r quando entre vogais. Assim, "carro", "guerra" e "terra" ganham uma sonoridade que, sem ele, seria mais suave e menos vibrante.
- ss: Este dígrafo representa o som sibilante do s entre vogais. Encontramo-lo em palavras como "pássaro", "osso", "missa", e outras, as quais, sem ele, teriam de recorrer ao uso do c com cedilha, o qual, porém, já representa outro fonema.
- gu, qu: Estes dígrafos, mais complexos, denotam, respectivamente, os fonemas /g/ e /k/ quando seguidos de e ou i. Assim, "guerra", "guitarra", "quilo" e "quiabo" mantêm a correção ortográfica, sem ter de recorrer ao uso abusivo do k.
- sc: Este dígrafo, menos comum, representa o mesmo fonema que c com cedilha. Encontramo-lo em palavras como "nascer", "crescer", "descer" e etc., as quais, por razões históricas, conservam esta forma arcaica.

Mas não se limite a decorar regras e definições. Procure observar, com os ouvidos atentos, a melodia da fala, o ritmo das palavras, a dança dos sons que se combinam para formar a rica tapeçaria da língua portuguesa. Pois, só assim, a gramática se transformará de um conjunto de regras áridas em um fascinante instrumento de conhecimento e de expressão!

1.3.5 A Acentuação Gráfica: Um Guia para a Pronúncia Correta

Adentremos agora o reino dos acentos, esses sinais gráficos que, como sentinelas vigilantes, zelam pela correta pronúncia das palavras e, conseqüentemente, pela clareza da escrita.

Não os menospreze, pois são eles que, como um maestro que rege uma orquestra, garantem a harmonia e a beleza da língua portuguesa.

Aprender a acentuar corretamente, porém, não é tarefa fácil. Exige-se, da parte do estudante, atenção aos detalhes, conhecimento das regras e, sobretudo, prática constante. Mas não desanime! Com empenho e dedicação, dominarás esta arte e verás como a tua escrita se tornará mais clara, mais precisa, mais agradável aos olhos e aos ouvidos.

Os Sinais da Harmonia

A língua portuguesa possui três acentos gráficos: o agudo (´), o circunflexo (ˆ), eo grave (˘). Cada um deles tem a sua função específica, a sua música particular, a sua dança na partitura da palavra.

- **O Agudo: A Força da Tonicidade**

O acento agudo, como um raio de sol que ilumina a sílaba tônica, indica a intensidade com que esta se pronuncia. É ele que nos guia na melodia da fala, que nos faz distinguir, por exemplo, *avó* de *avô*, *sábia* de *sabia*, *avaro* de *aváro*.

- **O Circunflexo: A Dança das Vogais Fechadas**

O acento circunflexo, qual um bailarino que gira e se contorce, marca a tonicidade e a fechamento das vogais *a*, *e*, *o*. É ele que nos revela a beleza dos sons, que nos faz distinguir, por exemplo, *pêlo* de *pelo*, *pôr* de *por*, *vôo* de *voo*.

- **O Grave: A Melodia da Crase**

O acento grave, como um sussurro que se insinua na escrita, marca a crase, isto é, a fusão da preposição *a* com o artigo definido *a(s)*. É ele que nos revela a harmonia entre as palavras, que nos faz distinguir, por exemplo, *àquele* de *aquele*, *à* de *a*.

As Regras da Dança

Para que a dança dos acentos seja harmoniosa, para que a música da pronúncia seja correta, é preciso que sigamos certas regras, as quais, no entanto, não são imutáveis, pois a língua, como um rio, está sempre em movimento. Cabe-nos, pois, estar atentos às mudanças, às correntes da fala, para que a nossa escrita seja sempre um reflexo fiel da linguagem viva.

As Regras Fundamentais

- **Monossílabos tônicos:** Acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em *a(s)*, *e(s)*, *o(s)*: *pá*, *pé*, *só*, *más*, *pés*, etc.
- **Oxítonas:** Acentuam-se as oxítonas terminadas em *a(s)*, *e(s)*, *o(s)*, *em*, *ens*: *sofá*, *café*, *cipó*, *alguém*, *parabéns*, etc.
- **Paroxítonas:** Acentuam-se as paroxítonas terminadas em ditongo crescente, *ão(s)*, *i(s)*, *on(s)*, *um(ns)*, *us*, *r*, *x*, *n*, *l*, *ps*: *fácil*, *órgão*, *táxi*, *hífen*, *álbum*, *bônus*, *bíceps*, etc.
- **Proparoxítonas:** Acentuam-se todas as proparoxítonas: *médico*, *árvore*, *lógica*, etc.

Os Hiatos: Um Caso à Parte

Os hiatos, como duetos musicais que se alternam em ritmo e intensidade, exigem atenção especial na acentuação.

- Acentua-se o *i* ou o *u* tônicos dos hiatos, formando sílaba sozinhos ou com *s*, desde que não estejam seguidos de *nh*: *saída*, *raíz*, *faísca*, *baú*, etc.
- Não se acentua o *i* ou o *u* tônicos dos hiatos quando seguidos de *nh*: *rainha*, *moinho*, *bainha*, etc.
- Acentuam-se os hiatos *ee* e *oo* tônicos: *creem*, *vôo*, etc.

Os Acentos Diferenciais: Nuances da Linguagem

Os acentos diferenciais, como notas musicais que distinguem melodias semelhantes, marcam a distinção entre palavras que, sem eles, seriam homógrafas.

- Obrigatórios:
 - *pôde* (pretérito perfeito) e *pode* (presente do indicativo).
 - *pôr* (verbo) e *por* (preposição).
 - *têm* (plural) e *tem* (singular).
- Facultativos:
 - *fôrma* (substantivo) e *forma* (verbo).

Dominar a acentuação gráfica é como dominar a arte da música. É preciso treinar o ouvido, conhecer as regras da harmonia, e praticar com afino. Só assim a tua escrita se tornará uma sinfonia de sons e sentidos, uma melodia que encantará os teus leitores!

1.3.6 Os Sinais de Pontuação

A pontuação¹⁹ é a música da escrita. Assim como as notas musicais se organizam em melodias e harmonias, as palavras se ordenam em frases e parágrafos, e são os sinais de pontuação que lhes dão ritmo, cadência, expressividade.

Os antigos gregos e romanos, é bem verdade, pouco se importavam com tais sutilezas. Escreviam seus textos num fluxo contínuo, sem pausas nem divisões, qual um rio que corre livremente em direção ao mar. Coube aos copistas medievais, guiados pelo sopro do Espírito Santo, a tarefa de ordenar o caos das letras, de introduzir pausas e respirações, de dar ritmo e melodia à escrita.

E, se os monges medievais se valiam da pontuação para tornar mais clara e agradável a leitura dos textos sagrados, os escritores modernos descobriram nela um instrumento poderoso para a expressão das mais variadas emoções e nuances do pensamento.

Com efeito, os sinais de pontuação não se limitam a indicar pausas e divisões. Eles podem, por exemplo:

- Dar ênfase a certas palavras ou expressões: “Que belo dia, Senhor!”
- Criar suspense ou expectativa: “Ela entrou na sala... e parou, hesitante, diante da porta.”

¹⁹“Existem três pontos: o ponto final, o ponto médio (o equivalente ao nosso ponto-e-vírgula) e o ponto inferior (a nossa vírgula). O ponto final é um sinal de conclusão de pensamento; o ponto médio é um sinal usado para indicar uma pausa respiratória; o ponto inferior é um sinal de que o pensamento ainda não está completo, mas requer algo mais.” - Arte Gramática, Dionísio de Trácia.

- Expressar ironia ou sarcasmo: “Ele era um gênio, sem dúvida... um gênio da preguiça.”
- Imitar a fala coloquial: “— E aí, tudo bem? — Mais ou menos, e você?”
- Dar ritmo e cadência ao texto: “As ondas se quebravam na praia, num ritmo incessante e monótono; o vento soprava, frio e cortante; o céu se cobria de nuvens escuras, prenunciando a tempestade.”

Vejamos, agora, mais detidamente, cada um dos principais sinais de pontuação:

- O ponto final (.): Marca o fim de uma frase declarativa, imperativa ou exclamativa. Indica uma pausa longa, um corte na melodia do discurso.
- O ponto de interrogação (?): Sinaliza uma pergunta direta. A entonação da voz, ao final da frase, é ascendente, como se buscasse uma resposta.
- O ponto de exclamação (!): Expressa surpresa, admiração, alegria, indignação, etc. A entonação da voz, ao final da frase, é em geral mais forte e vibrante.
- A vírgula (,): Marca uma pausa breve, uma inflexão na melodia do discurso. Tem múltiplos usos, dos quais se tratará em outra seção.
- O ponto e vírgula (;): Indica uma pausa mais longa que a vírgula, mas mais curta que o ponto final. Separa orações coordenadas que já têm vírgula interna ou que se quer realçar.
- Os dois-pontos (:): Introduzem uma enumeração, uma citação, uma explicação ou uma consequência. A entonação da voz, após os dois-pontos, é em geral descendente.
- As reticências (...): Indicam interrupção do pensamento, hesitação, suspense ou expectativa. A entonação da voz, ao final das reticências, é geralmente suspensa.
- As aspas (“”): Usam-se para destacar citações, estrangeirismos, ironia, etc.
- O travessão (—): Introduz a fala de um personagem, um aposto explicativo ou uma mudança de interlocutor.
- Os parênteses (()): Encerram uma explicação, um comentário ou uma informação adicional.

Dominar a arte da pontuação é como reger uma orquestra de palavras! Cabe a ti, com estudo dedicado e prática constante, dar ritmo, cadência e beleza aos teus escritos.

2 Parte II: A Gramática: A Arte da Escrita

2.1 Capítulo 4: Morfologia: Anatomia da Palavra

2.1.1 O Que é Morfologia?

Adentraremos agora no reino da Morfologia, a arte de dissecar as palavras, de desvendar sua anatomia, de compreender a lógica secreta que as anima e lhes confere forma e significado.

A Morfologia, como o próprio nome já indica, é o estudo da forma. Mas não se trata aqui da forma exterior, da mera aparência das palavras, mas da forma interior, da estrutura que as sustenta, dos elementos que as compõem, das relações que se estabelecem entre esses elementos.

Pensemos, por analogia, no corpo humano. Temos a pele, os ossos, os músculos, os órgãos - todos esses elementos que, em conjunto, formam a nossa aparência exterior. Mas, para compreendermos o funcionamento do corpo, para entendermos como ele se move, como respira, como se alimenta, precisamos ir além da superfície, precisamos adentrar a sua anatomia, a sua estrutura interna.

Assim como o médico estuda a anatomia para compreender o corpo humano, o gramático estuda a Morfologia para compreender a estrutura das palavras. E, assim como a saúde do corpo depende do bom funcionamento de seus órgãos, a clareza e a beleza da linguagem dependem da correta estruturação das palavras.

A Morfologia, portanto, não se limita a descrever a forma exterior das palavras. Ela se aprofunda na sua estrutura interna, analisando seus elementos constitutivos:

- O radical: a alma da palavra, o seu núcleo significativo, a base sobre a qual se constroem as demais formas.
- Os prefixos: elementos que se antepõem ao radical, modificando o seu sentido, ampliando-o ou restringindo-o.
- Os sufixos: elementos que se pospõem ao radical, indicando a classe gramatical da palavra, o seu gênero, número e grau, e outros matizes de significado.
- As desinências: as marcas finais das palavras, as quais indicam as suas flexões, as suas variações de gênero, número, pessoa, tempo e modo.

A Morfologia, por meio da análise desses elementos, desvenda a lógica da formação das palavras, revelando-nos os seus segredos, as suas nuances, as suas potencialidades expressivas.

Compreender a Morfologia, portanto, é como ter em mãos um mapa da língua. É poder navegar pelas suas palavras com segurança, com precisão, com elegância. É, enfim, poder construir o discurso com a mesma arte com que o arquiteto constrói o seu edifício, com a mesma beleza com que o músico compõe a sua sinfonia.

2.1.2 As Dez Classes Gramaticais

Adentremos o jardim florido das palavras. Um jardim onde cada flor, com sua cor, seu perfume, sua forma, representa uma classe gramatical, uma categoria do pensamento, um modo de ser da linguagem.

São dez as flores que compõem este jardim, dez as classes gramaticais que, combinadas com arte e engenho, tecem a tapeçaria multicolorida da língua portuguesa.

Contemplemo-las, uma a uma, para que aprendas a reconhecê-las, a cultivá-las, a colher seus frutos e a compor, com elas, o teu próprio jardim:

1. O Substantivo: A rosa, rainha das flores, representa o substantivo, a palavra que dá nome às coisas, aos seres, às ideias. É o pilar da oração, o fundamento do discurso, o alicerce sobre o qual se ergue o edifício do pensamento.

2. O Adjetivo: O lírio, com sua beleza delicada, representa o adjetivo, a palavra que qualifica o substantivo, que lhe atribui qualidades, que o veste com cores.

3. O Artigo: O cravo, com sua simplicidade elegante, representa o artigo, a palavra que define o substantivo, que o particulariza, que o coloca em destaque.

4. O Pronome: A violeta, com sua descrição e versatilidade, representa o pronome, a palavra que substitui o substantivo, que o evoca sem repeti-lo, que lhe confere leveza e dinamismo.

5. O Numeral: O girassol, com sua precisão e ordem, representa o numeral, a palavra que quantifica, que ordena, que calcula, que mede o mundo com a régua da razão.

6. O Verbo: O verbo, coração pulsante da linguagem, é representado pela margarida, a flor que indica a ação, o movimento, a vida em constante transformação.

7. O Advérbio: A orquídea, com sua exuberância e variedade, representa o advérbio, a palavra que modifica o verbo, o adjetivo, outro advérbio, que colore o discurso com matizes e nuances.

8. A Preposição: A rosa-do-deserto, com sua resistência e capacidade de ligação, representa a preposição, a palavra que conecta, que une, que relaciona os termos da oração como fios que tecem a tapeçaria do discurso.

9. A Conjunção: A hortênsia, com suas flores agrupadas em harmonia, representa a conjunção, a palavra que conecta orações, que as ordena em períodos, que constrói a arquitetura do pensamento.

10. A Interjeição: A flor-de-lis, com sua beleza súbita e efêmera, representa a interjeição, a palavra que irrompe da alma, que exprime emoções e sentimentos, que colore o discurso com a tinta da paixão.

Estas são as dez flores do jardim da gramática. Aprende a cultivá-las com cuidado, para que a tua linguagem seja um jardim florido, um hino à beleza, à verdade e ao amor.

2.1.3 A Estrutura da Palavra: Do Radical aos Sufixos

Adentremos o laboratório da palavra. Imaginemos um artesão debruçado sobre a sua obra, moldando-a com cuidado, esculpindo-a com precisão, dando-lhe, enfim, a forma que a sua mente concebeu. Assim também se dá com a linguagem: as palavras, como peças de um mosaico, são compostas de partes menores, que se unem para formar um todo significativo.

No coração da palavra, encontra-se o radical, a sua raiz, o seu núcleo irredutível, o elemento que lhe confere a identidade essencial. Pensemos, por exemplo, na palavra "flor".

O seu radical é "flor", e é ele que nos remete à imagem daquela beleza natural, daquela explosão de cores e perfumes que alegra os nossos sentidos.

Ao radical, podem-se juntar outros elementos, como prefixos e sufixos, que lhe acrescentam novas nuances de significado. Os prefixos, como o próprio nome indica, antecedem o radical, modificando-o de forma a indicar, por exemplo:

- Negação: des-florar (o oposto de florar)
- Intensidade: super-florescimento (um florescimento mais intenso)
- Anterioridade: pré-floral (algo que antecede a floração)

Os sufixos, por sua vez, seguem o radical, acrescentando-lhe nuances como:

- Diminuição: flor-zinha (uma flor pequena)
- Aumentativo: flor-ão (uma flor grande)
- Ação: flora-ção (o ato de florar)
- Qualidade: flora-l (relativo à flor)

Assim, a partir de um único radical, podemos criar uma infinidade de palavras, cada uma com o seu próprio matiz de significado. Observemos, por exemplo, a riqueza que a palavra "flor" nos oferece:

- Florear: adornar com flores
- Florido: cheio de flores
- Florescimento: o ato de florar
- Desflorar: tirar as flores
- Florista: aquele que vende flores

E assim por diante. Vê, pois, como a estrutura da palavra, tal como um jardim bem cuidado, possui uma ordem, uma harmonia, uma beleza que se revela àquele que a contempla com atenção.

Cabe-te, agora, perscrutar os dicionários, explorar os meandros da etimologia, desvendar os segredos da formação das palavras. Pois, ao conheceres a estrutura da palavra, estarás a desvendar os mistérios da própria linguagem, a dominar o instrumento que te permite expressar a beleza e a complexidade do teu próprio pensamento.

2.1.4 Flexão: A Dança das Palavras

A língua é um organismo vivo. Um organismo que respira, que se move, que se transforma a cada novo uso, a cada nova geração. E, assim como um corpo que dança expressa a música por meio do movimento, a língua expressa o pensamento por meio da flexão.

A flexão, em gramática, é a arte de modificar as palavras para exprimir diferentes nuances de sentido. É como se as palavras, animadas pelo sopro do espírito, dançassem no palco da frase, ora com passos lentos e compassados, ora com movimentos rápidos e arrebatadores, ora em solo, ora em dueto, ora em complexas coreografias.

Em português, a flexão se dá por meio de desinências, pequenas partículas que se agregam ao radical das palavras, como notas musicais que se juntam à melodia principal para criar harmonias e contrapontos.

Os substantivos, por exemplo, flexionam-se em gênero, número e grau. O gênero, que distingue o masculino do feminino, é como um figurino que veste a palavra com as cores da diferença sexual — *o lobo, a loba; o poeta, a poetisa*. O número, que opõe o singular ao plural, é como um coro que amplifica a voz da palavra — *livro, livros; estrela, estrelas*. E o grau, que indica o tamanho ou a intensidade, é como um gesto que realça a força ou a sutileza — *casinha, casebre; grandioso, imensurável*.

Os adjetivos, por sua vez, dançam com o substantivo a que se referem, harmonizando-se com ele em gênero, número e grau. É como um casal que baila em sintonia, ora com passos lentos e compassados, ora com movimentos rápidos e arrebatadores — *livro belo, livros belos; florzinha delicada, flores delicadas*.

Os verbos, o coração da oração, são os que mais se movem, os que mais se transformam. Flexionam-se em tempo, modo, número e pessoa, expressando assim a multiplicidade da ação e da paixão. É como um maestro que rege a orquestra, ditando o ritmo, a melodia e a harmonia da frase.

A flexão verbal, conquanto complexa, é a que mais enriquece a linguagem, a que lhe dá maior expressividade. Os tempos verbais, por exemplo, criam a ilusão de movimento no tempo, como um filme que nos transporta para o passado, para o presente ou para o futuro. Os modos verbais, por sua vez, pintam o discurso com as cores da possibilidade, da dúvida, da certeza, da ordem — é como um pintor que usa diferentes tons para criar nuances e contrastes.

A flexão, em suma, é a alma da gramática, o que dá vida e movimento à língua. É por meio dela que o pensamento se expressa com precisão e elegância, que a fala se transforma em música, que a escrita se eleva à categoria de arte.

2.1.5 Processos de Formação de Palavras: Composição e Derivação

Adentrar-nos-emos, agora, nos labirintos da formação das palavras, um tema essencial para aquele que deseja não apenas usar a língua com correção, mas também compreender sua estrutura, sua beleza e sua capacidade de gerar novos mundos.

Pois bem, a língua, como um jardim, não se limita às flores que já desabrocharam. Ela possui a potência de gerar novas flores, novas cores, novas fragrâncias, a partir das sementes que a tradição lhe legou.

E são dois os processos principais pelos quais a língua portuguesa, à semelhança das demais, exerce tal poder: a composição e a derivação.

Composição: Uma Dança entre Radicais

A composição é como um casamento entre palavras, uma união que gera uma nova palavra, com significado próprio. Imaginemos, por exemplo, a união de "água" e "ardente". Duas palavras distintas, que, ao se unirem, geram "aguardente", um novo ser, com sabor e propriedades únicas.

Há, porém, diferentes tipos de casamento, diferentes formas de composição. Uns mais harmoniosos, outros mais complexos, mas todos contribuindo para a riqueza e a vitalidade da língua.

- **Justaposição:** Na justaposição, as palavras se unem sem alteração, como num enlace direto e simples. Pensemos, por exemplo, na união de "passa" e "tempo". Duas palavras que, juntas, geram "passatempo", um novo vocábulo, com significado próprio.
- **Aglutinação:** Na aglutinação, as palavras se fundem, perdendo parte de sua individualidade. Imaginemos, por exemplo, a união de "plano" e "alto". "Plano" perde o -o final, e "alto" se transforma em -al, para gerar "planalto", um novo vocábulo, com significado próprio.

Derivação: A Arte de Germinar Novas Palavras

A derivação é como o germinar de uma semente, o brotar de uma nova planta a partir de um radical. Pensemos, por exemplo, na palavra "flor". Dela podemos derivar "floreira", "florista", "floral", "florescer", e assim por diante, criando um jardim de vocábulos a partir de uma única raiz.

- **Prefixação:** Na prefixação, acrescentamos um prefixo ao radical, como um novo começo para a palavra. Imaginemos, por exemplo, o prefixo "in" unido ao radical "feliz". Germina, assim, a palavra "infeliz", com significado oposto ao da original.
- **Sufixação:** Na sufixação, acrescentamos um sufixo ao radical, como um novo desdobramento para a palavra. Pensemos, por exemplo, o sufixo -mente unido ao radical "feliz". Floresce, assim, o advérbio "felizmente", com a ideia de modo.

Estes são os dois processos principais pelos quais a língua portuguesa, como um jardim, se renova e se enriquece. Cabe a ti, agora, explorar as potencialidades desses processos, para que, com a devida arte, possas contribuir para a beleza e a vitalidade da nossa língua.

2.2 Capítulo 5: O Substantivo: O Nome das Coisas

2.2.1 O Substantivo como Pilar da Oração

Adentraremos agora no coração da gramática, no âmago da oração: o substantivo. Ele é o pilar, o alicerce, o fundamento sobre o qual se ergue o edifício da linguagem. Sem ele, a oração seria como um castelo de areia, uma construção sem forma, um sopro ao vento.

Pois bem, o substantivo é o nome das coisas. Coisas que existem no mundo exterior, como o sol, a lua, as estrelas, as montanhas, os rios, os mares; coisas que habitam o nosso imaginário, como os deuses, os heróis, os monstros; e coisas que, embora invisíveis, habitam o nosso interior, como a alma, a justiça, a beleza, a verdade.

Mas, por que o substantivo é tão importante para a oração? Porque é ele que nos permite articular o nosso pensamento, que nos dá os tijolos com os quais construímos as frases, que nos fornece, enfim, o alicerce sobre o qual erguemos o edifício do discurso.

Imagine, por um instante, que tivesses de descrever a tua casa. Como o farias sem usar substantivos? Como falarias das paredes, das portas, das janelas, dos móveis, dos objetos que a enfeitam e a tornam um lar? Impossível, não é verdade?

O substantivo, portanto, é indispensável à oração. Ele é o ponto de partida, a semente que germina, o tijolo que se assenta, a pedra angular sobre a qual se constrói a casa da linguagem.

Sem o substantivo, a oração seria como um corpo sem esqueleto, como um jardim sem flores, como uma sinfonia sem melodia. Seria um amontoado de palavras sem sentido, um caos informe, um vazio inexpressível.

Mas, o substantivo não está só. Ele se junta ao verbo, como a terra se junta ao céu, para que a vida possa florescer. E, juntos, constroem a oração, o microcosmo da linguagem, o espelho em que se reflete a alma humana.

2.2.2 Classificação dos Substantivos

Avançando em nosso estudo da arte gramatical, debruçar-nos-emos agora sobre uma das pedras angulares da oração: o *substantivo*, ou, como também o chamavam os antigos, o *nome*. Já vimos²⁰ que as classes de palavras refletem, de algum modo, a própria constituição da realidade que nossa inteligência apreende. Pois bem, o substantivo é a classe que, por excelência, designa a *substância*, aquilo que *é* em si mesmo, ou ao menos aquilo que concebemos como se o fosse. É a palavra que dá nome aos seres, às coisas, às ideias, aos sentimentos – enfim, a tudo quanto povoa nosso universo, visível ou invisível. Mister se faz, portanto, que aprendas a distinguir as diversas roupagens com que o substantivo se nos apresenta, as diversas melodias que entoa nesta vasta sinfonia da linguagem. Lancemo-nos, pois, à sua classificação, guiados pela luz da tradição gramatical.²¹ Primeiramente, cumpre distinguir os substantivos quanto à sua **natureza**, ou seja, quanto ao modo de ser daquilo que nomeiam. Temos, assim:

- **Substantivos Concretos:** São aqueles que designam seres de existência independente, real ou imaginária, que subsistem por si. Nomeiam o que podemos, de algum modo, perceber pelos sentidos ou conceber como entidade autônoma. Pensa na *pedra* que encontras no caminho, na *árvore* sob cuja sombra repousas, no *homem* com quem dialogas, mas também na *fada* dos contos, no *anjo* que te guarda, na *alma* que te anima. Todos estes, por distintos que sejam em sua natureza, são nomeados por substantivos concretos, pois os concebemos como seres que existem por si.²²
- **Substantivos Abstratos:** Estes, por sua vez, nomeiam qualidades, estados, ações, sentimentos, noções – enfim, tudo aquilo cuja existência depende de outro ser para manifestar-se. A *beleza* não existe sem algo que seja belo; a *tristeza*, sem alguém

²⁰Na Quarta Parte da *Suma Gramatical* de Carlos Nougé, por exemplo, explora-se a relação entre as classes gramaticais e as categorias lógicas aristotélicas.

²¹Esta classificação, como as demais aqui expostas, segue de perto a tradição gramatical luso-brasileira, conforme se pode constatar na *Suma Gramatical* de Nougé e nos volumes da *Coleção de Artes Liberais*.

²²A distinção entre concreto e abstrato remonta, em última análise, à metafísica aristotélico-tomista, que diferencia a substância, ente que subsiste por si, dos acidentes, entes que inerem na substância. O substantivo concreto nomeia a substância (ou o que se concebe como tal), enquanto o abstrato nomeia o acidente (qualidade, ação, estado, etc.), embora o tome, gramaticalmente, como se fosse uma substância. Cf. *Suma Gramatical*, Quarta Parte, II.

que esteja triste; a *corrida*, sem um ser que corra; a *verdade*, sem uma inteligência que a conheça ou uma proposição que a exprima. São, pois, nomes de acidentes, de propriedades ou de atos que inerem numa substância, mas que nossa mente abstrai e considera como se tivessem existência própria. Exemplos: *bondade, esperança, fé, justiça, amor, viagem, pensamento*.

Depois, havemos de classificá-los quanto à sua **extensão**, ou seja, quanto à amplitude do conjunto de seres que podem designar:

- **Substantivos Comuns:** São aqueles que nomeiam todos os seres de uma mesma espécie, ou um ser qualquer dessa espécie, partilhando uma essência comum. Quando dizes *rio, cidade, livro, cão*, referes-te a qualquer rio, a qualquer cidade, a qualquer livro, a qualquer cão, sem individualizá-los.
- **Substantivos Próprios:** Estes, ao contrário, designam um ser específico, individualizado, dentro de uma espécie. São os nomes que damos às pessoas, aos lugares geográficos, às instituições, às obras, etc., para distingui-los dos demais. Escrevemo-los, por convenção e respeito, com inicial maiúscula.²³ Exemplos: *Pedro, Lisboa, Brasil, Tejo, Os Lusíadas, Deus*. Nota, outrossim, que um nome próprio pode, por vezes, tornar-se comum, quando passa a designar um tipo ou uma qualidade associada ao ser original (como em "Ele é um *judas*" para 'traidor'), processo a que se chama derivação imprópria.²⁴

Adentrando agora na **estrutura** da palavra, classificamos os substantivos em:

- **Substantivos Simples:** Aqueles formados por um único radical, por uma única raiz significativa. Exemplos: *flor, sol, mar, pão, tempo, amor*.
- **Substantivos Compostos:** Aqueles formados pela junção de dois ou mais radicais, criando uma nova unidade de significado. Este processo pode dar-se por justaposição (quando os radicais se unem sem alteração fonética, ligados ou não por hífen) ou por aglutinação (quando há alteração fonética na união). Exemplos: *guarda-chuva, passatempo, beija-flor* (justaposição); *aguardente* (água + ardente), *planalto* (plano + alto), *fidalgo* (filho + de algo) (aglutinação).

Finalmente, quanto à sua **formação** ou origem, distinguimos:

- **Substantivos Primitivos:** São aqueles que não derivam de nenhuma outra palavra da própria língua. Servem de base para a formação de novas palavras. Exemplos: *pedra, ferro, livro, dia, luz*.
- **Substantivos Derivados:** São aqueles que se formam a partir de outras palavras (primitivas ou já derivadas), geralmente pelo acréscimo de sufixos ou prefixos. Exemplos: *pedreiro, ferrageiro, livraria, diarista, desluzido*.

²³A grafia com inicial maiúscula é marca distintiva e obrigatória dos nomes próprios, distinguindo-os dos comuns.

²⁴O processo pelo qual um nome próprio passa a comum, como em 'um judas' para 'traidor', denomina-se derivação imprópria ou conversão.

Há ainda uma categoria especial, frequentemente incluída entre os comuns, mas digna de nota particular: os **Substantivos Coletivos**. São palavras que, embora no singular, designam um conjunto de seres da mesma espécie. Sua forma é singular, mas seu significado evoca a pluralidade. Exemplos: *alcateia* (de lobos), *arquipélago* (de ilhas), *cardume* (de peixes), *constelação* (de estrelas), *rebanho* (de ovelhas), *povo* (de pessoas).²⁵ Vês, pois, a riqueza e a complexidade que se escondem sob a aparente simplicidade do substantivo. Cada classificação revela uma faceta, um modo pelo qual a linguagem apreende e expressa a multiforme realidade. Dominar estas distinções é passo fundamental para que possas, com arte e precisão, manejar este dom divino que é a palavra.

2.2.3 Flexão de Gênero

Prossigamos em nossa jornada pelos meandros do substantivo, adentrando agora o território da **flexão de gênero**. Talvez te pareça, à primeira vista, matéria singela, mero espelho da distinção natural entre os sexos. Mas a linguagem, como espelho que é da alma humana e da complexidade do real, revela-nos aqui uma dança mais sutil e, por vezes, surpreendente. Em Gramática o gênero é, antes de tudo, uma *categoria gramatical*, uma marca formal que as palavras ostentam, nem sempre em correspondência direta com o sexo biológico dos seres que nomeiam. A língua portuguesa, herdeira que é do latim, conservou a distinção entre o **masculino** e o **feminino**, embora tenha perdido, em grande parte, o gênero neutro que vicejava na língua de Cícero e de Virgílio.²⁶ É, pois, na polaridade entre estes dois gêneros que se tece a maior parte das relações nominais. Importa, antes de mais, que distingas com clareza o **sexo**, que é atributo dos seres animados, do **gênero gramatical**, que é propriedade das palavras. Nem todo substantivo masculino nomeia um ser do sexo masculino, nem todo feminino um ser do sexo feminino. A *mesa*, por exemplo, é feminina, mas não possui sexo; o *livro* é masculino, e tampouco o tem. A língua, em sua sabedoria intrínseca, atribui gênero às palavras por razões diversas, que vão desde a etimologia e a analogia formal até convenções que se perdem na noite dos tempos. Passemos, então, a observar como se manifesta esta flexão nos substantivos portugueses.

A manifestação mais evidente da flexão de gênero dá-se nos **substantivos biformes**, aqueles que apresentam duas formas distintas, uma para o masculino e outra para o feminino. É aqui que a concordância com o sexo biológico se faz mais presente, embora não de modo absoluto. A regra geral para a formação do feminino nos biformes é a **troca da desinência -o** (marca do masculino em muitos casos) por **-a** (marca do feminino):

- *menino* / *menina*
- *gato* / *gata*
- *aluno* / *aluna*
- *filho* / *filha*

²⁵A concordância verbal com substantivos coletivos apresenta certas particularidades que serão abordadas com mais detalhe na parte de Sintaxe.

²⁶O latim possuía três gêneros (como se verá no Opúsculo de Gramática Latina): masculino, feminino e neutro. O português moderno reteve apenas resquícios do neutro em certos pronomes (isto, isso, aquilo, tudo, nada, algo) e em algumas formas substantivadas. A maioria dos antigos neutros latinos foi absorvida pelo masculino em português. Cf. *Suma Gramatical*, Quarta Parte, II.

- *tio / tia*

Contudo a língua é organismo vivo e, como tal, pródiga em variações e exceções que enriquecem sua expressividade. Vejamos algumas formas particulares de indicação do feminino nos biformes:

- **Acréscimo de -a a masculinos terminados em consoante:**

- *juiz / juíza*
- *professor / professora*
- *cantor / cantora*
- *português / portuguesa*

- **Mudança de -ão para -ã, -oa ou -ona:**

- *anão / anã*
- *irmão / irmã*
- *leão / leoa*
- *patrão / patroa*
- *solteirão / solteirona*
- *valentão / valentona*

- **Substantivos terminados em -or que formam feminino em -triz ou -eira (além do já visto -ora):**

- *ator / atriz*
- *imperador / imperatriz*
- *embaixador / embaixatriz* (a esposa do embaixador ou a mulher que exerce o cargo)²⁷
- *arrumador / arrumadeira*

- **Formas femininas com sufixos especiais como -esa, -isa, -essa:**

- *barão / baronesa*
- *conde / condessa*
- *duque / duquesa*
- *poeta / poetisa*
- *profeta / profetisa*
- *diácono / diaconisa*
- *abade / abadessa*

²⁷Nota que, em certos casos, a forma feminina pode designar tanto o ser do sexo feminino que exerce a função quanto a esposa daquele que a exerce. A distinção, muitas vezes, é feita pelo contexto ou por convenções sociais. Modernamente, tende-se a usar a mesma forma para ambos os casos ou a criar formas específicas para a mulher que exerce a função, como "embaixadora" para a diplomata.

- **Heteronímia:** Aqui a distinção de gênero se faz por palavras de radical completamente diferente. É um testemunho da riqueza lexical da língua, que, para nomear os pares naturais, recorre a vocábulos de origens diversas.

- *homem / mulher*
- *pai / mãe*
- *cavalheiro / dama*
- *cavalo / égua*
- *boi / vaca*
- *zangão / abelha*
- *bode / cabra*
- *genro / nora*

Nem todos os substantivos, porém, dançam ao som desta melodia biforme. Muitos há que, em sua nobre uniformidade, apresentam uma **única forma** para designar tanto o masculino quanto o feminino. São os **substantivos uniformes**, que se subdividem em três grupos principais:

- **Epícenos:** São aqueles que nomeiam animais (e, por extensão, algumas plantas) e possuem um só gênero gramatical para designar indivíduos de ambos os sexos. Para indicar o sexo, se necessário, recorreremos às palavras *macho* e *fêmea*.

- *a águia* (macho ou fêmea)
- *a barata* (macho ou fêmea)
- *a cobra* (macho ou fêmea)
- *o jacaré* (macho ou fêmea)
- *o tatu* (macho ou fêmea)
- *o rouxinol* (macho ou fêmea)
- *o pinheiro* (macho ou fêmea – aqui, a distinção sexual é botânica, não gramatical de modo análogo aos animais)

- **Sobrecomuns:** Estes designam pessoas e apresentam um só gênero gramatical para ambos os sexos, sem que haja alteração na forma da palavra nem nos artigos ou outros determinantes que a acompanham. O sexo é inferido pelo contexto ou por conhecimento extralinguístico.

- *a criança* (menino ou menina)
- *o cônjuge* (marido ou esposa)
- *a testemunha* (homem ou mulher)
- *o indivíduo* (homem ou mulher)
- *a vítima* (homem ou mulher)
- *o algoz* (homem ou mulher)

- **Comuns de Dois Gêneros (ou Comuns de Gênero):** São substantivos que possuem uma só forma para ambos os sexos, mas a distinção de gênero é feita pelo artigo ou por outro determinante que os precede.²⁸

- *o artista / a artista*
- *o colega / a colega*
- *o dentista / a dentista*
- *o estudante / a estudante*
- *o gerente / a gerente*
- *o jovem / a jovem*
- *o mártir / a mártir*
- *o selvagem / a selvagem*

A língua, em sua constante evolução e em sua vasta riqueza, apresenta-nos ainda algumas particularidades dignas de menção no que tange ao gênero dos substantivos.

- **Mudança de significado com a mudança de gênero:** Certos substantivos, ao mudarem de gênero, alteram também o seu significado. É um fenômeno que revela a plasticidade da palavra e sua capacidade de assumir novas roupagens semânticas.

- *o cabeça* (líder, chefe) / *a cabeça* (parte do corpo)
- *o capital* (dinheiro, bens) / *a capital* (cidade principal)
- *o caixa* (funcionário) / *a caixa* (recipiente; instituição)
- *o grama* (unidade de peso) / *a grama* (relva)
- *o moral* (ânimo, estado de espírito) / *a moral* (conjunto de regras de conduta; conclusão de uma história)
- *o rádio* (aparelho receptor) / *a rádio* (estação emissora)

- **Gênero Vacilante ou Controverso:** Para alguns substantivos, o uso ou a tradição ainda não fixaram um gênero definitivo, havendo, por vezes, variação regional ou entre diferentes falantes e gramáticos. O estudo atento e a consulta aos bons dicionaristas e gramáticos são, nestes casos, teus melhores guias. Exemplos históricos de vacilação (muitos já estabilizados no uso moderno): *diabetes* (hoje predominantemente feminino, mas outrora também usado como masculino), *personagem* (hoje comum de dois, mas com forte tendência ao feminino quando referente a mulher, e ao masculino quando a homem ou em sentido genérico), *cal* (feminino), *champanha* (masculino).²⁹

²⁸A denominação "comum de dois" ou "comum de dois gêneros" é a mais tradicional. A designação "comum de gênero" enfatiza a unidade da forma da palavra, distinguindo-se o gênero pelo determinante. Ambas as nomenclaturas são válidas.

²⁹A hesitação no gênero de certas palavras é um fenômeno natural na evolução das línguas. A norma culta tende a fixar um gênero, mas o uso popular e regional pode apresentar variações. A consulta a obras de referência é fundamental para dirimir dúvidas.

Vês, pois, que a flexão de gênero, embora pareça simples à primeira vista, desdobra-se em múltiplas formas e nuances. Compreendê-la é essencial não apenas para a correção gramatical, mas para a própria clareza e elegância da expressão. Que este estudo te sirva de guia seguro nesta fascinante dança das palavras, onde o masculino e o feminino se entrelaçam para tecer a rica tapeçaria da nossa língua portuguesa.

2.2.4 Flexão de Número

Após termos navegado pelas naturezas diversas dos substantivos, cumpre-nos agora adentrar um dos acidentes³⁰ que lhes modificam a forma para espelhar uma distinção fundamental da realidade por nós apreendida: a distinção entre o uno e o múltiplo. Refiro-me, como já deves antever, à *flexão de número*, essa modulação que permite à palavra ora designar um ente singular, ora abarcar uma pluralidade de seres.

A razão humana, em seu afã de compreender e ordenar o mundo, percebe desde logo a diferença entre *um* livro e *muitos* livros, entre *uma* estrela e *várias* estrelas. A linguagem, como instrumento fiel do pensamento, não poderia deixar de refletir essa percepção primária. Assim, a flexão de número não é mero artifício gramatical, mas eco da própria estrutura do ser, que se nos apresenta sob a dualidade do singular e do plural.

O **singular** é a forma não marcada, a base, que designa um único ser ou um conjunto tomado como unidade (como em *o povo*, *a multidão*). O **plural**, por sua vez, é a forma marcada, que indica dois ou mais seres da mesma espécie.

Em nossa língua portuguesa, herdeira da clareza latina mas também das suas transformações vulgares, a marca por excelência do plural é a desinência **-s**, que se acrescenta à forma singular. É a regra geral, a melodia principal desta sinfonia numérica: *casa* torna-se *casas*, *livro* faz *livros*, *alma* gera *almas*.

Todavia, como em toda arte que se preza, há variações sobre o tema principal, regras específicas que atendem às particularidades fonéticas e morfológicas de nossa língua. Debrucemo-nos sobre elas, com a atenção de quem busca não apenas a correção, mas a harmonia e a propriedade no dizer.

A formação do plural segue certas normas que dependem da terminação da palavra no singular. Atenta, pois, aos diversos casos:

1. **Substantivos terminados em vogal oral ou ditongo oral (exceto -ão):** Acrescenta-se simplesmente **-s**. É a aplicação direta da regra geral.

- *pai* - *pais*; *avó* - *avós*; *herói* - *heróis*; *chapéu* - *chapéus*; *degrau* - *degraus*.

2. **Substantivos terminados em -ão:** Aqui, a melodia se torna mais complexa, admitindo três variações principais, herança de distintas evoluções fonéticas do latim vulgar para o português.³¹

- A maioria forma o plural em **-ões**: *nação* - *nações*; *coração* - *corações*; *leão* - *leões*; *razão* - *razões*. Incluem-se aqui os aumentativos: *casarão* - *casarões*.

³⁰Em gramática tradicional, *acidente* refere-se às variações que uma palavra pode sofrer para indicar diferentes categorias gramaticais, como gênero, número, grau, modo, tempo, pessoa, etc. Distingue-se da *essência* da palavra, que reside em seu radical e significado primordial.

³¹A tripla possibilidade de plural para os substantivos em *-ão* (*-ãos*, *-ães*, *-ões*) reflete diferentes desenvolvimentos fonéticos do acusativo plural latino em *-ones*. A forma em *-ões* tornou-se a mais produtiva no português moderno.

- Alguns (sobretudo paroxítonos e certos monossílabos e oxítonos) formam o plural em **-ãos**: *mão* - *mãos*; *grão* - *grãos*; *órfão* - *órfãos*; *sótão* - *sótãos*; *cidadão* - *cidadãos*.
- Um grupo menor forma o plural em **-ães**: *cão* - *cães*; *pão* - *pães*; *alemão* - *alemães*; *capitão* - *capitães*; *escrivão* - *escrivães*.

Observação: Há substantivos que admitem mais de uma forma de plural, como *ancião* (*anciãos/anciães/anciões*) ou *vilão* (*vilãos/vilões*), embora o uso tenda a consagrar uma delas. A consulta a bons dicionários e a atenção aos melhores autores são, nestes casos, guias indispensáveis.

3. Substantivos terminados em -r, -z ou -n: Acrescenta-se -es.

- *mar* - *mares*; *luz* - *luzes*; *raiz* - *raízes*; *abdômen* - *abdômenes* ou *abdomens*.³²

Observação: *Caráter* faz *caracteres*, com deslocamento do acento tônico. *Cânon* faz *cânon*es.

4. Substantivos terminados em -s: A formação do plural depende da tonicidade da palavra.

- Se forem oxítonos ou monossílabos tônicos, acrescenta-se **-es**: *gás* - *gases*; *país* - *países*; *freguês* - *fregueses*; *ás* - *ases*.
- Se forem paroxítonos ou proparoxítonos, permanecem **invariáveis**: *o lápis* - *os lápis*; *o ônibus* - *os ônibus*; *o atlas* - *os atlas*.

Observação: *Cais* e *cós* são também invariáveis.

5. Substantivos terminados em -al, -el, -ol, -ul: Troca-se o -l por -is.

- *animal* - *animais*; *papel* - *papéis*; *anzol* - *anzóis*; *farol* - *faróis*; *paul* - *pauis*.

Observação: As exceções notáveis são *mal*, que faz *males*, e *cônsul*, que faz *cônsules*.

6. Substantivos terminados em -il: A formação do plural depende da tonicidade.

- Se forem oxítonos, troca-se **-il** por **-is**: *funil* - *funis*; *barril* - *barris*; *cantil* - *cantis*.
- Se forem paroxítonos, troca-se **-il** por **-eis**: *fóssil* - *fósseis*; *réptil* - *répteis*; *útil* - *úteis*.

Observação: *Projétil* admite duas formas: *projéteis* ou *projétis*.

7. Substantivos terminados em -m: Troca-se o -m por -ns.

- *jardim* - *jardins*; *álbum* - *álbuns*; *item* - *itens*; *homem* - *homens*.

³²Para substantivos terminados em -n, a forma mais comum e recomendada de plural é com o acréscimo de -es, embora a simples adição de -s seja também encontrada e, em alguns casos (como *hífen/hifens*), até preferida por alguns gramáticos. A forma em -es (ex: *hífenes*), porém, alinha-se melhor com a regra geral dos terminados em consoante.

8. Substantivos terminados em -x: Permanecem invariáveis.

- *o tórax - os tórax; a fênix - as fênix; o ônix - os ônix.*

Estas são as balizas gerais que orientam a flexão de número em nossa língua. Como em toda arte, porém, a maestria advém não só do conhecimento das regras, mas da sensibilidade para aplicá-las com justeza e elegância, atentando sempre ao uso consagrado pelos bons escritores e à clareza que a comunicação exige.

Algumas particularidades merecem ainda tua atenção:

- **Metafonia:** Certos substantivos masculinos terminados em -o tônico fechado apresentam, no plural, a vogal tônica aberta (ó). É um fenômeno fonético chamado *metafonia*, que altera o timbre da vogal. Exemplos: *ovo* [ô] - *ovos* [ó]; *porco* [ô] - *porcos* [ó]; *fogo* [ô] - *fogos* [ó]; *caroço* [ô] - *caroços* [ó]. Nem todos, contudo, sofrem essa alteração: *acordo* [ô] - *acordos* [ô]; *bolo* [ô] - *bolos* [ô]; *esposo* [ô] - *esposos* [ô]. A prática e a consulta atenta te guiarão nestes casos.³³
- **Plural de Nomes Compostos:** A pluralização dos nomes compostos segue regras próprias, por vezes intrincadas, que dependem da natureza das palavras que os formam e da relação entre elas. Detalhar-nos-emos sobre este ponto mais adiante, ao tratarmos especificamente da formação de palavras, mas fique ciente de que é matéria que exige estudo atento.
- **Substantivos usados apenas no plural (*pluralia tantum*):** Algumas palavras só existem na forma plural, mesmo que designem um único objeto ou conceito. Exemplos: *óculos, férias, parabéns, pêssames, fezes, núpcias, olheiras, cócegas, arredores.*
- **Substantivos usados geralmente no singular (*singularia tantum*):** Outros, mormente os abstratos ou os que nomeiam matéria, são usualmente empregados no singular: *a fé, a coragem, o ouro, o leite, a gente.* Sua eventual pluralização implica, não raro, mudança de sentido ou ênfase: *as fes* (diferentes crenças), *as coragens* (atos de coragem), *os ouros* (objetos de ouro), *os leites* (tipos de leite), *as gentes* (os povos).
- **Plural de Nomes Próprios:** Os nomes próprios de pessoas e lugares, quando usados para indicar pluralidade (membros de uma família, pessoas com o mesmo nome, etc.), geralmente recebem a desinência -s: *os Silvas, os Maias, os Andradás, os dois Fernandes.* Topônimos que já são plurais permanecem invariáveis: *os Estados Unidos, as Minas Gerais.*
- **Plural de Diminutivos com -zinho(a) e -zito(a):** Forma-se o plural da palavra primitiva, retira-se o -s final e acrescenta-se o sufixo diminutivo pluralizado (-zinhos, -zinhas, -zitos, -zitas). Exemplos: *papel - papéis - papeizinhos; flor - flores - florezinhas; cão - cães - cãeszitos; mão - mãos - mãozitas.*

³³A metafonia é um processo de harmonização vocálica histórica que afeta um número limitado de substantivos em português. Não há uma regra fonológica estrita que preveja todos os casos, sendo o uso culto o principal guia.

Eis aí um panorama da flexão de número em nossa língua. Medita sobre estas regras, observa-as no uso dos mestres, pratica-as em teus escritos. Pois é no domínio destes detalhes, aparentemente singelos, que reside a maestria da linguagem, a capacidade de expressar com clareza e precisão a infinita variedade do ser, seja ele uno ou múltiplo.

2.2.5 Flexão de Grau

Adentremos, caro, num aspecto da morfologia substantiva que empresta à nossa língua singular poesia e expressividade: a **Flexão de Grau**. Como o próprio nome sugere, trata-se da capacidade que têm certos substantivos de variar para indicar não apenas a sua natureza essencial, mas também uma alteração na percepção de seu tamanho, de sua intensidade ou, outrossim, de seu valor afetivo. Não cuida aqui a gramática de mensurar objetivamente a realidade, mas antes de traduzir a *impressão* que esta causa no espírito de quem fala ou escreve. É, pois, um recurso que tinge a linguagem com as cores da subjetividade, conferindo-lhe calor, ternura, ironia, ou quiçá, desprezo.

Havemos de distinguir, primeiramente, os dois caminhos pelos quais esta flexão se manifesta:

1. **Grau Aumentativo:** Indica um ser de tamanho considerado maior que o normal, ou de intensidade avantajada. Mas não te enganes, nem sempre se refere à grandeza física; amiúde, carrega consigo uma carga semântica acessória, que pode ser de admiração, de importância, ou, inversamente, de desajeitamento, de rusticidade, e até mesmo de tom pejorativo.³⁴
2. **Grau Diminutivo:** Indica um ser de tamanho considerado menor que o normal, ou de intensidade atenuada. Tal como o aumentativo, transcende a mera dimensão física para expressar uma vasta gama de matizes afetivos: carinho, ternura, modéstia, familiaridade, mas também ironia, depreciação ou insignificância.

A expressão destes graus pode dar-se por duas vias principais: a sintética e a analítica.

Forma Sintética: É aquela que se vale do acréscimo de *suffixos* específicos ao radical do substantivo. É nesta forma que reside a maior riqueza expressiva e poética da flexão de grau.

- Para o **aumentativo**, a língua portuguesa dispõe de variados sufixos, sendo **-ão** o mais comum e produtivo (*casarão, livrão, muralha, homenzarrão*). Outros, porém, emprestam nuances particulares: **-aço/-aça** (muitas vezes apreciativo ou indicando força: *ricaço, golaço, barcaça*); **-alhão** (frequentemente com ideia de desajeitamento: *grandalhão*); **-arra** (quase sempre pejorativo ou indicando rusticidade: *bocarra, naviarra*); **-orra** (também comum em sentido depreciativo: *cabeçorra*); **-aréu** (indicando vastidão ou grande quantidade, por vezes de modo vago: *fogaréu, mundaréu*).³⁵

³⁴A carga semântica adicional, frequentemente afetiva ou pejorativa, sobreposta à noção de tamanho, é característica marcante da flexão de grau sintética em português, distinguindo-a da mera indicação dimensional objetiva. Cf. Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª ed., Editora Nova Fronteira, 2009, p. 126-127.

³⁵A produtividade e as conotações semânticas dos sufixos aumentativos podem variar regionalmente e ao longo do tempo. A escolha do sufixo adequado depende, pois, não só da norma culta, mas também da intenção expressiva do falante/escrevente. Vide *Suma Gramatical*, Quarta Parte, V, 5.2.1.

- Para o **diminutivo**, a profusão de sufixos é ainda maior, refletindo a inclinação da alma lusófona para a ternura e a nuance afetiva. Os mais usuais são **-inho/-zinho** e **-ita/-zita**, carregados frequentemente de carinho ou familiaridade (*casinha, pai-zinho, livrinho, florzinha; casita, cãozito*). Outros sufixos trazem consigo matizes diversos: **-eco/-eca** (muitas vezes depreciativo: *jornaleco, livreco*); **-ebre** (*casebre*); **-ejo** (*lugarejo*); **-ete/-eta** (*corpete, saleta*); **-ote/-ota** (*caixote, rapazote, velhote* - por vezes com tom jocoso ou ligeiramente depreciativo); **-ículo/-ícula, -úsculo/-úscula, -únculo/-úncula** (de origem erudita, latina, indicando pequenez objetiva ou, por vezes, carinho formal: *versículo, gotícula, corpúsculo, homúnculo*).³⁶

Forma Analítica: Consiste no emprego de *adjetivos* que indicam tamanho ou intensidade, pospostos ao substantivo. Exemplos: *casa grande, livro pequeno, problema enorme, detalhe minúsculo*. Esta forma tende a ser mais objetiva, descrevendo a dimensão ou a intensidade sem necessariamente carregar a mesma carga afetiva dos sufixos. Contudo, a escolha do adjetivo (dizer *imenso* em vez de *grande*, por exemplo) também pode modular a expressão.

Sustenta a sã tradição gramatical³⁷, com acerto, parece-nos, que tais sufixos aumentativos e diminutivos são *flexionais*, e não meramente derivacionais. Com efeito, eles não criam uma nova palavra com significado distinto, mas modificam a percepção do mesmo substantivo, acrescentando-lhe uma nuance de grau (seja dimensivo, seja intensivo ou afetivo). Um *livrinho* não deixa de ser um *livro*; um *casarão* não deixa de ser uma *casa*. Diferente é o caso da derivação propriamente dita, onde o sufixo altera a classe gramatical ou o significado essencial (como de *pedra* se forma *pedreiro*, que já não é pedra, mas aquele que trabalha com ela). Esta natureza flexional confere ao grau sua extraordinária capacidade expressiva e afetiva.

Hás de notar, outrossim, caro estudante, que nem toda palavra terminada com sufixo de aparência aumentativa ou diminutiva o é de fato em seu sentido atual. Muitas vezes, a forma se cristalizou, adquirindo significado próprio e perdendo, total ou parcialmente, a noção original de grau. Pensa em *cartão*, que já não é simplesmente uma "carta grande", mas um objeto específico; ou em *portão*, que designa um tipo particular de porta, não necessariamente maior; ou em *folhinha*, que nomeia um calendário, e não uma "folha pequena". São casos em que a forma se lexicalizou, tornando-se um novo substantivo, embora sua origem morfológica remeta à flexão de grau.

Vês, portanto, como a Flexão de Grau, mormente em sua forma sintética, é mais que um mero recurso gramatical para indicar tamanho. É uma ferramenta poderosa da expressividade, um pincel com que o falante ou escritor colore a palavra, impregnando-a de sentimento, de julgamento, de afeto. É a poesia imanente à própria forma da língua, que nos permite não apenas nomear o mundo, mas também expressar nossa íntima relação com ele. Cultiva, pois, o discernimento no uso destes matizes, e tua linguagem ganhará em riqueza, em calor e em humanidade.

³⁶A escolha entre ‘-inho’ e ‘-zinho’ (e suas variantes femininas e plurais) obedece a regras fonológicas e morfológicas específicas, mas também a preferências estilísticas. Geralmente, ‘-zinho’ é usado com palavras terminadas em vogal tônica ou ditongo, ou para evitar ambiguidades fonéticas, como em *pastelzinho* (e não "pastelinho").

³⁷Vide Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa*, Quarta Parte, IV, onde se distingue claramente a derivação sufixal da flexão. Os sufixos de grau dimensivo (aumentativo e diminutivo) são aí classificados como flexionais.

2.3 Capítulo 6: O Adjetivo

Passemos agora a considerar outra classe de palavras de suma importância na arquitetura da nossa língua: o *adjetivo*. Se o substantivo, como vimos, é o termo que nomeia os seres e as coisas, dando-lhes existência no discurso, o adjetivo é a veste que o adorna, a cor que o matiza, a qualidade que o distingue. É ele que empresta ao substantivo suas múltiplas tonalidades, seus variados aspectos, suas circunstâncias particulares.

Primariamente, pois, havemos de entender o adjetivo como um **modificador do substantivo**³⁸, ou de palavra que lhe faça as vezes (como um pronome substantivo). Sua função precípua é indicar-lhe uma qualidade (*homem bom*), uma propriedade (*água límpida*), um estado (*criança doente*) ou uma relação (*amor materno*). Sem o substantivo a que se adere, o adjetivo, via de regra, paira como um espírito sem corpo, uma cor sem tela onde pousar.³⁹

Considera, por exemplo, a diferença entre dizer simplesmente "*Livro*" e dizer "*Livro antigo, raro e valioso*". No primeiro caso, tens a ideia nua da coisa; no segundo, a ideia veste-se de atributos que a individualizam, que a tornam particular aos olhos da inteligência. Eis aí a força do adjetivo: a de pintar a realidade com as cores da precisão e da expressividade.

A relação entre o substantivo e o adjetivo é, pois, de íntima dependência. O adjetivo serve ao substantivo, qualificando-o ou determinando-o. Quando o *qualifica*, acrescenta-lhe uma nota distintiva, uma característica intrínseca ou acidental (*céu azul, noite fria, homem prudente*). Quando o *determina*, restringe ou especifica a sua extensão, situando-o em relação a outros seres (*meu livro, este jardim, segundo volume, algum receio*).⁴⁰

Importa notar, outrossim, a notável plasticidade da linguagem, que permite, por vezes, a *substantivação do adjetivo*. Ocorre quando o adjetivo, desacompanhado de seu substantivo (expresso ou elíptico), passa ele mesmo a nomear o ser ou a qualidade que representa, assumindo então as funções próprias do substantivo. Exemplos: "*O belo atrai*", "*Os fortes resistem*", "*O azul do céu*".⁴¹

Menos comum, mas não impossível, é o processo inverso, em que um substantivo qualifica outro, exercendo função adjetiva, mormente em linguagem figurada ou para conferir ênfase: "*aquele monstro de homem*", "*um rei profeta*". Nestes casos, porém, o substantivo em função adjetiva mantém sua natureza original, tratando-se antes de um recurso estilístico (aposição especificativa implícita ou metáfora).

Não raro a qualidade ou a circunstância do substantivo não se exprime por um só vocábulo, mas por um conjunto de palavras que gravitam em torno de um núcleo substantivo, introduzido geralmente por preposição. A este conjunto, que equivale funcionalmente a um adjetivo, damos o nome de **Locução Adjetiva**. Observa estes exemplos:

³⁸Na tradição gramatical clássica, o adjetivo era muitas vezes considerado uma subclasse do nome (*nomen adjectivum*), distinguindo-se do *nomen substantivum*. Sua função primordial, contudo, sempre foi a de qualificar ou determinar a substância significada pelo substantivo.

³⁹Dizemos "via de regra" porque, como veremos, o adjetivo pode substantivar-se, passando a designar o ser que possui a qualidade: *o belo, os bons, os justos*.

⁴⁰Esta distinção entre adjetivos qualificativos e determinativos é mais acentuada na gramática moderna. Os determinativos abrangem os artigos, numerais, possessivos, demonstrativos e indefinidos quando em função adjetiva (modificando um substantivo). Na *Suma Gramatical*, estes são tratados em suas respectivas classes (pronomes, numerais, artigos), mas sua função adjetivadora é reconhecida.

⁴¹A este processo, pelo qual uma palavra de outra classe gramatical passa a exercer função de substantivo, dá-se o nome de *substantivação* ou *derivação imprópria*. É fenômeno corrente em diversas línguas.

- *amor de mãe* (= amor materno)
- *luz do sol* (= luz solar)
- *homem sem escrúpulos* (= homem inescrupuloso)
- *água da chuva* (= água pluvial)
- *presente de grego* (= presente traiçoeiro)

A locução adjetiva, pois, enriquece a língua, oferecendo matizes e precisões que nem sempre o adjetivo simples alcançaria.⁴²

Como fiel escudeiro que é, o adjetivo acompanha o substantivo não só no significado, mas também na forma, concordando com ele em **gênero** (masculino ou feminino) e **número** (singular ou plural). Esta concordância é um dos pilares da clareza e da correção sintática.

Quanto ao gênero, temos:

- **Adjetivos Biformes:** Apresentam duas formas, uma para o masculino, outra para o feminino. A forma feminina geralmente se obtém pela troca do *-o* final do masculino por *-a* (*belo/bela*), ou pelo acréscimo de *-a* a outras terminações (*português/portuguesa*, *trabalhador/trabalhadora*).
- **Adjetivos Uniformes:** Possuem uma única forma para ambos os gêneros. Exemplos: *homem feliz/mulher feliz*, *rapaz útil/moça útil*, *problema simples/solução simples*.

Quanto ao número, a regra geral é acrescentar *-s* à forma do singular para obter o plural (*belo/belos*, *bela/belas*, *feliz/felizes*). Há, contudo, particularidades que debes observar.⁴³

- Adjetivos terminados em *-l*: trocam o *-l* por *-is* (*útil/úteis*) ou por *-éis* (*possível/possíveis*), ou por *-óis* (*espanhol/espanhóis*), ou por *-uis* (*azul/azuis*). Os terminados em *-il* átono fazem *-eis* (*fácil/fáceis*), enquanto os tônicos fazem *-is* (*civil/civis*).
- Adjetivos terminados em *-m*: trocam o *-m* por *-ns* (*bom/bons*).
- Adjetivos terminados em *-ão*: podem fazer o plural em *-ãos*, *-ães* ou *-ões* (*cristão/cristãos*, *alemão/alemães*, *bonachão/bonachões*).
- Adjetivos terminados em *-r*, *-z* ou *-s* (estes últimos, se não paroxítonos): acrescentam *-es* (*particular/particulares*, *feliz/felizes*, *português/portugueses*). Os paroxítonos terminados em *-s* são invariáveis (*simples*).

⁴²A locução adjetiva caracteriza-se pela estrutura PREPOSIÇÃO + SUBSTANTIVO (ou palavra substantivada), conjunto este que modifica um substantivo antecedente, tal como o faria um adjetivo simples.

⁴³As regras de formação do plural dos adjetivos seguem, em grande parte, as dos substantivos. Serão detalhadas na seção específica sobre flexão de número.

Nos **adjetivos compostos**, via de regra, apenas o último elemento flexiona em gênero e número (*problema **socioeconômico**/problemas **socioeconômicos**, menina **surda-muda**/meninas **surdas-mudas***). Contudo, se o último elemento for um substantivo, o composto tende a ficar invariável, mormente se indicar cor (*blusa **verde-oliva**/blusas **verde-oliva**, gravata **azul-celeste**/gravatas **azul-celeste***). O composto *azul-marinho* é sempre invariável.

Mas não se limita a isso a capacidade flexional do adjetivo. Ele pode também variar em **grau**, expressando a intensidade da qualidade que atribui ao substantivo, ou comparando essa qualidade entre dois ou mais seres.

Temos, primeiramente, o **Grau Comparativo**, que estabelece uma relação de igualdade, superioridade ou inferioridade:

- *Comparativo de Igualdade*: forma-se com *tão + adjetivo + como/quanto* (*Pedro é **tão alto quanto** João.*).
- *Comparativo de Superioridade*:
 - Analítico: forma-se com *mais + adjetivo + (do) que* (*Pedro é **mais alto (do) que** João.*).
 - Sintético (para poucos adjetivos): *bom -> **melhor**; mau -> **pior**; grande -> **maior**; pequeno -> **menor*** (*Este vinho é **melhor** que aquele.*).
- *Comparativo de Inferioridade*: forma-se com *menos + adjetivo + (do) que* (*Pedro é **menos alto (do) que** João.*).

Observação importante: As formas sintéticas (*melhor, pior, maior, menor*) substituem as analíticas ("mais bom", "mais mau", "mais grande", "mais pequeno"⁴⁴) na comparação entre dois seres distintos. Todavia, se comparamos duas qualidades *no mesmo ser*, usamos as formas analíticas: "*Este homem é **mais bom** do que inteligente*", "*Sua casa é **mais grande** do que confortável*".

Temos, em segundo lugar, o **Grau Superlativo**, que eleva a qualidade ao seu mais alto nível, seja de forma absoluta, seja em relação a um conjunto.

- *Superlativo Absoluto*:
 - Analítico: forma-se com advérbios de intensidade (*muito, extremamente, assaz, bastante, etc.*) + adjetivo (*Pedro é **muito alto***).
 - Sintético: forma-se pelo acréscimo de sufixos ao radical do adjetivo, sendo o mais comum *-íssimo* (*altíssimo*). Há outros sufixos, geralmente eruditos, como *-érrimo* (*paupérrimo, celebérrimo*) e *-ílmo* (*facílmo, humílmo*).⁴⁵ As formas irregulares são: *bom -> **ótimo**; mau -> **péssimo**; grande -> **máximo**; pequeno -> **mínimo***.

⁴⁴Embora "mais pequeno" seja corrente em Portugal, a norma culta brasileira e a tradição literária preferem "menor".

⁴⁵Os superlativos absolutos sintéticos em *-érrimo* e *-ílmo* são, em geral, de origem erudita, diretamente adaptados do latim, por vezes com base no radical latino e não no português: *magro -> macérrimo, nobre -> nobilíssimo*.

- *Superlativo Relativo*: Compara a qualidade de um ser com a de todos os outros de um conjunto.
 - De Superioridade: forma-se com *o/a/os/as + mais + adjetivo + de/dentre* (*Pedro é o mais alto da turma.*).
 - De Inferioridade: forma-se com *o/a/os/as + menos + adjetivo + de/dentre* (*Pedro é o menos alto da turma.*).

Finalmente, consideremos a **colocação** do adjetivo. Em português, a posição mais comum é *após* o substantivo (*casa branca*). Contudo, a anteposição é frequente, podendo:

- Manter o mesmo sentido, por razões estilísticas ou rítmicas (*branca neve*).
- Alterar o sentido do adjetivo (*pobre homem* [coitado] vs. *homem pobre* [sem recursos]).
- Conferir ao adjetivo um valor mais subjetivo ou afetivo (*Que bela paisagem!*).

Eis aí um panorama da riqueza e da versatilidade do adjetivo. É ele que dá vida e cor ao substantivo, que o particulariza, que o distingue, que o torna apreensível em suas múltiplas facetas. Usá-lo com propriedade e elegância é marca de quem domina, deveras, a arte da palavra.

2.3.1 O Adjetivo como Qualificador e Determinador

Prosseguindo em nossa jornada pela arte gramatical, meu caro discípulo, volvemos agora nosso olhar para outra classe de palavras de suma importância, vizinha e serva do substantivo: o *adjetivo*.⁴⁶ Se o substantivo nos dá o nome da substância ou daquilo que como tal concebemos, o adjetivo vem a ser a palavra que o determina ou modifica, que lhe acrescenta uma qualidade, uma propriedade, um estado, uma circunstância – enfim, que lhe empresta cor e matiz, que o retira da generalidade e o aproxima da singularidade concreta.

Havemos de distinguir, contudo, dois modos principais pelos quais o adjetivo exerce essa sua função modificadora ou determinadora. São eles modos que espelham, uma vez mais,⁴⁷ as próprias categorias do ente: a qualidade intrínseca e as determinações mais extrínsecas.

Primeiramente, considera o adjetivo em sua função mais arquetípica: a de **qualificar**. Neste mister, o adjetivo expressa uma qualidade inerente ao substantivo, uma propriedade que lhe modifica a essência ou o modo de ser, um estado em que se encontra. Pensa na *rosa vermelha*, no *céu azul*, no *homem prudente*, na *água fria*. Em todos estes exemplos, os adjetivos (*vermelha*, *azul*, *prudente*, *fria*) não apenas acompanham o substantivo, mas lhe atribuem uma característica intrínseca, uma qualidade que o define ou descreve mais intimamente.

⁴⁶O termo *adjetivo* provém do latim *adjectivum*, de *adjectus*, particípio passado de *adjicere*, que significa 'lançar para', 'acrescentar', 'juntar a'. Indica, pois, aquilo que se junta ou se acrescenta ao nome (substantivo).

⁴⁷Como já aludido na Quarta Parte da *Suma Gramatical*, §2.1, as classes gramaticais tendem a refletir as categorias lógicas do ser.

Estes adjetivos, que a tradição gramatical denomina **qualificativos**, correspondem de perto à categoria lógica da *qualidade*. São eles que nos permitem pintar o mundo com cores mais vivas, que nos facultam expressar as inúmeras nuances da realidade percebida ou concebida. Significam, pois, os acidentes que inerem na substância e a qualificam: *belo, feio, bom, mau, grande, pequeno, sábio, ignorante, veloz, lento, quente, frio, alto, baixo...* a lista seria infindável, como infindáveis são as qualidades que podemos predicar dos seres.⁴⁸

Nota, ademais, a estreita relação entre o adjetivo qualificativo e o substantivo abstrato que dele deriva. Da qualidade *belo* formamos o substantivo *beleza*; de *prudente*, *prudência*; de *frio*, *frieza*. O substantivo abstrato nomeia a própria qualidade considerada em si mesma, abstraída do ser em que inere; o adjetivo, por sua vez, predica essa mesma qualidade de um ser concreto.⁴⁹

Em segundo lugar, temos o adjetivo em sua função de **determinar**. Aqui, já não se trata tanto de expressar uma qualidade intrínseca, mas de modificar o substantivo extrinsecamente, de delimitá-lo, especificá-lo, situá-lo em relação a outros seres ou ao próprio discurso. São os adjetivos que respondem, de algum modo, às perguntas "qual?", "de quem?", "quanto?".

Nesta seara encontramos aqueles vocábulos que, embora partilhando a função adjetiva de acompanhar o nome, a tradição gramatical por vezes classifica como classes à parte ou subclasses pronominais e numerais, além do artigo. Consideremo-los aqui sob a ótica de sua função determinante junto ao substantivo:

- **Adjetivos Possessivos:** Indicam a relação de posse ou pertença entre o ser nomeado pelo substantivo e uma das pessoas do discurso. Exemplos: *meu livro, tua casa, seu destino, nossa pátria, vosso esforço, sua glória*. Determinam o substantivo indicando a quem ele pertence.
- **Adjetivos Demonstrativos:** Situam o ser nomeado pelo substantivo no espaço, no tempo ou no próprio discurso, em relação às pessoas da interlocução. Exemplos: *este momento, essa ideia, aquele homem*. Delimitam o substantivo apontando para sua posição relativa.
- **Adjetivos Indefinidos (ou Indefinidores):** Referem-se ao substantivo de modo vago, impreciso, indeterminado, ou indicam uma quantidade não específica. Exemplos: *algum receio, nenhum amigo, certo dia, muitos perigos, pouca fé, qualquer caminho*. Determinam o substantivo, mas de forma não específica, indefinida.
- **Adjetivos Numerais:** Indicam a quantidade exata dos seres nomeados pelo substantivo (Cardinais) ou a ordem que ocupam numa série (Ordinais). Exemplos: *três naus, cem homens* (Cardinais); *a primeira batalha, o quinto canto* (Ordinais). Determinam o substantivo quantitativa ou ordinalmente.⁵⁰

⁴⁸Aristóteles, nas *Categorias*, trata a Qualidade como um dos dez gêneros supremos do ser. O adjetivo qualificativo é a classe gramatical que primariamente expressa este predicamento.

⁴⁹Esta relação morfológica e semântica entre adjetivo qualificativo e substantivo abstrato de qualidade é fundamental. O substantivo capta a essência da qualidade; o adjetivo aplica-a a um sujeito.

⁵⁰Como se aprofundará ao tratar cada classe, os possessivos, demonstrativos, indefinidos e numerais podem também funcionar como substantivos, quando substituem o nome a que se refeririam. Aqui, contudo, tratamo-los em sua função adjetiva, isto é, como determinantes que acompanham o substantivo.

- **O Artigo:** Caso particularíssimo de determinante, o artigo (definido: *o, a, os, as*; indefinido: *um, uma, uns, umas*) precede o substantivo para indicá-lo como ser determinado e conhecido (*o rei*) ou como ser indeterminado e não especificado (*um rei*). Sua função é eminentemente determinadora, individualizando ou generalizando o substantivo a que se junta.⁵¹

Vês, portanto, caro aprendiz, que o adjetivo, em sua dupla face de qualificador e determinador, desempenha papel crucial na construção do sentido. Ora pinta a essência do ser com as cores da qualidade, ora lhe demarca os contornos no vasto mapa da realidade e do discurso. É ele que confere precisão, vivacidade e particularidade à nossa linguagem, permitindo-nos não apenas nomear o mundo, mas também descrevê-lo e especificá-lo em sua infinita riqueza de matizes. Atentar para a natureza e o emprego dos adjetivos é, pois, passo indispensável no caminho da mestria gramatical e da clareza do pensamento.

2.3.2 Classificação dos Adjetivos

Se o substantivo é o nome que damos ao ser em sua substância, o adjetivo é a veste com que o cobrimos, a cor com que o pintamos, a qualidade que nele reconhecemos ou lhe atribuímos. É a palavra que, em essência, modifica o substantivo (ou um equivalente seu, como um pronome substantivo), indicando-lhe uma propriedade, um estado, uma condição, uma relação.⁵² Assim como o pintor dispõe de vasta paleta para dar vida e matiz à sua tela, assim também a língua nos oferece uma rica variedade de adjetivos para que possamos descrever o mundo com precisão e expressividade. Mister se faz, portanto, que adentremos na classificação destas palavras, para que compreendas a sua natureza e a diversidade de suas funções. Distinguimos, pois, primeiramente, duas grandes famílias de adjetivos, segundo a natureza daquilo que expressam em relação ao substantivo:

- **Adjetivos Qualificativos:** Estes são os que mais propriamente associamos à ideia de "qualidade". Significam as propriedades intrínsecas ou estados inerentes ao ser nomeado pelo substantivo. Expressam cor, forma, dimensão, estado físico ou moral, etc. São eles que pintam o retrato do substantivo com cores mais vivas. Exemplos: homem *bom*, céu *azul*, noite *escura*, mar *revolto*, alma *triste*, pensamento *elevado*, som *suave*.
- **Adjetivos Determinativos** (ou Relacionais):⁵³ Estes, por outro lado, não expressam uma qualidade inerente, mas antes uma relação extrínseca do substantivo com outra realidade, ou uma determinação quanto à sua quantidade, posse, ou situação no espaço e no tempo. Indicam origem, matéria, posse, número, ordem, especificação. Muitos destes adjetivos, como terás notado ou notarás em breve, pertencem

⁵¹A natureza do artigo é complexa, ora aproximando-se dos demonstrativos (especialmente o definido), ora dos indefinidos (o indefinido). Sua função primordial, contudo, é a de determinante do substantivo.

⁵²Aristotelicamente, o adjetivo corresponde, em grande medida, à categoria do acidente, mormente à da *qualidade*. Contudo, como veremos, sua abrangência semântica estende-se a outras categorias acidentais como a relação e a quantidade, quando estas são expressas atributivamente.

⁵³A tradição gramatical por vezes classifica estes últimos como *Adjetivos de Relação*. Preferimos aqui o termo *Determinativo* por sua maior abrangência, englobando não apenas relações de origem ou posse, mas também de número e especificação demonstrativa, ainda que reconheçamos a profunda relação que todos estes mantêm com a categoria lógica da *relação*.

também a outras classes gramaticais, como os pronomes e os numerais, mas aqui os consideramos enquanto exercem função adjetiva, ou seja, enquanto modificam um substantivo.⁵⁴ Exemplos: vinho *português* (origem), mesa *de madeira* (matéria - aqui sob a forma de locução, como veremos), *meu* livro (posse), *este* dia (situação demonstrativa), *poucos* amigos (quantidade indefinida), *quarto* capítulo (ordem numérica), *três* cavaleiros (quantidade definida).

Ademais das palavras simples, a função adjetiva pode ser desempenhada por **Locuções Adjetivas**. Estas são conjuntos de duas ou mais palavras, geralmente iniciadas por preposição, que equivalem semanticamente a um adjetivo, modificando um substantivo. São um recurso valioso para expressar nuances que um único adjetivo talvez não captasse. Exemplos: amor *de mãe* (= maternal), homem *sem medo* (= destemido), luz *do sol* (= solar), rosto *de anjo* (= angelical), força *de leão* (= leonina), água *da chuva* (= pluvial). Observa como a preposição estabelece a relação entre o substantivo modificado e o núcleo da locução. Uma categoria particular dentro dos adjetivos determinativos (ou mesmo qualificativos, segundo a perspectiva) são os **Adjetivos Pátrios** (ou **Gentílicos**). Estes indicam a origem geográfica, a nacionalidade, a naturalidade do ser nomeado pelo substantivo. Exemplos: cidadão *brasileiro*, vinho *francês*, escritor *paulistano*, costumes *européus*, paisagem *africana*. À semelhança do que vimos com os substantivos, também os adjetivos se classificam quanto à sua **estrutura e formação**:

- **Quanto à estrutura**: Podem ser **Simples** (formados por um só radical: *belo*, *alto*, *feliz*) ou **Compostos** (formados por mais de um radical: *azul-marinho*, *surdo-mudo*, *socioeconômico*).
- **Quanto à formação**: Podem ser **Primitivos** (que não derivam de outra palavra: *bom*, *puro*, *forte*) ou **Derivados** (que se formam a partir de outras palavras, geralmente por sufixação ou prefixação: *bondoso*, *pureza*, *infeliz*, *desleal*, *amável*).

55

Vês, portanto, a riqueza desta classe de palavras, caro estudante. O adjetivo não é mero ornamento; é ferramenta essencial para a precisão do pensamento e a beleza da expressão. É ele que nos permite distinguir, qualificar, relacionar, pintar com palavras a infinita variedade do ser. Aprende, pois, a reconhecer suas diversas formas e funções, para que tua linguagem se torne cada vez mais um espelho fiel da realidade e um instrumento afinado para a comunicação das ideias.

⁵⁴Importa sobremaneira notar que muitas das palavras aqui classificadas como adjetivos determinativos pertencem também, e por vezes mais propriamente, a outras classes gramaticais, como os pronomes (possessivos, demonstrativos, indefinidos) e os numerais (ordinais, cardinais). A tradição gramatical, por vezes, opta por classificá-las primordialmente como pronomes ou numerais, dada a especificidade de sua função. Contudo, ao exercerem função atributiva junto ao substantivo (*meu livro*, *este homem*, *quatro cavaleiros*, *segundo capítulo*), manifestam inegável caráter adjetivo. Reconhecemos aqui essa dupla natureza, seguindo a perspectiva que ora privilegia a função adjetivante que exercem na estrutura sintática, função esta que os aproxima essencialmente dos adjetivos qualificativos. Cf. *Suma Gramatical*, Quinta Parte, III e IV.

⁵⁵A formação de adjetivos por derivação (sufixal, prefixal, parassintética) segue processos análogos aos observados nos substantivos, utilizando afixos para modificar o sentido da palavra primitiva ou para adaptá-la à função adjetiva. Vide Quarta Parte, V da *Suma Gramatical*.

2.3.3 Locuções Adjetivas

Havemos agora de volver nossa atenção a uma construção particular e deveras frequente em nossa língua, que, conquanto não constitua uma classe gramatical autônoma, desempenha papel crucial na qualificação e determinação dos nomes: falo da *locução adjetiva*.

Mister se faz principiar pela definição mesma daquilo que denominamos *locução adjetiva*. Trata-se, com efeito, não de uma palavra una, mas de um grupo vocabular, de uma constelação de termos que, em conjunto, vêm a exercer a função própria de um adjetivo, ou seja, a de modificar um substantivo, atribuindo-lhe uma qualidade, característica, origem, matéria, posse, fim, etc. Estrutura-se, o mais das vezes, pela união de uma *preposição* a um *núcleo*, este frequentemente um substantivo, mas podendo outrossim ser um advérbio ou mesmo um pronome em certos contextos.⁵⁶

Vê, por exemplo, em *anel de ouro*. O núcleo *ouro*, regido pela preposição *de*, vem qualificar o substantivo *anel*, indicando-lhe a matéria de que é feito. Outrossim, em *amor de mãe*, a locução especifica a origem ou natureza desse amor, distinguindo-o de outros amores. Pensa ainda em *homem sem escrúpulos*, *água da chuva*, *luz do Sol*, *café com leite*, *viagem a cavalo*, *casa de campo*. Em cada qual, a locução adjetiva, encabeçada por uma preposição, tece uma relação particular entre o substantivo modificado e o núcleo da própria locução.

Hás de notar, outrossim, que muitas destas locuções encontram correspondência num adjetivo simples, cognato ou de sentido equivalente. Assim, *luz do sol* pode comutar-se por *luz solar*; *água da chuva*, por *água pluvial*; *amor de irmão*, por *amor fraterno*; *problemas da cidade*, por *problemas urbanos*.⁵⁷ Contudo, nem sempre se dá tal equivalência direta, ou, quando se dá, pode haver matizes de significado ou de registro que diferenciem as duas formas. Há casos, deveras, em que a locução revela-se ferramenta insubstituível, pois não há adjetivo simples que traduza cabalmente a relação expressa. Considera *casa sem teto* ou *homem de palavra*. Que adjetivo simples poderia verter com igual precisão e naturalidade tais noções? Vês aí a riqueza e a necessidade de que dispomos com estas construções frasais.

A função primordial da locução adjetiva é, pois, ornamentar o substantivo, vesti-lo com atributos que a forma adjetiva simples porventura não alcance ou que se queira expressar de modo mais analítico ou circunstanciado. Ela permite detalhar a relação entre os entes, especificar proveniências, matérias, finalidades, posses, de maneira que a simples aposição de um adjetivo talvez não lograsse.

Não se confunda, porém, a locução adjetiva, que modifica um nome, com a locução adverbial, que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio. A função sintática é o critério distintivo cabal. Em "*Chegou de manhã*", a locução modifica o verbo *chegou*, indicando tempo; é, pois, adverbial. Mas em "*O orvalho da manhã*", a locução modifica o substantivo *orvalho*; é, portanto, adjetiva.

Em suma, a locução adjetiva é um recurso valioso, uma joia da sintaxe que nos permite pintar o nome com cores mais vivas e precisas, tecendo relações e especificando sentidos que enriquecem sobremaneira nossa capacidade de expressão. Hás de reconhecê-

⁵⁶A estrutura canônica é, pois, Preposição + Substantivo (ou palavra substantivada), conquanto o núcleo possa, mais raramente, ser de outra classe, como um advérbio em locuções como *pneu de trás*.

⁵⁷A relação entre a locução adjetiva e o adjetivo cognato é um campo fértil para o estudo da derivação e da semântica histórica. Nem toda preposição formadora de locução adjetiva terá um sufixo adjetival correspondente de maneira sistemática.

la e empregá-la com discernimento, para que tua escrita e tua fala alcancem a clareza e a elegância a que todo estudante das letras deve aspirar.⁵⁸

2.3.4 Flexão de Gênero

Prosseguindo em nossa jornada pelos meandros da arte gramatical, volvemos agora nosso olhar para uma das mais delicadas e fundamentais concordâncias que se estabelecem na língua portuguesa: a **flexão de gênero do adjetivo** em sua relação com o substantivo a que se refere. Tal como um músico que afina seu instrumento para que soe em perfeita harmonia com a orquestra, assim também o adjetivo deve conformar-se ao gênero do substantivo que qualifica ou determina, criando uma melodia sintática agradável ao ouvido e clara à inteligência. Importa, antes de tudo, recordar que o gênero, em gramática, é uma categoria que transcende a mera distinção biológica entre os sexos.⁵⁹ As palavras, em português, classificam-se em masculinas e femininas, e esta classificação impõe ao adjetivo a necessidade de ajustar sua forma, de "vestir-se" com a roupagem adequada para acompanhar seu senhor, o substantivo. Esta subserviência do adjetivo ao substantivo não é, contudo, um grilhão que lhe tolha a liberdade expressiva; ao contrário, é a condição mesma para que possa cumprir com galhardia sua função de pintar com cores e matizes a realidade que o nome designa. A flexão de gênero dos adjetivos manifesta-se, de modo geral, pela **terminação** da palavra. Assim como os substantivos, muitos adjetivos apresentam formas distintas para o masculino e para o feminino.

- **Adjetivos Biformes:** São aqueles que possuem duas formas, uma para o masculino e outra para o feminino. A forma masculina, em regra, termina em *-o* átono, enquanto a feminina se faz pela troca deste *-o* por *-a*. Exemplos:

- *belo* homem / *bela* mulher
- *alto* monte / *alta* montanha
- *livro* novo / *carta* nova
- *aluno* estudioso / *aluna* estudiosa

Observe-se que, quando o adjetivo masculino termina em *-ês*, *-or* (com algumas exceções) ou *-u*, o feminino se forma, respectivamente, em *-esa*, *-ora* ou *-ua*:

- *português* / *portuguesa*
- *francês* / *francesa*
- *trabalhador* / *trabalhadora*
- *nadador* / *nadadora* (Mas: *melhor*, *pior*, *maior*, *menor* são invariáveis em gênero.)
- *cru* / *crua*

⁵⁸A escolha entre o adjetivo e a locução correspondente recai amiúde no âmbito da estilística, dependendo da ênfase desejada, do ritmo da frase ou do registro linguístico. Vide *Suma Gramatical*, Quinta Parte, para a análise das funções adjetivas e sua relação com as locuções.

⁵⁹Conforme Nougé, em sua *Suma Gramatical*, Quarta Parte, I, a noção de gênero gramatical tem raízes na observação da natureza, mas evolui para uma classificação formal das palavras, nem sempre coincidente com o sexo biológico dos seres que nomeiam.

– *nu* / *nua*

Também os adjetivos terminados em *-ão* geralmente formam o feminino trocando *-ão* por *-ã* ou, mais raramente, por *-ona*:

– *são* / *sã*

– *alemão* / *alemã*

– *chorão* / *chorona* (Aqui, com valor distinto, mais pejorativo)

- **Adjetivos Uniformes:** São aqueles que apresentam uma única forma para ambos os gêneros. A distinção, neste caso, é feita pelo artigo ou por outro determinante que acompanhe o substantivo.

– Adjetivos terminados em *-e*: homem *inteligente* / mulher *inteligente*

– Adjetivos terminados em *-l*: homem *fiel* / mulher *fiel* (Mas: *espanhol/espanhola*)

– Adjetivos terminados em *-m*: homem *comum* / mulher *comum*

– Adjetivos terminados em *-ar* (geralmente de origem verbal): olhar *singular* / beleza *singular*

– Adjetivos terminados em *-s* (alguns): homem *simples* / mulher *simples* (Mas: *português/portuguesa*)

– Adjetivos terminados em *-z*: homem *feliz* / mulher *feliz*

Uma particularidade digna de nota reside nos adjetivos compostos. A regra geral dita que apenas o último elemento flexiona em gênero (e número), conformando-se ao substantivo. Exemplos: acordo *lusu-brasileiro* / cultura *lusu-brasileira*; problema *sócio-econômico* / questão *sócio-econômica*.⁶⁰ Contudo, quando o último elemento é um substantivo que funciona como adjetivo (por exemplo, em *saia rosa-claro*), ambos os elementos tendem a permanecer invariáveis, ou apenas o primeiro varia (*blusas verde-garrafa*), assunto que gera certas hesitações mesmo entre os doutos.⁶¹ Mister se faz atentar, ainda, para aqueles adjetivos que, embora uniformes na sua forma básica, flexionam quando elevados ao grau superlativo absoluto sintético. Assim, um homem *feliz* e uma mulher *feliz*, mas um homem *felicíssimo* e uma mulher *felicíssima*. Esta capacidade de "despertar" a marca de gênero no superlativo demonstra a força subjacente da concordância, que se manifesta mesmo onde a forma padrão do adjetivo a oculta.⁶² Concluimos, pois, que a flexão de gênero do adjetivo não é um mero artifício gramatical, mas um reflexo da necessidade de harmonia e clareza na linguagem. Ao conformar sua vestimenta ao gênero do

⁶⁰ A *Suma Gramatical* de Nougé, na Quinta Parte, II, ao tratar da flexão de gênero dos adjetivos, detalha a formação do feminino e as particularidades dos adjetivos compostos.

⁶¹ A variabilidade dos adjetivos compostos, especialmente aqueles cujo último elemento é um substantivo com função adjetiva (ex: *verde-oliva*), é um dos pontos de maior flutuação na gramática normativa, com gramáticos apresentando diferentes soluções. A tendência moderna é pela invariabilidade de ambos os elementos quando o segundo é substantivo (ex: *blusas verde-oliva*), mas a tradição registra exemplos de flexão do primeiro (*saias-calção*).

⁶² A flexão de gênero nos superlativos absolutos sintéticos de adjetivos uniformes (ex: *feliz* > *felicíssimo/felicíssima*) é um fenômeno interessante que demonstra a prevalência da concordância de gênero, mesmo quando a forma positiva do adjetivo é invariável.

substantivo, o adjetivo não apenas cumpre uma regra, mas participa ativamente da construção do sentido, tecendo com o nome uma unidade expressiva que enriquece o discurso e deleita o espírito.

2.3.5 Flexão de Número

Como já vimos ao tratar do substantivo⁶³, a flexão de número é o acidente gramatical que indica a quantidade dos seres, distinguindo o uno do múltiplo, o singular do plural. Pois bem, o adjetivo, como fiel escudeiro do substantivo, com ele há de bailar em perfeita consonância, assumindo, também, as vestes do singular ou do plural, conforme a necessidade imposta pelo nome a que se refere e qualifica. A regra geral, em nossa língua portuguesa, é singela e harmoniosa: o adjetivo, para concordar em número com o substantivo a que se liga, recebe a mesma desinência de plural que este, a qual, como já sabes, é predominantemente o **-s**. Assim, teremos:

- *Homem bom* → → *Homens bons*
- *Flor bela* → → *Flores belas*
- *Livro útil* → → *Livros úteis*
- *Cão veloz* → → *Cães velozes*

Observa que, tal como sucede com os substantivos, a formação do plural dos adjetivos segue padrões que dependem de sua terminação no singular.

1. **Adjetivos terminados em vogal oral ou em ditongo oral:** Acrescenta-se simplesmente o **-s**.

- *belo* → → *belos*
- *simple* → → *simples*
- *cru* → → *crus*
- *ateu* → → *ateus*⁶⁴

2. **Adjetivos terminados em -r, -z ou -n:** Acrescenta-se **-es**.

- *popular* → → *populares*
- *feliz* → → *felizes*
- *joven* → → *jovens*⁶⁵

3. **Adjetivos terminados em -s:**

- Se monossílabos ou oxítonos, acrescenta-se **-es**: *português* → → *portugueses*; *rês* → → *reses*.

⁶³Cf. *Suma Gramatical*, Quarta Parte, V. 1.3.2.

⁶⁴Embora o ditongo *eu* seja oral, a formação do plural de palavras como *ateu* ou *uropeu* segue o padrão dos terminados em vogal, acrescentando-se o **-s**: *ateus*, *uropeus*. Já o feminino *atéia* (arcaico *atea*) faz *atéias*.

⁶⁵Os adjetivos terminados em **-n** formam o plural com o acréscimo de **-s** (*jovens*, *hífen/hifens* ou *hífenes*), embora alguns gramáticos mais antigos preconizassem a forma em **-es** por analogia com os terminados em **-r** e **-z**. O uso consagrou a forma em **-s**. Cf. *Suma Gramatical*, Terceira Parte, VI. 6.4.1.

- Se paroxítonos ou proparoxítonos, permanecem invariáveis: *simples* → → *simples*; *pires* (usado adjetivamente, como em "olhos pires") → → *pires*.

4. **Adjetivos terminados em -al, -el, -ol, -ul:** Troca-se o -l por -is.

- *real* → → *reais*
- *fiel* → → *fiéis*
- *espanhol* → → *espanhóis*
- *azul* → → *azuis*

Exceção notável: *mal*, que faz *males*, embora raramente usado como adjetivo nesta forma.⁶⁶

5. **Adjetivos terminados em -il:**

- Se oxítonos, troca-se o -l por -s: *gentil* → → *gentis*; *hostil* → → *hostis*.
- Se paroxítonos, troca-se o -il por -eis: *fácil* → → *fáceis*; *útil* → → *úteis*.

6. **Adjetivos terminados em -ão:** A formação do plural é análoga à dos substantivos de mesma terminação, apresentando três possibilidades, embora uma delas seja predominante para os adjetivos.

- A maioria forma o plural em **-ãos**: *são* → → *sãos*; *vão* → → *vãos*; *cristão* → → *cristãos*.
- Alguns poucos formam o plural em **-ães**: *alemão* → → *alemães*; *capitão* (adjetivo) → → *capitães*.
- A forma em **-ões** é raríssima para adjetivos, sendo mais característica dos substantivos. Encontramo-la, contudo, em *chorão* → → *chorões* (quando adjetivo).

Cumpra notar, ainda, que os **adjetivos compostos**, aqueles formados por mais de um radical, apresentam particularidades em sua flexão de número. A regra geral é que *apenas o último elemento* varie, concordando com o substantivo.

- *Luso-brasileiro* → → *Luso-brasileiros*
- *Surdo-mudo* → → *Surdo-mudos* (mas também *Surdos-mudos*, forma mais tradicional e etimologicamente defensável, por se tratarem de duas qualidades distintas).⁶⁷
- *Verde-claro* → → *Verde-claros*

Contudo, há exceções e casos que merecem atenção:

- Adjetivos compostos em que o segundo elemento é um substantivo que especifica a cor do primeiro permanecem **invariáveis**: *verde-oliva* (uniformes verde-oliva); *amarelo-ouro* (fitas amarelo-ouro). Nestes casos, o substantivo exerce função adjetiva, restringindo a qualidade expressa pelo primeiro elemento.

⁶⁶ *Mal*, quando adjetivo (oposto a *bom*), é geralmente invariável em número no português moderno ("homem mal", "homens mal"). O plural *males* é do substantivo *mal* ('doença', 'sofrimento').

⁶⁷ A flexão de adjetivos compostos como *surdo-mudo* é matéria de alguma controvérsia. A *Suma Gramatical* (Quarta Parte, V. 1.3.2.f) aponta a tendência moderna de flexionar apenas o último elemento, mas reconhece a legitimidade da flexão de ambos, especialmente quando os elementos mantêm sua individualidade semântica.

- O adjetivo composto *azul-marinho* e *azul-celeste* são **invariáveis**: ternos azul-marinho; olhos azul-celeste.
- Quando o adjetivo composto é formado por **adjetivo + adjetivo**, e ambos são de fato qualidades que se somam, ambos podem variar: *políticos **hispano-americanos*** (ou *hispano-americanos*, embora a primeira forma seja mais consentânea com a lógica da composição adjetival).

Lembra-te, por fim, que a língua é organismo vivo e, por vezes, rebelde às classificações estanques. O uso consagrado pelos bons escritores e a sensibilidade linguística apurada pelo estudo serão teus melhores guias nesta dança entre o singular e o plural, entre a unidade e a multiplicidade que o adjetivo, em sua flexão de número, tão galhardamente espelha.

2.3.6 Flexão de Grau

Já vimos, ao tratar dos substantivos, que estes podem variar em grau, exprimindo aumento ou diminuição de tamanho ou de intensidade. Pois bem, o adjetivo, companheiro fiel do substantivo, também se curva a essa modulação, porém com nuances e riquezas que lhe são próprias. A flexão de grau do adjetivo não se limita a indicar mera dimensão física, mas antes acentua, compara e eleva as qualidades que ele atribui aos seres. A variação de grau no adjetivo manifesta-se, fundamentalmente, de duas maneiras: o **grau comparativo** e o **grau superlativo**. Como o próprio nome sugere, o grau comparativo estabelece uma relação entre a qualidade expressa pelo adjetivo em dois ou mais seres, ou entre duas ou mais qualidades em um mesmo ser. Essa comparação pode indicar igualdade, superioridade ou inferioridade.

- **Comparativo de Igualdade:** Forma-se antepondo ao adjetivo a partícula *tão* e pospondo-lhe *como* ou *quanto*. Expressa que a qualidade se manifesta com a mesma intensidade nos seres comparados, ou que duas qualidades se equivalem no mesmo ser.
 - * *Pedro é **tão alto como** João.*
 - * *Este livro é **tão instrutivo quanto** aquele.*
 - * *Ela é **tão bela como** (é) inteligente.* (Note-se a possível elipse do verbo *ser* na segunda parte da comparação).
- **Comparativo de Superioridade:** Constrói-se antepondo ao adjetivo a partícula *mais* e pospondo-lhe *que* ou *do que*.⁶⁸ Indica que a qualidade se manifesta com maior intensidade em um ser do que em outro, ou que uma qualidade sobressai sobre outra no mesmo ser.
 - * *Esta montanha é **mais alta que** (ou **do que**) aquela colina.*
 - * *A sabedoria é **mais preciosa que** (ou **do que**) o ouro.*
 - * *Ele é **mais prudente que** (ou **do que**) (é) audacioso.*

⁶⁸O uso de *do que* em lugar de *que* é facultativo e, por vezes, preferido para evitar cacofonia ou para dar maior clareza à frase. Ambas as formas são, contudo, corretas.

- **Comparativo de Inferioridade:** Obtém-se antepondo ao adjetivo a partícula *menos* e pospondo-lhe *que* ou *do que*. Assinala que a qualidade se manifesta com menor intensidade em um ser do que em outro, ou que uma qualidade é menos proeminente que outra no mesmo ser.

- * *Este caminho é **menos íngreme que** (ou **do que**) o outro.*
- * *A mentira é **menos valiosa que** (ou **do que**) a verdade.*
- * *Sua argumentação foi **menos clara que** (ou **do que**) (foi) concisa.*

Cumprir notar, todavia, que certos adjetivos possuem formas sintéticas, herdadas do latim, para o comparativo de superioridade. São eles:

- *bom* → → **melhor** (em vez de "mais bom")
- *mau* (ou *ruim*) → → **pior** (em vez de "mais mau" ou "mais ruim")
- *grande* → → **maior** (em vez de "mais grande")
- *pequeno* → → **menor** (em vez de "mais pequeno")

Estas formas sintéticas são de uso obrigatório quando se comparam qualidades em seres distintos.⁶⁹ No entanto, quando se comparam duas qualidades no mesmo ser, pode-se usar a forma analítica ("mais bom", "mais mau", "mais grande", "mais pequeno"), embora o uso corrente prefira, por vezes, contornar a construção.⁷⁰ O grau superlativo, por sua vez, eleva a qualidade expressa pelo adjetivo ao seu mais alto grau, seja de forma absoluta, sem comparação com outros seres, seja de forma relativa, estabelecendo uma superioridade ou inferioridade dentro de um conjunto.

- **Superlativo Absoluto:** Exprime a qualidade em um grau muito elevado, independentemente de qualquer comparação. Pode ser:

- * **Analítico:** Forma-se antepondo ao adjetivo um advérbio de intensidade, como *muito*, *assaz*, *bastante*, *extremamente*, *imensamente*, etc.
 - *Aquele homem é **muito sábio**.*
 - *A paisagem era **extremamente bela**.*
- * **Sintético:** Forma-se, geralmente, pelo acréscimo do sufixo *-íssimo* (ou suas variantes *-bilíssimo*, *-érrimo*, *-ílico*) ao radical do adjetivo. Este é o modo mais enfático e, por vezes, mais erudito de expressar o superlativo.⁷¹
 - *O discurso foi **brilhantíssimo**.*
 - *A prova estava **facílissima**.*
 - *Seu gesto foi **nobilíssimo**.*
 - *Trata-se de uma obra **celebérrima**.*

⁶⁹Exemplo: "O vinho é *melhor* que a água." Não se diria "O vinho é *mais bom* que a água."

⁷⁰Por exemplo, em vez de "Ele é *mais bom* do que inteligente", dir-se-ia preferencialmente "Ele tem mais *bondade* do que inteligência", ou "Sua *bondade* supera sua inteligência."

⁷¹O sufixo *-íssimo* é o mais produtivo e regular. Os sufixos *-érrimo* (como em *paupérrimo*, *celebérrimo*) e *-ílico* (como em *facílissimo*, *humílimo*) são de origem latina e aplicam-se a um número restrito de adjetivos. A forma *-bilíssimo* ocorre em adjetivos terminados em *-vel* (como *amabilíssimo* de *amável*).

Nota que, na formação do superlativo absoluto sintético, ocorrem por vezes alterações fonéticas ou o recurso ao radical latino do adjetivo:⁷²

- **Superlativo Relativo:** Indica que um ser possui uma qualidade em grau superior ou inferior a todos os outros de um mesmo conjunto.
 - * **De Superioridade:** Forma-se com *o mais... de* (ou *dentre*).
 - *Ele é o mais inteligente de (ou dentre) todos os alunos.*
 - *Esta é a mais bela flor do jardim.*
 - * **De Inferioridade:** Forma-se com *o menos... de* (ou *dentre*).
 - *Este foi o menos interessante dos (ou dentre os) discursos.*
 - *Aquela é a menos íngreme das montanhas.*

É mister observar, ainda, que o superlativo absoluto sintético dos adjetivos *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno* possui formas irregulares, também herdadas do latim:

- *bom* → → **ótimo** (raramente *boníssimo*)
- *mau* (ou *ruim*) → → **péssimo** (raramente *malíssimo*)
- *grande* → → **máximo** (raramente *grandíssimo*)
- *pequeno* → → **mínimo** (raramente *pequeníssimo*)

A flexão de grau, como vês, não é mero artifício gramatical, mas um poderoso instrumento de expressão. Permite-nos não apenas descrever as qualidades dos seres, mas também compará-las, hierarquizá-las, acentuá-las, conferindo ao discurso uma riqueza de matizes e uma força persuasiva que de outro modo se perderiam. Cultiva, pois, esta arte de graduar as qualidades, e verás como tua linguagem se tornará mais viva, mais precisa e mais eloquente.

2.4 Capítulo 7: O Artigo

Adentramos agora, meu aluno, no estudo de uma classe de palavras deveras singular em sua função, conquanto modesta em sua forma: o *artigo*. Instrumento subtil da linguagem, o artigo, qual dedo que aponta, serve para determinar ou indeterminar o substantivo a que se antepõe, conferindo-lhe um matiz particular de significação dentro do discurso. Sua presença, ou mesmo sua ausência, não é obra do acaso, mas obedece a razões profundas que cumpre desvendar. Define-se o artigo, pois, como a palavra que se antepõe ao substantivo para indicar se este é tomado em sentido **definido**, **determinado**, **preciso**, ou em sentido **indefinido**, **vago**, **impreciso**. No primeiro caso, valemo-nos dos artigos definidos *o*, *a*, *os*, *as*; no segundo, dos artigos indefinidos *um*, *uma*, *uns*, *umas*. É mister notar, desde logo, que o artigo não apenas acompanha o substantivo, mas, não raro, o *transforma*. Com efeito, uma palavra que ordinariamente não pertence à classe dos substantivos pode, pela anteposição de um artigo, adquirir tal função, em processo que os gramáticos denominam *derivação imprópria* ou *conversão*. Vê, por exemplo, como a interjeição *ai*, no poema de Cora Coralina, se transmuda em substantivo:

⁷²Exemplos: *antigo* → → *antiquíssimo*; *sábio* → → *sapientíssimo*; *doce* → → *dulcíssimo*; *pobre* → → *paupérrimo* (ou, menos comum e mais popular, *pobríssimo*).

Nada lhe dei nas mãos. Nem um beijo, Uma oração, um triste **ai**. Eu era tão pequena!...

Aqui, "um triste ai"significa aquela manifestação de dor, aquele lamento particular, substantivado pela presença do artigo "um".⁷³ A função primordial do artigo, no entanto, reside na sua capacidade de **individualizar** ou **generalizar** o substantivo. O artigo **definido** singulariza o ser, aponta para um indivíduo conhecido ou já mencionado no contexto do discurso, retirando-o da generalidade da sua espécie. Observa a mestria com que o Padre Antônio Vieira maneja este recurso no Sermão da Sexagésima:

Mas dir-me-eis: Padre, os pregadores de hoje não pregam o Evangelho? Não pregam as Sagradas Escrituras? Pois como não pregam **a** palavra de Deus? Esse é o mal. Pregam palavras de Deus, mas não pregam **a** palavra de Deus. [...] As palavras de Deus, pregadas no sentido em que Deus as disse, são palavras de Deus; mas pregadas no sentido que nós queremos, não são palavras de Deus, antes podem ser palavras do Demônio.

Neste trecho, "a palavra de Deus"é insubstituível, designando a Palavra divina em sua unicidade e verdade. O artigo definido "a"confere-lhe esta singularidade, distinguindo-a das meras "palavras de Deus"que, distorcidas, podem perder sua essência. Além desta função individualizadora, o artigo definido pode indicar **proximidade**, familiaridade com o ser nomeado. Daí que, diante de personalidades célebres, especialmente históricas, cuja notoriedade as distancia de nosso convívio imediato, o artigo seja frequentemente omitido:

- Ninguém resistia aos encantos de *Cleópatra*. (E não "da Cleópatra")
- *Napoleão Mendes de Almeida* contribuiu inestimavelmente para a gramática de nossa língua. (E não "o Napoleão Mendes de Almeida")

Contudo, se o contexto introduz um elemento especificador, ou se a intenção é ressaltar uma familiaridade particular, o artigo pode surgir:

- **A** Mariana e **o** Pedro chegaram atrasados de novo? (Aqui, os artigos ressaltam a familiaridade, sendo seu emprego muitas vezes facultativo e dependente da região.)
- **O** necessário Napoleão Mendes de Almeida apareceu na hora certa para fazer os questionamentos certos. (A anteposição do especificador "necessário"torna o artigo obrigatório.)

O artigo **indefinido**, por sua vez, introduz o substantivo em sua generalidade ou indeterminação, apresentando um ser como um exemplar qualquer de sua espécie, ou como um ser ainda não conhecido pelo interlocutor:

⁷³A capacidade de substantivação do artigo é um dos seus traços mais notáveis, demonstrando a flexibilidade da língua em converter palavras de uma classe a outra para fins expressivos. Este fenômeno é amplamente documentado, cf. Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009), p. 138.

- **Um** bom rato precisa saber se proteger dos gatos. (Aqui, "um bom rato" representa qualquer rato que possua tal qualidade, em sentido genérico.)
- **Um** homem abordou-me na rua hoje para vender lotes. (Indica-se aqui a falta de familiaridade com o homem em questão.)

Se, no transcorrer do discurso, este mesmo "um homem" for novamente mencionado, já não se usará o artigo indefinido, mas o definido, pois o ser já terá sido introduzido e individualizado: "Encontrei **um** homem na rua. **O** homem parecia aflito." Cumpre notar, meu aluno, algumas particularidades no uso dos artigos, que a tradição gramatical e o bom uso consagraram:

1. O artigo definido **deve** ser utilizado antes de pronome possessivo que funciona como substantivo (ou seja, que substitui o substantivo), mas é **facultativo** diante de pronome possessivo que funciona como adjetivo (ou seja, que acompanha o substantivo):
 - Ele disse palavras de consolo a (*ou* aos) meus pais, mas não aos **seus**.
 - Ele disse palavras de consolo a (*ou* às) minhas irmãs, mas não às **suas**.
2. O artigo definido pode indicar a **totalidade de uma espécie**:

O pior cego é **o** surdo. Tirem **o** som de uma paisagem e não haverá mais paisagem.”⁷⁴
3. **Não se usa** o artigo definido quando se pretende um sentido genérico do substantivo, sem individualização:
 - Não costumo ir **a** eventos de gala.
 - Não costumo ir **a** festas de gala.
4. Em estruturas com **superlativo**, o artigo definido pode surgir em diferentes posições, sem que se altere o sentido fundamental:
 - Hei de percorrer **os** caminhos mais retos na vida.
 - Hei de percorrer caminhos **os** mais retos na vida. (Atenta, porém, que não se diz "os caminhos os mais retos".)
5. Diante de **topônimos** (nomes de lugares como continentes, rios, mares, desertos, países, regiões), o uso do artigo varia conforme a consagração do uso. Alguns o exigem (como em "**Na** Espanha, a sesta é cultural"), outros o repelem (como em "Moro em *Goiás*", e não "no *Goiás*"). Já nomes derivados de substantivos comuns mantêm o artigo: *o Rio de Janeiro, o Porto, o Cairo*.⁷⁵
6. Usa-se o artigo definido diante de **dias da semana** e de **horas**, em expressões adverbiais de tempo:
 - **Aos** sábados, hei de descansar.
 - **Ao** meio-dia, a cidade parou.
 - **Às** sete horas, começa a reunião.

⁷⁴Nelson Rodrigues, "Flor de obsessão: as 100 melhores frases de Nelson Rodrigues".

⁷⁵A Suma Gramatical de Carlos Nougé, na Quinta Parte, seção 5.6.18, detalha o uso do artigo com topônimos, indicando as variações e as formas consagradas.

(Ressalta-se, no entanto, que é comum a supressão do artigo e da preposição neste tipo de caso, mormente na fala: "*Sábado*, hei de descansar.")

7. Usa-se o artigo definido após o pronome **ambos**, quando há elemento posterior que o determine:
 - Ambos **os** meus alunos são candidatos à presidência.
8. Usa-se o artigo definido após o pronome **todo** para indicar *inteireza*; sem o artigo, "todo" significará *qualquer*:
 - Toda **a** sala estava cheirando mal. (= A sala inteira)
 - Toda sala desta casa é decorada com fotografias. (= Quaisquer salas que se observem nesta casa)

O artigo **indefinido**, por sua vez, também apresenta usos estilísticos dignos de nota:

1. Pode indicar **depreciação**, como se observa nos conhecidos versos de Caetano Veloso:

Ele é o homem Eu sou apenas **uma** mulher

A contraposição entre "o homem" (definido, singularizado em sua importância) e "uma mulher" (indefinida, uma qualquer) marca a depreciação.
2. Pode indicar **ênfase**, seja positiva ou negativa:
 - Ele tem **um** jeito para tratar de assuntos delicados! (Ênfase na habilidade)
3. Pode indicar **aproximação** numérica ou temporal:
 - Chegaremos **umas** oito e meia.

Finalmente, meu aluno, cumpre fazer três pontuações cruciais sobre a contração do artigo com preposições, para que não incorras em solecismos que maculem a clareza e a correção do teu discurso:

1. **Não se faz contração** da preposição com o artigo quando este último faz parte do sujeito de um verbo no infinitivo:
 - Está na hora **de o** rapaz ir. (E não "do rapaz ir")
 - No caso **de o** assunto ser abordado, desconversarei. (E não "do assunto ser abordado")
 - A probabilidade **de a** candidata ser eleita é pequena. (E não "da candidata ser eleita")
2. Caso o artigo faça parte do **título de alguma obra**, pode-se evitar a contração com a preposição antecedente, ou, como prevê o Novo Acordo Ortográfico, usar o apóstrofo:
 - Li tais versos **n'Os** Lusíadas.
 - Li tais versos **em Os** Lusíadas.
3. Ao contrário do que por vezes se supõe, é plenamente possível haver **contração de artigo indefinido** com preposição:
 - Saí **dum** quarto cheio de gente.

– **Numa** das vezes em que ele me ligou, eu não estava em casa.

E Clarice Lispector, mestra em sondar as profundezas da alma e da linguagem, no-lo demonstra com a precisão que lhe é peculiar:

Mas de repente fiquei fria: tinha entendido. A mulher continuava a falar. Então tirei da bolsa os dois mil cruzeiros e com horror de mim passei-os à mulher. Esta não hesitou um segundo, pegou-os, meteu-os **num** bolso invisível entre o que me pareceram inúmeras saias, quase derrubando na sua rapidez o menino-menina.⁷⁶

Vês, portanto, a subtileza e a importância do artigo. Não é ele mero apêndice do substantivo, mas um artífice que lhe molda o sentido, que o situa no discurso, que lhe confere, enfim, sua particular melodia na vasta sinfonia da linguagem. Atenta, pois, ao seu uso, e terás em tuas mãos mais um instrumento para bem dizer e bem escrever.

2.5 Capítulo 8: O Pronome

2.5.1 O Pronome como Representante do Nome

Adentramos agora, no estudo da palavra, uma classe deveras singular: o pronome. Sua própria etimologia⁷⁷ no-lo revela: é aquilo que se põe *em lugar do nome*, ou seja, do substantivo, que, como já vimos, é o pilar sobre o qual se erguem as denominações das coisas. O pronome, pois, surge como um elegante artifício da linguagem, um instrumento que nos permite evitar a repetição fastidiosa do nome, conferindo ao discurso fluidez e leveza, sem que se perca, contudo, a clareza da referência.

Ele é palavra de caráter eminentemente dêitico⁷⁸, ou seja, aponta para os seres, para as ideias, para as circunstâncias, mais do que os conceitua em si mesmos. Sua significação, por conseguinte, não reside nele intrinsecamente, mas depende umbilicalmente do contexto em que se insere, da situação comunicativa ou do próprio tecido discursivo que o antecede ou, por vezes, que o sucede. Sem este esteio, o pronome vagaria incerto, qual nota musical desprendida da melodia.

Assim como outras classes que já consideramos, também o pronome pode apresentar-se sob duas vestes principais: ora como *pronome substantivo*, quando, de fato, substitui o nome em sua função nuclear na oração; ora como *pronome adjetivo* (ou determinativo), quando acompanha o nome, modificando-o ou especificando-lhe o alcance, à semelhança do adjetivo propriamente dito. Dize-lo-emos mais detidamente ao percorrermos suas diversas classificações.

⁷⁶Clarice Lispector, "As caridades odiosas", em *Laços de Família*.

⁷⁷Do latim *pronomen*, de *pro-* (em lugar de') + *nomen* (nome'). Vide Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, III, para uma análise da natureza dos pronomes.

⁷⁸A deixis é a propriedade que têm certas unidades linguísticas de fazer referência direta aos elementos da situação de enunciação (pessoas do discurso, tempo, espaço) ou ao próprio texto. Os pronomes são, por excelência, palavras dêiticas.

2.5.2 Classificação dos Pronomes

A família dos pronomes é vasta e multifacetada, refletindo a própria complexidade das relações que podemos estabelecer no discurso. Cada espécie de pronome desempenha um papel particular, qual instrumento numa orquestra, contribuindo para a harmonia e a precisão da linguagem. Classificá-los-emos, pois, segundo as funções primordiais que exercem, para que possas, com maior segurança, deles servir-te.

Teremos, assim, os **Pronomes Pessoais**, que designam as próprias pessoas do discurso – aquele que fala, aquele com quem se fala, e aquilo ou aquele de quem se fala –, e são, por assim dizer, a alma da interlocução. Veremos os **Pronomes Possessivos**, que indicam a relação de posse ou pertença entre os seres. Exploraremos os **Pronomes Demonstrativos**, que situam os seres no espaço, no tempo ou no próprio texto, qual dedo a apontar. Adentraremos o domínio dos **Pronomes Indefinidos**, que se referem aos seres de modo vago, impreciso, conferindo ao discurso um matiz de incerteza ou generalidade. Navegaremos pelas águas dos **Pronomes Relativos**, que, quais pontes elegantes, conectam orações, retomando um termo antecedente e evitando repetições. E, por fim, consideraremos os **Pronomes Interrogativos**, instrumentos da busca pelo conhecimento, que introduzem a pergunta, direta ou indiretamente.

Cada uma destas classes, com suas particularidades e matizes, será objeto de nosso estudo nos próximos tópicos, para que te aposses com mestria desta arte de substituir o nome com graça e precisão.

2.5.3 Pronomes Pessoais

Iniciemos nossa jornada pela sinfonia pronominal com aqueles que, por sua natureza, constituem a própria alma da interlocução: os **Pronomes Pessoais**. São eles as palavras que designam diretamente as pessoas gramaticais envolvidas no ato da fala, os protagonistas do discurso. Com efeito, toda comunicação pressupõe um *emissor* (aquele que fala ou escreve), um *receptor* (aquele a quem se fala ou escreve) e um *referente* (aquilo ou aquele de quem se fala ou escreve). Os pronomes pessoais são os vocábulos que encarnam estas três figuras essenciais.

Distinguem-se, primariamente, segundo o papel que desempenham na estrutura sintática da oração. Temos, assim, os pronomes pessoais do **caso reto** e os do **caso oblíquo**.⁷⁹

Os pronomes do **caso reto** são aqueles que, por via de regra, exercem a função de **sujeito** da oração, ou seja, o termo sobre o qual recai a predicação verbal, aquele que pratica ou sofre a ação, ou a quem se atribui um estado ou qualidade. São eles:

- 1ª pessoa do singular: **eu**
- 2ª pessoa do singular: **tu**

⁷⁹A distinção entre caso reto e caso oblíquo remonta à gramática latina, na qual os casos indicavam a função sintática do nome ou do pronome na oração. O português, embora tenha perdido a maior parte das declinações latinas, conservou esta distinção funcional nos pronomes pessoais.

- 3ª pessoa do singular: **ele, ela**
- 1ª pessoa do plural: **nós**
- 2ª pessoa do plural: **vós**
- 3ª pessoa do plural: **eles, elas**

Embora sua função primordial seja a de sujeito, podem também, como veremos ao tratar da Sintaxe, figurar como predicativo do sujeito, aposto ou mesmo vocativo, sempre, contudo, mantendo essa retidão funcional.

Já os pronomes do **caso oblíquo** são aqueles que, majoritariamente, desempenham a função de **complemento** verbal (objeto direto ou indireto) ou nominal. Subdividem-se, por sua vez, em **átonos** e **tônicos**, distinção que se faz pela intensidade com que são proferidos e, crucialmente, pela presença ou ausência de preposição regente.

Os **pronomes oblíquos átonos** são proferidos com menor intensidade e jamais vêm precedidos de preposição. Ligam-se diretamente ao verbo, seja antes (próclise), no meio (mesóclise) ou depois (ênclise), como atentamente exploraremos no capítulo dedicado à Colocação Pronominal. São eles:

- 1ª pessoa do singular: **me**
- 2ª pessoa do singular: **te**
- 3ª pessoa do singular: **o, a, lhe, se**
- 1ª pessoa do plural: **nos**
- 2ª pessoa do plural: **vos**
- 3ª pessoa do plural: **os, as, lhes, se**

Os **pronomes oblíquos tônicos**, por outro lado, são proferidos com maior ênfase e vêm **obrigatoriamente** precedidos de preposição.⁸⁰ São eles:

- 1ª pessoa do singular: **mim, comigo**
- 2ª pessoa do singular: **ti, contigo**
- 3ª pessoa do singular: **ele, ela, si, consigo**
- 1ª pessoa do plural: **nós, conosco**
- 2ª pessoa do plural: **vós, convosco**
- 3ª pessoa do plural: **eles, elas, si, consigo**

Nota, pois, a elegância e a precisão que o domínio destas formas confere ao discurso. Dizer "*Entre **mim** e **ti** não há segredos*" é construção que denota não apenas correção gramatical, mas também um apurado senso da tradição linguística, ao passo que a forma coloquial "*Entre eu e tu...*" revela um descuido que devemos, na escrita e na fala mais esmerada, evitar. A preposição *entre*, como as demais, rege o caso oblíquo.

⁸⁰ A exigência de preposição para os pronomes oblíquos tônicos é regra fundamental. Construções como "Vi ele" ou "Entreguei para tu", comuns na fala popular, constituem desvios da norma culta, na qual se diria "Vi-o" e "Entreguei para ti".

Contudo, se o pronome exercer a função de sujeito de um infinitivo subsequente, então a forma reta se impõe, porquanto o sujeito, como já vimos, é ofício do pronome reto: "*Para **eu** sair, preciso de tua licença*".

Cumpre ainda mencionar os chamados **pronomes de tratamento**, formas que, embora se refiram à segunda pessoa do discurso (aquela com quem se fala), levam a concordância verbal e pronominal para a terceira pessoa.⁸¹ São expressões de cortesia, reverência ou formalidade, como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *Vossa Majestade*, e o tão difundido *você*, que, em verdade, é contração de *Vossa Mercê*. O tratamento por *você*, embora corriqueiro na fala brasileira, deve, em contextos formais ou ao dirigir-se a certas autoridades, ceder lugar às formas mais cerimoniosas, sob pena de incorrer-se em indelicadeza ou desrespeito.

Aprofundar-nos-emos nas particularidades de emprego e na função sintática destes pronomes ao tratarmos da Sintaxe e da Colocação Pronominal. Por ora, retenhas na memória a importância destas palavras que, mais do que meros substitutos, são a própria voz das pessoas no discurso, a matéria prima da interação humana.

2.5.4 Pronomes Demonstrativos

Os pronomes demonstrativos, como o próprio nome sugere com clareza meridiana, são aquelas palavras que têm por ofício precípua *demonstrar*, isto é, mostrar, apontar, indicar a posição dos seres ou das coisas no espaço, no tempo ou no próprio desenrolar do discurso. São vocábulos de natureza essencialmente dêitica, qual um índice a guiar a atenção do interlocutor para um referente específico, quer este esteja presente aos sentidos, quer apenas evocado na memória ou na tessitura do texto. Eles situam, delimitam, e, ao fazê-lo, conferem à linguagem uma precisão espacial e temporal que seria inatingível sem o seu concurso.

Eles se apresentam sob diversas formas, variando em gênero e número para concordar com o ser a que se referem, ou mantendo-se invariáveis quando o referente é uma ideia, uma situação ou algo de natureza neutra. Distinguimo-los, tradicionalmente, segundo as três pessoas do discurso:

1. Para indicar proximidade em relação à **primeira pessoa** (aquele que fala), ou o tempo presente em relação ao momento da enunciação, ou ainda o que se vai enunciar no discurso, valemo-nos de: **este(s)**, **esta(s)**, **isto**.
2. Para indicar proximidade em relação à **segunda pessoa** (aquele com quem se fala), ou um tempo passado ou futuro relativamente próximos do momento da enunciação, ou ainda o que já foi mencionado no discurso, empregamos: **esse(s)**, **essa(s)**, **isso**.
3. Para indicar afastamento em relação a ambas as pessoas do discurso (falante e ouvinte), ou um tempo passado ou futuro remotos, ou ainda um referente já mencionado e mais distante no texto, recorremos a: **aquele(s)**, **aquela(s)**, **aquilo**.

⁸¹Esta particularidade dos pronomes de tratamento (concordância na 3ª pessoa) é um idiotismo da língua portuguesa, herdado de construções reverenciais de outrora.

Detenhamo-nos, pois, a examinar com mais vagar os matizes de seu emprego.

No Espaço:

A função primordial e mais intuitiva dos demonstrativos é a de situar os seres no espaço físico, tomando como ponto de referência as pessoas envolvidas no ato comunicativo. Assim:

- **Este(s), esta(s), isto** indicam o que está perto da pessoa que fala, ou que a ela pertence, ou que ela apresenta: "*Este livro* que tenho em mãos é raro"; "*Isto* que te digo é a pura verdade".
- **Esse(s), essa(s), isso** referem-se ao que está perto da pessoa com quem se fala, ou que a ela pertence, ou que a ela se relaciona de algum modo: "Alcança-me *esse papel* que está junto a ti"; "*Isso* que trazes bordado é obra de arte". Também podem indicar algo que, embora não esteja fisicamente próximo ao ouvinte, foi por este mencionado ou é de seu conhecimento.⁸²
- **Aquele(s), aquela(s), aquilo** apontam para o que está distante tanto da pessoa que fala quanto daquela com quem se fala, ou para um ponto mais remoto no espaço físico que se considera: "*Aquele monte* que vemos ao longe é o Pico da Neblina"; "*Aquilo* que brilha no céu é a estrela Dalva".

No Tempo:

De modo análogo à sua função espacial, os demonstrativos também ordenam os acontecimentos na linha do tempo, sempre tomando como referência o momento da fala:

- **Este(s), esta(s), isto** situam a ação ou o estado no tempo presente, ou num passado ou futuro muito próximos ao momento da enunciação: "*Este ano* tem sido de grandes provas"; "*Esta semana* que passou foi de intenso trabalho"; "*Isto* que vivemos agora será lembrado".
- **Esse(s), essa(s), isso** remetem a um tempo passado ou futuro relativamente próximos, mas não tão imediatos quanto os indicados por *este*, ou a um período de tempo já mencionado: "Em mil novecentos e noventa, *esse ano* marcou o início de uma nova era"; "Não te esqueças *disso* que combinamos para a próxima semana".
- **Aquele(s), aquela(s), aquilo** referem-se a um tempo passado ou futuro remotos, a uma época distante: "*Naquele tempo*, a vida era mais simples"; "*Aquilo* sim, foram dias de glória!".

É de notar que o emprego temporal nem sempre é tão estanque, podendo haver sobreposições e matizes que dependem da intenção do falante e da sua percepção subjetiva da distância temporal.

No Discurso (Função Anafórica e Catafórica):

Além de sua função espacial e temporal, os pronomes demonstrativos desempenham papel crucial na coesão textual, servindo para retomar termos já mencionados

⁸²A distinção entre *este* e *esse* no espaço pode, por vezes, ser sutil e depender da perspectiva do falante. Na *Suma Gramatical*, Nougé explora estas nuances com exemplos clássicos.

(função anafórica) ou para antecipar termos que ainda serão introduzidos (função catafórica).

– **Este(s), esta(s), isto:**

- * Frequentemente exercem função **catafórica**, anunciando o que se vai dizer em seguida: "Digo-te *isto*: a verdade sempre prevalece"; "Minha decisão é *esta*: partirei ao amanhecer".
- * Podem também exercer função **anafórica** quando, numa enumeração de dois elementos, referem-se ao último mencionado, o mais próximo no texto: "Entre o estudo e o lazer, prefiro *este*" (referindo-se ao lazer).

– **Esse(s), essa(s), isso:**

- * Exercem predominantemente função **anafórica**, retomando algo que já foi dito, um termo ou uma ideia expressa anteriormente: "O amor é um sentimento nobre. *Isso* ninguém pode negar"; "Ele mencionou a viagem; sobre *esse assunto*, não quis mais falar". É o demonstrativo por excelência para a retomada do já expresso.⁸³

– **Aquele(s), aquela(s), aquilo:**

- * Em função **anafórica**, quando numa enumeração de dois elementos, referem-se ao primeiro mencionado, o mais distante no texto: "Entre o estudo e o lazer, *aquele* (referindo-se ao estudo) requer mais disciplina".
- * Podem também retomar um antecedente mais remoto no discurso, ou indicar algo que se tem em mente, mas que não está explícito no contexto imediato.

O uso preciso destes pronomes na referência textual é marca de clareza e elegância na escrita, permitindo que o pensamento se desenvolva sem ambiguidades ou obscuridades.

Não olvidemos, ademais, as **formas contratas** dos demonstrativos, que surgem da combinação destes com as preposições *a, de, em*: *deste(s), desta(s), disto; desse(s), dessa(s), disso; daquele(s), daquela(s), daquilo; neste(s), nesta(s), nisto; nesse(s), nessa(s), nisso; naquele(s), naquela(s), naquilo; àquele(s), àquela(s), àquilo*. Estas formas, embora contraíam a preposição, mantêm integralmente a função demonstrativa do pronome que as compõe.

Ademais, é de notar que as formas **o(s), a(s)** podem, em determinados contextos, funcionar como pronomes demonstrativos, equivalendo a *aquele(s), aquela(s), aquilo*. "Não compreendo *o* que dizes" (= aquilo que dizes); "Felizes *os* que têm fé" (= aqueles que têm fé).⁸⁴

Também os vocábulos **tal (tais), semelhante(s), mesmo(s), mesma(s), próprio(s), própria(s)** participam, de algum modo, da natureza demonstrativa, pois

⁸³O uso anafórico de *esse/isso* para retomar o já dito é um dos pilares da coesão textual, evitando repetições e garantindo a progressão clara das ideias.

⁸⁴Este uso de *o, a, os, as* como demonstrativos é frequente e deve ser distinguido do seu uso como artigo definido. O contexto e a possibilidade de substituição por *aquele* e suas variações são cruciais para a identificação.

servem para apontar, comparar ou reforçar a identidade de um ser ou de uma ideia. *Tal* pode retomar um termo ou uma ideia anterior ("Não esperava *tal* resposta") ou qualificar de modo enfático ("Nunca vi *tal* beleza!"). *Mesmo* e *próprio* conferem realce, indicando identidade ou ênfase ("*Ele mesmo* o confessou"; "A *própria* rainha o saudou"). *Semelhante* estabelece uma aproximação ou comparação ("Não há *se-melhante* dor"). Embora suas classificações possam variar entre os gramáticos, sua função dêitica e relacional os aproxima do universo dos demonstrativos.

O manejo hábil dos pronomes demonstrativos é, pois, arte que se aprimora com o estudo e a leitura atenta dos bons autores. São eles que, qual faróis, iluminam o caminho da expressão, permitindo que te situes e situes o teu interlocutor com precisão e clareza no vasto domínio do espaço, do tempo e do discurso.

2.5.5 Pronomes Possessivos

Prosseguindo nossa jornada pelas veredas pronominais, deparamo-nos agora com os **Pronomes Possessivos**. Estas palavras, como seu próprio nome o sugere, são aquelas que indicam uma relação de *posse* ou *pertença* entre um ser (o possuidor) e outro ser ou coisa (o objeto possuído). Expressam, pois, a quem algo cabe, a quem algo pertence, tecendo no discurso os fios que ligam os entes às suas propriedades ou aos seus domínios.

Os pronomes possessivos, em sua função primordial, apresentam-se como *adjetivos determinativos*, pois, via de regra, acompanham o substantivo que designa o ser possuído, concordando com este em gênero e número, ao passo que sua forma varia segundo a pessoa gramatical do possuidor. Assim, a eleição da forma possessiva depende da pessoa que possui, mas sua flexão harmoniza-se com a coisa possuída. Observa o paradigma que se segue, onde se manifesta esta dupla concordância:

Pessoa do Possuidor	UM POSSUIDOR		MAIS DE UM POSSUIDOR	
	Uma coisa possuída	Mais de uma coisa possuída	Uma coisa possuída	Mais de uma coisa possuída
1ª (eu)	meu / minha	meus / minhas		
2ª (tu)	teu / tua	teus / tuas		
3ª (ele/ela/você)	seu / sua	seus / suas		
1ª (nós)			nosso / nossa	nossos / nossas
2ª (vós)			vosso / vossa	vossos / vossas
3ª (eles/elas/vocês)			seu / sua	seus / suas

Nota, pois, que em "*meu* livro" e "*minha* pena", o possessivo concorda com o gênero de "livro" e "pena", respectivamente, mas sua forma (*meu/minha*) indica que o possuidor sou *eu* (primeira pessoa). Se disséssemos "*nossos* livros" e "*nossas* penas", a concordância com os nomes possuídos manter-se-ia, mas a forma "*nosso(a)*" indicaria que os possuidores somos *nós* (primeira pessoa do plural).

Conquanto sua natureza seja eminentemente adjetiva, podem os possessivos, em certas construções, assumir feição substantiva, quando o nome do ser possuído se

encontra elíptico, mas facilmente subentendido pelo contexto. Dizemos, por exemplo: "Este chapéu não é *meu*, é *teu*". Aqui, "meu" e "teu" substituem "meu chapéu" e "teu chapéu", respectivamente, funcionando como núcleos pronominais.⁸⁵

Além da indicação de posse ou pertença estrita, os pronomes possessivos podem, por extensão semântica ou por força estilística, coexpressar outras noções, matizando o discurso com delicadas nuances. Assim, podem indicar:

- **Afetividade ou Carinho:** Quando dizes "*Meu* velho amigo", o possessivo transcende a mera posse, carregando-se de um matiz afetivo.
- **Respeito ou Deferência:** Em expressões como "*Minha* senhora", o pronome serve para marcar um tratamento cerimonioso.
- **Cálculo Aproximado ou Indefinição:** Em frases como "Ele terá *seus* quarenta anos", o possessivo sugere uma estimativa, não um número exato.
- **Hábito ou Costume:** Ao dizer "Ele tem *suas* manias", indica-se uma característica recorrente, um costume do indivíduo.
- **Inclusão em um Grupo Particular:** A expressão "*Os nossos*" pode referir-se à família, aos amigos íntimos, aos compatriotas, dependendo do contexto.

Uma questão de particular importância no uso dos possessivos, sobretudo os de terceira pessoa (*seu, sua, seus, suas*), é a possibilidade de *ambiguidade*, pois podem referir-se tanto ao sujeito da oração quanto a uma terceira pessoa externa ao enunciado imediato. Se digo "João encontrou Pedro e *seu* irmão", não se sabe, sem mais contexto, se o irmão é de João ou de Pedro. Para sanar tal incerteza, a língua nos oferece recursos como o emprego das formas *dele(s)*, *dela(s)*, que especificam o possuidor com maior clareza: "João encontrou Pedro e o irmão *dele* [de Pedro]" ou "João encontrou Pedro e o irmão *dele* [de João]".⁸⁶

Outro ponto a observar é o emprego do artigo antes dos pronomes possessivos. No português europeu, o artigo definido é, via de regra, obrigatório ("o meu livro"). No português do Brasil, contudo, seu uso é facultativo, e muitas vezes omitido na fala coloquial ("meu livro"), embora na escrita mais formal ou para conferir ênfase, o artigo possa e deva ser empregado.

Cultivar, pois, o uso elegante e preciso dos pronomes possessivos é dominar uma arte que confere ao discurso não apenas clareza, mas também uma riqueza de matices expressivos, permitindo-nos tecer com mais propriedade as relações de pertença que configuram nosso mundo e nossas interações.

2.5.6 Pronomes Indefinidos

Prosseguindo em nossa jornada pelas classes de palavras que enriquecem e dão precisão ao discurso, deparamo-nos agora com os **Pronomes Indefinidos**. Se os

⁸⁵ A substantivação dos possessivos ocorre quando o substantivo a que se referem está elíptico. Neste caso, o pronome possessivo passa a exercer a função sintática que caberia ao nome omitido, como se pode ver em Carlos Nougué, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa*, Quinta Parte, III, § 3.y.3.a.

⁸⁶ A ambiguidade do possessivo de terceira pessoa é um ponto crucial. A *Suma Gramatical* (Quinta Parte, III, § 3.y.7) explora os meios de desambiguação, como o uso das formas analíticas "*dele(s)*", "*dela(s)*".

pronomes pessoais designam com clareza os partícipes do ato comunicativo, e os possessivos e demonstrativos estabelecem relações de pertença e de localização com nitidez, os indefinidos, por sua vez, introduzem no enunciado uma aura de indeterminação, uma névoa sutil que, longe de empobrecer a linguagem, muitas vezes lhe confere uma beleza particular, a beleza daquilo que não se quer ou não se pode precisar com exatidão.

Eles se referem à terceira pessoa do discurso – àquilo ou àquele de quem se fala – de modo vago, genérico, impreciso, ou indicando uma quantidade ou identidade que não se especifica. São, por assim dizer, os pronomes do talvez, do qualquer um, do algo que paira no ar sem se definir por completo.⁸⁷

Assim como os demais pronomes que já consideramos, os indefinidos podem apresentar-se sob duas roupagens principais:

- Como **pronomes substantivos indefinidos**, quando tomam o lugar do nome, exercendo suas funções nucleares na oração. Nesta categoria, encontramos palavras que, por sua própria natureza, já encerram a ideia de um ser ou coisa indeterminada: *alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, algo*.
- Como **pronomes adjetivos indefinidos** (ou *indefinidores*), quando acompanham o substantivo, determinando-o de forma vaga ou genérica. Aqui se incluem: *algum, nenhum, todo, outro, certo, qualquer, vários, muito, pouco, tanto, quanto*, entre outros.

Muitos deles, como é fácil perceber, podem transitar entre estas duas funções, ora substituindo, ora acompanhando o nome, conforme a necessidade expressiva do discurso.

Dividem-se, ademais, os pronomes indefinidos em **variáveis** e **invariáveis**.

- **Variáveis** são aqueles que flexionam em gênero e/ou número, concordando com o ser ou coisa a que se referem ou que determinam:
 - * *Algum, alguma, alguns, algumas*. Nota, porém, uma sutileza de nossa língua: *algum*, quando posposto ao substantivo, adquire valor negativo, equivalendo a *nenhum*. Dize-se: "Dinheiro *algum* o faria mudar de ideia."
 - * *Nenhum, nenhuma, nenhuns, nenhumas*. Distingue-se de "nem um", que conserva o valor numeral de "um", enquanto *nenhum* generaliza a negação.
 - * *Todo, toda, todos, todas*. Cumpre atentar para a diferença entre *todo* (sem artigo) e *todo o* (com artigo). O primeiro generaliza, significando 'qualquer', 'cada': "*Todo* homem é mortal". O segundo indica totalidade, inteireza: "Li *todo o* livro".
 - * *Outro, outra, outros, outras*. Para designar 'outra pessoa' de modo mais vago, temos também *outrem*, que é invariável.
 - * *Muito, muita, muitos, muitas*.
 - * *Pouco, pouca, poucos, poucas*.

⁸⁷Na *Suma Gramatical* de Carlos Nougé, a natureza dos pronomes indefinidos é explorada em sua capacidade de referir-se a entes sem individualizá-los plenamente, contrastando com a especificidade dos pronomes pessoais determinados ou dos demonstrativos que apontam para um referente particular.

- * *Certo, certa, certos, certas*. Quando anteposto ao substantivo, é indefinido: "*Certa* pessoa me procurou". Quando posposto, é adjetivo qualificativo: "A pessoa *certa* para o cargo".
 - * *Quanto, quanta, quantos, quantas*.
 - * *Vários, várias* (sempre no plural, quando indefinido).
 - * *Qualquer, quaisquer*. Lembra-te que a forma plural é *quaisquer*, e não "quaisquer".
- **Invariáveis** são aqueles que não sofrem flexão:
- * *Alguém* (refere-se a pessoa).
 - * *Ninguém* (refere-se a pessoa, com sentido negativo).
 - * *Outrem* (refere-se a pessoa, 'outra(s) pessoa(s)').
 - * *Tudo* (refere-se a coisa, com sentido de totalidade).
 - * *Nada* (refere-se a coisa, com sentido negativo).
 - * *Algo* (refere-se a coisa, 'alguma coisa').
 - * *Cada* (sempre pronome adjetivo indefinido, requer um substantivo ou numeral expresso ou implícito a que se siga: "*Cada* livro, uma história"; "Custam dez reais *cada*").

Ademais destas formas simples, a língua nos oferece as **Locuções Pronominais Indefinidas**, que são grupos de palavras com valor de pronome indefinido. São elas, entre outras: *cada um, cada qual, quem quer (que), (o) que quer (que), seja quem for, seja qual for, todo aquele que*, etc. Exemplos:

- "*Cada qual* com suas manias."
- "*Quem quer que* o tenha feito, pagará."
- "Estava disposto a aceitar *o que quer que* lhe oferecessem."

O emprego dos pronomes indefinidos, por sua natureza mesma, permite ao escritor ou ao orador mover-se num terreno de nuances, onde a precisão cede lugar à sugestão, onde a asserção categórica se abrande em generalidade. É um recurso que, bem manejado, confere ao texto uma elegância particular, uma profundidade que reside, por vezes, naquilo que não se diz explicitamente, mas que se deixa entrever. Eis aí, pois, a beleza da incerteza que estes pronomes nos facultam explorar. Cultiva, pois, seu uso, para que tua palavra, quando necessário, saiba também vestir-se desta roupagem sutil e evocativa.

2.5.7 Pronomes Relativos

Passamos agora a considerar uma espécie de pronomes cuja nobreza reside em sua capacidade de tecer o discurso, de entrelaçar orações com fio de ouro, conferindo à frase uma arquitetura mais complexa e elegante: falo dos **Pronomes Relativos**. Diferentemente das conjunções, que, como veremos⁸⁸, cingem-se primordialmente a

⁸⁸As conjunções serão tratadas em capítulo vindouro, dedicado exclusivamente a esta classe de conectivos.

estabelecer uma ligação lógica ou sequencial entre orações ou termos, os pronomes relativos, além de conectarem, desempenham uma função sintática na oração que introduzem, ao mesmo tempo que retomam um termo antecedente, evitando sua fastidiosa repetição.

O termo *relativo* advém precisamente desta sua função primordial: referir-se, relacionar-se a um *antecedente*, que é, de ordinário, um substantivo ou um pronome expresso na oração principal, ou mesmo uma oração inteira. Ao fazê-lo, o pronome relativo introduz uma oração subordinada, dita adjetiva, por qualificar ou restringir o sentido do termo a que se refere.

Consideremos, pois, os principais pronomes relativos de nossa língua, e o modo como, com arte, se empregam:

- **QUE:** É o relativo de mais largo uso, o verdadeiro coringa desta classe. Pode referir-se tanto a pessoas como a coisas, e sua função sintática na oração subordinada é variada, podendo ser sujeito, objeto direto, entre outras.

- * *O livro **que** me emprestaste é excelente.* (Aqui, *que* refere-se a "livro" e exerce a função de objeto direto na oração "que me emprestaste" – tu emprestaste o quê? o livro.)
- * *O homem **que** chegou é meu irmão.* (Neste caso, *que* refere-se a "homem" e é sujeito de "chegou".)

Por sua grande versatilidade, convém usá-lo com discernimento, para que não se incorra em ambiguidade, especialmente quando há mais de um substantivo antecedente a que possa referir-se. Para sanar tal possível obscuridade, recorre-se com frequência ao pronome *o qual* e suas flexões.

- **O QUAL (A QUAL, OS QUAIS, AS QUAIS):** Esta locução pronominal relativa, flexionando-se em gênero e número, concorda com seu antecedente, o que lhe confere maior precisão referencial que o simples *que*. Emprega-se mormente para evitar ambiguidades, ou após preposições de mais de uma sílaba, ou ainda por razões de eufonia e estilo, emprestando ao discurso um tom mais formal e, por vezes, mais enfático.⁸⁹

- * *Visitei a cidade de Lisboa, **a qual** me encantou sobremaneira.* (O uso de *a qual* evita qualquer dúvida quanto ao referente de "encantou".)
- * *Os argumentos **sobre os quais** fundaste tua tese são inconsistentes.* (Após a preposição *sobre*, prefere-se *os quais* a *que*.)

- **QUEM:** Este pronome relativo refere-se exclusivamente a pessoas, ou a seres personificados. De ordinário, vem precedido de preposição, e pode exercer diversas funções sintáticas, como objeto indireto, complemento nominal, etc.

- * *O mestre **a quem** devemos tanto respeito partiu.* (Aqui, *a quem* é objeto indireto de "devemos".)
- * *São estes os amigos **de quem** te falei.*

⁸⁹O uso de *o qual* em detrimento de *que* é frequentemente uma questão estilística, mas torna-se imperioso em contextos que exigem clareza referencial inequívoca ou após certas preposições mais extensas, como *apesar de*, *depois de*, etc. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical*, Quinta Parte, III, 3.e.

Pode também o *quem* apresentar-se sem antecedente expreso, assumindo então um valor indefinido, equivalente a "aquele que" ou "a pessoa que".

* *Quem ama o feio, bonito lhe parece.* (Equivale a: *Aquele que ama o feio...*)

- **CUJO (CUJA, CUJOS, CUJAS)**: Eis um pronome relativo de natureza singular, pois expressa primordialmente a ideia de posse. Concorde em gênero e número não com seu antecedente (o possuidor), mas com o substantivo que o sucede (a coisa possuída). Jamais se usa artigo após o pronome *cujo* e suas flexões. Sua função sintática na oração adjetiva é sempre de adjunto adnominal com valor possessivo.⁹⁰

* *Admiro o escritor **cujas** obras revelam profunda sabedoria.* (As obras são do escritor; *cujas* concorda com "obras".)

* *Este é o jardim **cujo** perfume nos encanta.*

- **QUANTO (QUANTA, QUANTOS, QUANTAS)**: Este pronome relativo usa-se após pronomes indefinidos como *tudo, todos, todas, tanto(s), tanta(s)*, e retoma este antecedente indefinido.

* *Disse **tudo quanto** sabia sobre o assunto.*

* *Convidou **tantos quantos** pôde para a celebração.*

- **ONDE**: Advérbio que assume função de pronome relativo quando retoma um antecedente que designa lugar. Equivale a *em que, no qual, na qual*, etc.

* *A casa **onde** nasci foi demolida.* (Equivale a: *A casa em que nasci...*)

* *Recordo-me dos vales **onde** brincava na infância.*

Importa notar que *onde* se refere a lugar em que se está ou em que algo ocorre (estaticidade). Para indicar movimento em direção a um lugar, usa-se *aonde* (a + onde); para indicar proveniência de um lugar, usa-se *donde* (de + onde). Estes últimos, porém, aproximam-se mais da natureza dos advérbios interrogativos ou das próprias preposições em locuções.

- **COMO e QUANDO**: Também estes advérbios podem, em certos contextos, assumir função relativa, introduzindo orações que modificam um antecedente que denote, respectivamente, modo ou tempo. São, por vezes, classificados como *advérbios relativos*.

* *Admiro a maneira **como** ele enfrenta as adversidades.* (O modo pelo qual ele enfrenta.)

* *Lembro-me do tempo **quando** éramos felizes e não sabíamos.* (A época em que éramos felizes.)

Vês, pois, que os pronomes relativos não são meros conectivos, mas palavras que, ao retomarem um antecedente, exercem uma função sintática específica na oração que introduzem – seja de sujeito, de objeto, de complemento ou de adjunto. Esta dupla natureza – conectiva e funcional – confere-lhes um papel crucial na articulação

⁹⁰A construção com *cujo* exige que este se coloque entre o termo possuidor (antecedente) e o termo possuído (consequente), estabelecendo uma relação de pertença de forma concisa e elegante. A omissão do artigo após *cujo* é regra inarredável.

do pensamento complexo e na construção de períodos mais elaborados e ricos em matizes significativos. O domínio de seu emprego é, sem dúvida, marca de elegância e precisão no manejo da língua.

2.5.8 Pronomes Interrogativos

Adentramos, agora, o território da inquirição, o domínio onde a palavra se torna instrumento da busca, da interrogação que move o intelecto em direção ao saber. Falamos dos **Pronomes Interrogativos**, vocábulos que se vestem da dúvida metódica para formular a pergunta, seja ela direta, ecoando na ágora do diálogo, seja indireta, aninhada no seio de uma oração que reporta a indagação.

São estes pronomes os arautos da nesciência que anseia por luz, as chaves com que tentamos descerrar os portais do desconhecido. Quando empregados, visam a obter informação sobre um elemento que se ignora – a identidade de uma pessoa, a natureza de uma coisa, a medida de uma quantidade, a particularidade de uma circunstância. Assumem, pois, um papel crucial na dinâmica do conhecimento, pois é da pergunta bem formulada que brota, não raro, a semente da resposta esclarecedora.

Os principais artífices desta nobre arte inquisitiva em nossa língua são:

- **Que:** Pronome de natureza invariável, de largo espectro, serve para interrogar sobre a identidade ou a natureza de coisas e, por vezes, de pessoas, mormente quando se busca uma definição ou uma explicação. Indaga ele: "*Que* é a verdade?" ou "*Que* fizeste?".
- **Quem:** Igualmente invariável, este pronome dirige sua inquirição exclusivamente a pessoas, buscando desvelar a identidade do agente, do paciente ou de qualquer ser humano envolvido na questão. Pergunta ele: "*Quem* bate à porta?" ou "Não sei *quem* disse tal coisa".
- **Qual** (*quais* no plural): Este pronome, já variável em número, introduz uma ideia de seleção dentro de um conjunto, seja de pessoas ou de coisas. Implica, pois, uma escolha entre elementos distintos ou distinguíveis. Assim se interroga: "*Qual* dos caminhos seguirás?" ou "Dize-me *quais* são tuas preferências".
- **Quanto** (*quanta, quantos, quantas*): Pronome que investiga a quantidade, a medida, o número. Pergunta pela extensão ou pela multiplicidade dos seres ou das coisas. Indaga ele: "*Quanto* tempo levará?" ou "Não imaginas *quantas* estrelas há no firmamento".

Cumpre notar, ademais, que a interrogação pode manifestar-se de duas formas principais no discurso. Na *interrogação direta*, a pergunta é formulada explicitamente, marcada, na escrita, pelo ponto de interrogação, e, na fala, por uma entonação ascendente característica, que imprime à voz a suspensão da dúvida. Exemplo: "*Que* queres de mim?".

Na *interrogação indireta*, por outro lado, a pergunta vem inserida numa oração subordinada, geralmente dependente de verbos que expressam inquirição, dúvida

ou conhecimento (como *perguntar*, *saber*, *indagar*, *dizer*, *ignorar*). A entonação aqui já não é a da pergunta direta, e o ponto final assinala a asserção da oração principal. Exemplo: "Perguntei *que* querias de mim".⁹¹

É mister observar que alguns destes pronomes interrogativos podem, em outros contextos, desempenhar funções distintas. O pronome *que*, por exemplo, como já tivemos ocasião de considerar, é também um frequente pronome relativo. Contudo, sua natureza interrogativa define-se inequivocamente pelo ato de perguntar, pela intenção do falante ou do escrevente de buscar uma informação que lhe falta.

No bailado sintático da oração, os pronomes interrogativos exercem as mais diversas funções, conformando-se àquilo que se busca saber. Podem ser sujeito ("*Quem* chegou?"), objeto direto ("*Que* viste?"), objeto indireto ("*A quem* te referes?"), predicativo ("*Qual* é tua opinião?"), complemento nominal ("Necessidade de *quê* sentes?"), ou mesmo adjunto adverbial, quando em locuções ("Por *que* te calas?").⁹²

Assim, pois, os pronomes interrogativos revelam-se instrumentos essenciais não apenas da comunicação cotidiana, mas da própria atividade intelectual. São eles que dão voz à curiosidade, que impulsionam a investigação e que, ao demandarem resposta, abrem as sendas para a compreensão do mundo e de nós mesmos. Manejá-los com propriedade é, portanto, exercitar a própria arte de pensar com clareza e de buscar a verdade com afincos.

Importa, outrossim, não confundir os pronomes interrogativos com os *advérbios interrogativos* (*onde*, *aonde*, *donde*, *quando*, *como*, *por que*⁹³), os quais, embora também sirvam à interrogação, o fazem inquirindo sobre circunstâncias de lugar, tempo, modo ou causa, e não sobre a identidade ou quantidade dos seres, como o fazem os pronomes aqui tratados.

Dominar o uso destes pronomes é, em suma, aprender a perguntar com elegância e precisão, transformando a dúvida em motor do conhecimento e a palavra em farol que ilumina os recônditos do saber.

⁹¹A distinção entre interrogação direta e indireta é fundamental para a correta pontuação e para a escolha dos tempos e modos verbais na oração subordinada. A *Suma Gramatical* de Nogueira, na Sexta Parte, ao tratar das espécies de orações, aborda as orações substantivas interrogativas indiretas.

⁹²A função sintática dos pronomes interrogativos é determinada pela função que o termo desconhecido (que eles substituem na pergunta) exerceria na oração enunciativa correspondente. Assim, em "*Quem* partiu?", *quem* é sujeito, pois na resposta "Pedro partiu", *Pedro* é sujeito. Tal análise é consentânea com os princípios expostos por Nogueira ao tratar das funções dos relativos, que também retomam um antecedente e exercem função na oração que introduzem.

⁹³A locução adverbial interrogativa *por que*, quando interrogativa direta ou no início de interrogativa indireta, grava-se separadamente e sem acento. No final de frase interrogativa, grava-se *por quê*. Já o substantivo *porquê* (o motivo) e a conjunção *porque* (causal ou explicativa) apresentam grafias distintas, matéria que se aprofundará no estudo da ortografia e da acentuação, conforme os preceitos da tradição gramatical e as convenções do Acordo Ortográfico.

2.6 Capítulo 9: O Numeral

O Numeral como Quantificador

Adentramos, agora, o domínio dos números, ou antes, das palavras que os vestem e os trazem à luz do discurso: os numerais.⁹⁴ Se a linguagem é uma sinfonia de significados, como já divisamos, os numerais seriam como que as notas que lhe conferem medida, proporção e ritmo, uma verdadeira música que ordena o caos aparente da multiplicidade.

São eles os artífices que nos permitem quantificar os seres e as coisas, expressando sua quantidade de forma absoluta, como quando contamos as estrelas no firmamento; ou ordenando-os numa sequência, qual degraus numa escada que ascende ao conhecimento; ou ainda indicando a multiplicação de um ente, como o eco que repete a voz; ou, por fim, a divisão de um todo em suas partes, qual pão que se reparte entre irmãos. São, pois, palavras que imprimem à nossa fala e à nossa escrita a marca da exatidão, do limite, da ordem numérica que subjaz à própria constituição do universo.⁹⁵

Assim como o adjetivo, que consideramos em capítulo anterior, também o numeral mantém íntima e estreita relação com o substantivo, ora acompanhando-o para precisar-lhe a quantidade ou a ordem, qualificando-o, de certo modo, numericamente; ora substituindo-o com a elegância de quem já conhece o nome do ser apontado, evitando a repetição e conferindo ao discurso uma concisão que não raro beira a poesia. É, pois, palavra que, embora especializada na arte de contar e medir, não desdenha de ombrear com o nome, servindo-lhe e, por vezes, tomando-lhe o lugar no palco da oração, qual ator versátil que desempenha múltiplos papéis.

Ao longo das seções que se seguem, esmiuçaremos as diversas roupagens com que esta música dos números se nos apresenta, classificando os numerais segundo suas funções e formas, para que possas, com clareza e precisão, deles servir-te na arte de bem falar e escrever, imprimindo aos teus ditos a clareza e a ordem que emanam da própria natureza dos números.

2.6.1 Classificação dos Numerais

Já vimos que o numeral é a palavra que, em sua essência, se volta para a expressão da quantidade, para a mensuração do ser e do acontecer. Cumpre-nos agora, todavia, desvelar a intrincada, porém harmoniosa, maneira pela qual a língua portuguesa, herdeira da clareza latina e da precisão conceptual dos gregos, dispõe esta expressão da quantidade em diversas ordens, em distintos matizes, formando uma verdadeira sinfonia de valores numéricos.

⁹⁴O termo *numeral* provém do latim *numeralis*, *-e*, 'relativo a número', derivado de *numerus*, *-i*, 'número'. Assinala, pois, a classe de palavras intrinsecamente ligada à quantificação. Vide Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, IV, para a discussão sobre a natureza desta classe gramatical.

⁹⁵A relação entre número, música e a ordem do cosmos é tema caro à tradição filosófica, desde os pitagóricos. A gramática, ao tratar dos numerais, toca, ainda que de modo elementar, nesta profunda harmonia.

A realidade quantitativa, com efeito, não se apresenta à nossa inteligência de um só modo. Ora a percebemos em sua nudez absoluta, como pura contagem; ora em sua disposição ordenada, como degraus de uma escada; ora como multiplicação de um todo, como eco que se repete e se avoluma; ora como divisão desse mesmo todo, como parte que dele se destaca; ora, enfim, como um conjunto coeso, como um agrupamento que, em sua unidade, encerra uma pluralidade determinada.

Para dar conta desta riqueza de aspectos, a arte gramatical, atenta às sutilezas do pensamento e às necessidades da expressão, estabeleceu uma classificação dos numerais, distribuindo-os em classes que correspondem a estes diversos modos de conceber e de enunciar a quantidade. São estas as categorias principais que compõem a harmonia dos valores numéricos:

- Os **Cardinais**, que exprimem a quantidade absoluta, o número em si mesmo, qual fundamento sobre o qual se erguem as demais noções quantitativas. São a essência numérica, o *quantum* despojado de outras determinações.
- Os **Ordinais**, que, como o próprio nome sugere⁹⁶, indicam a ordem, a posição que um ser ocupa numa série ou sequência estabelecida. São os marcos que balizam a progressão.
- Os **Multiplicativos**, que expressam a ideia de multiplicação, de aumento proporcional da quantidade, como se um valor se espelhasse e se repetisse, gerando múltiplos de si.
- Os **Fracionários**, que, ao invés, denotam a divisão, a parte de um todo, a fração da unidade. São a expressão da quantidade enquanto parcela.
- E os **Coletivos**, que, embora no singular, designam um conjunto determinado de seres ou coisas, uma pluralidade que se apresenta sob a veste da unidade.⁹⁷

Cada uma destas classes, com suas formas e particularidades próprias, contribui para a riqueza e a precisão da linguagem numérica. E, como já se observou para outras classes de palavras que orbitam o nome⁹⁸, também os numerais, em sua maioria, podem apresentar-se ora como determinantes de um substantivo (função adjetiva), ora como o próprio núcleo de uma expressão quantitativa (função substantiva). Esta dualidade funcional, que exploraremos detidamente ao tratar cada espécie de numeral, é mais uma prova da engenhosa flexibilidade com que a língua se molda às necessidades do pensamento.

Assim, pois, esta classificação não é mero artifício de gramáticos, mas o reflexo de uma ordem conceptual, uma maneira pela qual a razão humana organiza e expressa a multifacetada realidade da quantidade. Ao dominar estas distinções, estarás apto não só a empregar os numerais com justeza e propriedade, mas a perceber a profunda harmonia que rege o universo dos números tal como se manifesta na palavra.

⁹⁶Do latim *ordinālis*, derivado de *ordo*, *ordīnis*, que significa ‘ordem’, ‘fileira’, ‘série’.

⁹⁷A natureza dos numerais coletivos, como *dúzia* ou *centena*, aproxima-os dos substantivos coletivos em geral, mas distinguem-se destes pela precisão numérica inerente ao seu significado.

⁹⁸Conforme exposto na *Suma Gramatical*, Quinta Parte, III, ao tratar dos pronomes, e na Quinta Parte, II, ao tratar dos adjetivos, os quais podem ter função substantiva ou adjetiva.

2.6.2 Cardinais, Ordinais, Multiplicativos e Fracionários

Ainda no domínio do Numeral, essa classe de palavras que nos permite quantificar o mundo e ordenar os seres, cumpre-nos agora distinguir com maior vagar as suas principais espécies, cada qual com sua melodia e função particular na sinfonia da linguagem. São elas, como já antecipamos, os Cardinais, os Ordinais, os Multiplicativos e os Fracionários.

Numerais Cardinais Os Cardinais, na sua essência, são os números em sua pureza, a expressão da quantidade absoluta, despojada de qualquer outra relação. Quando proferes *um*, *dois*, *três*, *cem*, *mil*, estás a nomear o número em si mesmo, a quantidade nua e crua com que a inteligência apreende a multiplicidade dos entes. São, por assim dizer, os fundamentos da própria aritmética da linguagem.

Em sua maioria, os cardinais são invariáveis, ou seja, não flexionam em gênero nem em número. Dizes, com efeito, *três* homens e *três* mulheres, *cem* livros e *cem* penas. Exceções notáveis, porém, confirmam a regra: *um* flexiona-se em *uma*, e *dois* em *duas*, para concordar com o gênero do substantivo a que se referem; e as centenas, a partir de *duzentos*, também admitem variação de gênero: *duzentos* cavaleiros, mas *duzentas* amazonas.⁹⁹

Podem os cardinais, ademais, exercer tanto a função de adjetivo, determinando um substantivo (*cinco* dedos), como a de substantivo, quando o número é tomado em si mesmo como entidade (*o cinco* é meu número da sorte).

Numerais Ordinais Se os cardinais nos dão a quantidade, os Ordinais, por sua vez, indicam a ordem, a posição que um ser ocupa numa série ou sequência estabelecida. Quando dizes *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, *vigésimo*, *centésimo*, estás a situar o ente numa hierarquia, numa sucessão ordenada.

Ao contrário da maioria dos cardinais, os ordinais são eminentemente variáveis, flexionando-se em gênero e número para concordar com o substantivo a que se referem: *o primeiro* dia, *a primeira* noite; *os segundos* colocados, *as segundas* intenções. Sua formação, frequentemente erudita, vale-se de sufixos como *-ésimo* (*vigésimo*, *centésimo*), *-eiro* (*primeiro*, *terceiro*¹⁰⁰) ou, mais raramente, mantém a forma latina (como em *sexto*, *sétimo*, *oitavo*, *nono*, *décimo*).

Numerais Multiplicativos Os Multiplicativos, como o próprio nome sugere, expressam a ideia de multiplicação, indicando quantas vezes uma quantidade é aumentada ou repetida. Quando falas em *dobro* (ou *duplo*), *triplo*, *quádruplo*, *quíntuplo*, estás a referir-te a uma quantidade multiplicada por dois, três, quatro ou cinco,

⁹⁹A variabilidade de *um* e *dois* (e das centenas) em gênero é herança direta do latim, onde *unus*, *una*, *unum* e *duo*, *duae*, *duo* (bem como *ducenti*, *-ae*, *-a*, etc.) concordavam plenamente com o substantivo. As demais formas cardinais latinas eram, em sua maioria, indeclináveis.

¹⁰⁰A forma *primeiro* (< lat. *primarius*, 'de primeira ordem') e *terceiro* (< lat. *tertiarius*) são formações peculiares dentro do sistema dos ordinais, que, em geral, no português, tendem para o sufixo *-ésimo* para as dezenas, centenas e milhares.

respectivamente. Podem os multiplicativos funcionar como substantivos (*recebeu o dobro* do que esperava) ou como adjetivos (*dose tripla*, *salto quádruplo*). Alguns apresentam variação de gênero quando adjetivos (*duplo* esforço, *dupla* jornada), enquanto outros são invariáveis (*salto triplo*, *cópia tripla*).

Numerais Fracionários Por fim, os Fracionários são aqueles que indicam a divisão, a parte de um todo. Quando mencionas *meio* (ou *metade*), *terço*, *quarto*, *quinto*, *décimo*, *centésimo*, estás a referir-te a uma fração, a uma porção de uma unidade. Como os multiplicativos, podem ser substantivos (*um terço* da herança, *dois quintos* do terreno) ou adjetivos (*meia* porção, *meio* copo). A forma *meio*, quando adjetivo, concorda em gênero com o substantivo (*meio dia*, *meia noite*), mas, quando advérbio, permanece invariável (*ela está meio triste*).¹⁰¹ Para os denominadores superiores a dez, emprega-se o cardinal seguido da terminação *-avos* (onze *avos*, doze *avos*, vinte *avos*), salvo para as potências de dez, que mantêm seus ordinais (décimo, centésimo, milésimo).

Eis aí, pois, as quatro melodias principais que compõem a música dos numerais. Cada uma com seu timbre e sua função, contribuem para a precisão e a riqueza com que a linguagem nomeia e ordena as quantidades e as posições no vasto universo dos seres.

2.6.3 Numerais Coletivos

Prosseguindo nossa jornada pela música dos números, após termos considerado os cardinais, os ordinais e os multiplicativos, cumpre-nos agora volver o olhar para uma categoria particular, mas não menos significativa: os **numerais coletivos**. São estes vocábulos que, embora se apresentem frequentemente sob a forma do singular, encerram em seu seio a ideia de um conjunto determinado de seres ou coisas, manifestando, assim, a *força do conjunto*. Diferem, pois, dos cardinais, que expressam a quantidade absoluta de modo distributivo, e dos ordinais, que indicam a posição numa série. Os coletivos, por sua vez, nomeiam o próprio agrupamento numericamente definido como uma unidade.

Deveis notar, outrossim, que tais numerais, em sua essência gramatical, comportam-se como verdadeiros *substantivos*.¹⁰² Embora sua função primordial seja a de quantificar coletivamente, designam o próprio conjunto como uma entidade una, capaz de exercer as funções sintáticas próprias do substantivo.

Exemplos abundam em nossa língua, testemunhando a utilidade e, por vezes, a elegância deste artifício linguístico:

¹⁰¹A distinção entre *meio* adjetivo (variável) e *meio* advérbio (invariável) é crucial para a correção gramatical. "Meia cansada" seria um solecismo; o correto é "meio cansada", pois *meio* aí modifica o adjetivo *cansada*, funcionando como advérbio de intensidade.

¹⁰²Esta natureza substantiva dos numerais coletivos é fundamental para a correta compreensão de sua regência e concordância na oração. Não se trata, como nos outros numerais adjetivos, de meros quantificadores que acompanham um nome, mas de nomes que, acidentalmente, expressam um número fixo e determinado de unidades. Vide Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, IV, sobre os numerais e suas espécies.

- Para a medida do tempo, encontramos o *bimestre* (conjunto de dois meses), o *trimestre* (três meses), o *semestre* (seis meses); o *biênio* (período de dois anos), o *triênio* (três anos), o *quadriênio* (quatro anos), o *quinquênio* ou *lustro* (cinco anos); a *década* (período de dez anos), o *século* ou *centúria* (cem anos), e o *milênio* (mil anos).
- Para a contagem de unidades de seres ou coisas, servem-nos o *par* (dois), o *trio* ou *terno* (três), o *quarteto* (quatro); a *dezena*, a *dúzia* (doze), a *vintena* (vinte unidades ou o período de vinte anos), a *centena* ou *cento*¹⁰³, o *milhar* ou *milheiro*.
- Outros há, como a *groja* (doze dúzias, ou seja, cento e quarenta e quatro unidades), o *novenário* ou *novena* (conjunto de nove dias dedicados a práticas religiosas, ou simplesmente nove unidades), e a *quarentena* (período de quarenta dias, ou um conjunto de quarenta unidades, embora hoje também designe, por extensão, um período de isolamento de duração variável).

Sendo substantivos em sua forma singular, mas frequentemente plurais em seu significado imanente, os numerais coletivos apresentam particularidades na **concordância verbal e nominal**. Geralmente, o verbo e os determinantes concordam com a forma singular do numeral coletivo. Assim, dirás com propriedade: "Uma *dúzia* de ovos *foi* comprada". Contudo, não te soará estranho, e por vezes será até mais expressivo e consentâneo com a intenção do falante, recorrer à *silepse de número*, fazendo a concordância com a ideia de pluralidade que o coletivo encerra, especialmente se o conjunto de seres ou coisas vem especificado por adjunto adnominal no plural. Dirias, então: "Uma *dúzia* de ovos *foram* quebrados no transporte", realçando, assim, a pluralidade dos ovos que compunham a dúzia.¹⁰⁴

Importa distingui-los, todavia, dos *substantivos coletivos* genéricos – que já consideramos no capítulo dedicado ao substantivo –, como *alcateia* (de lobos), *cardume* (de peixes) ou *resma* (de papel). Estes, embora também designem um conjunto de seres ou coisas sob uma forma singular, não o fazem com a precisão numérica intrínseca e definidora dos numerais coletivos. Aqueles nomeiam o grupo pela sua natureza ou espécie; estes, eminentemente pela sua quantidade determinada e fixa.

Vês, pois, como a língua, em sua sabedoria e economia, forjou palavras que, sob a singeleza da forma singular, ocultam e manifestam a força e a multiplicidade do conjunto. Usá-las com discernimento e propriedade, atentando para as sutilezas de concordância que podem ensejar, é mais um passo na senda da maestria gramatical, permitindo-te expressar com elegância e precisão a ideia de um todo numericamente definido.

¹⁰³A palavra *cento*, embora frequentemente usada como cardinal (cem), retém sua natureza coletiva quando significa 'uma centena de', como em "um cento de laranjas".

¹⁰⁴A silepse, ou concordância ideológica (*syllipsis* ou *conceptio ad sensum*), é figura pela qual a concordância se faz não com a forma gramatical estrita da palavra, mas com a ideia que ela representa ou sugere ao espírito. A silepse de número é comum com coletivos e outras palavras de sentido plural e forma singular. Cf. *Suma Gramatical*, Oitava Parte, III, sobre os casos de concordância verbal.

2.7 Capítulo 10: O Verbo

Chegamos, enfim, ao estudo daquela palavra que, com justa razão, se pode afigurar como o coração pulsante da oração, o motor que lhe imprime vida e movimento: o *verbo*. Se o substantivo, como vimos, é o pilar que designa os seres e as coisas, o verbo é a palavra que os põe em relação, que lhes atribui ação, estado ou fenômeno, e que, fundamentalmente, os situa na correnteza do tempo.

A própria etimologia do termo no-lo revela. "Verbo" advém do latim *verbum*, *-i*, que, em sua acepção primeira e mais lata, significava "palavra", "vocábulo", "termo".¹⁰⁵ Com o evoluir da reflexão gramatical, passou o vocábulo a designar, mais especificamente, aquela classe de palavras que, por excelência, exprime o que se predica do sujeito, o que dele se diz. E é neste sentido, mais estrito e técnico, que ora o consideraremos.

Diferentemente do substantivo, que se nos apresenta como um nome estável, o verbo é a palavra da dinâmica, da mudança, da existência em fluxo. Sua natureza primordial é a de enunciar:

- **Ação:** quando indica um fazer, um agir praticado ou sofrido pelo sujeito (Ex.: *O lavrador **colhe** o trigo; O trigo **é colhido***).
- **Estado:** quando expressa uma situação, uma condição, uma maneira de ser do sujeito (Ex.: *A terra **está** seca; Ele **parece** cansado*).
- **Fenômeno da natureza:** quando designa processos ou ocorrências naturais, independentes da vontade de um agente (Ex.: ***Chove** abundantemente; **Ventava** com fúria*).
- **Existência ou ocorrência:** quando afirma o simples ser ou acontecer (Ex.: ***Há** esperança; **Aconteceram** prodígios*).

Esta capacidade de expressar o que se passa com os seres no tempo é o que confere ao verbo seu papel central na constituição do predicado. Sem ele, a oração, as mais das vezes, ficaria inerte, desprovida daquele sopro vital que a torna um enunciado completo, uma pintura viva do pensamento.

Mais ainda, o verbo é a palavra que, por excelência, se *flexiona*, que se dobra e se molda para expressar as múltiplas nuances da realidade que queremos significar. Veremos, com mais vagar, as diversas roupagens que ele assume ao flexionar-se em modo, tempo, número e pessoa, revelando assim sua intrínseca capacidade de situar a enunciação em coordenadas precisas. É por meio destas flexões que a linguagem alcança uma riqueza expressiva singular, permitindo-nos não apenas nomear o que é, mas também o que foi, o que será, o que poderia ser, o que se deseja ou o que se ordena.

As formas nominais do verbo – o infinitivo, o gerúndio e o particípio – também merecerão nossa atenção, pois, embora participem da natureza verbal, aproximam-

¹⁰⁵Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, VI, §6.1. É de notar, ademais, a profunda ressonância filosófica e teológica deste étimo, que nos remete ao *Logos* joanino, o Verbo Divino pelo qual todas as coisas foram feitas.

se, em certas funções, do substantivo e do adjetivo, revelando a plasticidade e a interconexão das classes gramaticais.

Por fim, importa notar que os verbos se agrupam em *conjugações*, paradigmas flexionais que se definem pela terminação do infinitivo. Em nossa língua portuguesa, temos três conjugações principais: a primeira, dos verbos terminados em **-ar** (*amar, cantar, estudar*); a segunda, dos terminados em **-er** (*aprender, correr, ser*); e a terceira, dos terminados em **-ir** (*partir, sentir, ouvir*). O verbo *pôr*, com seus derivados, conquanto apresente terminação distinta, filia-se, por razões históricas, à segunda conjugação.¹⁰⁶

O estudo do verbo é, pois, jornada árdua, mas recompensadora. Dominar suas formas, seus empregos, suas sutilezas é dominar a própria arte de expressar o pensamento com clareza, com precisão e com elegância. É, em suma, assenhorear-se do coração da linguagem.

2.7.1 Verbos Regulares e Irregulares

Ao adentrarmos o vasto e pulsante universo dos verbos, cumpre-nos, desde logo, distinguir duas grandes famílias que, em sua maneira de dançar ao ritmo das flexões, revelam a própria dinâmica da língua: os verbos **regulares** e os verbos **irregulares**. Esta distinção, que se funda na constância ou na variação do radical e das desinências ao longo da conjugação, é de magna importância para o domínio seguro desta classe de palavras, que, como já dissemos, é o coração da oração.

Os **verbos regulares** são aqueles que, qual bailarinos disciplinados, seguem um paradigma fixo, um modelo constante de flexão para cada tempo e modo. Seu radical¹⁰⁷ permanece inalterado ao longo de toda a conjugação, e as desinências número-pessoais e modo-temporais são as mesmas para todos os verbos da mesma conjugação. Tomemos, por exemplo, os verbos *cantar* (1ª conjugação), *vender* (2ª conjugação) e *partir* (3ª conjugação). Observa como, ao conjugá-los no presente do indicativo, o radical (*cant-*, *vend-*, *part-*) se mantém constante, e as desinências (*-o*, *-as*, *-a*, *-amos*, *-ais*, *-am*; *-o*, *-es*, *-e*, *-emos*, *-eis*, *-em*; *-o*, *-es*, *-e*, *-imos*, *-is*, *-em*) se repetem para outros verbos regulares da mesma conjugação:

Eu canto, tu cantas, ele canta...

Eu vendo, tu vendes, ele vende...

Eu parto, tu partes, ele parte...

Esta regularidade, esta obediência a um modelo, torna-os, por assim dizer, previsíveis e de aprendizado mais direto. São a base sobre a qual se ergue a compreensão do sistema verbal.

Os **verbos irregulares**, por sua vez, são os artistas mais rebeldes desta dança gramatical. Não seguem, em parte ou em toda a sua conjugação, o paradigma

¹⁰⁶O verbo *pôr* origina-se do latim *ponere*, pertencente à terceira conjugação latina, que evoluiu para a segunda em português. Cf. *Suma Gramatical*, Quinta Parte, VI, §6.1.6.

¹⁰⁷O radical, como já vimos na Quarta Parte, é o elemento morfológico que contém o significado básico do verbo, permanecendo, em princípio, invariável ao longo da conjugação dos verbos regulares.

dos verbos regulares. Apresentam alterações no radical, ou nas desinências, ou em ambos, desviando-se do modelo comum de sua conjugação. Estas irregularidades, longe de serem meros caprichos da língua, são, muitas vezes, heranças de sua história, vestígios de sua evolução, ou ainda resultado de fenômenos fonéticos que alteraram a forma primitiva da palavra.¹⁰⁸

Tomemos o verbo *fazer* (2ª conjugação). Seu radical *faz-* altera-se significativamente em diversas formas: *faço* (presente do indicativo), *fiz* (pretérito perfeito do indicativo), *farei* (futuro do presente), *fizesse* (pretérito imperfeito do subjuntivo). Ou considera o verbo *ir* (3ª conjugação), cujas formas no presente do indicativo (*vou, vais, vai...*) e no pretérito perfeito (*fui, foste, foi...*) provêm de radicais latinos distintos (*vadere* e *esse*, respectivamente), constituindo um caso de *supletivismo*.¹⁰⁹

As irregularidades podem ser de diversas naturezas:

– **Irregularidades no radical:**

- * *Alternância vocálica:* o *e* do radical de *servir* muda para *i* em algumas formas (*sirvo, sirva*).
- * *Alternância consonantal:* o *z* do radical de *dizer* muda para *g* (*digo, diga*) ou para *ss* (*disse*).
- * *Acréscimo ou supressão de fonemas:* o verbo *estar* apresenta um *s* no radical de algumas formas (*estou, esteve*).

– **Irregularidades nas desinências:** Alguns verbos apresentam desinências particulares, distintas das do paradigma regular. Por exemplo, o verbo *dar* no pretérito perfeito (*dei, deste, deu...*) apresenta desinências que diferem das de *cantei, cantaste, cantou...*

– **Irregularidades mistas:** Quando ocorrem alterações tanto no radical quanto nas desinências, como no verbo *ter* (*tenho, tive, terei...*).

Há ainda, dentro da família dos irregulares, os chamados **verbos anômalos**, que apresentam irregularidades tão profundas e em tantos tempos que quase não se lhes reconhece um paradigma. São os verbos *ser* e *ir*, cujas conjugações, como já vislumbrado, são um mosaico de radicais e desinências de origens diversas.

Por fim, mencionem-se os **verbos defectivos**, aqueles que não se conjugam em todas as pessoas, tempos ou modos. Esta defectividade pode dever-se a razões eufônicas (para evitar formas de sonoridade desagradável ou que se confundam com outras palavras), ou ao próprio sentido do verbo, que o torna incompatível com certas flexões (como os verbos que exprimem fenômenos da natureza, geralmente usados apenas na terceira pessoa do singular: *chover, nevar*). Exemplos: *abolir* (não se conjuga nas formas em que o *l* do radical precederia um *a* ou um *o*), *colorir*

¹⁰⁸ As irregularidades verbais são, frequentemente, resultado de processos históricos de evolução fonética, como a síncope, a apócope, a metátese, ou de analogia com outras formas verbais. O estudo da Gramática Histórica lança luz sobre muitas dessas aparentes "anomalias". Vide, por exemplo, a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Said Ali, para uma análise aprofundada destes fenômenos.

¹⁰⁹ O supletivismo ocorre quando um verbo utiliza radicais diferentes para formar seus diversos tempos ou pessoas. É um tipo de irregularidade verbal bastante acentuada, como nos verbos *ser* e *ir*.

(não se conjuga na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, nem no presente do subjuntivo).

Esta dança entre a regra e a exceção, entre a constância e a variação, é o que confere à conjugação verbal sua riqueza e, por vezes, sua aparente complexidade. Dominar os verbos regulares é assentar os alicerces; conhecer os irregulares é aprender a apreciar as nuances e a história viva da língua. Não te atemorizes, pois, diante das irregularidades; antes, encara-as como convites a um estudo mais atento e a uma compreensão mais profunda deste coração pulsante da oração.

2.7.2 Flexão Verbal

O verbo, já o dissemos, é o coração da oração, o elemento que lhe infunde vida e dinamismo. Não se concebe, com efeito, oração sem verbo, explícito ou implícito¹¹⁰. Ora, esta vitalidade intrínseca do verbo manifesta-se de modo particular em sua capacidade de metamorfose, em sua aptidão para variar de forma a fim de expressar as mais diversas circunstâncias e relações. A esta propriedade camaleônica, a esta dança de terminações que o adaptam às exigências do discurso, damos o nome de **flexão verbal**. É precisamente por meio da flexão que o verbo se põe *em movimento*, qualificativo que lhe assenta com justeza, pois é ele que, ao flexionar-se, anima a frase, qual sopro vital que percorre suas artérias.

A flexão verbal, pois, é a alteração que sofre o verbo em sua terminação (e, por vezes, em seu próprio radical, nos chamados verbos irregulares) para indicar as diversas categorias gramaticais que lhe são inerentes e que lhe permitem espelhar a riqueza do pensamento. Não se trata de mera variação accidental, mas de um sistema complexo e orgânico, tecido com fios de lógica e de uso consagrado, que permite à língua expressar com precisão e sutileza as nuances da realidade concebida pelo intelecto. É a flexão que permite ao verbo, qual ator versátil, desempenhar múltiplos papéis no palco da oração, ajustando sua voz e seus gestos à cena que se desenrola.

As principais categorias que a flexão verbal manifesta, e que como instrumentos afinados concorrem para a harmonia do discurso, são:

1. **O Modo (*modus*)**: Reflete a atitude do espírito daquele que fala ou escreve em relação ao processo verbal. Indica se o fato é concebido como real e certo, afirmado sem vacilação (Modo Indicativo); como duvidoso, possível, desejado ou subordinado a uma condição (Modo Subjuntivo); ou ainda como uma ordem, um conselho, um pedido ou uma súplica (Modo Imperativo). Cada modo, como teremos ocasião de aprofundar, desdobra-se em um leque de tempos próprios, colorindo o discurso com as tintas da intenção e da perspectiva do falante.
2. **O Tempo (*tempus*)**: Situa o processo verbal na linha cronológica, referindo-o ao momento da fala ou a outro momento tomado como referência. Distinguímos fundamentalmente o presente, que ancora a ação no instante da enunciação; o passado, com suas diversas matizes – o pretérito perfeito, que assinala a ação

¹¹⁰Vide o que se disse sobre a oração nominal na Sexta Parte, I, da *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* de Carlos Nougé, onde se discute a natureza da oração e a essencialidade do verbo.

concluída; o pretérito imperfeito, que lhe descreve a continuidade ou habitualidade pretérita; e o pretérito mais-que-perfeito, que indica uma ação anterior a outra já passada –; e o futuro, também com suas nuances – o futuro do presente, que projeta a ação para o porvir; e o futuro do pretérito, que a condiciona a um evento passado. O tempo verbal é a bússola que orienta a ação no vasto oceano da temporalidade.¹¹¹

3. **O Número (*numerus*)**: Indica se o processo verbal se refere a um único ser (singular) ou a mais de um ser (plural). É a flexão que estabelece a concordância quantitativa entre o verbo e o sujeito da oração, qual harmonia numérica na sinfonia frasal, assegurando a clareza e a precisão da referência.
4. **A Pessoa (*persona*)**: Marca a relação do processo verbal com os participantes do ato de comunicação: a primeira pessoa (aquela que fala ou o grupo a que pertence), a segunda pessoa (aquela com quem se fala ou o grupo a que pertence) e a terceira pessoa (aquela ou aquilo de que se fala). A flexão de pessoa é o que permite ao verbo "personificar-se", isto é, identificar-se com os protagonistas do discurso, estabelecendo os papéis na interlocução.

Além destas categorias flexionais propriamente ditas, que se manifestam por meio de desinências específicas, cumpre mencionar as chamadas **formas nominais** do verbo – o Infinitivo, o Gerúndio e o Particípio. Estas formas, embora participando da natureza verbal por expressarem ação, processo ou estado, aproximam-se também da natureza nominal (do substantivo ou do adjetivo), exercendo funções híbridas e versáteis no discurso. E, ainda que não se trate de flexão no mesmo sentido das categorias modo-temporais e número-pessoais, a **Voz** (ativa, passiva, e a figura da reflexiva) também altera a perspectiva sob a qual o processo verbal é apresentado, modificando a relação entre o verbo e os actantes da oração, ou seja, aqueles que praticam ou sofrem a ação.

A flexão verbal, portanto, é um intrincado sistema de correspondências formais e significativas, um verdadeiro microcosmo da capacidade da língua de espelhar a complexidade do pensamento humano e as múltiplas facetas da experiência. Compreendê-la em sua inteireza é tarefa árdua, mas recompensadora, pois nos franqueia acesso mais profundo aos mecanismos da expressão e à própria alma da língua portuguesa. Nos tópicos que se seguem, adentraremos cada uma destas categorias flexionais, desvendando-lhe os segredos e apreciando-lhe a beleza e a funcionalidade, para que, ao final, possas tu manejar o verbo com a destreza de um artífice e a elegância de um poeta.

2.7.3 Flexão de Modo

Ao considerarmos o verbo, esse coração pulsante da oração, havemos de atentar não somente à ação, estado ou fenômeno que ele enuncia, mas também à *atitude*

¹¹¹A concepção do tempo verbal e sua relação com a realidade temporal são temas de profunda reflexão filosófica e linguística. Aristóteles, em sua *Física*, e Santo Agostinho, nas *Confissões* (Livro XI), já meditavam sobre a natureza fugidia do tempo, discussões que ecoam no estudo gramatical das formas verbais e na busca por capturar, na linguagem, a experiência do fluir temporal.

daquele que fala ou escreve em face do que é dito. É aqui que se nos revela a flexão de modo, qual paleta de um pintor sutil, com a qual se tingem as declarações verbais, conferindo-lhes cores e matizes que lhes definem o estatuto na realidade ou na mente do enunciador. O modo verbal, pois, não é mero acidente gramatical, mas espelho da intenção, da certeza, da dúvida, do desejo ou da ordem que animam o discurso.¹¹²

São três as cores primárias com que a língua portuguesa matiza a ação verbal, três os modos fundamentais que há de dominar para bem te expressares: o Indicativo, o Subjuntivo e o Imperativo.

O Modo Indicativo é o da asserção, da declaração de um fato tomado como certo, como real, quer na sua efetiva ocorrência, quer na sua negação peremptória. É a cor da objetividade aparente, com que se pinta o mundo tal como o concebemos em sua existência factual, passada, presente ou futura. Quando dizes "*O sol brilha*", ou "*Choveu ontem*", ou "*Estudaremos amanhã*", utilizas o Indicativo para apresentar esses acontecimentos como verdades enunciadas, como realidades postas, sobre as quais não paira, no momento da enunciação, a névoa da dúvida ou a aquarela do desejo.

Este modo verbal é o alicerce da comunicação que visa a informar, a descrever, a narrar o que *é*, o que *foi* ou o que *será*, segundo a perspectiva de quem se pronuncia. Os diversos tempos que o compõem – e que em momento oportuno consideraremos em detalhe – nada mais são do que as nuances temporais com que esta certeza se manifesta ao longo da linha do tempo.¹¹³

Se o Indicativo é o modo da realidade posta, o Modo Subjuntivo é o da realidade contemplada, da ação verbal vista sob o prisma da incerteza, da possibilidade, da hipótese, do desejo ou da necessidade. É a cor da subjetividade, com que se matizam os enunciados que não se afirmam como fatos consumados, mas como eventualidades, condições ou volições. Quando exclamas "*Tomara que venha!*", ou ponderas "*Se estudasses, aprenderias*", ou formulas uma condição "*Embora chova, partiremos*", é o Subjuntivo que te permite navegar por esses mares da contingência e da intenção.

Frequentemente, o Subjuntivo surge em orações dependentes, subordinadas a uma outra que lhe define o matiz de irrealidade ou de eventualidade. Os seus tempos – presente, pretérito imperfeito e futuro – traduzem a temporalidade peculiar com que estas "não-certezas" são projetadas.¹¹⁴ A sua arte reside precisamente em pintar com as cores da alma aquilo que o Indicativo retrata com as tintas do mundo.

O Modo Imperativo, por sua vez, é o da interpelação direta, o da vontade que se projeta sobre o outro, buscando mover-lhe a ação. É a cor da ordem, do pedido, do

¹¹²A noção de *modo* (do latim *modus*, 'medida, maneira, modo, regra') em gramática reflete a perspectiva ou a atitude do falante em relação ao conteúdo da enunciação. Trata-se de uma categoria fundamental para a interpretação da intenção comunicativa.

¹¹³Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), ao tratar dos tempos verbais, explora a relação entre o modo indicativo e a afirmação da realidade em diferentes eixos temporais.

¹¹⁴A riqueza do modo subjuntivo é particularmente notável nas línguas românicas, onde serve para expressar uma vasta gama de nuances modais que, em outras famílias linguísticas, podem requerer construções perifrásticas ou outros recursos gramaticais.

conselho, da exortação ou da proibição. Quando ordenas "*Faze isto!*", ou suplicas "*Ajuda-me, por favor*", ou aconselhas "*Estuda com afinco*", ou proíbes "*Não vás por aí*", é o Imperativo que te serve de instrumento para diriges a tua vontade ao teu interlocutor.

Este modo distingue-se fundamentalmente em *afirmativo*, para expressar o que se deve fazer, e *negativo*, para expressar o que não se deve fazer. Não possui, pela sua própria natureza interpelativa, a primeira pessoa do singular, pois ninguém, em sã consciência linguística, ordena a si mesmo na forma direta do discurso.¹¹⁵ É o modo da ação desejada ou imposta, a cor da vontade que busca moldar a conduta alheia.

Dominar, pois, a flexão de modo é dominar as cores primárias do discurso, é aprender a matizar teus verbos com a intenção precisa, conferindo às tuas palavras a força da certeza, a delicadeza da hipótese ou o vigor da ordem. É, em suma, pintar com a linguagem os múltiplos quadros da experiência humana.

2.7.4 Flexão de Tempo: O Verbo no Tempo

Adentremos, pois, na flexão temporal do verbo, essa modulação admirável que lhe permite situar a ação, o estado ou o fenómeno na intrincada tapeçaria do tempo. É por meio desta flexão que a linguagem humana transcende o instante fugaz da enunciação, ordenando os acontecimentos numa linha inteligível, que se estende do que já foi ao que há de vir.

A inteligência humana, em sua apreensão da realidade, distingue primordialmente três grandes épocas: o *pretérito*, que encerra o que já não é; o *presente*, que espelha o que é no momento da fala; e o *futuro*, que projeta o que ainda não é, mas que se espera ou se teme.¹¹⁶ A arte gramatical, porém, não se contenta com esta divisão ternária tão somente. Ela a refina, a matiza, criando os diversos *tempos verbais* que nos permitem expressar com maior precisão e sutileza as relações temporais.

E cumpre notar, de antemão, que esta modulação temporal quase nunca se dá isoladamente, mas entrelaçada à flexão de modo, como se ambas fossem cordas de uma mesma lira, vibrando em consonância para expressar as cambiantes intenções do falante. Assim, falamos de um *Presente do Indicativo*, de um *Pretérito Imperfeito do Subjuntivo*, de um *Futuro do Presente*, cada qual portador de uma carga semântica que conjuga o *quando* com o *como* da ação enunciada.

No vasto domínio do **pretérito**, distinguimos matizes importantes:

- O **Pretérito Perfeito**, que apresenta a ação como concluída, acabada em um ponto anterior ao momento da fala. É o tempo da narrativa por excelência, que relata os feitos já consumados.

¹¹⁵A formação do Imperativo, como veremos, vincula-se intimamente às formas do Presente do Indicativo e do Presente do Subjuntivo, revelando uma engenhosa economia da língua.

¹¹⁶Esta divisão ternária do tempo – passado, presente e futuro – é uma categoria fundamental do pensamento humano, refletida na estrutura temporal da maioria das línguas. A gramática filosófica explora as correspondências entre estas noções temporais e as categorias metafísicas do ser e do devir.

- O **Pretérito Imperfeito**, que pinta a ação como duradoura, contínua ou habitual no passado. Descreve um cenário, um costume, uma ação que se desenrolava sem um termo nítido.
- O **Pretérito Mais-que-Perfeito**, que situa uma ação pretérita como anterior a outra ação também pretérita, estabelecendo uma anterioridade dentro do próprio passado.

O **Presente** do Indicativo, por sua vez, ancora a ação, o estado ou o fenômeno no instante mesmo da fala, ou lhe confere um valor de verdade universal, de hábito ou de estado permanente.

Quanto ao **futuro**, a língua nos oferece principalmente:

- O **Futuro do Presente**, que projeta a ação para um ponto vindouro em relação ao momento atual da enunciação.
- O **Futuro do Pretérito**, qual espelho que reflete um futuro já esvaído, situa a ação como posterior a um ponto de referência no passado, ou lhe empresta o matiz da condição, da hipótese, da polidez ou da surpresa em relação a fatos pretéritos.

Ainda se vale a língua dos *tempos compostos*, formados com o auxílio dos verbos *ter* ou *haver* e o particípio do verbo principal. Estas formas perifrásticas servem para expressar ações concluídas em relação a outros tempos, ou para indicar a reiteração ou a continuidade de uma ação, conferindo ao discurso uma maior precisão aspectual.¹¹⁷

É, pois, pela flexão de tempo que o verbo se torna o fio condutor da narrativa, o artífice que ordena os acontecimentos na linha do discurso,¹¹⁸ permitindo-nos viajar do passado ao futuro, e compreender a intrincada relação entre o instante e a eternidade. Dominar esta flexão é, por conseguinte, dominar a arte de contar histórias, de expor ideias, de tecer, com as palavras, a própria tapeçaria da experiência humana.

2.7.5 Flexão de Número: Singular e Plural

Prosseguindo em nossa jornada pela rica morfologia do verbo, essa palavra que é o coração pulsante da oração, cumpre-nos agora volver o olhar atento para uma de suas mais significativas modulações: a **flexão de número**. Tal como o substantivo, de que já tratamos em capítulo anterior, também o verbo se veste de roupagens distintas para indicar se a ação, o estado ou o fenômeno por ele expresso se refere a um ente uno ou a uma pluralidade de entes. É esta, pois, a dança entre o singular e o plural, essencial para a clareza e a harmonia do discurso.

¹¹⁷Os tempos compostos, como o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (ex.: *tenho estudado*), frequentemente expressam o aspecto perfectivo, indicando uma ação passada que se prolonga ou cujos efeitos perduram até o presente.

¹¹⁸A capacidade de o verbo, mediante suas flexões temporais, construir uma "linha do discurso" é fundamental para a coesão e a coerência textuais, permitindo ao ouvinte ou leitor situar os eventos narrados numa perspectiva cronológica.

Dizemos, então, que o verbo se apresenta no **singular** quando a pessoa gramatical que lhe serve de esteio, o sujeito, representa um ser único, um indivíduo a agir, a padecer ou a existir. Assim, na expressão *amo*, o verbo cingir-se-á à primeira pessoa do singular, espelhando a unicidade do eu que enuncia o afeto. A ação verbal concentra-se, por assim dizer, num foco singular, particularizando o predicado.

Em contrapartida, o verbo se adorna com as vestes do **plural** quando a pessoa gramatical denota dois ou mais entes, uma coletividade que partilha da mesma ação, estado ou fenômeno. Na forma *amamos*, o verbo expande-se para abraçar a pluralidade do nós, refletindo a comunhão no sentimento ou na ação. A predicação, aqui, difunde-se por múltiplos focos, generalizando, em certo sentido, o ato verbal.

Esta alternância entre o singular e o plural, esta capacidade do verbo de se moldar à unidade ou à multiplicidade do sujeito, manifesta-se morfológicamente por meio das **desinências número-pessoais**. Já vimos, ao tratarmos da flexão de pessoa, que estas terminações, quais selos distintivos apostos ao tema verbal¹¹⁹, carregam consigo, de modo indissociável e cumulativo, a marca não apenas da pessoa (primeira, segunda ou terceira), mas também do número (singular ou plural). É por meio destas desinências que o verbo estabelece um pacto de concordância com seu sujeito, lei fundamental que rege a boa ordenação da frase em nossa língua, e de que trataremos com mais vagar na parte dedicada à Sintaxe.

Assim, em *canto*, a desinência *-o* indica a primeira pessoa do singular; em *cantas*, o *-s* (acompanhado da vogal temática *-a-*) aponta para a segunda pessoa do singular; em *canta*, a ausência de desinência específica (ou desinência zero) marca a terceira pessoa do singular. Já no plural, temos *cantamos* (primeira pessoa), *cantais* (segunda pessoa) e *cantam* (terceira pessoa), onde as terminações *-mos*, *-is*, e *-m* (esta última causando a nasalização da vogal temática) denotam, juntamente com a pessoa, a pluralidade dos agentes da ação.

É de suma importância que percebas, portanto, esta intrínseca ligação: não há flexão de número que não implique, concomitantemente, uma flexão de pessoa, e vice-versa. A desinência verbal é una em sua manifestação, mas múltipla em sua significação, portando em si as coordenadas precisas que situam o verbo no complexo sistema da conjugação.

Esta riqueza flexional é, aliás, uma das belezas e uma das forças de nossa língua portuguesa, permitindo-nos, em tantos casos, como já foi assinalado, prescindir da explicitação do pronome sujeito. A própria terminação verbal, ao carregar consigo a marca do número e da pessoa, já anuncia, com clareza e elegância suficientes, quem executa ou experiencia o que o verbo predica. Em *Amamos a verdade*, o sujeito *nós* está eloquentemente presente na desinência do verbo, dispensando, muitas vezes, a redundância do pronome.

O domínio desta flexão, pois, não é mero adorno estilístico ou preciosismo gramatical, mas condição essencial para a clareza do discurso, para a precisão do pensamento e para a correção da linguagem. É por meio dela que se estabelece, de forma inequív-

¹¹⁹O tema verbal, como sabes, é constituído pelo radical acrescido da vogal temática, que indica a conjugação a que o verbo pertence. Sobre este tema se aplicam as desinências para formar as diversas flexões.

voca, a relação entre o verbo e o ser ou os seres a que este se refere, tecendo a trama da oração com fios de lógica, harmonia e beleza. Cultiva, pois, com esmero, o conhecimento desta sinfonia verbal, para que tuas palavras possam ecoar com a justeza e a graça que convêm à nobre arte de bem falar e escrever.

2.7.6 Flexão de Pessoa

A flexão de pessoa, no verbo, é aquilo que lhe confere, por assim dizer, a sua alma, o seu sopro vital dentro da oração. Se o verbo é o coração que pulsa, expressando a ação, o estado ou o fenômeno, a pessoa gramatical é quem ou o quê realiza essa ação, experimenta esse estado ou se manifesta nesse fenômeno. É por meio desta flexão que o verbo, essa palavra de potência dinâmica, se conjuga ao sujeito, estabelecendo com ele um vínculo essencial, uma concordância que é a própria melodia da frase bem construída.

As pessoas do discurso, como já tiveste ocasião de considerar ao estudarmos os pronomes, são três, e cada qual com sua forma para o singular e para o plural:

- A **primeira pessoa** (*ego, nos*): é aquela que fala, o emissor da mensagem, o *eu* que se enuncia. Quando o verbo se flexiona na primeira pessoa, a ação ou o estado lhe são diretamente atribuídos: *amo, creio, falamos, vivemos*.
- A **segunda pessoa** (*tu, vos*): é aquela com quem se fala, o receptor da mensagem, o *tu* a quem o discurso se dirige. O verbo, ao flexionar-se na segunda pessoa, vincula a ação ou o estado àquele que ouve: *amas, crês, falaís, viveis*. Observa, contudo, a variação que se dá no uso corrente da língua portuguesa, mormente na variedade brasileira, onde o *você* (e *vocês*), embora se refira à segunda pessoa do discurso, exige concordância verbal na terceira pessoa, matéria esta que mais detidamente se explorará ao tratarmos da Sintaxe e dos pronomes de tratamento.¹²⁰
- A **terceira pessoa** (*ille, illa, illud; ei, eae, ea*): é aquela ou aquilo de quem se fala, o referente da mensagem, o *ele, ela*, ou a coisa que se enuncia. É a pessoa da não-pessoa, por assim dizer, pois pode referir-se tanto a seres animados quanto a inanimados, ou mesmo a conceitos abstratos: *ama, crê, falam, vivem*.

Esta flexão é marcada, na morfologia do verbo, pelas *desinências número-pessoais*, sufixos que se agregam ao tema verbal e que, como o nome indica, sinalizam concomitantemente o número (singular ou plural) e a pessoa gramatical.¹²¹ É por esta

¹²⁰ A substituição de *tu* e *vós* por *você* e *vocês*, com a consequente alteração na conjugação verbal para a terceira pessoa, é um fenômeno complexo da evolução da língua portuguesa no Brasil, afastando-se, em parte, da morfologia mais conservadora observada em Portugal e em textos clássicos. Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical da Língua Portuguesa*, dedica atenção a estas variações diatópicas e diastráticas (Quinta Parte, III, 3.a.1.a, Observação 2).

¹²¹ As desinências número-pessoais (DNP) são morfemas flexionais que, aglutinados ao tema verbal (radical + vogal temática), indicam a pessoa do discurso e o número gramatical. Por exemplo, em *amamos*, *am-* é o radical, *-a-* é a vogal temática da primeira conjugação, e *-mos* é a DNP da primeira pessoa do plural. Cf. *Suma Gramatical*, Quarta Parte, IV, 4.2.4.b.

desinência que reconhecemos o sujeito da ação verbal, mesmo quando este se encontra elíptico, oculto na tessitura da frase, mas vivo em sua potência significativa. Se digo *Amei*, está implícito o *eu*; se digo *Amamos*, o *nós*.

A pessoa é, pois, o que verdadeiramente dá ao verbo sua concretude na oração, o que o ancora a um agente, a um paciente ou a um experimentador. Sem a flexão de pessoa, o verbo permaneceria uma forma abstrata, um infinitivo pairando sobre o discurso, como um espírito à espera de encarnar-se. É ela, a pessoa gramatical, que o individualiza, que o torna partícipe da vida singular da frase, que lhe infunde, enfim, a alma que o faz pulsar em consonância com o sujeito. Descurar desta flexão, ou usá-la impropriamente, é como desafinar o instrumento principal da orquestra, comprometendo a clareza e a beleza do concerto verbal.

Atenta, pois, com afincos, ao estudo desta flexão, pois nela reside, em grande medida, a arte de bem conjugar, de bem exprimir o pensamento, de dar vida e alma às palavras que proferes ou escreves.

2.8 Capítulo 11: O Advérbio

Chegamos, em nossa jornada gramatical, a uma classe de palavras que, qual pincel sutil, empresta cores e matizes à pintura do discurso: o advérbio. Sua própria denominação latina, *adverbium* (de *ad*, junto a', e *verbum*, verbo'), já nos desvela sua natureza primordial: é a palavra que se põe junto ao verbo, para lhe modificar o sentido, para lhe acrescentar uma circunstância, para lhe precisar a ação no tempo, no espaço, no modo.

Assim, quando dizes que o peregrino *caminha apressadamente*', o advérbio *apressadamente* não se refere à essência do caminhar, mas ao modo como essa ação se realiza. Se, por outro lado, afirmas que *ontem* choveu torrencialmente', o *ontem* situa a ação verbal no tempo, conferindo-lhe uma coordenada temporal precisa. E, se proclamas que '*aqui* repousa um varão justo', o *aqui* delimita espacialmente o repouso.

Todavia, a influência do advérbio não se restringe ao verbo. Qual luz que se irradia, ele pode também modificar o adjetivo, intensificando-lhe a qualidade (um homem *muito* sábio', uma tarefa *assaz* árdua'), ou mesmo outro advérbio, graduando-lhe a própria circunstância (falou *muito* bem', chegou *tão* tarde'). E não raro, como veremos, a sua força modalizadora estende-se à oração inteira, exprimindo o juízo ou o sentimento do falante sobre o que se enuncia (*Infelizmente*, a verdade nem sempre triunfa').¹²²

Uma das características que de ordinário se lhe atribui é a sua *invariabilidade*. Com efeito, ao contrário do nome ou do verbo, o advérbio, em sua forma mais pura, não se flexiona em gênero, número ou pessoa. Ele se mantém íntegro, qual rocha, diante

¹²²A capacidade do advérbio de modificar não apenas o verbo, mas também adjetivos, outros advérbios e até orações inteiras é ponto assente na tradição gramatical, embora a delimitação exata de seu escopo e sua distinção de certas partículas modais ou palavras denotativas' seja, por vezes, matéria de debate. Vide Carlos Nogueira, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, VII, para uma discussão sobre a natureza e as funções do advérbio.

das marés das concordâncias, precisamente porque sua função não é qualificar um ser (como o faz o adjetivo) nem predicar uma ação de um sujeito (como o faz o verbo em suas formas finitas), mas sim modalizar, circunstanciar, matizar o sentido de outras palavras ou da própria enunciação.

Há, é verdade, certos advérbios que, por derivação de adjetivos, podem aparentar grau (como em *cedinho* ou *pertinho*), mas tal se dá mais por força da expressividade e do uso coloquial do que por uma propriedade flexional intrínseca à classe adverbial propriamente dita.¹²³

Destarte, o advérbio revela-se como palavra de grande poder expressivo, capaz de imprimir ao discurso uma vasta gama de nuances, desde a mais tênue indicação de tempo ou lugar até a mais veemente afirmação ou negação, passando pelos delicados matizes do modo, da dúvida ou da intensidade. É ele que permite ao espírito, uma vez concebida a ideia e enunciada a ação, pintá-la com as cores da circunstância, situá-la no palco da realidade, e modular, enfim, a própria voz com que se dirige ao intelecto e ao coração do ouvinte. A maestria em seu emprego é, pois, marca de quem não apenas domina as regras, mas possui a sensibilidade para os tons e semitons da linguagem.

2.8.1 Classificação dos Advérbios

Já vimos que o advérbio é palavra que, em sua essência, modifica o verbo, imprimindo-lhe matizes de tempo, lugar, modo, intensidade e outras circunstâncias que enriquecem a expressão da ação ou do estado. Mas sua influência não se restringe ao verbo; pode também qualificar um adjetivo ou mesmo outro advérbio, intensificando-lhes o sentido. Dada a sua natureza de modificador e a variedade de relações que pode estabelecer, a classificação dos advérbios apresenta-se como uma paleta rica em tonalidades, capaz de pintar com precisão as diversas circunstâncias que envolvem o discurso.

A tradição gramatical, seguindo de perto a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)¹²⁴, costuma classificá-los precipuamente segundo o valor semântico que expressam. Percorramos, pois, esta sinfonia de circunstâncias:

- **Advérbios de Lugar:** Indicam a localização espacial da ação ou do estado. Respondem, de modo geral, à pergunta "onde?". Exemplos: *aqui, ali, lá, acolá, além, aquém, atrás, perto, longe, dentro, fora, acima, abaixo, defronte, onde, aonde, donde*. E também locuções adverbiais como: *à direita, à esquerda, ao lado, em cima, por perto*.
- **Advérbios de Tempo:** Situam a ação ou o estado no tempo. Respondem à pergunta "quando?". Exemplos: *hoje, ontem, amanhã, agora, já, sempre*,

¹²³A formação de advérbios em *-inho* ou com outros sufixos diminutivos ou aumentativos é fenômeno que, embora comum na linguagem afetiva ou popular, não constitui uma flexão de grau regular e paradigmática para a classe adverbial como um todo, ao modo do que ocorre com os adjetivos. Tais formas são, antes, derivações lexicais com valor expressivo.

¹²⁴A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), instituída em 1959, buscou uniformizar a terminologia utilizada no ensino da língua portuguesa. No que tange aos advérbios, estabeleceu uma classificação semântica que, embora não exaustiva, serve de base para a maioria das gramáticas normativas.

nunca, jamais, outrora, cedo, tarde, antes, depois, então, brevemente, quando. E locuções como: *à noite, de manhã, de vez em quando, em breve.*

- **Advérbios de Modo:** Expressam a maneira como se realiza a ação verbal. Respondem à pergunta "como?". Muitos advérbios terminados em *-mente* pertencem a esta categoria. Exemplos: *bem, mal, assim, depressa, devagar, calmamente, alegremente, tristemente, cuidadosamente.* E locuções como: *à toa, às pressas, com gosto, de cor, em vão, gota a gota.*
- **Advérbios de Intensidade:** Indicam o grau, a intensidade da ação, do estado ou da qualidade. Exemplos: *muito, pouco, mais, menos, tão, tanto, quão, quanto, assaz, bastante, demais, quase, todo, completamente.* E locuções como: *de todo, em excesso, por completo.*
- **Advérbios de Afirmação:** Reforçam uma declaração afirmativa. Exemplos: *sim, certamente, realmente, efetivamente, decerto.* E locuções como: *com certeza, sem dúvida, de fato.*
- **Advérbios de Negação:** Expressam negação. Exemplos: *não, nem, nunca, jamais, tampouco.* E locuções como: *de forma alguma, de modo nenhum.*
- **Advérbios de Dúvida:** Indicam incerteza ou possibilidade. Exemplos: *talvez, quiçá, acaso, porventura, possivelmente, provavelmente.* E locuções como: *por acaso, quem sabe.*

Cumprir notar, entretanto, que esta classificação, embora fundamental, não esgota a riqueza semântica dos advérbios. Muitos gramáticos, como o mestre Evanildo Bechara¹²⁵, propõem uma análise mais pormenorizada, reconhecendo outras circunstâncias que os advérbios podem veicular, tais como:

- **Advérbios de Inclusão:** *até, inclusive, mesmo, também.* Exemplo: "Todos vieram à festa, *inclusive* os vizinhos mais distantes."
- **Advérbios de Exclusão:** *apenas, salvo, só, somente, senão.* Exemplo: "Ele comeu *apenas* a sobremesa."
- **Advérbios de Ordem:** *primeiramente, ultimamente, depois.* Exemplo: "*Primeiramente*, agradeço a presença de todos."
- **Advérbios de Designação ou Realce:** *eis, cá, lá.* Exemplo: "*Eis* aqui o livro que procuravas."

Ademais, como já assinalamos ao tratar das preposições, certas locuções prepositivas podem, no contexto da oração, adquirir um valor circunstancial tão proeminente que se avizinham da função adverbial, ou mesmo nela se transmutam. A fronteira entre as classes de palavras, por vezes, é fluida, e a função sintática no discurso é que, em última análise, lhes define a natureza.

Importa sobremaneira que te recordes que um mesmo advérbio pode, a depender do contexto, assumir diferentes matizes de significação ou mesmo transitar entre

¹²⁵Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira), amplia consideravelmente a classificação semântica dos advérbios, reconhecendo a sua complexidade e a variedade de matizes que podem expressar.

classificações. A palavra *mal*, por exemplo, pode ser advérbio de modo ("Ele cantou *mal*") ou conjunção temporal ("*Mal* chegou, começou a chover"). É a beleza e a complexidade da língua viva, que se revela na prática do discurso.

A maestria no uso dos advérbios, portanto, não reside apenas no conhecimento de sua classificação, mas, sobretudo, na sensibilidade para perceber as nuances de significado que eles emprestam à oração, pintando com cores vivas o quadro das circunstâncias.

2.8.2 Locuções Adverbiais

Assim como os advérbios em sua singularidade pintam com matizes as ações, os estados e as qualidades, também a língua, em sua inesgotável riqueza, nos oferece conjuntos de palavras que, unidas em um só fôlego semântico, desempenham mister semelhante. Falamos, pois, das **locuções adverbiais**, verdadeiras melodias que enriquecem a frase, conferindo-lhe nuances e precisões que, por vezes, uma única palavra adverbial não alcançaria por si só.

A locução adverbial, em sua essência, é um grupo de duas ou mais palavras que, atuando em conjunto, exerce a função de advérbio, modificando o verbo, o adjetivo ou mesmo outro advérbio, para lhes acrescentar uma circunstância particular.¹²⁶ Observa como a alma se expressa com maior ou menor vagar, com mais ou menos ênfase, ao valer-se destas construções.

Em sua formação mais comum, verás a locução adverbial nascer da união de uma preposição com um substantivo: *com certeza, de repente, sem dúvida, em silêncio, por acaso*. Nestes exemplos, a preposição, qual artífice, molda o substantivo para que este, despido de sua função primordial de nomear, passe a indicar o modo, o tempo, a causa, ou outra qualquer circunstância que tinja a ideia principal da oração. Outras vezes, a preposição unir-se-á a um adjetivo ou a um advérbio, para formar expressões como *em breve, por certo, de novo, por aqui*.

Reflete sobre a diferença, por sutil que seja, entre dizer "Ele agiu *rapidamente*" e "Ele agiu *às pressas*". Ambas as formas indicam a celeridade da ação, mas a locução, com sua pluralidade de vocábulos, parece por vezes carregar uma expressividade mais viva, um colorido mais intenso, como se pintasse a cena com pinceladas mais detalhadas. É a música das frases que se faz ouvir, conferindo ritmo e melodia ao pensamento expresso.

Tal como os advérbios simples, as locuções adverbiais podem classificar-se segundo a circunstância que exprimem. Assim, teremos:

- **Locuções adverbiais de lugar:** *à direita, à esquerda, ao lado, de cima, de perto, em frente, por toda parte*. Exemplo: "O castelo erguia-se *ao longe*, na colina sobranceira."

¹²⁶ A palavra *locução* provém do latim *locutio*, *-onis*, que significa 'modo de falar', 'expressão', 'frase'. Na gramática, designa um grupo de palavras que equivale funcionalmente a uma só palavra de determinada classe.

- **Locuções adverbiais de tempo:** *à noite, de manhã, de vez em quando, em breve, hoje em dia, nunca mais*. Exemplo: "*De quando em quando*, a saudade visitava-lhe o coração."
- **Locuções adverbiais de modo:** *às claras, às pressas, com gosto, de cor, em vão, passo a passo, em silêncio*. Exemplo: "Recitou o poema *de cor*, sem hesitar uma sílaba."
- **Locuções adverbiais de afirmação:** *com certeza, sem dúvida, de fato, na verdade*. Exemplo: "*Sem dúvida alguma*, ele é o maior poeta de seu tempo."
- **Locuções adverbiais de negação:** *de modo algum, de forma nenhuma, de jeito nenhum*. Exemplo: "*De modo algum* aceitarei tal proposta."
- **Locuções adverbiais de intensidade:** *de muito, de pouco, de todo* (com sentido de 'totalmente', embora de uso mais clássico ou literário), *em excesso*. Exemplo: "Amava-a *de todo* o coração."
- **Locuções adverbiais de dúvida:** *por acaso, quem sabe*. Exemplo: "*Por acaso*, viste meu livro por aí?"

E tantas outras que a riqueza do idioma nos faculta, como as de causa (*por causa de*), de fim (*a fim de*), de companhia (*junto com*), de instrumento (*à faca*), de matéria (*de seda*), etc., quando modificam um verbo ou expressão de sentido verbal.

Não te deve escapar, contudo, a necessidade de distinguir a locução adverbial de outras construções que, embora semelhantes na forma, servem a misteres diversos. A locução adjetiva, por exemplo, embora também frequentemente formada por preposição e substantivo (*homem de coragem*), qualifica o nome, e não o verbo ou o adjetivo. A locução prepositiva, por sua vez, termina sempre por uma preposição essencial e serve, ela toda, como uma preposição simples (*abaixo de, a fim de*).

O uso das locuções adverbiais, portanto, não é mero floreio, mas instrumento poderoso para conferir ao discurso a precisão semântica, a variedade estilística e o ritmo adequado. São elas que, muitas vezes, permitem que a frase cante, que a ideia ressoe com mais clareza e força no espírito do ouvinte ou do leitor. Cultiva, pois, o seu conhecimento e o seu emprego, para que tua linguagem se enriqueça com esta verdadeira música das frases.

2.8.3 Advérbios Interrogativos

Quando a mente humana, inquieta por sua natureza, busca desvendar não apenas o *quê* dos acontecimentos, mas o *como*, o *onde*, o *quando* e o *porquê* destes se manifestam, ela se vale de instrumentos precisos da linguagem: os **Advérbios Interrogativos**. São estes vocábulos que, à semelhança de frestas abertas na muralha do desconhecido, nos permitem inquirir sobre as circunstâncias que envolvem os verbos, os adjetivos, ou mesmo outros advérbios, adentrando, assim, a seara dos pormenores, dos matizes, dos detalhes que tecem a complexa tapeçaria da realidade.

Eles dão início às frases interrogativas, sejam elas diretas, marcadas pela entoação ascendente e pelo sinal gráfico que lhes é próprio, sejam indiretas, quando a interrogação se insere como parte de outra oração, demandando então o conhecimento

de verbos como *perguntar*, *saber*, *ignorar*, *dizer*, e outros que tais. Os principais advérbios interrogativos, com as circunstâncias que primordialmente indagam, são:

- **Onde**: Este advérbio, sentinela do espaço, inquire sobre o *lugar* em que se desenrola uma ação ou em que se encontra um ser. Pergunta fundamental para a orientação no mundo, para a delimitação dos cenários da existência.

- * *Interrogação direta*: **Onde** repousa a verdadeira sabedoria?

- * *Interrogação indireta*: Indaga o peregrino **onde** encontrará pousada segura.

Nota¹²⁷ que *onde* é vocábulo que, por sua própria natureza, exige um antecedente locativo, ainda que este esteja apenas implícito na pergunta que se formula.

- **Quando**: Guardião do tempo, *quando* investiga o *momento*, a *época*, a *duração* ou a *frequência* com que um fato ocorre ou um estado se manifesta. É a busca pela ordenação dos acontecimentos na linha da temporalidade.

- * *Interrogação direta*: **Quando** florescerá a plena virtude na alma humana?

- * *Interrogação indireta*: Pergunta o lavrador **quando** as chuvas hão de ser generosas.

- **Como**: Este advérbio perscruta o *modo*, a *maneira*, o *estado* ou a *conformidade* com que uma ação se realiza ou uma qualidade se apresenta. É a investigação da tessitura íntima dos fenômenos, do *jeito* particular de seu ser.

- * *Interrogação direta*: **Como** pode a alma elevar-se acima das paixões terrenas?

- * *Interrogação indireta*: Desejo saber **como** alcançaste tamanha serenidade.

Recorda-te¹²⁸ que, não raro, a pergunta pelo modo pode também indagar sobre o estado de saúde ou a condição geral de alguém.

- **Por que** (separado e sem acento)¹²⁹: Esta locução adverbial interrogativa¹³⁰ desvela a *causa*, o *motivo*, a *razão* pela qual algo sucede ou se faz. É a busca

¹²⁷O advérbio *onde* provém do latim *unde*, que originalmente significava de onde', do lugar em que'. Com o tempo, na evolução para o português, passou a designar primariamente 'em que lugar'. Para a ideia de origem de lugar, consolidou-se o advérbio interrogativo *donde* (de + onde), e para a ideia de destino, *aonde* (a + onde). Contudo, é *onde* o advérbio interrogativo de lugar por excelência, abrangendo, no uso corrente, muitas vezes, as noções de origem e destino, especialmente quando o contexto as torna claras. A tradição gramatical, no entanto, pugna pela distinção precisa, reservando *aonde* para verbos que indicam movimento *para* um lugar, e *donde* para os que indicam movimento *de* um lugar.

¹²⁸Conforme Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), p. 376, "Como se vê pelos dois últimos exemplos [onde e como], a ORAÇÃO OBJETIVA DIRETA pode vir iniciada por advérbio interrogativo [...]."

¹²⁹A grafia *por que*, separada e sem acento, nas interrogações, diretas ou indiretas, é a norma consolidada no português do Brasil. Trata-se, analiticamente, da preposição *por* seguida do pronome (ou advérbio, conforme a análise) interrogativo *que*. Em Portugal, como assinala Nougé (*Suma Gramatical*, p. 376), o interrogativo *porque* (junto e sem acento) também é forma corrente e abonada. A distinção entre as grafias dos porquês, como já se tratou, é matéria que exige atenção e estudo particular.

¹³⁰Embora frequentemente listado como um advérbio interrogativo simples, "por que" é, em sua estrutura, uma locução adverbial, formada pela preposição "por" e pelo elemento interrogativo "que". Sua função, contudo, é inequivocamente adverbial, inquirindo sobre a causa.

pelo fundamento, pela justificação, pela mola propulsora dos atos e dos acontecimentos.

* *Interrogação direta:* **Por que** se aflige tanto o coração humano?

* *Interrogação indireta:* Cumpre investigar **por que** se olvidam tão facilmente os preceitos da sã doutrina.

Lembra-te que, se ao final da frase ou antes de uma pausa marcada, este *que* se torna tônico, receberá acento: *Por quê?*

É mister, pois, que não confundas estes advérbios, que inquiriem sobre as circunstâncias, com os pronomes interrogativos – *que, quem, qual, quanto* – os quais, como já vimos, interrogam sobre a identidade ou a quantidade dos seres. Embora *que* e *quanto* possam, por vezes, assumir matiz adverbial de intensidade (*Que belo dia!*, *Quanto sofreu!*), sua função interrogativa primária difere da destes advérbios ora em estudo.

Estes são, pois, os arautos da interrogação circunstancial, as ferramentas com que a inteligência, em sua incessante busca pela verdade, procura não apenas apreender a essência dos fatos, mas também compreender os detalhes de sua manifestação no tempo, no espaço, no modo e na causa. Dominá-los é dominar a arte de perguntar com precisão, de inquirir com elegância, de buscar, enfim, o conhecimento em sua plenitude matizada.

2.9 Capítulo 12: A Preposição

2.9.1 A Preposição como Elo Sintático

Prosseguimos, nesta jornada pelo jardim da gramática, ao encontro de uma classe de palavras deveras singular em sua função, conquanto modesta em sua aparência: a *preposição*. Seu próprio nome, vindo do latim *praepositionem* (*prae*, diante de', + *positionem*, posição'), já nos desvela sua natureza: é palavra que se põe *antes*, que se antepõe a outro termo para com ele estabelecer um nexos, uma ligação, uma relação de dependência e de sentido.

Imagina, pois, a preposição como um elo, uma argamassa sutil que une as pedras do edifício oracional. Sem ela, muitas das relações entre as palavras permaneceriam obscuras, implícitas, ou exigiriam construções mais complexas e menos elegantes. É ela que, na maioria das vezes, rege um termo (o *regido* ou *complemento*) subordinando-o a outro (o *regente* ou *antecedente*), especificando a natureza dessa subordinação: posse, lugar, tempo, modo, causa, finalidade, e uma miríade de outros matizes que enriquecem a expressão do pensamento.¹³¹

Não te enganes, todavia, com a aparente singeleza destas pequenas palavras. Muitas vezes, a escolha da preposição adequada é crucial para a clareza e a precisão do que

¹³¹A relação de regência estabelecida pela preposição é fundamental para a coesão e coerência do discurso. O termo regente pode ser um substantivo, um adjetivo, um verbo ou mesmo um advérbio, e o termo regido (ou conseqüente) é, na maioria das vezes, um substantivo ou equivalente. Cf. Carlos Nogueira, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Sétima Parte, I, para uma explanação sobre a definição de regência.

se quer dizer. Observa como a simples mudança de preposição altera profundamente o sentido de uma mesma construção verbal:

- *Lutar **por** Pedro* (em favor de Pedro, em sua defesa).
- *Lutar **contra** Pedro* (em oposição a Pedro).
- *Lutar **com** Pedro* (ao lado de Pedro, como companheiro de luta).
- *Lutar **sem** Pedro* (na ausência de Pedro).
- *Lutar **para** Pedro* (com o objetivo de alcançar Pedro, ou para benefício dele – uso menos comum neste contexto, mas possível).

Vês, pois, que a preposição, conquanto invariável em sua forma – não se flexiona em gênero, número ou grau –, é de uma riqueza semântica notável. Ela é um dos principais instrumentos de que dispõe a língua para exprimir as mais diversas relações lógicas e circunstanciais.

Em línguas como o latim, de onde o nosso português herdou grande parte de sua estrutura, muitas destas relações eram expressas pelas desinências casuais dos nomes. Com a evolução da língua e a perda progressiva do sistema de casos, a preposição assumiu um papel ainda mais preponderante, tornando-se um dos pilares da sintaxe românica.¹³²

Assim, ao estudares a preposição, não te limites a memorizar listas de palavras. Busca, antes, compreender a natureza das relações que cada uma delas pode estabelecer, o modo como conectam as ideias, a função que desempenham na arquitetura da frase. Pois é no domínio desta arte de conectar que reside, em grande parte, a elegância e a precisão do bem falar e do bem escrever.

2.9.2 Preposições Essenciais e Acidentais

Prosseguindo em nossa jornada pela arte de conectar os termos na oração, cumpramos agora distinguir com mais vagar as duas grandes famílias em que se dividem as preposições: as *essenciais* e as *acidentais*. Ambas servem ao nobre mister de estabelecer elos, de tecer a trama das relações entre as palavras e as ideias, mas o fazem de modos e com naturezas distintas, compondo um verdadeiro jardim de conectivos, ora com flores de pura e única estirpe prepositiva, ora com outras que, advindas de diferentes vergéis gramaticais, emprestam seu perfume à arte da subordinação.

As preposições **essenciais**, também chamadas *propriamente ditas*, são aquelas palavras que, em sua essência e função primordial, existem na língua quase que unicamente para este fim: o de servir de ponte, de estabelecer o nexo subordinante entre um termo regente e um termo regido. São elas as fidalgas desta classe, cuja nobreza reside em sua dedicação exclusiva ao ofício prepositivo. Não trazem consigo, de ordinário, a memória de outras funções gramaticais, senão que se apresentam, desde logo, como puras instâncias de relação.

Eis o rol destas nobres servidoras da linguagem:

¹³²A passagem do latim sintético (onde as funções sintáticas eram majoritariamente indicadas pelas desinências dos casos) para o português analítico (onde as preposições assumem grande parte dessas funções) é um dos fenômenos mais significativos da história da nossa língua.

- a
- ante
- após
- até
- com
- contra
- de
- desde
- em
- entre
- para
- perante
- por (cuja forma arcaica *per* ainda ecoa em certas composições e registros mais vetustos¹³³)
- sem
- sob
- sobre
- trás

Cada uma destas, como veremos mais adiante ao tratar de sua carga semântica, encerra em si uma miríade de relações possíveis – de lugar, de tempo, de modo, de causa, de fim, de companhia, e tantas outras –, que se atualizam no contexto da oração, ligando os termos com precisão e matiz.

Ao lado destas, que são, como dissemos, as fidalgas da conexão, encontramos outras palavras que, oriundas de classes distintas – mormente advérbios, adjetivos ou participios –, vestem *acidentalmente* a libré prepositiva, servindo também de elo entre os termos. São como cavaleiros de outras ordens que, em certas batalhas do discurso, emprestam seu gládio à causa da preposição, exercendo função que não lhes é de origem, mas que o uso e a necessidade lhes conferem em contextos específicos.¹³⁴

Estas preposições acidentais não perderam de todo sua natureza primitiva, e muitas vezes trazem consigo o perfume de sua classe original, mas, no contexto em que atuam como preposições, sua força conectiva e relacional se sobrepõe.

Enumeremos algumas das mais notáveis:

¹³³A forma *per*, originária do latim, é a mãe de nossa preposição *por*. Embora esta última tenha prevalecido no uso corrente, *per* ainda se manifesta em palavras compostas como *percalço*, *percurso*, ou em locuções que guardam um sabor de antiguidade, como "de per si".

¹³⁴A capacidade de uma palavra transitar entre classes gramaticais, mantendo uma relação semântica com sua origem, é um fenômeno que atesta a plasticidade da língua e a economia de seus recursos. Tal fenômeno, quando uma palavra de outra classe passa a exercer função prepositiva, é uma forma de derivação imprópria ou conversão, onde a forma se mantém, mas a função sintática e, por vezes, a categoria gramatical se alteram no contexto. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), sobre a derivação imprópria e a funcionalidade das palavras.

- **afora** (originalmente advérbio, com o sentido de "para fora" ou "além de"): Ex.: "*Afora* alguns amigos, ninguém mais compareceu."
- **conforme, consoante, segundo** (originariamente participípios presentes ou adjetivos, derivados dos verbos *conformar*, *consoar* e *seguir*, respectivamente): Adquirem força prepositiva ao indicar conformidade, acordo. Ex.: "Agirei *conforme* o combinado."; "Procedeu *segundo* as normas."; "Fez tudo *consoante* o desejo do pai."
- **durante** (originariamente participípio presente do verbo *durar*): Indica o lapso de tempo em que algo ocorre. Ex.: "Trabalhou *durante* toda a noite."
- **exceto, salvo, fora, tirante** (comumente de origem participial ou adjetiva): Denotam exclusão, exceção. Ex.: "Todos vieram, *exceto* João."; "Estavam todos presentes, *salvo* melhor juízo."; "Nada mais havia a fazer, *fora* esperar."; "*Tirante* a questão financeira, o projeto é viável."
- **mediante** (originariamente participípio presente do verbo *mediar*): Indica o meio pelo qual algo se realiza. Ex.: "Conseguiu o intento *mediante* grande esforço."
- **menos** (originalmente advérbio de intensidade ou pronome indefinido): Pode, em certos contextos, adquirir valor preposicional de exclusão. Ex.: "Todos os convidados chegaram, *menos* os padrinhos."
- **senão** (conjunção adversativa ou aditiva em sua essência): Por vezes, assume valor preposicional equivalente a "exceto", "a não ser". Ex.: "Ninguém o ajudou, *senão* a própria família."
- **visto** (originariamente participípio do verbo *ver*): Em construções como "*visto* o adiantado da hora", adquire valor preposicional, indicando causa ou consideração.¹³⁵

Importa notar, pois, que este jardim de conectivos é rico e variado. As preposições essenciais são como as árvores centenárias, de raízes profundas e função bem definida. As acidentais, por sua vez, são como arbustos ou flores de outras espécies que, por vezes, se inclinam sobre os caminhos, oferecendo também sua beleza e utilidade para ligar e matizar as relações no discurso. O discernimento de umas e outras, e o justo emprego de cada qual, hão de ser fruto de teu estudo atento e de tua crescente familiaridade com os bons autores, que delas se servem com maestria.

2.9.3 Locuções Prepositivas

Já consideraste, em tua jornada pela arte gramatical, a natureza e o ofício das preposições simples, esses discretos mas poderosos elos que tecem as relações no discurso. Agora, cumpre que volvas teu olhar para uma forma mais elaborada destes mesmos conectivos: as locuções prepositivas. Pois a língua, em sua incessante busca pela

¹³⁵A fronteira entre uma preposição acidental e o primeiro elemento de uma locução prepositiva (que será tratada em tópico vindouro) é, por vezes, tênue, residindo a distinção mais na cristalização do uso e na possibilidade de a palavra exercer função prepositiva isoladamente do que numa diferença formal intrínseca.

expressão mais nuançada do pensamento, não se contenta apenas com os vocábulos singelos; deleita-se, outrossim, na beleza das combinações, criando expressões que, qual arabescos lavrados, conferem ao dizer uma riqueza e uma precisão singulares.

Uma *locução prepositiva*, pois, outra coisa não é senão um conjunto de duas ou mais palavras que, irmanadas em expressão fixa e consagrada pelo uso, vêm a exercer a função de uma única preposição.¹³⁶ Tal como a preposição simples, a locução prepositiva introduz um complemento, estabelecendo entre este e o termo regente uma relação de dependência, seja ela de lugar, tempo, causa, fim, modo, ou qualquer outra das múltiplas circunstâncias que matizam a nossa apreensão da realidade. É como se a língua, qual artífice engenhoso, tomasse elementos já existentes – advérbios, substantivos, adjetivos – e, unindo-os a uma preposição essencial que lhes serve de remate e lhes confere o caráter prepositivo, forjasse um novo instrumento, mais específico, mais enfático, para exprimir as subtilezas do pensamento que a preposição simples, por sua natureza mais genérica, nem sempre alcançaria com a mesma justeza.

A estrutura mais comum destas belas combinações é, como dito, a de uma ou mais palavras seguidas de uma preposição essencial (como *a, com, de, em, por*, etc.), que é a alma da locução, o elemento que lhe garante a função conectiva.¹³⁷

Considera, por exemplo, a preposição *sob*, que indica posição inferior: "O livro jazia *sob* a mesa". Agora, observa como a locução *embaixo de* não apenas reitera essa noção, mas o faz com um matiz de maior concretude espacial, talvez até com certa ênfase: "O livro jazia *embaixo da* mesa". Ambas exprimem a mesma relação fundamental, mas a locução prepositiva permite um desenho mais detalhado da cena, uma pincelada mais precisa no quadro da oração.

Para que te familiarizes com estas formas e com o seu valor, eis alguns exemplos, agrupados segundo as principais relações que exprimem:

- **Locuções que exprimem lugar:** *abaixo de, acima de, adiante de, além de, aquém de, atrás de, defronte de, dentro de, de par de, diante de, embaixo de, em cima de, em derredor de, em frente a, em torno de, junto a, junto de, ao lado de, perto de, por baixo de, por cima de, por detrás de, rente a.*

"O acampamento estendia-se *além das* montanhas." "A capela erguia-se *junto ao* caminho real."

- **Locuções que exprimem tempo:** *antes de, depois de, após de* (forma mais antiga, hoje geralmente *depois de*), *desde de* (arcaísmo, hoje *desde*), *a partir de, ao tempo de, logo após*. Embora muitas relações temporais se confiem às preposições simples ou às conjunções, estas locuções emprestam ao discurso uma marcação temporal mais definida.

¹³⁶ A tradição gramatical define a locução prepositiva como um grupo de palavras que, terminado por uma preposição essencial, equivale a uma preposição simples. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Oitava Parte, I, para uma discussão sobre os conectivos e sua natureza.

¹³⁷ As preposições *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, perante, por, sem, sob, sobre, trás* são consideradas essenciais por exercerem primordialmente a função prepositiva. São elas que usualmente encerram as locuções prepositivas, definindo-lhes o regime.

"A partir de então, seus dias tomaram novo rumo." "Concluiu a obra antes do prazo estipulado."

- **Locuções que exprimem causa ou motivo:** *à custa de, em razão de, em virtude de, graças a, por causa de, por motivo de, por obra de.*

"Obteve a vitória *graças à* sua perseverança." "Sofreu as consequências *por causa da* imprudência."

- **Locuções que exprimem fim ou finalidade:** *a fim de, com o fim de, com o fito de, com o intuito de, com o propósito de, para com o fito de.*

"Trabalhava arduamente *a fim de* garantir o sustento da família."

- **Locuções que exprimem modo ou conformidade:** *à maneira de, à moda de, ao jeito de, de acordo com, de conformidade com, em conformidade com.*

"Procedeu *em conformidade com* as leis vigentes."

- **Locuções que exprimem outros matizes circunstanciais:** *a despeito de* (concessão), *a par de* (companhia, simultaneidade, ou ainda, acréscimo), *apesar de* (concessão), *com respeito a* (assunto), *em vez de* (substituição, alternativa), *quanto a* (assunto, limitação), *sob pena de* (condição, consequência negativa), *em face de* (diante de, em presença de).¹³⁸

Ressalta-se, ademais, que a última palavra de uma locução prepositiva, sendo sempre uma preposição simples, é a que efetivamente rege o termo subsequente, estabelecendo com ele a mesma relação sintática que estabeleceria se estivesse isolada. As palavras que a antecedem na locução servem para matizar, especificar ou intensificar essa relação fundamental.

A beleza destas combinações reside, pois, em sua capacidade de refinar o sentido, de acrescentar precisão onde a preposição simples poderia soar por demais genérica, de ornamentar a relação entre os termos com uma elegância e uma propriedade que só a língua, em seu constante e vivo labor, sabe engendrar.

Assim, ao deparares com estas expressões em tuas leituras, ou ao delas te servires em tua própria escrita, tem em mente que são como gemas lavradas com esmero, mais ricas e complexas que o seixo bruto, mas que, em sua essência, cumprem a mesma nobre e antiga função de conectar, de ligar, de tecer a intrincada e harmoniosa tapeçaria do discurso humano. São, em verdade, testemunho eloquente da incessante busca da linguagem pela expressão mais exata, mais plena e mais bela da alma.

2.10 Capítulo 13: A Conjunção

2.10.1 A Conjunção como Elo Subordinante e Coordenativo

Chegamos, em nossa jornada pela morfologia, à classe das conjunções, palavras aparentemente modestas, mas de fulcral importância para a arquitetura do pensamento

¹³⁸A riqueza semântica das locuções prepositivas é deveras considerável. A exata interpretação de seu valor, não raro, depende da sutileza do contexto em que se inserem. É mister, pois, cultivar a atenção às nuances da língua, socorrendo-se, quando necessário, dos bons dicionaristas e das obras dos mestres gramáticos, que, como faróis, iluminam os meandros do idioma.

expresso em linguagem. Se as preposições, como vimos, estabelecem elos entre termos dentro de uma mesma oração, as conjunções, por sua vez, elevam-se a um plano superior, tecendo as relações entre as próprias orações, conferindo ao período¹³⁹ coesão e sentido. Seu étimo latino, *conjunctus*, de *con-* (junto') e *jungere* (unir, ligar'), já nos revela sua natureza essencial: são vocábulos que unem, que ligam, que atam os fios do discurso.

Diferentemente de outras classes de palavras, a conjunção, em regra, possui em si mesma um significado próprio, uma carga semântica que define a natureza da relação que estabelece. Não é mero parafuso a unir duas tábuas; é, antes, uma dobradiça que permite o movimento articulado, a transição lógica ou circunstancial de uma ideia para outra. Quando dizes "*Estudei, logo aprendi*", a conjunção *logo* não apenas une as duas orações, mas lhes imprime uma relação de consequência, de ilação necessária. Se, por outro lado, proferes "*Choveu, mas fomos ao parque*", a conjunção *mas* introduz uma oposição, uma adversidade que não impediu a realização da segunda ação.

Assim, a conjunção é palavra invariável que tem por ofício precípua conectar duas orações, estabelecendo entre elas uma relação de dependência (subordinação) ou de independência sintática (coordenação). Por vezes, como veremos, também pode ligar termos de mesma função sintática dentro de uma única oração, mas este é uso secundário e, em muitos casos, redutível à elipse de um verbo e, portanto, à ligação de orações.

Importa, pois, que compreendas com clareza os dois grandes rios em que se divide o vasto oceano das conjunções: as **coordenativas** e as **subordinativas**. Delas trataremos em seguida, para que possas discernir com acuidade a delicada harmonia que tecem entre as ideias.

2.10.2 Conjunções Coordenativas

As conjunções coordenativas, como o próprio nome sugere, estabelecem uma relação de coordenação entre as orações que ligam. Isto significa que as orações conectadas por elas são sintaticamente independentes, ou seja, cada uma possui seus próprios termos essenciais (sujeito e predicado, salvo as exceções que a seu tempo veremos) e poderia, em tese, constituir uma frase por si só, sem que seu sentido gramatical fundamental fosse mutilado. A conjunção coordenativa, pois, une orações que se colocam lado a lado, em pé de igualdade hierárquica, sem que uma exerça função sintática sobre a outra.¹⁴⁰

Contudo, esta independência sintática não implica ausência de relação semântica. Pelo contrário, a conjunção coordenativa é precisamente o elemento que explicita a natureza dessa relação, o matiz lógico ou discursivo que une os pensamentos expressos.

¹³⁹Entendemos por *período*, na tradição gramatical, a frase constituída de uma ou mais orações, delimitada por pausa forte, usualmente o ponto final, mas também o ponto de interrogação ou de exclamação.

¹⁴⁰Esta independência é primariamente sintática. Semanticamente, pode haver, e frequentemente há, uma relação de dependência lógica ou de sentido entre as orações coordenadas. A gramática tradicional, ao focar na independência sintática, por vezes obscurece esta interdependência semântica.

Classificam-se as conjunções coordenativas em cinco espécies principais, segundo o tipo de relação que estabelecem:

- **Aditivas:** Expressam uma relação de adição, de soma, de acréscimo de ideias. A oração introduzida pela conjunção aditiva acrescenta uma informação à oração anterior. As principais são: *e, nem* (que equivale a *e não*), *mas também, mas ainda, como também, bem como*. Exemplos: "*O sol nasceu e os pássaros cantaram*"; "*Não estudou **nem** aprendeu a lição*". Atente-se que o *e* pode, por vezes, adquirir valores semânticos adicionais, como oposição (equivalendo a *mas*) ou consequência, mas sua função primária é aditiva.¹⁴¹
- **Adversativas:** Expressam uma relação de oposição, de contraste, de ressalva entre as ideias. A oração iniciada pela conjunção adversativa contrapõe-se, de algum modo, ao que se afirmou na oração anterior. As principais são: *mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto, não obstante*. Exemplo: "*Esforçou-se muito, **porém** não obteve o resultado esperado*". A posição destas conjunções na frase pode variar, com implicações estilísticas que a seu tempo consideraremos.
- **Alternativas** (ou Disjuntivas): Estabelecem uma relação de alternância, de escolha, de exclusão mútua entre os fatos ou ideias. As orações ligadas por elas apresentam opções que não podem, em geral, realizar-se simultaneamente. As principais são: *ou, ou...ou, ora...ora, já...já, quer...quer, seja...seja*. Exemplo: "***Ou** segues o conselho, **ou** arcas com as consequências*".
- **Conclusivas:** Indicam uma relação de conclusão, de dedução, de consequência lógica em relação ao que foi expresso anteriormente. A oração introduzida por elas apresenta um resultado ou uma inferência do fato precedente. As principais são: *logo, portanto, por conseguinte, pois* (quando posposto ao verbo), *assim, então, por isso*. Exemplo: "*O céu está carregado, **logo** deve chover*".
- **Explicativas:** Expressam uma relação de explicação, de justificação ou de motivo em relação ao que se declarou na oração anterior. A oração iniciada por elas oferece uma razão ou um esclarecimento para o fato precedente. As principais são: *que, porque, pois* (quando anteposto ao verbo), *porquanto*. Exemplo: "*Apressemos-nos, **que** já estamos atrasados*". A distinção entre a conjunção explicativa e a causal subordinativa nem sempre é nítida, dependendo muitas vezes da intenção do falante e da estrutura do período, como teremos ocasião de aprofundar.¹⁴²

Cumpramos notar que as orações coordenadas podem também apresentar-se sem conjunção explícita, justapostas, unidas apenas por uma pausa, que na escrita se representa pela vírgula. A este tipo de coordenação chamamos *assindética*, por oposição

¹⁴¹ A conjunção *e*, embora prototipicamente aditiva, pode assumir nuances adversativas ("Estudou muito e não passou") ou conclusivas ("Estudou muito, e passou"). O contexto é crucial para a correta interpretação. Vide Carlos Nogueira, *Suma Gramatical*, Sexta Parte, III, 3.1.7.

¹⁴² A fronteira entre orações coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais é, por vezes, tênue. A tradição gramatical aponta para a possibilidade de inversão da ordem das orações como um critério distintivo para as causais, o que não se aplicaria às explicativas. Cf. Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009), p. 342-343.

à *sindética*, que se vale do síndeto, ou seja, da conjunção. Exemplo de coordenação assindética: "*Cheguei, vi, venci*". A relação semântica entre as orações assindéticas, embora não explicitada por um conectivo, é inferida pelo contexto e pela lógica do discurso.

2.10.3 Conjunções Subordinativas

Passamos agora às conjunções subordinativas, que tecem uma relação de dependência sintática entre as orações. Diferentemente das coordenadas, as orações ligadas por conjunções subordinativas não possuem autonomia plena; uma delas, a *oração subordinada*, exerce uma função sintática em relação à outra, a *oração principal* (ou subordinante), à qual se liga para completar-lhe o sentido ou para acrescentar-lhe uma circunstância. É uma relação hierárquica, onde a subordinada se encaixa na principal como uma peça em um mosaico mais amplo.

A beleza desta dependência reside na capacidade de criar estruturas frasais mais complexas e matizadas, permitindo expressar com maior precisão as nuances do pensamento. As conjunções subordinativas, pois, são os mestros desta intrincada arquitetura sintática.

Classificam-se as orações subordinadas, e por conseguinte suas respectivas conjunções, segundo a função que exercem, em três grandes grupos, que já tivemos ocasião de vislumbrar ao tratar das classes de palavras que podem exercer função de nome, de adjetivo ou de advérbio: Substantivas, Adjetivas e Adverbiais.

- **Conjunções Integrantes:** São as que introduzem as *Orações Subordinadas Substantivas*, ou seja, aquelas que exercem as funções sintáticas próprias do substantivo (sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal, aposto) em relação à oração principal. As conjunções integrantes por excelência são *que* e *se*. Exemplo: "*Espero **que** ele venha logo*" (a oração "que ele venha logo" funciona como objeto direto do verbo "espero").
- **Pronomes Relativos (com função conectiva):** Embora já estudados em capítulo próprio, cumpre recordar aqui que os pronomes relativos (*que, quem, o qual, cujo, onde, quanto, como, quando*) são os conectivos que introduzem as *Orações Subordinadas Adjetivas*, aquelas que qualificam ou restringem um substantivo ou pronome da oração principal, exercendo função de adjunto adnominal. Exemplo: "*O livro **que** li é excelente*" (a oração "que li" qualifica "livro"). Sua natureza pronominal os distingue das conjunções propriamente ditas, mas sua função conectiva os aproxima delas neste contexto.
- **Conjunções Subordinativas Adverbiais:** Introduzem as *Orações Subordinadas Adverbiais*, que, como o nome indica, exercem função de adjunto adverbial em relação à oração principal, exprimindo diversas circunstâncias, tais como tempo, causa, consequência, condição, concessão, comparação, conformidade, finalidade e proporção. O rol destas conjunções é vasto e variado, cada uma imprimindo um matiz semântico particular à relação entre as orações. Exemplos:

- * **Causais:** *porque, que, como* (no início da frase), *pois que, já que, uma vez que, visto que*. Expressam a causa ou o motivo. ("*Não fui à festa **porque** estava doente*").
- * **Consecutivas:** *que* (precedido de *tão, tal, tanto, tamanho*), *de sorte que, de modo que, de maneira que*. Indicam a consequência. ("*Estudou **tanto que** passou no exame*").
- * **Condicionais:** *se, caso, contanto que, salvo se, desde que, a menos que, a não ser que*. Expressam uma condição ou hipótese. ("***Se** chover, não iremos*").
- * **Concessivas:** *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, se bem que, posto que, apesar de que*. Admitem um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la. ("***Embora** estivesse cansado, continuou a trabalhar*").
- * **Comparativas:** *como, assim como, tal como, tanto como, tão...como, mais... (do) que, menos... (do) que*. Estabelecem uma comparação. ("*Ele é **tão** alto **como** o irmão*").
- * **Conformativas:** *conforme, como, segundo, consoante*. Expressam conformidade ou acordo. ("*Fiz o trabalho **conforme** as instruções*").
- * **Finalis:** *para que, a fim de que, porque* (equivalendo a *para que*), *que*. Indicam a finalidade ou o objetivo. ("*Estudamos **para que** possamos aprender*").
- * **Proporcionais:** *à proporção que, à medida que, ao passo que, quanto mais...tanto mais, quanto menos...tanto menos*. Expressam concomitância e proporcionalidade. ("***À medida que** o tempo passa, mais sábios nos tornamos*").
- * **Temporais:** *quando, enquanto, antes que, depois que, logo que, sempre que, assim que, desde que, até que, mal*. Situam a ação no tempo. ("***Quando** ele chegou, a festa já havia começado*").

Importa ressaltar que muitas destas conjunções podem ser polissêmicas, ou seja, assumir diferentes valores semânticos a depender do contexto, e que a mesma relação lógica pode ser expressa por diferentes conjunções ou locuções conjuntivas. O estudo atento e a prática constante da leitura e da escrita são, pois, indispensáveis para o domínio seguro desta arte de tecer a harmonia entre as orações.

2.10.4 Locuções Conjuntivas

Assim como encontramos locuções adjetivas, adverbiais e prepositivas, também a classe das conjunções se enriquece com as *locuções conjuntivas*. Trata-se de um conjunto de duas ou mais palavras que, funcionando como uma unidade, exercem o papel de uma única conjunção, seja ela coordenativa ou subordinativa.

Estas combinações vocabulares permitem uma maior precisão e variedade na expressão das relações lógicas e circunstanciais entre as orações, conferindo ao discurso maior riqueza e flexibilidade estilística. Muitas delas já foram mencionadas

ao tratarmos das espécies de conjunções, mas cumpre aqui destacá-las como uma categoria formal.

Exemplos de **locuções conjuntivas coordenativas** incluem: *não só...mas também, não só...como também, tanto...como, ora...ora, já...já, quer...quer*, etc.

Exemplos de **locuções conjuntivas subordinativas** são ainda mais numerosos e variados: *a fim de que, à medida que, ainda que, apesar de que, contanto que, dado que, desde que, de modo que, logo que, mesmo que, posto que, se bem que, uma vez que, visto que*, e tantas outras que a língua, em sua perene criatividade, vai plasmando.

O reconhecimento e o uso adequado das locuções conjuntivas são, pois, parte essencial da maestria no manejo da linguagem, permitindo ao escritor e ao orador construir períodos mais elaborados e expressivos, onde a harmonia entre as ideias se manifesta com clareza e elegância.

3 Parte III: A Sintaxe: A Arquitetura do Discurso

Concluída a jornada pelas sendas da Morfologia, onde desvendamos a íntima natureza da palavra, seus elementos constitutivos e suas flexões, erguemo-nos agora a um patamar superior da arte gramatical. Adentramos os domínios da Sintaxe, a disciplina que se ocupa da *arquitetura do discurso*, da arte de ordenar e combinar as palavras em unidades de sentido cada vez mais amplas e complexas. Aqui, investigaremos não mais a palavra isolada, qual pedra bruta, mas o modo como estas se articulam, como se ajustam e se hierarquizam para erigir as frases, as orações, os períodos – verdadeiros edifícios do pensamento, onde a razão se manifesta em sua plenitude estruturada. É o estudo da função, da relação, da harmonia que rege a construção do dizer elegante e preciso, o desvelar das leis que governam a *táxis*,¹⁴³ o arranjo lógico e belo das palavras na sinfonia do pensamento expresso.

3.1 Capítulo 14: A Estrutura da Oração

Adentramos, agora, o domínio da Sintaxe, arte que se debruça sobre a arquitetura do discurso, sobre a maneira como as palavras, quais notas musicais, se congregam para formar a melodia e a harmonia da oração. Se na Morfologia nos ocupamos da anatomia de cada vocábulo, aqui investigaremos a sua função na grande sinfonia da frase, o papel que cada termo desempenha na construção do sentido.

¹⁴³Do grego *táxis, eōs* (τάξις, εως), que significa 'ordem', 'arranjo', 'disposição'. Termo fundamental na Retórica e na Gramática clássicas para designar a correta organização das partes do discurso. Aristóteles, por exemplo, em sua *Poética* (1450b), refere-se à *táxis tōn pragmatōn*, a ordem dos acontecimentos na tragédia.

3.1.1 Frase, Oração e Período

Ao nos aprofundarmos na arte da Sintaxe, que é, como já se insinuou, a arquitetura do discurso, mister se faz que compreendamos, primeiramente, os alicerces sobre os quais se erguem as mais complexas construções da linguagem. Refiro-me aqui aos conceitos fundamentais de *frase*, *oração* e *período*, noções que, embora por vezes se entrelacem, guardam entre si distinções precisas e de suma importância para o entendimento da estrutura interna do pensamento expresso em palavras.

Começemos, pois, pela **Frase**. Em sua acepção mais ampla e corrente, a frase é todo enunciado linguístico que possui sentido completo, capaz de transmitir uma mensagem inteligível em determinada situação comunicativa. É a unidade mínima do discurso que se basta a si mesma, podendo ser constituída por uma única palavra ou por um conjunto delas. Assim, um simples "*Silêncio!*" proferido com imperiosidade, ou um singelo "*Fogo!*" bradado em meio ao perigo, são frases plenas, pois comunicam, no contexto em que se inserem, uma ideia cabal.

Considera a seguinte passagem:

Que noite escura! As estrelas, tímidas, mal ousam piscar. Um vento frio assobia canções lúgubres.

Aqui, temos três frases distintas, cada qual encerrando um pensamento completo, delimitadas que são pelos sinais de pontuação final.¹⁴⁴ A frase, portanto, é a vestimenta sonora ou gráfica de uma unidade de significação que se pretende autônoma.

Avançando um degrau nesta arquitetura, encontramos a **Oração**. Se a frase se define pelo sentido completo, a oração se define pela presença de um *verbo* ou de uma *locução verbal*, que é o seu coração pulsante, o elemento que lhe confere dinamismo e predicação.¹⁴⁵ Toda oração, pois, organiza-se em torno de um verbo, que articula os demais termos e estabelece as relações entre eles.

Assim, na frase "*O sol ilumina os campos*", temos uma oração, pois há o verbo "*ilumina*". Da mesma forma, em "*É preciso que estudemos com afinco*", a expressão "*é preciso*" constitui uma oração, e "*que estudemos com afinco*" constitui outra, pois ambas possuem verbos.

As orações podem classificar-se segundo a intenção do falante, espelhando as diversas atitudes que podemos tomar perante a realidade ou perante nosso interlocutor. Teremos, assim:

- **Orações Declarativas:** aquelas que enunciam um fato, uma ideia, uma constatação, podendo ser afirmativas ou negativas. Exemplo: "*A sabedoria é fruto do estudo perseverante.*" ou "*A ignorância não conduz à felicidade.*"

¹⁴⁴A pontuação, como se verá mais detidamente, desempenha papel crucial na delimitação das frases e na organização do discurso escrito, refletindo, de algum modo, as pausas e entonações da fala. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Décima Parte.

¹⁴⁵O verbo, como núcleo semântico da oração, expressa ação, estado, fenômeno da natureza ou existência, situando-os no tempo e atribuindo-os a um sujeito, explícito ou implícito. Vide Capítulo 10: O Verbo: O Coração da Oração.

- **Orações Interrogativas:** aquelas que formulam uma pergunta, buscando uma informação. Exemplo: "*Estudaste a lição de hoje?*"
- **Orações Imperativas:** aquelas que exprimem uma ordem, um pedido, um conselho, uma súplica. Exemplo: "*Estuda com afinco, para que alcances o conhecimento.*"
- **Orações Exclamativas:** aquelas que traduzem um sentimento vivo, uma emoção, uma surpresa. Exemplo: "*Que bela manhã!*"
- **Orações Optativas:** aquelas que manifestam um desejo. Exemplo: "*Que os céus te protejam em tua jornada!*"

Por fim, chegamos ao **Período**, que nada mais é senão a frase organizada em uma ou mais orações. É a unidade sintática superior, o conjunto de orações que se articulam para expressar um pensamento mais complexo.

Quando o período é constituído por uma única oração, dizemo-lo **Período Simples**. Neste caso, a oração que o compõe é também chamada *absoluta*, pois não se subordina nem se coordena a nenhuma outra dentro daquele enunciado. Exemplo de Período Simples:

A filosofia ilumina o caminho da verdade. (Uma única oração)

Quando, porém, o período é formado por duas ou mais orações, interligadas por relações de coordenação ou de subordinação, dizemo-lo **Período Composto**.¹⁴⁶ Exemplo de Período Composto:

*A filosofia ilumina o caminho da verdade e nos ensina a pensar com clareza, **embora** seu estudo exija dedicação.* (Três orações interligadas)

Destarte, a compreensão clara destes três pilares – Frase, Oração e Período – é o alicerce indispensável para que possas, com segurança e discernimento, analisar e construir a arquitetura do teu próprio discurso, manejando com arte os instrumentos que a língua te oferece.

3.1.2 Sujeito e Predicado: Os Pilares da Oração

Adentrando a arquitetura da oração, deparamo-nos com dois elementos primordiais, duas colunas mestras sobre as quais se ergue todo o edifício do pensamento expresso em palavras: o *sujeito* e o *predicado*. São eles os fundamentos da declaração, os eixos em torno dos quais a significação se articula e ganha sentido. Sem eles, a oração, em sua forma mais canônica e completa¹⁴⁷, seria qual templo sem alicerces, prestes a ruir ao menor sopro de incompreensão.

¹⁴⁶As relações de coordenação e subordinação entre as orações serão o objeto de estudo de capítulos vindouros, onde se desvendarão as intrincadas formas pelas quais as ideias se conectam e se hierarquizam no discurso.

¹⁴⁷Referimo-nos aqui à oração bimembre, a que possui os dois termos essenciais. Casos como a oração sem sujeito, ou de sujeito indeterminado, serão tratados em momento oportuno, como particularidades que são desta estrutura fundamental.

Consideremos, pois, com a devida atenção, cada um destes pilares.

O **Sujeito** é aquele termo da oração sobre o qual se faz uma declaração; é o ser, a coisa, a ideia de que ou de quem se diz algo. É o ponto de partida do enunciado, o centro em torno do qual a informação se organiza. Para identificá-lo, interroga-se o verbo: *Quem é que...?*, *Que é que...?*. A resposta a esta indagação desvelar-nos-á o sujeito. Assim, na sentença “*O sol ilumina a Terra*”, ao perguntarmos “*Quem é que ilumina a Terra?*”, a resposta inequívoca é “*O sol*”. Este é, portanto, o sujeito da oração. Ele é, na ordem lógica da enunciação, aquilo de que se predica algo.¹⁴⁸

A natureza do sujeito é, por excelência, nominal. É o substantivo, ou palavra a ele equiparada (um pronome, um numeral substantivado, uma oração substantiva), que ordinariamente desempenha esta função capital. É ele que concorda em número e pessoa com o verbo, estabelecendo uma harmonia fundamental na oração.

O **Predicado**, por sua vez, é tudo aquilo que se declara acerca do sujeito. É a informação nova, a atribuição, a ação ou o estado que se lhe imputa. Seu núcleo, a alma que o vivifica, é o verbo. Retomando o exemplo anterior, “*ilumina a Terra*” constitui o predicado da oração, pois é o que se diz a respeito do sujeito “*O sol*”. O verbo “*ilumina*” é o centro dinâmico deste predicado, expressando a ação que do sujeito emana e sobre outro termo recai.

O predicado pode ser vasto e complexo, ou breve e conciso, mas sempre terá no verbo o seu coração pulsante. É ele que confere à oração o seu dinamismo, que a tira da mera estaticidade do nome e a lança no fluir do tempo e da ação.

A relação entre sujeito e predicado é, pois, indissociável, qual a dos pilares que sustentam uma mesma abóbada. Um não se concebe, na estrutura oracional plena, sem o outro. O sujeito é o ser que pede uma declaração; o predicado é a declaração que se apõe a esse ser. Juntos, formam a unidade mínima de pensamento completo, a célula a partir da qual se tece a complexa tapeçaria do discurso. Compreender a natureza e a função destes dois gigantes é, dessarte, o primeiro e indispensável passo para quem almeja desvendar os arcanos da sintaxe e manejar com mestria a arte da palavra.

3.1.3 Termos Integrantes e Acessórios

Já vimos que a oração, qual microcosmo do pensamento, se estrutura em sujeito e predicado, pilares que sustentam o edifício do significado. Cumpre-nos agora adentrar a morada destes termos e observar, com olhar atento, as partes que os compõem e os ornamentam, conferindo à sentença sua plena expressão. Falamos, pois, dos **termos da oração**¹⁴⁹, que, em sua mútua relação, tecem a complexa

¹⁴⁸Na tradição lógico-gramatical, o sujeito corresponde ao *suppositum*, aquilo que subjaz e recebe a predicação, enquanto o predicado corresponde ao *appositum*, aquilo que se apõe ou se atribui ao sujeito. Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical*, aprofunda a raiz filosófica destes conceitos, mostrando como a estrutura gramatical espelha a estrutura do juízo lógico.

¹⁴⁹O vocábulo *termo*, aqui, emprega-se em seu sentido gramatical mais lato, para designar qualquer palavra, grupo de palavras ou mesmo oração que desempenhe uma função sintática específica dentro de uma oração maior. Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical*, explora a polissemia do termo, mas o adota como unidade de análise sintática.

tapeçaria do discurso.

Tradicionalmente, costuma-se distinguir os termos que gravitam em torno do núcleo do sujeito ou do núcleo do predicado (ou ainda do predicativo, como se verá) em duas grandes categorias: os *integrantes* e os *acessórios*. Tal distinção, porém, se não bem compreendida, pode conduzir-nos a uma visão empobrecida da riqueza oracional.

Os **termos integrantes** são aqueles que, por assim dizer, se fundem ao nome ou ao verbo que complementam, sendo-lhes essenciais para a completude do significado. Sem eles, o nome ou o verbo ficariam como que suspensos, qual melodia inacabada, carentes de um remate que lhes defina o contorno semântico. Quando dizes, por exemplo, “*Tenho necessidade...*”, o substantivo *necessidade*, embora já nos comunique uma ideia, clama por um complemento que lhe especifique a natureza; se lhe acrescentas “*...de auxílio*”, então o termo *de auxílio* integra-se à *necessidade*, completando-lhe o sentido. Do mesmo modo, se proferes “*O artista pintou...*”, a ação verbal, embora já expressa, pede um paciente; ao dizeres “*...um quadro*”, este objeto integra-se ao verbo, saciando-lhe a transitividade. São, pois, os termos integrantes, partes que se soldam ao núcleo, formando com ele uma unidade semântica mais plena. Dividem-se, precipuamente, em **Complemento Nominal**, quando se ligam a um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio), e **Complemento Verbal**, quando se ligam a um verbo, desdobrando-se este último, como veremos oportunamente, em objeto direto, objeto indireto, complemento relativo, entre outras funções.

Já os **termos acessórios**, ou, como preferimos e com mais propriedade os denominar, **termos adjuntos**¹⁵⁰, são aqueles que, embora não sejam essenciais para a completude gramatical do núcleo a que se referem, enriquecem-lhe a significação, acrescentando-lhe matizes, circunstâncias, qualidades. Não são, pois, meros ornamentos supérfluos, mas detalhes que conferem à oração sua individualidade, sua “beleza particular”. Se digo “*O pássaro cantou*”, a oração é gramaticalmente completa. Se, porém, acrescento “*O pássaro pequenino cantou alegremente no jardim ao amanhecer*”, os termos adjuntos (*pequenino*, *alegremente*, *no jardim*, *ao amanhecer*) não alteram a estrutura essencial da oração, mas pintam-lhe um quadro vívido, detalhado, pleno de circunstâncias.

Os principais termos adjuntos são o **Adjunto Adnominal**, que, qual pintor minucioso, acrescenta características ao nome, determinando-o ou qualificando-o; o **Adjunto Adverbial**, que, qual músico a variar o tema, modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, imprimindo-lhes as mais diversas circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, intensidade, etc.; e o **Aposto**, termo de natureza substantiva que se justapõe a outro substantivo ou pronome para explicá-lo, especificá-lo, resumi-lo ou identificá-lo.

¹⁵⁰ A denominação *acessório*, embora consagrada pela tradição, pode induzir ao equívoco de se considerar tais termos como meramente dispensáveis ou de pouca importância. *Adjunto*, do latim *adjunctus* (‘unido a, junto de’), parece-nos mais adequado para expressar a relação de um termo que se une a outro para modificá-lo ou especificá-lo, sem que, contudo, seja essencial para a completude gramatical do núcleo em si. Como bem observa Carlos Nougé, “os adjuntos, se são parte extrínseca do núcleo, são porém PARTE INTRÍNSECA do mesmo sujeito e do mesmo predicado (ou do mesmo predicativo), porque dizer *Quem NÃO LÊ muito / não progride intelectualmente* não é o mesmo que dizer *Quem NÃO LÊ / não progride intelectualmente*” (*Suma Gramatical*, Sexta Parte, II, 2.7.3).

Há ainda um termo que, embora presente na frase e estabelecendo com ela uma relação de invocação, não se integra à sua estrutura sintática interna: o **Vocativo**. É o chamado, a interpelação direta àquele a quem nos dirigimos, e paira, por assim dizer, à margem da tessitura oracional, qual nota suspensa à espera de resposta.

Vês, portanto, que a oração se constrói numa delicada harmonia entre o essencial e o circunstancial, entre o núcleo e seus satélites. Os termos integrantes são como os alicerces e as paredes que definem a estrutura do edifício; os termos adjuntos, como os afrescos, os vitrais, os jardins que o embelezam e lhe conferem alma. Descurar uns em nome de uma suposta essencialidade é privar a linguagem de sua força expressiva; ignorar a função nuclear dos outros em nome de uma profusão de detalhes é arriscar-se a construir sobre a areia.

A verdadeira arte gramatical reside, pois, em compreender esta “beleza dos detalhes”, em discernir como cada termo, em sua função própria, contribui para a significação plena e para a elegância do discurso, tornando a palavra um instrumento cada vez mais apto a espelhar a profundidade do pensamento e a riqueza da alma.

3.2 Capítulo 15: A Regência Verbal

3.2.1 Regência Verbal

Ao prosseguirmos em nossa jornada pela arquitetura do discurso, deparamo-nos com um conceito fundamental para a clareza e a correção da frase: a *regência*. Esta, em seu sentido mais amplo, trata da relação de dependência que se estabelece entre as palavras na oração, onde um termo, dito *regente*, exige a presença de outro, dito *regido*, para que seu sentido se complete ou se especifique.¹⁵¹

Aqui, ocupar-nos-emos especificamente da **Regência Verbal**, ou seja, do modo como o verbo, coração pulsante da oração, se conecta aos seus complementos, ou, por vezes, a certas circunstâncias que lhe matizam o significado. É uma arte sutil, esta de conectar o verbo aos seus termos regidos, pois da correta escolha da preposição – ou de sua ausência – depende, não raro, a própria inteligibilidade e a elegância do que se enuncia.

Já vimos, ao tratarmos das classes de palavras, que os verbos podem ser intransitivos, quando encerram em si mesmos um sentido completo, não exigindo complemento para a sua predicação; ou transitivos, quando, ao contrário, necessitam de um termo que lhes integre o significado. É nesta transitividade que a regência verbal manifesta toda a sua força e complexidade.

Os verbos transitivos, como sabes, podem ser:

- **Transitivos Diretos (VTD)**: aqueles cuja ação transita diretamente para o objeto, sem a mediação obrigatória de uma preposição. O objeto que completa

¹⁵¹A noção de regência (do latim *regere*, ‘dirigir’, ‘comandar’) é central na gramática tradicional e descreve a subordinação de um termo a outro. O termo regente “comanda” a presença e, por vezes, a forma do termo regido. Vide Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Sétima Parte, I.

seu sentido chama-se *objeto direto*. Exemplo: “O lavrador *cultiva a terra*”. Aqui, “a terra” é o objeto direto que recebe a ação do verbo “cultivar”.

- **Transitivos Indiretos (VTI)**: aqueles cuja ação transita para o objeto por intermédio de uma preposição, exigida pelo próprio verbo. O objeto que lhes completa o sentido chama-se *objeto indireto*. Exemplo: “O filho *obedece aos pais*”. O termo “aos pais” é o objeto indireto, introduzido pela preposição “a”, que o verbo “obedecer” rege.¹⁵²
- **Transitivos Diretos e Indiretos (VTDI)**: também chamados bitransitivos, são aqueles que exigem dois complementos para integralizar seu sentido: um objeto direto e um objeto indireto. Exemplo: “O mestre *ensinou a gramática aos discípulos*”. Temos aqui “a gramática” como objeto direto (o que se ensinou) e “aos discípulos” como objeto indireto (a quem se ensinou).

A arte da regência verbal reside, pois, em conhecer que verbos pedem que tipo de complemento e, no caso dos transitivos indiretos e dos bitransitivos, qual a preposição adequada para introduzir o objeto indireto. Esta escolha não é arbitrária, mas decorre da própria semântica do verbo e do uso consagrado pelos bons escritores, aqueles que, com maestria, souberam explorar as potencialidades da língua.

Muitos verbos, ademais, apresentam mais de uma regência possível, variando o sentido conforme a preposição utilizada ou a sua ausência. O verbo *aspirar*, por exemplo, pode ser transitivo direto, com o sentido de ‘sorver’, ‘inalar’ (“aspirar o ar puro da manhã”), ou transitivo indireto, regendo a preposição ‘a’, com o sentido de ‘almejar’, ‘desejar ardentemente’ (“aspirar à sabedoria”).¹⁵³

Outro ponto de grande relevância na regência verbal é a correta distinção entre o objeto direto e o objeto indireto. Embora a presença da preposição seja o marco mais visível, nem sempre a questão se resolve com tanta simplicidade. Há casos, por exemplo, do chamado *objeto direto preposicionado*, em que, por razões de clareza, ênfase ou eufonia, antepõe-se uma preposição (geralmente ‘a’) ao objeto direto, sem que o verbo a exija intrinsecamente. Dize-se, por exemplo, “Amar *a Deus* sobre todas as coisas”, onde “a Deus” funciona como objeto direto do verbo “amar”, embora preposicionado para realçar a quem se dirige tal amor.¹⁵⁴

A regência dos verbos ditos *pronominais*, aqueles que se conjugam obrigatoriamente com um pronome oblíquo átono (como *queixar-se de*, *arrepender-se de*, *lembrar-se de*), também merece especial atenção, pois o pronome, aqui, é parte integrante do verbo, e a preposição que se lhe segue é elemento regido fundamental.

Não nos podemos esquecer, ainda, da regência dos verbos que indicam movimento ou destino. A distinção entre o uso de ‘a’ e ‘para’, por exemplo, com verbos como

¹⁵²A preposição, neste caso, é um elemento de regência, um elo necessário imposto pelo verbo para a correta ligação com seu complemento. A escolha da preposição não é aleatória, mas determinada pela semântica e pela tradição de uso do verbo.

¹⁵³Esta polissemia regencial é uma das riquezas e, também, um dos desafios da língua portuguesa. Um mesmo verbo pode desdobrar-se em múltiplos significados, cada qual exigindo uma construção particular. O estudo atento aos dicionários de regência e aos clássicos da literatura é, aqui, imprescindível.

¹⁵⁴O objeto direto preposicionado, embora não altere a transitividade direta do verbo, confere à expressão uma nuance estilística particular. É comum em referência a nomes próprios de pessoa, pronomes pessoais tônicos, ou para evitar ambiguidades.

‘ir’ ou ‘vir’, encerra sutilezas de significado quanto à permanência ou transitoriedade da ação, que um ouvido atento e uma pena educada saberão discernir.

O estudo da regência verbal, portanto, não é um mero exercício de memorização de regras áridas, mas um mergulho na lógica interna da língua, na sua capacidade de expressar, com precisão e elegância, as mais variadas relações entre os seres e as ações. É, em suma, a arte de conectar o verbo aos seus complementos, tecendo com eles a trama do discurso. Demorar-nos-emos sobre casos particulares e exemplos notáveis em seções vindouras, para que este conhecimento se te assente na alma com a solidez da rocha.

3.2.2 Verbos Transitivos Diretos, Indiretos e Bitransitivos

Tendo percorrido, em capítulos anteriores, os vastos domínios do verbo, suas flexões e classificações gerais, cumpre-nos agora adentrar um aspecto particular de sua natureza, qual seja, a sua *transitividade*. Este conceito, de suma importância para a correta articulação do pensamento na oração, diz respeito à maneira como a ação verbal se projeta, ou não, sobre outros termos, exigindo, ou não, complementos para que seu sentido se complete.

Compreender a transitividade verbal é, pois, desvendar a dinâmica interna da oração, a relação que o verbo, coração pulsante do enunciado, estabelece com os demais elementos que o orbitam. Veremos, pois, como os verbos se classificam segundo esta propriedade, dividindo-se em transitivos diretos, transitivos indiretos e aqueles que, mais exigentes, demandam dupla complementação, os bitransitivos.

Principiemos pelos **Verbos Transitivos Diretos**. São aqueles cuja ação, para se completar semanticamente, transita diretamente para um complemento, sem a mediação obrigatória de uma preposição. Este complemento, que recebe ou sofre a ação verbal, denomina-se *objeto direto*. É como se a energia do verbo fluísse sem obstáculos até o termo que lhe completa o sentido.

Para identificar o objeto direto, pergunta-se ao verbo "o quê?" ou "quem?". A resposta a tal indagação, se não vier introduzida por preposição exigida pelo verbo, será o objeto direto. Observa os exemplos:

- *O lavrador cultiva **a terra**.* (Cultiva o quê? A terra.)
- *A mãe amava **os filhos**.* (Amava quem? Os filhos.)
- *Compramos **livros raros**.* (Compramos o quê? Livros raros.)

Nestes casos, "a terra", "os filhos" e "livros raros" são os objetos diretos que recebem a ação dos verbos "cultivar", "amar" e "comprar", respectivamente.

Cumpramos notar, todavia, que, por razões estilísticas, de ênfase ou para evitar ambiguidades, pode o objeto direto, por vezes, apresentar-se introduzido pela preposição "a". É o que se denomina *objeto direto preposicionado*.¹⁵⁵ Tal artifício, contudo, não

¹⁵⁵ A preposição, neste caso, não é exigida pela regência do verbo, mas surge por outros motivos, frequentemente para distinguir o objeto direto do sujeito, ou por eufonia, ou ainda quando o objeto direto é um pronome pessoal tônico. Vide Carlos Nogueira, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa*, Sexta Parte, II, 2.7.4.b.

altera a natureza transitiva direta do verbo. Exemplos:

- *Amar* **a Deus** *sobre todas as coisas.*
- *Convidou* **aos amigos** *para a festa.*
- *Ninguém engana* **a Deus**. (Ditado popular)

Passemos agora aos **Verbos Transitivos Indiretos**. Estes, por sua vez, são aqueles cuja ação, para se completar, transita para um complemento através da mediação obrigatória de uma preposição. O verbo, por sua regência, exige uma preposição específica que introduz o termo sobre o qual recai indiretamente a sua significação. A este complemento preposicionado dá-se o nome de *objeto indireto*.

Para identificar o objeto indireto, formulam-se perguntas ao verbo que incluam a preposição por ele regida: "de quê?", "a quem?", "em quê?", "com quem?", "para quê?", etc. Atenta aos exemplos:

- *Ele necessita* **de auxílio**. (Necessita de quê? De auxílio.)
- *Obedecemos* **aos mestres**. (Obedecemos a quem? Aos mestres.)
- *Concordei* **com teus argumentos**. (Concordei com quê? Com teus argumentos.)
- *Aspiramos* **à paz**. (Aspiramos a quê? À paz.)¹⁵⁶

Nestes exemplos, "de auxílio", "aos mestres", "com teus argumentos" e "à paz" são os objetos indiretos, introduzidos pelas preposições exigidas pelos verbos "necessitar", "obedecer", "concordar" e "aspirar", respectivamente.

Há, por fim, os **Verbos Transitivos Diretos e Indiretos**, também denominados **Bitransitivos**. São verbos cuja ação se projeta sobre dois complementos distintos e necessários para a sua plena significação: um objeto direto, que recebe a ação sem preposição obrigatória, e um objeto indireto, que recebe a ação com a mediação de uma preposição exigida pelo verbo.¹⁵⁷

Para a identificação destes dois complementos, aplicam-se as mesmas indagações já vistas: "o quê?" ou "quem?" para o objeto direto, e perguntas introduzidas pela preposição regida pelo verbo para o objeto indireto. Exemplifiquemos:

- *O mestre ensinou* **a gramática aos discípulos**. (Ensinou o quê? A gramática [OD]. A quem? Aos discípulos [OI].)
- *Agradei* **o conselho ao amigo**. (Agradei o quê? O conselho [OD]. A quem? Ao amigo [OI].)
- *Informaram* **a decisão aos interessados**. (Informaram o quê? A decisão [OD]. A quem? Aos interessados [OI].)

¹⁵⁶O verbo *aspirar*, no sentido de "almejar", "desejar ardentemente", é transitivo indireto e rege a preposição "a". No sentido de "respirar", "inalar", é transitivo direto, como em: *Aspirou o perfume das flores*.

¹⁵⁷A bitransitividade implica, pois, uma dupla regência verbal, projetando a ação sobre dois pacientes distintos, um direto e outro indireto. A *Suma Gramatical* de Nougé, na Sétima Parte, II, detalha a regência de diversos verbos, incluindo os bitransitivos.

- *Ele perdoou a ofensa ao réu.* (Perdoou o quê? A ofensa [OD]. A quem? Ao réu [OI].)¹⁵⁸

Percebe-se, pois, que a ação destes verbos se completa apenas com a presença de ambos os objetos, cada qual desempenhando um papel distinto na estrutura oracional.

A correta identificação da transitividade verbal e de seus respectivos complementos é, como vês, mister de grande relevância, pois dela depende, em larga medida, a clareza, a precisão e a elegância do discurso. Um verbo mal empregado, com regência truncada ou equivocada, pode comprometer toda a arquitetura da frase, tornando o pensamento obscuro ou ambíguo. Que te apliques, pois, com afincamento ao estudo desta matéria, para que tua palavra seja sempre instrumento límpido e eficaz da razão.

3.2.3 Regência Nominal

Depois de termos percorrido os meandros da regência verbal, essa arte de bem ligar o verbo aos termos que lhe completam ou matizam o sentido, cumpre agora que volvamos nossa atenção a uma dança não menos elegante, posto que por vezes mais sutil: a *Regência Nominal*. Assim como o verbo, também o nome¹⁵⁹ – seja ele substantivo, adjetivo ou mesmo advérbio – por vezes reclama um complemento, um termo que se lhe junte para que sua significação se perfaça e se desvele em sua plenitude.

A Regência Nominal, pois, é a relação de dependência que se estabelece entre um nome (o termo *regente*) e outro termo (o *regido* ou *complemento nominal*), o qual lhe integra o sentido. Essa ligação, na vasta maioria dos casos, faz-se por meio de uma *preposição*, essa palavra conectiva que, como já vimos, serve de ponte entre as ideias. A escolha da preposição, aqui como na regência verbal, não é obra do acaso, mas ditada muitas vezes pela própria natureza semântica do nome regente.

Consideremos, primeiramente, os **substantivos** que pedem complemento. São, em geral, substantivos abstratos, mormente os que derivam de verbos (deverbais) ou os que exprimem sentimentos, qualidades ou noções que, por si sós, ficariam como que suspensas no ar, carentes de uma determinação que lhes desse chão. Observa:

- A *fé* **em** Deus. (Quem tem fé, tem fé *em* algo ou *em* alguém.)
- O *amor* **à** pátria. (Quem tem amor, tem amor *a* algo ou *a* alguém.)
- O *medo* **de** trovoadas. (Quem tem medo, tem medo *de* algo.)

¹⁵⁸O verbo *perdoar*, assim como *pagar*, pode apresentar dupla regência: transita diretamente para a coisa perdoada ou paga, e indiretamente (com a preposição "a") para a pessoa a quem se perdoa ou se paga.

¹⁵⁹Entenda-se aqui *nome* em sentido lato, abrangendo não apenas o substantivo, mas também o adjetivo e, em certas circunstâncias, o advérbio, como se verá. Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, II, §2.1, e Sexta Parte, II, §2.7.4.a, explora a natureza e os complementos destes nomes.

- A *obediência às* leis. (Quem obedece, obedece *a* algo ou *a* alguém; o substantivo conserva a regência do verbo *obedecer*.)
- A *construção da* ponte. (Quem constrói, constrói algo; o substantivo *construção* herda a transitividade do verbo *construir*, e *da ponte* funciona como seu complemento, paciente da ação de construir.)¹⁶⁰

Vês, pois, como o complemento nominal aclara, especifica e completa o sentido do substantivo, qual pincelada final que define os contornos de uma pintura.

Também os **adjetivos**, em sua função de qualificar ou determinar o substantivo, por vezes exigem um complemento para que a qualidade que expressam se aplique devidamente.

- Ele é *apto para* o cargo. (Quem é apto, é apto *para* algo.)
- Sê *fiel aos* teus princípios. (Quem é fiel, é fiel *a* algo ou *a* alguém.)
- Estava *ansioso por* notícias. (Quem está ansioso, está ansioso *por* algo.)
- Ela ficou *contente com* o presente. (Quem está contente, está contente *com* algo.)
- Este costume é *nocivo à* saúde. (O que é nocivo, é nocivo *a* algo ou *a* alguém.)

O complemento, aqui, delimita o âmbito da qualidade expressa pelo adjetivo, tornando a predicação mais precisa e definida.

Até mesmo certos **advérbios**, mormente os terminados em *-mente* que derivam de adjetivos regentes de preposição, ou alguns advérbios de lugar, podem requerer um complemento para que sua significação se complete no contexto da oração.

- Agiu *independentemente da* opinião alheia. (O advérbio herda a regência do adjetivo *independente de*.)
- Ele mora *longe da* cidade. (Longe *de* quê?)
- Estava *perto do* rio. (Perto *de* quê?)

Nestes casos, o complemento nominal especifica a circunstância expressa pelo advérbio, tornando-a mais concreta e inteligível.

É mister, contudo, que não confundas, o complemento nominal com o *adjunto adnominal* preposicionado. Embora ambos possam, por vezes, apresentar-se sob a mesma roupagem (preposição + substantivo), suas funções e relações semânticas são distintas. O adjunto adnominal, como já vimos ao tratar do substantivo e do adjetivo, caracteriza ou especifica o nome, indicando posse, matéria, origem, finalidade, etc., mas não lhe é essencial para a completude do sentido como o é o complemento nominal. O complemento nominal, por sua vez, é termo *paciente* da noção expressa pelo nome regente (sobretudo se este é abstrato e deverbal, ou adjetivo que expressa uma

¹⁶⁰Nougué, *Suma Gramatical*, Sexta Parte, II, §2.7.4.a, distingue o complemento nominal do adjunto adnominal, notando que o primeiro, quando o nome é deverbal, tende a ter caráter paciente, correspondendo ao objeto do verbo.

aptidão ou sentimento em relação a algo). O adjunto adnominal preposicionado, ao contrário, frequentemente tem valor *ativo* ou *possessivo*.¹⁶¹

Observa a diferença:

- A resposta **do aluno** (Aqui, *do aluno* é adjunto adnominal, pois o aluno *deu* a resposta – valor agente).
- A resposta **ao professor** (Aqui, *ao professor* é complemento nominal, pois o professor *recebeu* a resposta – valor paciente/destinatário; o nome *resposta* pede um alvo).
- O amor **de mãe** (Adjunto adnominal – a mãe *sente* o amor, ou o amor *é próprio* da mãe).
- O amor **à pátria** (Complemento nominal – a pátria *é o alvo* do amor).

Esta dança entre o nome e seus complementos, regida pela preposição, é, pois, essencial para a clareza e a precisão do discurso. Dominá-la é dar mais um passo seguro na arte de bem manejar a nossa língua, tornando tua expressão mais rica e teus pensamentos mais nítidos.

3.3 Capítulo 16: A Crase: Um Toque de Elegância na Escrita

3.3.1 Crase: A Fusão da Preposição *a* com o Artigo Definido *a(s)*

Adentramos, agora, um fenômeno particular da escrita portuguesa, que, embora pareça a muitos um escolho árduo, revela, em verdade, uma lógica elegante e uma busca pela eufonia: refiro-me à *crase*. O termo¹⁶² designa, em sua acepção mais corrente em nossa gramática, a fusão da preposição *a* com o artigo definido feminino *a* ou com o *a* inicial dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, e, por vezes, com o *a* do pronome relativo *a qual* (e seu plural *as quais*). Tal fusão, que na fala se dá naturalmente pela elisão de uma das vogais ou pela sua pronúncia como uma vogal longa, marca-se na escrita pelo acento grave (`) sobre o *a* resultante.

Para que compreendas com clareza este fenômeno, é mister que tenhas bem presentes duas noções fundamentais: a da regência verbal e nominal, que determina a necessidade da preposição *a*; e a da presença do artigo definido feminino *a(s)* (ou do *a* inicial dos referidos pronomes) antes de um substantivo feminino. Quando estes dois elementos – a preposição exigida por um termo regente e o artigo ou pronome que antecede um termo regido feminino – se encontram, dá-se a crase.

Consideremos, pois, o mecanismo. Se um verbo ou um nome exigem a preposição *a* (por exemplo, *ir a*, *referir-se a*, *obediente a*, *acesso a*), e se o termo subsequente é

¹⁶¹Esta distinção é crucial e frequentemente fonte de dúvidas. Rocha Lima, citado por Nougé em *Suma Gramatical*, Sexta Parte, II, §2.7.5.a, nota 2, oferece regras práticas para distinguir os dois termos, sublinhando o caráter paciente do complemento nominal e o agente ou possessivo do adjunto adnominal.

¹⁶²Do grego *krâsis*, que significa 'mistura', 'fusão', 'temperamento'. Na gramática, designa a contração de duas vogais idênticas ou semelhantes em uma só.

um substantivo feminino que admite o artigo *a* (por exemplo, *a escola*, *a cidade*, *a reunião*), então, na união destes elementos, a preposição *a* fundir-se-á com o artigo *a*, resultando em *à*.

– Exemplo com regência verbal:

* Verbo *ir* + preposição *a* + artigo *a* + substantivo feminino *escola* = Vou **à** escola.

* (Decompondo: Vou *a* + *a* escola.)

– Exemplo com regência nominal:

* Substantivo *obediência* + preposição *a* + artigo *a* + substantivo feminino *lei* = Demonstrou obediência **à** lei.

* (Decompondo: Demonstrou obediência *a* + *a* lei.)

O mesmo se dá com os pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)* e *aquilo*. Se um termo regente exige a preposição *a*, e o termo regido é um destes pronomes, a preposição fundir-se-á com o *a* inicial do pronome:

– Refiro-me **àquele** incidente. (Refiro-me *a* + *aquele* incidente.)

– Entreguei o documento **àquela** senhora. (Entreguei o documento *a* + *aquela* senhora.)

– Não dei importância **àquilo** que ele disse. (Não dei importância *a* + *aquilo* que ele disse.)

No caso do pronome relativo *a qual* (e seu plural *as quais*), a crase ocorrerá se o verbo ou nome da oração em que se insere o pronome relativo exigir a preposição *a*, e o antecedente do pronome relativo for feminino:

– A lei **à qual** me refiro é antiga. (O verbo *referir-se* rege a preposição *a*; *a qual* retoma *a lei*, substantivo feminino que admite o artigo *a*.)

– As reuniões **às quais** compareci foram produtivas.

Cumpre notar, todavia, que o uso da crase, embora regido por princípios lógicos, apresenta particularidades e casos em que a tradição e o uso consagrado estabeleceram normas específicas, as quais serão detalhadas no capítulo dedicado exclusivamente a este fenômeno¹⁶³. Por ora, basta que compreendas a natureza desta fusão elegante, que, ao evitar a cacofonia do encontro de duas vogais idênticas, confere à escrita uma fluidez que espelha a naturalidade da fala. O domínio da crase, longe de ser um mero preciosismo gramatical, é sinal de apuro linguístico e de respeito pela clareza e pela beleza da nossa língua.

¹⁶³O capítulo 16 tratará especificamente das regras de uso da crase, abordando casos facultativos, proibidos e especiais.

3.3.2 Regras para o Uso da Crase

Já consideramos, em passo anterior¹⁶⁴, que a preposição *a* pode contrair-se ou fundir-se com outras palavras, mormente com o artigo definido feminino *a(s)* e com as formas iniciais de certos pronomes. A esta fusão particular, que se assinala na escrita com o acento grave (‘), dá-se o nome de *crase*¹⁶⁵. Cuida-se aqui de matéria que não raro atormenta o estudante, mas cuja compreensão, uma vez apreendidos seus fundamentos, se torna menos árdua do que à primeira vista pareceria.

Antes de tudo, é mister que se tenha presente o princípio basilar: **a crase é a fusão da preposição *a* com outra vogal *a* idêntica**. Esta outra vogal *a* pode ser ou o artigo definido feminino *a(s)*, ou o *a* inicial dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, ou ainda o *a* inicial dos pronomes relativos *a qual*, *as quais*.

Daqui se depreende a regra fundamental, a chave para desvendar a maioria dos casos: **só haverá crase se o termo antecedente (regente) exigir a preposição *a* e, concomitantemente, o termo conseqüente (regido) admitir o artigo feminino *a(s)* ou iniciar-se pela vogal *a* (nos casos dos pronomes já mencionados)**.

Percorramos, pois, as sendas em que este fenômeno se manifesta, para que possas grafá-lo com acerto e elegância.

Empregar-se-á, necessariamente, o acento grave indicador da crase nas seguintes situações:

1. **Diante de substantivos femininos determinados pelo artigo *a(s)*, desde que o termo regente exija a preposição *a*:**

- *Exemplo*: "Fui à cidade contemplar as maravilhas da arquitetura." (Quem vai, vai **a** algum lugar; *cidade* é substantivo feminino que admite o artigo *a*).
- *Exemplo*: "Dedicou sua vida à pátria." (Quem dedica, dedica algo **a** alguém ou **a** alguma coisa; *pátria* é substantivo feminino que admite o artigo *a*).
- *Um artifício útil*: Para verificares se ocorre a crase diante de um substantivo feminino, substitui-o mentalmente por um substantivo masculino equivalente. Se, nessa troca, surgir a combinação *ao(s)*, então haverá crase diante do feminino. Por exemplo: "Fui **ao** colégio" (logo, "Fui **à** cidade"). "Dedicou sua vida **ao** país" (logo, "Dedicou sua vida **à** pátria").¹⁶⁶

2. **Diante dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, quando o termo antecedente exigir a preposição *a*:**

- *Exemplo*: "Refiro-me **àquele** incidente que nos causou tanto embaraço." (O verbo *referir-se* rege a preposição *a*).

¹⁶⁴Ao tratarmos do Artigo, na Quinta Parte, II, 5.4.1, e da Preposição, na Quinta Parte, VIII, 8.3.1, abordamos as contrações e combinações. A crase, contudo, por suas particularidades, merece capítulo à parte.

¹⁶⁵Do grego *krâsis*, *eôs*, que significa ‘mistura’, ‘fusão’, ‘temperamento’.

¹⁶⁶Este artifício, embora prático, não é infalível e não substitui a compreensão da regência verbal e nominal. É, contudo, um bom auxílio inicial.

- *Exemplo*: "Entreguei o documento **àquilo** que me pediste." (Quem entrega, entrega algo **a** algo ou alguém).
3. **Diante dos pronomes relativos *a qual, as quais***, quando o verbo da oração adjetiva exigir a preposição *a* e o antecedente for feminino:
- *Exemplo*: "A obra **à qual** me dediquei consumiu anos de labor." (Quem se dedica, dedica-se **a** algo).
 - *Exemplo*: "São normas **às quais** todos devemos obedecer." (Quem obedece, obedece **a** algo).
4. **Nas locuções adverbiais femininas** que exprimem tempo, lugar ou modo:
- *Exemplos de tempo*: **à** noite, **à** tarde, **às** vezes, **às** duas horas, **à** medida que.
 - *Exemplos de lugar*: **à** direita, **à** esquerda, **à** distância (quando determinada), **à** frente de.
 - *Exemplos de modo*: **à** toa, **às** pressas, **à** vontade, **às** claras, **à** força.
5. **Nas locuções prepositivas femininas** formadas com *a* + substantivo feminino + *de*:
- *Exemplos*: **à** moda de, **à** maneira de, **à** semelhança de, **à** custa de, **à** procura de.
6. **Com a palavra *distância***, quando esta vier determinada:
- *Exemplo*: "A escola fica **à** distância de cem metros daqui."
 - *Mas*: "Mantenha-se a distância." (Aqui, *distância* não está determinada, usa-se em sentido genérico).
7. **Com as palavras *casa* (no sentido de lar, moradia) e *terra* (em oposição a bordo)**, quando vierem especificadas ou determinadas:
- *Exemplo*: "Voltei **à** casa dos meus avós." (Casa especificada).
 - *Mas*: "Voltei a casa cedo." (Casa não especificada).
 - *Exemplo*: "Os marinheiros retornaram **à** terra natal após longa viagem." (Terra especificada).
 - *Mas*: "Os marinheiros desceram a terra." (Terra não especificada).
8. **Na indicação de horas determinadas**:
- *Exemplo*: "A reunião começará **às** quinze horas."
 - *Mas, cuidado!* Se a preposição que rege as horas for *para, desde, após, entre*, não haverá crase: "Marcou o encontro *para as* quinze horas."

Abster-te-ás, com rigor, do uso da crase nos seguintes contextos:

1. **Diante de substantivos masculinos** (pois não admitem o artigo feminino *a*):
- *Exemplo*: "Andar **a** cavalo. Pagamento **a** prazo. Escreveu **a** lápis."

- *Exceção*: Quando está implícita a locução "à moda de" ou "à maneira de", mesmo diante de nome masculino (geralmente nome próprio de pessoa), usa-se a crase: "Bife **à** Osvaldo Aranha." (Subentende-se: à moda de Osvaldo Aranha).
2. **Diante de verbos no infinitivo** (pois verbo não é antecedido de artigo):
- *Exemplo*: "Começou **a** chover torrencialmente. Dispus-me **a** colaborar."
3. **Diante da maioria dos pronomes** que não admitem artigo:
- *Pronomes pessoais*: "Dirijo-me **a** ela com respeito." (Nunca "à ela").
 - *Pronomes de tratamento* (*exceto senhora, senhorita, dona, e as formas cerimoniais como Vossa Excelência, quando femininas e determinadas*): "Refiro-me **a** Vossa Senhoria." (Nunca "à Vossa Senhoria", salvo se determinado, como em "Refiro-me à Vossa Senhoria que preside esta sessão", caso em que "Vossa Senhoria" está substantivado e determinado pelo artigo).
 - *Pronomes indefinidos*: "Não me refiro **a** nenhuma pessoa em particular."
 - *Pronomes interrogativos*: "**A** que candidato te referes?"
 - *Pronomes demonstrativos* **este(s), esta(s), esse(s), essa(s), isto, isso**: "Quanto **a** esta questão, nada mais a declarar."
4. **Diante de numerais cardinais** (a menos que subentendam um substantivo feminino como "hora", "página", etc., ou que indiquem idade feminina):
- *Exemplo*: "O número de inscritos chegou **a** duzentos."
 - *Mas*: "Chegou **às** duas (horas). Refiro-me **à** (página) três do relatório."
5. **Quando o a é apenas artigo definido feminino** (ou seja, quando não há preposição *a* exigida pelo termo anterior):
- *Exemplo*: "Vi **a** menina atravessar a rua." (O verbo *ver* é transitivo direto, não rege preposição *a*).
6. **Quando o a é apenas preposição** (ou seja, quando o termo seguinte não admite artigo *a* ou já está determinado por outro artigo ou pronome):
- *Exemplo*: "Dirigi-se **a** quem de direito. Obedeço **a** leis justas."
7. **Diante de nomes de cidade que não admitem o artigo a** (a maioria delas):
- *Exemplo*: "Fui **a** Roma." (Para verificar, diz-se "Vim *de* Roma", e não "Vim *da* Roma").
 - *Exceção*: Se o nome da cidade vier especificado, usaremos a crase: "Fui **à** Roma dos Césares."
8. **Em expressões formadas por palavras repetidas**, mesmo que femininas:
- *Exemplo*: "gota **a** gota", "cara **a** cara", "face **a** face".
 - *Exceção*: Na locução adverbial "às tontas e às direitas" ou "a torto e a direito".
9. **Quando o a (singular) precede um substantivo no plural**, indicando sentido genérico e não determinado:

- *Exemplo*: "Não me refiro **a** situações hipotéticas, mas a fatos concretos."
- *Mas, se houver determinação e o sentido for específico*: "Refiro-me **às** situações hipotéticas que mencionaste."

Nestes casos, a pena do escritor terá a liberdade de optar ou não pelo acento grave, segundo a eufonia, a clareza ou a intenção estilística:

1. **Diante de pronomes possessivos femininos adjetivos** (minha, tua, sua, nossa, vossa, suas):

- *Exemplo*: "Obedeço **a (à)** *minha* consciência. Dirigiu-se **a (à)** *sua* residência."
- *Observação*: Se o pronome possessivo for substantivo (ou seja, estiver em lugar do nome), e feminino, a crase será obrigatória se o termo regente exigir *a*: "A minha opinião é importante, mas obedeco **à** sua." (sua = sua opinião).

2. **Diante de nomes próprios femininos de pessoa** (quando não se tratar de idades históricas ou de tratamento cerimonioso que já exijam ou repilam o artigo por si):

- *Exemplo*: "Entreguei o convite **a (à)** Mariana. Fiz uma referência **a (à)** Helena."
- *Observação*: Com nomes de santas ou de figuras históricas consagradas, omite-se geralmente o artigo e, por conseguinte, a crase: "Devoção *a* Santa Teresinha." A não ser que venham especificadas: "A devoção *à* Santa Teresinha do Menino Jesus que se difundiu na França..."

3. **Após a preposição até**, se o termo seguinte for um substantivo feminino que admita o artigo *a*:

- *Exemplo*: "Caminhamos *até a (à)* exaustão. Acompanhou-o *até a (à)* porta."

Este é, pois, o mapa que te guiará no uso da crase. Medita sobre estas regras, observa-as na pena dos bons escritores e aplica-as com discernimento em teus próprios escritos. Assim, hás de conferir à tua linguagem não só a correção gramatical, mas também a elegância e a clareza que distinguem o espírito cultivado.

3.4 Capítulo 17: A Concordância

Chegamos, pois, a um ponto crucial da arte gramatical, em que a lógica interna da língua se manifesta com particular clareza e elegância: a **Concordância**. O próprio termo, do latim *concordantia*, de *con-* (junto') e *cor*, *cordis* (coração'), evoca-nos a imagem de corações que batem em uníssono, de vontades que se harmonizam em um mesmo propósito.¹⁶⁷ Na gramática, esta bela imagem traduz-se na necessária e

¹⁶⁷Etimologicamente, *concordantia* sugere uma harmonia, um acordo de vontades ou sentimentos, transposto aqui para o acordo formal entre os elementos da oração. Cf. Nougé, *Suma Gramatical*, sobre a necessidade de harmonia interna na frase, Parte Oitava.

harmoniosa relação formal que se estabelece entre certas palavras dentro da oração, assegurando-lhe a clareza, a correção e, não raro, a própria beleza. É ela o princípio que rege a sintonia fina entre os vocábulos, fazendo com que flexionem suas terminações para se ajustarem uns aos outros em gênero, número ou pessoa, qual notas musicais que se afinam para compor uma melodia coesa. Sem esta arte da concordância, o discurso arriscar-se-ia a soar qual orquestra desafinada, em que cada instrumento tocasse em tom distinto, gerando dissonância e dificultando a apreensão do sentido. A concordância, pois, é o cimento que une os tijolos da oração, conferindo solidez e graça ao edifício da frase. Cingir-nos-emos, neste capítulo, a desvendar as leis que governam esta dança intrincada, mas fundamental, entre os parceiros da oração. Verás que, por detrás das regras, por vezes aparentemente minuciosas, reside uma lógica profunda, um desejo de clareza e de beleza que anima a própria alma da linguagem.

3.4.1 Concordância Verbal

A concordância verbal, essa música intrínseca à frase, essa secreta geometria que ordena o discurso, é a arte de pôr o verbo em perfeita sintonia com o seu sujeito. Não se trata de mero capricho gramatical, mas de uma necessidade lógica e estética, um reflexo da harmonia que deve presidir à expressão do pensamento. Cingir-nos-emos, pois, a desvelar os princípios que regem esta delicada relação.

A regra fundamental, pedra angular desta harmonia, dita que o verbo concorde em número (singular ou plural) e pessoa (primeira, segunda ou terceira) com o seu sujeito.¹⁶⁸ Assim, se o sujeito se nos apresenta em sua forma mais singela, uno e indiviso, o verbo, qual espelho fiel, reflete-lhe a singularidade ou a pluralidade, bem como a pessoa gramatical que lhe é própria. Dize-se, por exemplo:

- *Eu canto* a beleza da aurora.
- *Tu buscas* a verdade nas entrelinhas.
- *A andorinha esvoaça* no céu de anil.
- *Nós aprendemos* com os mestres do passado.
- *Vós perscrutais* os mistérios da natureza.
- *As estrelas cintilam* na abóbada celeste.

Quando, porém, o sujeito se nos mostra **composto**, ou seja, constituído por mais de um núcleo, a regra geral inclina o verbo para o plural:

- *A rosa e o cravo desabrocham* no jardim da alma.
- *O saber e a virtude enobrecem* o espírito humano.

Todavia, se este sujeito composto se nos apresenta **posposto** ao verbo, a gramática, em sua magnanimidade, concede-nos por vezes uma licença estilística, permitindo que o verbo concorde com o núcleo mais próximo ou, mantendo a norma geral, vá

¹⁶⁸Cf. Carlos Nougúé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Oitava Parte, III, onde se trata extensamente dos princípios da concordância verbal.

para o plural. A escolha penderá, não raro, para a eufonia ou para a ênfase que se queira imprimir:¹⁶⁹

- *Chegou o mestre e seus discípulos.* (Concordância com o mais próximo)
- *Chegaram o mestre e seus discípulos.* (Concordância lógica, com o todo)

Se os núcleos do sujeito composto são de **peessoas gramaticais diversas**, estabelece-se uma hierarquia: a primeira pessoa, em sua primazia, arrasta consigo as demais para o plural da primeira pessoa (*nós*); na ausência desta, a segunda pessoa impõe sua marca, levando o verbo para o plural da segunda pessoa (*vós*) ou, no uso brasileiro mais corrente que já consideramos, para a terceira pessoa do plural:

- *Tu, ele e eu seguiremos* o mesmo rumo. (Equivale a: *Nós seguiremos*)
- *Tu e teu irmão partireis* juntos. (Ou, no Brasil: *Tu e teu irmão partirão*)

Se os núcleos do sujeito composto se vêm resumidos por um **pronome indefinido** como *tudo*, *nada*, *ninguém*, *alguém*, ou expressão similar, é com este resumo que o verbo estabelece sua concordância, em elegante síntese:

- *Livros, canetas, ideias, tudo se perdeu* na voragem do tempo.
- *Alegrias, tristezas, esperanças, nada o abalava* em seu propósito.

Quando o sujeito é um **pronome de tratamento**, embora a referência seja à segunda pessoa (aquela com quem se fala), a concordância verbal faz-se, por convenção e respeito, na terceira pessoa:

- *Vossa Excelência proferiu* um discurso memorável.
- *Vossas Senhorias desejam* adiar a reunião?

No caso dos **pronomes relativos**, a concordância merece particular atenção. Com o pronome *que*, o verbo concorda com o antecedente deste pronome:

- Fui *eu que escrevi* esta missiva.
- Fomos *nós que desvendamos* o enigma.
- São *as estrelas que iluminam* a noite.

Já com o pronome *quem*, o verbo tende a ficar na terceira pessoa do singular, ainda que o antecedente seja plural. Pode, contudo, por atração ou ênfase, concordar com o antecedente, especialmente quando este é um pronome pessoal:¹⁷⁰

- Fomos *nós quem resolveu* o problema. (Mais comum e tradicional)

¹⁶⁹Nougué, *op. cit.*, Oitava Parte, III, § 2.5.3.b, discute as nuances desta concordância facultativa, salientando que a concordância com o mais próximo pode, por vezes, quebrar a unidade lógica do sujeito composto, enquanto o plural a reforça.

¹⁷⁰A tradição gramatical vacila neste ponto. Enquanto alguns puristas defendem a concordância exclusiva na terceira pessoa do singular com *quem*, outros, como Napoleão Mendes de Almeida em sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, admitem a concordância com o antecedente, mormente se este for pronome pessoal, por uma questão de ênfase e clareza.

- Fomos *nós quem resolvemos* o problema. (Concordância enfática)

As **expressões partitivas** (tais como *a maioria de, grande parte de, um grupo de*) seguidas de um especificador no plural admitem dupla concordância: ou com o núcleo da expressão partitiva (no singular), ou com o especificador (no plural), privilegiando ora a unidade do conjunto, ora a pluralidade dos seus membros:

- *A maioria dos presentes aplaudiu* o orador.
- *A maioria dos presentes aplaudiram* o orador.

Os **nomes próprios que só se usam no plural**, como *Os Estados Unidos, Os Lusíadas, Minas Gerais*, exigem cuidado. Se vêm precedidos de artigo, o verbo tende ao plural; sem o artigo, ou se designam uma obra ou entidade singular, o verbo permanece no singular:

- *Os Estados Unidos são* uma nação poderosa.
- “*Os Lusíadas*” *imortalizou* Camões.
- *Minas Gerais possui* inúmeras riquezas.

Com **números percentuais ou fracionários** seguidos de especificador, o verbo concorda com o numeral se este representa o núcleo da expressão, ou com o substantivo especificador se este é o núcleo:

- *Um terço dos alunos faltou* à lição.
- *Vinte por cento da turma passou* no exame. (Concorda com *turma*)
- *Vinte por cento dos candidatos passaram* no exame. (Concorda com *candidatos*)

Expressões como *mais de um, menos de dois, cerca de*, quando sujeito, apresentam particularidades. *Mais de um* geralmente leva o verbo ao singular, salvo se a ação é recíproca ou repetida. *Cerca de* e similares levam o verbo a concordar com o numeral que se lhes segue:

- *Mais de um soldado pereceu* na batalha.
- *Mais de um deputado se agrediram* durante o debate.
- *Cerca de mil pessoas compareceram* ao evento.

O verbo *ser*, em sua ontológica majestade, apresenta particularidades na concordância, especialmente quando atua como verbo de ligação entre sujeito e predicativo de número ou pessoa diversos. Tende, em geral, a concordar com o que é substantivo ou pronome pessoal, ou com o que indica a coisa real em detrimento da abstrata, ou ainda com o plural:¹⁷¹

- *O problema somos nós.*

¹⁷¹A concordância do verbo *ser* é um dos capítulos mais intrincados. Nougé, *op. cit.*, Oitava Parte, III, § 2.5.3.c, explora as diversas situações, como quando o sujeito ou o predicativo é pronome pessoal, ou quando há pronomes interrogativos, ou quando se trata de indicação de horas, datas e distâncias.

- *Tudo são flores* na primavera da vida.
- *Hoje são* quinze de maio.

Para além da concordância estritamente gramatical, há que se considerar a **silepse**, essa figura pela qual o verbo concorda não com a forma gramatical do sujeito, mas com a ideia que ele representa ou sugere. É um recurso estilístico, que empresta vivacidade e nuances ao discurso:

- *A gente da cidade somos apressados*. (Silepse de pessoa: *a gente* = *nós*)
- *Vossa Majestade estais equivocado*. (Silepse de pessoa, em tratamento cerimonioso arcaizante)
- *São Paulo é grandiosa e seus habitantes, trabalhadores*. (Silepse de gênero: São Paulo [a cidade])

Busquemos, pois, em nosso labor com a palavra, essa justa melodia entre o verbo e o sujeito, essa harmonia que é, a um só tempo, exigência da lógica e deleite para o espírito.

3.4.2 Concordância Nominal

Prosseguindo em nossa jornada pela arte gramatical, cumpre-nos agora volver o olhar para a delicada e necessária dança que se trava entre o nome e seus qualificadores: a *concordância nominal*. Se o substantivo, como já vimos, é o pilar que sustenta a designação dos seres, o adjetivo, e com ele as palavras de valor adjetivo – artigos, numerais e pronomes adjetivos – são como os ornatos e as cores que lhe conferem individualidade e matiz. Para que esta união se dê com graça e clareza, mister se faz que entre eles reine a harmonia, ou seja, a concordância em gênero e número.

Este princípio, que à primeira vista pode afigurar-se simples, encerra em si uma profunda lógica, um reflexo da própria ordem com que nossa inteligência apreende o real. Pois, assim como o acidente não subsiste senão na substância, conformando-se a ela, também o adjetivo, que exprime a qualidade ou a determinação, há de conformar-se ao substantivo que nomeia o ser. É desta consonância que brota, em grande parte, a clareza e a beleza do discurso, permitindo que a palavra espelhe com fidelidade a nuance do pensamento.

Consideremos, pois, os casos gerais em que esta harmonia se manifesta.

Quando um único adjetivo se refere a um único substantivo, a regra é singela: o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo. Assim, diremos *livro novo* e *casa nova*, *livros novos* e *casas novas*. Este mesmo princípio se estende, naturalmente, ao artigo (*o menino*, *a menina*, *os meninos*, *as meninas*), ao numeral (*primeiro dia*, *primeira semana*, *dois cavalos*, *duas éguas*) e ao pronome adjetivo (*meu amigo*, *minha amiga*, *estes problemas*, *estas soluções*).¹⁷²

¹⁷²A natureza adjetiva do artigo, do numeral cardinal (quando não substantivo) e do pronome adjetivo faz com que participem da mesma regra de concordância que o adjetivo propriamente dito. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Quinta Parte, I-IV.

Se, todavia, um adjetivo se refere a dois ou mais substantivos, a concordância requer maior atenção.

– Se o adjetivo vier **posposto** aos substantivos:

- * E sendo os substantivos do mesmo gênero, o adjetivo irá para o plural desse gênero, ou, o que é menos comum e por vezes menos claro, concordará com o substantivo mais próximo. Por exemplo: *Pai e filho dedicados* (preferível) ou *Pai e filho dedicado*; *Mãe e filha estudiosas* ou *Mãe e filha estudiosa*. A tradição gramatical e a clareza expressiva inclinam-se para a primeira forma.¹⁷³
- * E sendo os substantivos de gêneros diferentes, o adjetivo irá para o masculino plural (considerado o gênero neutro ou abrangente em português para estas situações), ou, mais raramente e com maior risco de ambiguidade, concordará com o substantivo mais próximo. Assim: *O livro e a caneta são novos* (preferível e mais claro) ou *O livro e a caneta nova* (se "caneta" é o mais próximo e se se deseja tal efeito estilístico, o que é raro na prosa formal).

– Se o adjetivo vier **anteposto** aos substantivos:

- * De ordinário, concorda com o substantivo mais próximo. Por exemplo: *Belo rio e montanha*; *Bela montanha e rio*.
- * Contudo, se o adjetivo funciona como predicativo de todos os substantivos a que se refere, poderá ir para o plural, observando-se o gênero predominante (masculino, se houver mistura). Por exemplo: *São belos o rio e a montanha*. Este caso, porém, já se avizinha da concordância do predicativo com sujeito composto, que se tratará mais detidamente.

Na dança de vários adjetivos com um só substantivo, a harmonia também busca seus passos. Se o substantivo está no singular, referindo-se a um único ser qualificado por diversos adjetivos, o substantivo permanece no singular, e os adjetivos, ligados por conjunção ou vírgula, concordam com ele. Por exemplo: *Estudo a língua latina e a grega* (onde se subentende *língua* após *grega*). Se, porém, o substantivo vai para o plural para indicar seres distintos, cada qual com sua qualidade, cada adjetivo concorda com o substantivo no plural, ou, o que é mais elegante e preciso, usa-se o substantivo no singular antecedendo cada adjetivo, mormente com o auxílio do artigo: *As bandeiras verde e amarela* (se se entende que cada bandeira ostenta ambas as cores) contrasta com *A bandeira verde e a amarela* (se se trata de bandeiras distintas, uma verde, outra amarela). O artigo, como vê, desempenha aqui papel crucial na desambiguação.

Adentremos agora alguns casos particulares e expressões que, pela sua frequência ou pela sua sutileza, merecem especial consideração.

– Os adjetivos que se referem a **pronomes de tratamento** concordam com o sexo da pessoa a quem o tratamento é dirigido, e não com a forma gramati-

¹⁷³Said Ali, em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, observa que a concordância com o mais próximo, embora ocorrente, pode gerar ambiguidade, sendo a concordância com o conjunto (no plural e no gênero predominante) a que mais favorece a perspicuidade.

cal do pronome. Assim, dir-se-á: *Vossa Excelência está atarefado* (se se trata de um homem) ou *Vossa Excelência está atarefada* (se se trata de uma mulher). Com *Vossa Santidade*, embora o pronome seja feminino, a concordância far-se-á com o gênero masculino, por referir-se ao Papa: *Vossa Santidade foi compreensivo*.¹⁷⁴

- Palavras como **anexo, incluso, obrigado, mesmo, próprio, quite, leso** concordam em gênero e número com o substantivo a que se referem: *Seguem anexas as cartas; Eles mesmos resolveram a questão; Muito obrigado, disse ele; Muito obrigada, disse ela; Estamos quites com nossas obrigações*.
- As palavras **menos, alerta e pseudo**, quando funcionam como adjetivos, são invariáveis: *Cometeu menos erros desta vez; Os soldados ficaram alerta; Os pseudo-sábios proliferam*.
- Distingue-se **meio** adjetivo de **meio** advérbio. Como adjetivo, significa 'metade' e concorda com o substantivo: *Meia laranja, meio copo*. Como advérbio, significa 'um pouco' e é invariável: *Ela está meio triste*.
- Semelhantemente, **bastante** como adjetivo significa 'suficiente' e concorda: *Temos bastantes razões*. Como advérbio, significa 'muito' e é invariável: *Eles estudaram bastante*.
- O mesmo se dá com **caro** e **barato**: *Os livros são caros* (adjetivos, concordam); mas *Os livros custam caro* (advérbios, invariáveis).
- **Só**, como adjetivo, significa 'sozinho' e concorda: *Eles ficaram sós*. Como advérbio, significa 'somente', 'apenas', e é invariável: *Eles só queriam a paz*.
- A palavra **possível** em expressões superlativas apresenta uma concordância peculiar: *Os melhores resultados possíveis; As mais belas paisagens possíveis*. Contudo, se o superlativo está no singular: *O mais belo quadro possível*.
- Substantivos empregados com **função adjetiva**, mormente nomes de cor, tendem à invariabilidade, como se a preposição "cor de" estivesse implícita: *Gravatas cinza; Blusas rosa; Ternos chumbo*. Se, porém, o substantivo já se tornou plenamente adjetivo, poderá flexionar-se: *Tons acinzentados; Vestidos rosados*.¹⁷⁵
- Nas expressões **um e outro** e **nem um nem outro**, o substantivo a que se referem fica, de ordinário, no singular: *Um e outro caso merece detida análise*.
- Na expressão **tal qual**, o termo *tal* concorda com o antecedente, e *qual* (ou *quais*) concorda com o conseqüente: *Os filhos são tais qual o pai; As filhas são tais quais as mães*.
- A expressão **haja vista** é invariável: *Haja vista os problemas apresentados*.

¹⁷⁴A concordância com pronomes de tratamento é um ponto onde a lógica semântica (o sexo do referente) prevalece sobre a forma gramatical do pronome. Gramáticos como Napoleão Mendes de Almeida, em seu *Dicionário de Questões Vernáculas*, detalham estes usos.

¹⁷⁵Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, aborda a questão dos substantivos em função adjetiva, notando a tendência à invariabilidade, mas também a possibilidade de flexão quando a adjetivação se consolida.

- Nas construções com **é bom, é necessário, é proibido** e similares, se o sujeito não vier determinado por artigo ou outro determinante, o adjetivo permanece invariável, como em forma neutra: *É proibido entrada; Paciência é necessário*. Se, contudo, o sujeito vier determinado, a concordância se impõe: *É proibida a entrada; A paciência é necessária*.
- Os **particípios passados**, quando empregados como adjetivos, concordam normalmente em gênero e número com o substantivo: *Portas fechadas; Documentos assinados*.

Vês, pois, que a concordância nominal, embora regida por um princípio fundamental de harmonia, desdobra-se em múltiplas nuances, exigindo do estudioso atenção e discernimento. Não se trata de meras regras arbitrárias, mas de manifestações da lógica interna da língua, que busca, na conformidade entre o nome e seus atributos, a clareza e a beleza da expressão. Cultivar esta harmonia é, em última instância, cultivar a própria arte de bem pensar e bem dizer.

3.5 Capítulo 18: A Colocação Pronominal: A Arte da Posição

3.5.1 Próclise, Ênclise e Mesóclise

Após termos recorrido sobre a natureza e as diversas espécies de pronomes, e em particular sobre os oblíquos átonos, cumpre-nos agora volver o olhar para a sua correta colocação junto ao verbo. Esta matéria, que à primeira vista pode afigurar-se mero capricho gramatical, reveste-se de suma importância para a eufonia, a clareza e a elegância do discurso. Os pronomes oblíquos átonos, quais satélites a orbitar o astro verbal, não se posicionam ao acaso, mas seguem leis precisas, que ora os antepõem ao verbo (*próclise*), ora os pospõem, a ele ligados por hífen (*ênclise*), ora, em caso mais particular e solene de nossa língua, se lhe interpolam (*mesóclise*).

Cumprir notar, de antemão, que o uso lusitano tende a privilegiar a ênclise como posição fundamental, enquanto o falar brasileiro contemporâneo inclina-se mais frequentemente à próclise, mesmo em contextos onde a norma culta mais tradicional prescreveria outra colocação. Nosso estudo, contudo, pautar-se-á pela norma culta, buscando a clareza e a correção que devem nortear o estudante zeloso.

A ênclise, ou seja, a posposição do pronome átono ao verbo, é considerada por muitos gramáticos¹⁷⁶ a posição fundamental ou, se preferes, o lugar de repouso natural destes pronomes, mormente quando não há elemento algum que lhes reclame a anteposição. Observa, pois, os casos em que a ênclise se impõe ou se prefere:

1. **Com o verbo no início da oração principal (absoluta)**, não precedido de palavra atrativa:

¹⁷⁶Refere-se aqui à tradição gramatical lusitana e à norma culta mais formal, que tende a privilegiar a ênclise em contextos não marcados por fatores de próclise. Carlos Nougé, em sua *Suma Gramatical*, explora detidamente os fundamentos históricos e lógicos desta preferência, alinhando-se com a perspectiva de que a ênclise é a posição não marcada, ou seja, aquela que ocorre na ausência de fatores que exijam a próclise ou a mesóclise.

- *Dize-me* a verdade.
- *Entregaram-lhe* o prêmio com solenidade.
- *Sinto-me* feliz com tua presença.

2. Com o verbo no imperativo afirmativo:

- *Fazei-o* com presteza, meus filhos!
- *Ama-o* como a ti mesmo.
- *Segue-me*, e não temas.

3. Com o verbo no infinitivo impessoal (não flexionado), quando este não vier precedido de palavra atrativa ou de preposição que o reja e demande próclise:

- É mister *amar-te* sem medida.
- Convinha *explicar-lhe* a situação detidamente.
- O desejo de *encontrá-la* era imenso. (Aqui, embora precedido de preposição, o contexto favorece a ênclise por razões eufônicas ou estilísticas, não havendo palavra atrativa direta ao pronome.)

4. Com o verbo no gerúndio, quando este não vier precedido de palavra atrativa ou da preposição *em*:

- Encontrei-o *preparando-se* para a jornada.
- Passou a noite *lamentando-se* de sua sorte.

Nota, porém, que se o gerúndio for precedido da preposição *em*, a próclise é de rigor: *Em se tratando* de assuntos de tal gravidade...

A próclise, por sua vez, ocorre quando o pronome átono se antepõe ao verbo. Esta anteposição não é, em geral, facultativa, mas determinada pela presença de certas palavras ou construções que, qual ímã, atraem o pronome para antes do verbo. São estas as chamadas "palavras atrativas":

1. Palavras de negação (não, nunca, jamais, ninguém, nada, nem, etc.):

- *Não te* enganes com vãs aparências.
- *Nunca se* soube ao certo o que ocorreu.
- *Ninguém me* disse tal coisa.

2. Advérbios, quando não seguidos de pausa (marcada por vírgula):

- *Aqui se* faz, *aqui se* paga.
- *Sempre te* amarei.
- *Talvez nos* encontremos amanhã.
- Contudo, se houver pausa: Aqui, *faz-se* justiça.

3. Pronomes relativos, indefinidos e interrogativos:

- O livro *que me* deste é excelente. (Relativo)
- *Alguém te* procurou enquanto estiveste ausente. (Indefinido)
- *Quem nos* dirá o caminho certo? (Interrogativo)

- *Tudo se* transforma. (Indefinido)
- 4. **Conjunções subordinativas** (que, quando, se, porque, embora, conforme, etc.):
 - *Quando te* vi, meu coração exultou.
 - Espero *que me* compreendas.
 - *Embora se* esforçasse, não logrou êxito.
- 5. **Em orações optativas** (que exprimem desejo) ou **exclamativas**, frequentemente iniciadas por palavras que, por sua natureza, atraem o pronome:
 - *Deus te* abençoe!
 - *Quanto nos* custou este esforço!
 - *Bons ventos o* levem!

É de notar que, na linguagem coloquial brasileira, a próclise se generalizou, ocorrendo mesmo em situações onde a norma culta mais tradicional prescreveria a ênclise. Contudo, para a escrita formal e esmerada, o conhecimento e a aplicação destas regras são de suma importância.

Resta-nos considerar a mesóclise, construção peculiar e distintiva da língua portuguesa, que empresta ao discurso um tom de solenidade e apuro formal, embora seu uso seja hoje mais restrito à linguagem literária ou a contextos de grande formalidade. Consiste na interposição do pronome átono no interior da própria forma verbal, ligando-se por hífen às duas partes resultantes.

A mesóclise ocorre exclusivamente com o verbo em duas formas temporais:

1. **Com o verbo no Futuro do Presente do Indicativo:**

- *Amar-te-ei* eternamente. (Em vez de "Te amarei" ou "Amarei-te", esta última menos comum no Brasil mesmo em norma culta para o futuro.)
- *Buscar-vos-emos* ao romper da aurora.
- *Dir-se-á* que foi obra do acaso.

2. **Com o verbo no Futuro do Pretérito do Indicativo** (antigamente chamado Condicional):

- *Dar-lho-ia* de bom grado, se mo pedisses.
- *Far-nos-iam* grande favor.
- *Contar-se-ia* a história por muitas gerações.

Contudo, é mister que não haja, antes do verbo, palavra alguma que reclame a próclise. Se tal ocorrer, esta terá primazia, e a mesóclise não se realizará, mesmo com o verbo no futuro do presente ou no futuro do pretérito. Assim:

- *Não te amarei* assim. (E não "Não amar-te-ei")
- *Talvez o façamos*, mas *nunca vos buscaríamos* para tal empreita. (E não "Talvez façamo-lo" ou "nunca buscar-vos-íamos")
- Se possível fosse, *lho daria*. (E não "dar-lho-ia", pela atração da conjunção subordinativa *se*.)

O domínio destas regras de colocação pronominal, longe de ser mero adorno ou preciosismo gramatical, contribui para a clareza meridiana da expressão, para a eufonia do período e para a elegância do estilo. A escolha entre uma ou outra posição, quando as regras oferecem alguma flexibilidade – o que ocorre mais em variações dialetais ou registros menos formais –, penderá muitas vezes para o ritmo da frase, para a ênfase que se queira imprimir à mensagem ou, simplesmente, para o ouvido mais afeiçoado à tradição clássica de nossa língua.

A observação atenta dos grandes mestres de nossa língua ser-te-á, como sempre, guia seguro nesta matéria, revelando-te os matizes e as sutilezas que a mera regra, por vezes, não alcança exprimir em sua plenitude. Cultiva, pois, o teu ouvido e a tua pena, para que o pronome, este servo humilde do nome, mova-se com graça e precisão em teus escritos e em tua fala.

3.5.2 Regras para a Colocação Pronominal: Um Guia para a Escrita Elegante

A correta disposição dos pronomes oblíquos átonos na frase, a que os gramáticos denominam *colocação pronominal*, é matéria que não raras vezes suscita dúvidas, mas cujo domínio é essencial para a clareza, a eufonia e, em última análise, a elegância do discurso escrito. Três são as posições que o pronome átono pode ocupar em relação ao verbo: antes dele, no meio dele ou depois dele, dando origem, respectivamente, à *próclise*, à *mesóclise* e à *ênclise*. Lembra-te, antes de tudo, de um princípio fundamental, alicerce da boa escrita em nossa língua: **não se inicia período com pronome oblíquo átono**.¹⁷⁷ Assim, construções como "*Me disseram*" ou "*Lhe enviiei*", tão comuns na fala descuidada, hão de ser evitadas na escrita que preza pelo esmero. Vejamos, pois, as circunstâncias que regem cada uma destas colocações.

Diz-se **próclise** quando o pronome átono se posiciona antes do verbo. Esta colocação é, em muitos casos, obrigatória, determinada pela presença de certas palavras ou construções que exercem força atrativa sobre o pronome. São os chamados "fatores de próclise":

- **Palavras de sentido negativo:** *não, nunca, jamais, ninguém, nada, nem, tampouco*, etc. Estas palavras, ao negarem a ação verbal, atraem para junto de si o pronome. Exemplo: "*Não o censurei pelas suas ações. Ninguém se atreveu a contradizê-lo.*"
- **Advérbios (sem que haja pausa após eles):** Certos advérbios, quando não seguidos de vírgula, também exercem atração sobre o pronome. Entre eles, contam-se *já, talvez, sempre, ainda, só, somente, também, até, mesmo, bem, mal, aqui, ali, lá, hoje, ontem, amanhã, cedo, tarde, depressa, devagar, quicá*, etc.¹⁷⁸ Exemplos: "*Talvez se arrependesse mais tarde. Aqui se faz, aqui se paga.*"

¹⁷⁷Esta é uma regra basilar da norma culta da língua portuguesa, observada com rigor pelos melhores escritores. Conquanto na fala coloquial brasileira se verifique amiúde o seu desrespeito, na escrita formal e literária a sua observância é imperativa para a correção e a elegância. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Nona Parte, II.

¹⁷⁸A atração exercida pelos advérbios é um ponto que requer atenção. Nougé, na *Suma Gramatical*

- **Pronomes relativos, interrogativos e exclamativos:** *que, quem, qual, cujo, onde, como, quando, quanto*. A presença destes pronomes ou advérbios interrogativos/exclamativos no início da oração ou de uma oração subordinada atrai o pronome átono. Exemplos: "*O livro **que me** deste é excelente. Quem **te** contou tal história? Quanto **se** enganam os soberbos!*"
- **Pronomes indefinidos:** *alguém, ninguém, tudo, nada, outrem, algo, cada, vários, muitos, poucos, diversos*, etc. Estes pronomes, ao introduzirem uma noção de indefinição, também puxam para si o pronome átono. Exemplos: "*Alguém **o** procurou pela manhã. Tudo **se** transforma neste mundo.*"
- **Conjunções subordinativas:** *que, quando, se, porque, embora, conforme, conquanto*, etc. Ao introduzirem uma oração subordinada, estas conjunções exercem atração sobre o pronome da oração que encabeçam. Exemplos: "*Espero **que te** recuperes logo. Quando **o** vi, alegrei-me sobremaneira.*"
- **Em frases optativas** (que exprimem desejo), mesmo que não haja palavra atrativa explícita, a próclise é comum: "*Deus **o** abençoe! Bons ventos **o** levem!*"

A **ênclise** ocorre quando o pronome átono se pospõe ao verbo, ligando-se-lhe por meio de hífen. Esta é a colocação considerada básica ou não marcada na língua portuguesa, devendo ser empregada sempre que não houver um fator de próclise.

- **Verbo iniciando o período** (desde que não seja futuro do presente ou futuro do pretérito, nem esteja no imperativo negativo): Dada a regra de não iniciar período com pronome átono, a ênclise é a colocação natural. Exemplo: "*Disseram-**me** que virias cedo. Encontrei-**o** na praça.*"
- **Após pausa** (marcada por vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ou ponto final): Se o verbo surge após uma pausa, o pronome tende a colocar-se em ênclise. Exemplo: "*Chegou, sentou-**se** e começou a leitura.*"
- **Com o verbo no imperativo afirmativo:** Nesta forma verbal, a ênclise é de rigor. Exemplo: "*Dize-**me** a verdade, meu filho. Fazei-**o** com presteza.*"
- **Com o verbo no infinitivo impessoal:** O pronome átono geralmente se pospõe ao infinitivo. Exemplo: "*Era preciso contar-**lhe** tudo. Amar-**te-ei** para sempre.*" (Aqui, embora o verbo principal esteja no infinitivo, a ênclise se dá em relação ao auxiliar que forma a locução, como se verá.)
- **Com o verbo no gerúndio:** Semelhantemente ao infinitivo, o gerúndio também costuma atrair o pronome para a ênclise, a menos que precedido de *em* ou de palavra atrativa. Exemplo: "*Ia caminhando pela rua, pensando-**se** em altas cogitações.*" (Mas: "*Em **se** tratando de assuntos sérios...*")

A **mesóclise**, também denominada *tmese*, é uma colocação elegante e distintiva da nossa língua, embora seu uso tenha se tornado menos frequente na fala cotidiana, persistindo, contudo, na escrita mais formal e literária. Consiste na interposição do pronome átono no interior da forma verbal.

(p. 583), aponta que "usar próclise ao verbo quando este se antecede, a qualquer distância [...], de advérbio" é regra. Contudo, a pausa (marcada ou não por vírgula) após o advérbio pode anular essa atração, facultando a ênclise.

- Ocorre exclusivamente com as formas verbais do **futuro do presente do indicativo** e do **futuro do pretérito do indicativo**.
- A condição para a mesóclise é que **não haja fator de próclise** antes do verbo. Se houver palavra atrativa, esta forçará a próclise, impedindo a mesóclise.
- Exemplos:
 - * Futuro do presente: "*Dir-**te**-ei o que penso.*"; "*Encontrá-**lo**-emos amanhã.*"; "*Amar-**vos**-emos eternamente.*"
 - * Futuro do pretérito: "*Fá-**lo**-ia se pudesse.*"; "*Contar-**lhe**-ia toda a verdade.*"; "*Convidá-**la**-íamos com prazer.*"
- Se, contudo, uma palavra atrativa preceder o verbo no futuro, a próclise prevalecerá: "*Não **te** direi o que penso.*"; "*Talvez **o** encontrássemos amanhã.*"; "*Jamais **o** faria se pudesse.*"

Nas locuções verbais – formadas por um verbo auxiliar e um verbo principal (no infinitivo, gerúndio ou particípio) – a colocação do pronome átono apresenta algumas particularidades que merecem atenção.

– **Verbo principal no infinitivo ou gerúndio:**

- * Se não houver fator de próclise, o pronome pode vir proclítico ao auxiliar, enclítico ao auxiliar ou enclítico ao verbo principal. A tradição gramatical e os melhores escritores¹⁷⁹ frequentemente demonstram preferência pela ênclise ao verbo principal, se este está no infinitivo ou gerúndio, ou pela ênclise ao auxiliar. Exemplos: "*Hei de contar-**lho**.*"(ou "*Lho hei de contar.*"; "*Hei-**lho** de contar.*"; "*Ia-**se** aproximando lentamente.*"(ou "*Ia aproximando-**se** lentamente.*")
- * Se houver fator de próclise, o pronome se colocará antes do verbo auxiliar. Exemplo: "*Não **o** quero ver.*"; "*Talvez **se** estivesse preparando.*"

- **Verbo principal no particípio:** O particípio, por sua natureza mais próxima do adjetivo, **não admite ênclise**. Portanto, o pronome átono deverá colocar-se antes do verbo auxiliar (se houver fator de próclise) ou depois do verbo auxiliar (se não houver fator de próclise).¹⁸⁰ Exemplos: "*A lição **lhe** foi ensinada.*"; "*Tínhamo-**lo** advertido várias vezes.*"; "*Nunca **o** tínhamos visto assim.*"

Considera, pois, estas regras não como grilhões a tolher teu engenho, mas como sendas seguras que te conduzirão à clareza e à beleza da expressão. O estudo assíduo dos bons autores e a prática constante da escrita hão de afeiçoar teu ouvido e tua pena aos ritmos mais harmoniosos da nossa língua.

¹⁷⁹Vide *Suma Gramatical*, Nona Parte, II, onde Nougé explora as diversas possibilidades de colocação em locuções verbais, atentando para a eufonia e a tradição literária.

¹⁸⁰É regra pacífica que o particípio não aceita pronome enclítico. Qualquer construção que o contrarie soa estranha e é condenada pela norma culta.

4 Parte IV: Conclusão

4.1 Capítulo 19: A Gramática em Ação: Do Estudo à Prática

4.1.1 A Importância do Estudo da Gramática: Despertando a Consciência Linguística

Ao nos aproximarmos do termo de nossa jornada por entre os meandros da arte gramatical, impõe-se uma reflexão derradeira, não como ponto final, mas como farol a iluminar os caminhos que doravante hás de trilhar por ti mesmo. Qual, pois, a suma importância deste estudo a que tanto tempo e esforço dedicamos? Por que mergulhar com afincos nas regras, nas classificações, nas sutilezas da língua, quando tantos, em nossos dias, parecem desdenhar de tal labor, contentando-se com uma comunicação meramente funcional, quando não rudimentar?

A resposta, se bem a considerarmos, transcende a mera utilidade prática de bem falar e escrever, ainda que esta seja, por si só, fruto digno de colheita. O estudo da gramática, quando empreendido com seriedade e inteligência, é antes de tudo um despertar. Um despertar da *consciência linguística*, essa faculdade que nos permite não apenas usar a linguagem, mas compreendê-la em sua estrutura íntima, em seus mecanismos profundos, em sua prodigiosa capacidade de plasmar o pensamento e espelhar a realidade.

Sem tal consciência, permanecemos, de certo modo, servos da língua, usuários inconscientes de um instrumento cujas potencialidades nos escapam. Falamos e escrevemos por imitação, por hábito, por uma intuição muitas vezes falha, sujeitos aos vícios e às imprecisões do falar comum, incapazes de discernir com clareza a justeza de uma construção, a propriedade de um vocábulo, a nuance de um significado. A palavra, nesse estado, assemelha-se a uma ferramenta manejada às cegas, que tanto pode servir ao propósito como dele afastar-se, ou mesmo ferir a mão que a empunha.

O estudo metódico da gramática, ao contrário, ilumina esse labor. Ao analisarmos a função de cada classe de palavras, a estrutura da oração, as relações que se estabelecem entre os termos, começamos a perceber a lógica imanente à linguagem, a ordem subjacente à aparente profusão de formas. Já não nos contentamos em apenas *usar* as palavras; passamos a *entender* como elas funcionam, como se articulam para construir o sentido, como obedecem a princípios que, embora flexíveis, não são arbitrários.

Essa compreensão mais profunda da máquina da língua¹⁸¹ desvela-nos, por conseguinte, a própria estrutura do nosso pensamento. Pois, se a linguagem é o instrumento da razão, como já o afirmamos, então o estudo da gramática é, em certo sentido, um estudo da própria razão em seu exercício. Ao aprendermos a distinguir

¹⁸¹A metáfora da língua como uma "máquina" ou "organismo", cujas partes cooperam para um fim, é recorrente na tradição gramatical, e serve para ilustrar a interdependência dos seus elementos constitutivos. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa*, Primeira Parte, VI, onde se discute o sujeito da Gramática.

um substantivo de um adjetivo, um sujeito de um predicado, uma oração principal de uma subordinada, estamos, em verdade, a afiar os instrumentos do nosso intelecto, a aprimorar nossa capacidade de análise, de síntese, de discernimento.

Despertar a consciência linguística é, pois, despertar para uma relação mais íntima e mais lúcida com a palavra. É deixar de ser mero repetidor de formas aprendidas para tornar-se artífice consciente da própria expressão. É adquirir o poder de manejar a linguagem com maior precisão, com maior elegância, com maior eficácia, não apenas para comunicar o que se pensa, mas para pensar com maior clareza e profundidade. E este, crê-me, é um dos frutos mais preciosos que se podem colher no pomar da sabedoria humana.

4.1.2 A Gramática como Ferramenta: Aprimorando a Escrita e a Fala

Chegados a este ponto de nossa jornada pelo universo da linguagem, cumpre-nos refletir sobre a Gramática não apenas como um corpo de preceitos a serem memorizados, mas como uma ferramenta viva, um instrumento poderoso posto à tua disposição para o aprimoramento tanto da palavra escrita quanto da palavra falada. Pois, se bem compreendida e diligentemente aplicada, a arte gramatical converte-se em verdadeiro buril, com o qual poderás lavrar o pensamento, conferindo-lhe clareza, precisão e, não raro, beleza.

Considera, antes de tudo, a **escrita**. É neste domínio que a Gramática normativa exerce seu império mais direto e evidente. Ao te debruçares sobre as regras da ortografia, da morfologia, da sintaxe e da pontuação, não estarás meramente a acumular conhecimento técnico, mas a adquirir os meios para construir um discurso que se faça inteligível e eficaz. A Gramática, neste sentido, oferece-te o mapa e a bússola para navegares com segurança pelos mares da expressão escrita.

Por meio dela, aprenderás a urdir as frases com lógica e correção, evitando as armadilhas da ambiguidade e do solecismo¹⁸². A concordância verbal e nominal, por exemplo, não é um capricho dos gramáticos, mas uma exigência da clareza, um modo de assinalar as relações entre os termos da oração, para que o pensamento se manifeste sem ruídos. A regência, por sua vez, governa as conexões entre as palavras, assegurando que os complementos se liguem aos seus regentes de modo apropriado, qual peça que se encaixa com precisão na engrenagem do discurso.

Ainda no âmbito da escrita, o domínio da pontuação – essa música silente do texto – permitir-te-á modular o ritmo da frase, realçar as ideias principais, separar os pensamentos acessórios, indicar as pausas e as inflexões que conferem vida e sentido ao que se escreve. Uma vírgula mal posta, um ponto olvidado, podem, com efeito, desfigurar uma ideia, obscurecer um argumento, comprometer a inteira comunicação.

Mas não se pense que o fruto do estudo gramatical se restrinja à mera correção. A Gramática, enquanto arte, também te oferece os instrumentos para alçar a escrita

¹⁸²O solecismo, como ensina a tradição, é o erro contra a sintaxe, a construção viciosa da frase, enquanto o barbarismo é o erro na palavra (seja na pronúncia, na grafia ou no significado). Ambos são obstáculos à clareza e à correção da linguagem. Cf. Carlos Nogueira, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Décima Parte, sobre a correção gramatical.

a um patamar de maior **elegância** e **beleza**. Ao conheceres as diversas estruturas sintáticas, as figuras de linguagem, as nuances dos vocábulos, poderás variar a construção das frases, evitar a monotonia, conferir ao teu estilo um toque pessoal e expressivo. A escolha criteriosa das palavras, o uso adequado dos conectivos, a construção equilibrada dos períodos – tudo isso concorre para que o texto não apenas comunique, mas também encante.

Voltemo-nos, agora, para a **fala**. Conquanto a Gramática normativa se ordene precipuamente à escrita, o labor intelectual e a disciplina mental que seu estudo exige não deixam de refletir-se, de modo salutar, na expressão oral. Aquele que se habitua a pensar com clareza e a estruturar o pensamento com lógica – e a Gramática é mestra nesta arte¹⁸³ – tenderá, naturalmente, a falar com maior precisão e coerência.

O estudo da Gramática, ademais, enriquece o vocabulário, familiarizando-te com uma gama mais vasta de palavras e com seus significados precisos. Tal cabedal lexical, quando incorporado ao teu repertório ativo, permitir-te-á expressar as ideias com maior nuance e propriedade também na fala, evitando o recurso constante a termos genéricos ou a clichês que empobrecem o discurso.

A consciência das normas gramaticais, ainda que não se apliquem à fala com o mesmo rigor que à escrita, ajuda-te a polir a expressão oral, a evitar os vícios de linguagem, os solecismos e barbarismos que, por vezes, comprometem a clareza da comunicação e podem até mesmo macular a imagem de quem fala. Embora a espontaneidade da fala admita certas liberdades que a escrita formal não tolera, um certo grau de correção e propriedade é sempre desejável, mesmo no colóquio mais despretensioso.

Aquele que se exercita na arte de bem escrever, que se habitua a ponderar a escolha das palavras, a estrutura das frases, a lógica do discurso, inevitavelmente transportará essa disciplina para a sua fala. Não se trata, por certo, de falar como se escreve, o que tornaria o discurso artificial e pedante. Trata-se, antes, de adquirir uma *consciência linguística* mais apurada, um domínio mais seguro dos mecanismos da linguagem, que se manifestará em uma fala mais clara, mais articulada, mais eficaz.

Em suma, a Gramática, longe de ser um conjunto estéril de regras abstratas, revela-se uma ferramenta de inestimável valor. É o alicerce sobre o qual se constrói a comunicação eficaz, o instrumento que te permite lapidar o pensamento e expressá-lo com clareza, correção e, quiçá, com a beleza que enobrece a palavra humana. Cultivá-la, pois, não é um fardo, mas um privilégio; não é uma limitação, mas a chave que te abre as portas para um domínio mais pleno e consciente deste dom divino que é a linguagem.

¹⁸³A relação entre Gramática e Lógica é intrínseca. A Gramática, ao normatizar a linguagem, oferece a matéria bem formada para as operações da Lógica, que é a arte diretiva do próprio ato da razão. Uma frase gramaticalmente correta e clara é o primeiro passo para uma proposição logicamente válida. Ver *Suma Gramatical*, Primeira Parte, VII.

4.1.3 A Gramática e a Arte da Leitura: Desvendando os Segredos da Linguagem

Quando te debruças sobre as páginas de um livro, não te encontras apenas diante de um amontoado de palavras, por mais belas e sonoras que estas te pareçam. Encontras-te, sim, perante uma arquitetura de ideias, uma sinfonia de significados, urdida com os fios da linguagem pelo engenho do autor. E a gramática, que vimos estudando em suas partes e funções, é o mapa que te guia por entre os labirintos desta construção, a chave que te desvenda seus mais íntimos segredos, permitindo-te não apenas percorrer os corredores do texto, mas adentrar seus salões mais nobres.

Imagina-te, por um instante, a tentar decifrar um período de prosa mais antiga, ou mesmo de um autor contemporâneo que cultive a frase longa e sinuosa, onde o verbo principal se distancia de seu sujeito por uma miríade de orações intercaladas, e os adjetivos, em elegante disposição, se interpõem entre o nome e seus complementos. Sem o conhecimento da sintaxe, que te ensina a identificar o sujeito, o predicado, os objetos e os adjuntos, e a deslindar as relações que entre eles se estabelecem, vagarias perdido, qual navegante sem bússola em noite de tempestade, incapaz de apreender a ordem lógica que subjaz à aparente complexidade.¹⁸⁴

A morfologia, por sua vez, desvela-te a alma das palavras, sua constituição íntima. Ensina-te a reconhecer os radicais, onde reside o núcleo semântico; os prefixos e os sufixos, que, quais ornamentos e modificadores, matizam e expandem esse significado primordial. Perceberás, então, com mais agudeza, a diferença sutil entre infeliz e desfeliz, entre amoroso e amável, e apreciarás a riqueza com que os grandes mestres da língua moldam a matéria verbal, escolhendo com precisão cirúrgica o vocábulo exato para expressar a nuance desejada do pensamento. Saberás, por exemplo, que o sufixo -oso em amoroso indica plenitude ou abundância da qualidade de amar, enquanto o -ável em amável aponta para uma capacidade ou dignidade de ser amado.¹⁸⁵

E que dizer da pontuação, este conjunto de sinais que, à primeira vista, podem parecer meros detalhes gráficos? Não é ela, acaso, a música da escrita, os sinais que te indicam as pausas, as inflexões, o ritmo com que debes percorrer as linhas para apreender o pensamento do autor em sua plenitude e em sua correta articulação? Uma vírgula mal colocada, um ponto final omitido, um travessão indevido, podem desfigurar uma ideia, obscurecer um argumento, qual nota dissonante a perturbar a harmonia de uma melodia. A pontuação, quando bem empregada pelo autor e bem compreendida pelo leitor, é guia seguro para a interpretação, revelando a hierarquia das ideias e as conexões lógicas entre as partes do discurso.¹⁸⁶

¹⁸⁴A análise sintática, como exposta na *Suma Gramatical* de Carlos Nougué, não se reduz a um mero exercício de classificação, mas visa a desvelar a estrutura lógica do pensamento expresso na linguagem. (Cf. *Suma Gramatical*, Sexta Parte: Sintaxe Geral).

¹⁸⁵O estudo dos afixos (prefixos e sufixos) é crucial para a compreensão da semântica lexical e para a ampliação do vocabulário. A gramática tradicional dedica especial atenção a estes elementos formadores de palavras.

¹⁸⁶A pontuação não é meramente decorativa, mas possui função lógico-gramatical essencial, auxiliando na clareza e na desambiguação do texto escrito, como bem o demonstram os tratados clássicos de gramática.

A gramática, pois, não é um fardo, um conjunto de regras áridas e sem vida, como por vezes afiguram-na aqueles que não lhe penetraram a essência. É, antes, um farol que te ilumina o caminho da leitura, um instrumento que te aguça a inteligência e te refina a sensibilidade. Com ela, não apenas compreenderás o que lês, mas saborearás a beleza da forma, a precisão do estilo, a profundidade do pensamento. Aprenderás a distinguir o que é dito explicitamente daquilo que se insinua nas entrelinhas, a identificar a voz do narrador, as nuances da ironia, a força da metáfora.

Desvendará, assim, os segredos da linguagem, e participará, com mais íntima comunhão, do banquete do saber que os grandes autores, ao longo dos séculos, nos legaram. A leitura, iluminada pela gramática, transforma-se em diálogo vivo com as mentes mais brilhantes da humanidade, em jornada de autoconhecimento e em via de acesso à Verdade, ao Bem e ao Belo.

4.1.4 A Gramática e a Arte da Escrita: Construindo Textos com Precisão e Beleza

Chegamos, enfim, ao ponto em que o estudo da gramática desvela seu fruto mais saboroso e visível: a arte da escrita. Pois, se a gramática nos oferece as ferramentas e as leis que regem a língua, é na escrita que estas se atualizam, que o pensamento ganha corpo e a palavra se eterniza. Escrever, em sua mais nobre acepção, não é mero alinhar de vocábulos, mas a paciente e laboriosa construção de um edifício de ideias, onde cada palavra é tijolo, cada frase é parede, e cada parágrafo, um cômodo que se abre à inteligência do leitor.

Aquele que se lança à arte da escrita sem o devido conhecimento gramatical assemelha-se ao artífice que pretende erguer um templo sem conhecer as propriedades da pedra ou as leis da arquitetura. Seu labor, por mais bem-intencionado que seja, redundará em obra frágil, desarmoniosa, incapaz de resistir ao tempo e de encantar o espírito. A gramática, pois, é o alicerce sobre o qual se assenta a boa escrita; é ela que nos confere a segurança para escolher com precisão cada termo, para ordenar as palavras com clareza e para tecer o discurso com elegância.

Considera, primeiramente, a *precisão vocabular*. A riqueza de uma língua reside na multiplicidade de seus vocábulos, cada qual com seu matiz particular de significado. O escritor que domina a gramática, e por conseguinte o léxico, não se contenta com a palavra aproximada, com o termo vago que apenas roça a ideia que pretende expressar. Ele busca, com afincos, o vocábulo exato, aquele que, qual chave em sua fechadura, abre com perfeição o sentido intentado. Este esmero na escolha das palavras é fruto direto do estudo etimológico, semântico e morfológico que a gramática nos propicia.¹⁸⁷

Depois, atenta para a *clareza sintática*. Uma ideia, por mais luminosa que seja, pode obscurecer-se se mal expressa, se aprisionada numa construção frasal confusa ou ambígua. A sintaxe, com suas regras de concordância, regência e colocação, é a

¹⁸⁷A *Suma Gramatical* de Carlos Nougé, por exemplo, dedica considerável atenção à etimologia e à semântica, demonstrando como o conhecimento da origem e da evolução dos significados vocabulares é crucial para a precisão na escrita. Veja-se, a título de exemplo, a análise dos "pseudoprefixos" na Quarta Parte, V.

arte de dispor as palavras na oração de modo que o pensamento flua límpido e sem entraves. O bom escritor, amparado pelo conhecimento sintático, sabe como ordenar os termos, como conectar as orações e como evitar as armadilhas da anfibologia, de modo que sua mensagem chegue ao leitor com a diafaneidade do cristal.¹⁸⁸

Não menos importante é a busca pela *beleza estilística*. A gramática, se bem compreendida, não se reduz a um conjunto árido de preceitos, mas se revela também como um manancial de recursos para o ornato do discurso. As figuras de linguagem, os diversos níveis de estilo, o ritmo e a sonoridade das palavras – tudo isso, quando empregado com arte e discernimento, confere ao texto uma dimensão estética que deleita o espírito e cativa a alma. O estudo da estilística, muitas vezes compreendido como um ápice do conhecimento gramatical, permite ao escritor ir além da mera correção, aspirando à eloquência, àquela harmonia entre forma e conteúdo que caracteriza as grandes obras.¹⁸⁹

Assim, pois, ao empunhares a pena – ou, nos tempos que correm, ao te pores diante do teclado –, lembra-te de que a gramática não é um fardo, mas um guia; não é uma prisão, mas a chave que te abre as portas da liberdade expressiva. Cultiva-a com esmero, estuda-a com afincos, e verás como tua escrita se tornará mais precisa, mais clara, mais elegante – um reflexo fiel da beleza e da ordem que residem em teu próprio pensamento. A construção de textos, quando alicerçada no sólido conhecimento gramatical, transforma-se, verdadeiramente, numa arte que edifica o espírito de quem escreve e de quem lê.

Apêndice A: Gramática Geral

Gramática Geral: Alicerces da Lógica

A Essência da Gramática e seu Propósito Lógico

Adentramos, agora, um domínio que, embora apartado do estudo particular de uma língua, qual a nossa portuguesa, afigura-se como seu alicerce e, mais ainda, como propedêutica indispensável à arte mesma do pensar reto, que é a Lógica. Falamos da *Gramática Geral*, aquela que, transcendendo as particularidades idiomáticas, investiga os princípios universais que regem a estrutura e o funcionamento da linguagem humana enquanto veículo do pensamento racional.

Não te espantes, pois, com esta aparente digressão. Assim como o arquiteto, antes de erigir o edifício, necessita conhecer a natureza dos materiais e as leis da estática, assim também aquele que aspira à mestria do *logos* – da palavra e da razão – há de

¹⁸⁸Na Sexta Parte da *Suma Gramatical*, intitulada "Sintaxe Geral", Nogueira explora minuciosamente os termos da oração e as espécies de orações, oferecendo um roteiro seguro para a construção de períodos claros e bem estruturados.

¹⁸⁹Embora a *Suma Gramatical* se concentre nos fundamentos da gramática normativa, a própria análise dos usos dos melhores escritores, que permeia toda a obra, implicitamente aponta para a dimensão estilística da linguagem.

primeiro perscrutar os fundamentos da própria linguagem, instrumento e matéria de seu labor.

Neste capítulo, volveremos nosso olhar para a essência mesma da Gramática Geral, buscando descortinar seu objeto, seu método e, sobretudo, seu nobre propósito de servir como ponte para o pensamento claro e distinto, que é o objetivo último da Lógica.

O Que é Gramática Geral?: Delimitação do Objeto e do Método

A Gramática Geral, diferentemente da gramática particular que se debruça sobre as normas e os usos de um idioma específico – o nosso vernáculo, por exemplo –, eleva o olhar para o que há de comum e universal em todas as línguas, ou ao menos naquelas que servem à expressão do pensamento racional e científico.¹⁹⁰ Seu objeto, pois, não são as desinências de um verbo particular ou as regências de uma preposição específica, mas os próprios *princípios de organização* da linguagem, as *categorias universais* do pensamento que nela se espelham e as *estruturas fundamentais* que permitem a articulação do sentido.

Seu método, por conseguinte, não será meramente descritivo ou normativo de um uso particular, mas antes *analítico* e *filosófico*. Parte ela da observação das diversas línguas, buscando identificar, sob a aparente multiplicidade de formas, as leis constantes que as governam. Mas não se detém aí: investiga a relação intrínseca entre essas leis linguísticas e as próprias leis do pensamento, mostrando como a estrutura da linguagem é, em última análise, um reflexo da estrutura da razão.¹⁹¹

Assim, a Gramática Geral não se confunde com a Linguística moderna em seus múltiplos ramos, que por vezes se perdem na descrição exaustiva de fenômenos particulares sem atinar para os seus fundamentos lógicos e metafísicos. Tampouco é uma mera gramática comparada, que se limite a confrontar as estruturas de diferentes idiomas. Ela é, antes, uma *filosofia da gramática*, uma investigação sobre os alicerces racionais da linguagem, visando a desvelar como esta se torna instrumento apto a expressar a verdade e a construir o conhecimento.

¹⁹⁰Ensina a Irmã Miriam Joseph em *O Trivium: As Artes Liberais da Lógica, Gramática e Retórica* (São Paulo: É Realizações, 2008), p. 72: "A gramática geral diz respeito à relação das palavras com as ideias e com as realidades, enquanto uma gramática especial, tal como a inglesa, a latina, a francesa ou a portuguesa, diz respeito principalmente à relação das palavras com as palavras..."

¹⁹¹Carlos Nougué, em sua *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Primeira Parte, I, 1.3, assinala: "A Linguagem, ademais, tende a refletir em suas construções a própria constituição da realidade, o que se dá nelas pelas diversas classes de palavras, as quais expressam de alguma maneira as DEZ CATEGORIAS ou GÊNEROS MÁXIMOS DO ENTE..."

A Gramática como Fundamento do Pensamento Estruturado: A Ponte para a Lógica

Se a Lógica é a arte que dirige o ato da razão para que esta alcance a verdade com ordem, facilidade e sem erro,¹⁹² a Gramática Geral se lhe apresenta como serva indispensável. Pois, como poderia a razão operar com clareza e distinção se o instrumento mesmo de sua expressão – a linguagem – fosse obscuro, impreciso, desordenado?

É a Gramática Geral que, ao desvelar a estrutura lógica subjacente à linguagem, nos fornece as ferramentas para analisar o pensamento, para identificar seus elementos constitutivos (os termos e as proposições), para discernir as relações que entre eles se estabelecem e para avaliar a validade dos raciocínios. Sem uma sólida compreensão dos princípios gramaticais universais, a própria análise lógica se torna tarefa árdua, senão impossível.

Imagina, por exemplo, a dificuldade de se construir um silogismo válido sem antes saber distinguir com clareza o sujeito do predicado numa proposição, ou o termo maior do termo menor, ou a natureza das diversas cópulas que podem uni-los. É a Gramática Geral que nos ensina a identificar estas categorias fundamentais, a compreender suas funções e a combiná-las corretamente para formar juízos verdadeiros e raciocínios concludentes.

Ela é, pois, a ponte que liga a intuição primeira da realidade, ainda informe e confusa, ao pensamento estruturado e logicamente articulado. Ao aprendermos as leis universais da linguagem, aprendemos, concomitantemente, as leis universais do pensar. E é por isso que os antigos a consideravam, com toda a justeza, a primeira das artes liberais, o pórtico de entrada para o templo da Sabedoria.

A Linguagem como Objeto da Gramática: Matéria e Forma na Análise Lógica

A linguagem, enquanto objeto da Gramática Geral, não é considerada em sua materialidade sonora ou gráfica particular de um idioma, mas em sua *forma lógica universal*. Interessa menos o *como se diz* nesta ou naquela língua, e mais o *o que se diz* e a *estrutura lógica* do dizer.

Assim, a distinção entre as diversas classes de palavras – substantivo, adjetivo, verbo, etc. – não é vista pela Gramática Geral como mera convenção de um idioma, mas como reflexo de distintas categorias ontológicas e de distintas funções lógicas no enunciado. O *substantivo*, por exemplo, corresponde à *substância* ou ao *sujeito lógico*; o *adjetivo*, à *qualidade*; o *verbo*, à *ação* ou à *cópula* que une o sujeito ao predicado.

Da mesma forma, a análise sintática promovida pela Gramática Geral não se atém às particularidades da ordem das palavras desta ou daquela língua, mas busca identificar a *estrutura proposicional* universal que subjaz a qualquer sentença declarativa.

¹⁹²Definição clássica da Lógica, reiterada por diversos autores escolásticos e presente, com variações, na *Suma Gramatical* de Nougé, Primeira Parte, VI, 6.3, nota 17.

Toda proposição, com efeito, independentemente do idioma em que se expresse, há de ter um *sujeito* (aquilo de que se diz algo) e um *predicado* (aquilo que se diz do sujeito), unidos por uma *cópula* que afirma ou nega a relação entre eles.

É esta estrutura lógica fundamental – Sujeito-Cópula-Predicado – que a Gramática Geral persegue, despindo a linguagem de seus acidentes idiomáticos para revelar seu esqueleto racional. Ao fazê-lo, ela nos prepara para a Lógica, que tomará estas mesmas proposições como matéria de seu estudo, investigando suas propriedades, suas relações e as leis que regem sua combinação em raciocínios válidos. A linguagem, pois, para a Gramática Geral, é a matéria que recebe a forma da lógica.

A Precisão Gramatical como Ferramenta da Verdade Lógica: Clareza e Rigor

Se o fim último da Lógica é a consecução da verdade, e se esta se manifesta em proposições claras e distintas, compreende-se a suma importância da precisão gramatical como ferramenta para tal desiderato. Uma linguagem ambígua, vaga ou mal estruturada é solo fértil para o erro, para o sofisma, para a confusão do pensamento.

A Gramática Geral, ao insistir no rigor da definição dos termos, na clareza da construção das frases e na univocidade da expressão do pensamento, contribui de modo decisivo para a disciplina da razão. Ela nos ensina a evitar as armadilhas da linguagem, os equívocos semânticos, as anfibologias sintáticas, que tantas vezes obscurecem a verdade e desviam o intelecto de seu reto caminho.

O estudo atento das categorias gramaticais, das funções sintáticas e das relações lógicas expressas na linguagem é, pois, um exercício constante de purificação do instrumento do pensar. Ao aprendermos a usar as palavras com propriedade, a construir as frases com clareza e a articular os discursos com coerência, estamos, concomitantemente, aprimorando nossa capacidade de pensar com rigor, de julgar com retidão e de argumentar com solidez.

Não é, pois, a Gramática Geral um mero conjunto de regras áridas e abstratas, mas uma arte viva, uma disciplina do espírito que nos educa para a busca da verdade. Ela nos fornece o mapa da razão, mostrando-nos os caminhos seguros e alertando-nos para os desvios perigosos. E, ao fazê-lo, prepara-nos para os voos mais altos da Lógica e da Filosofia, onde o pensamento, já senhor de seu instrumento, poderá contemplar, com maior clareza e profundidade, os mistérios do ser e a beleza da verdade.

Capítulo 2: A Fonologia Geral: A Arquitetura Sonora e sua Relevância Lógica

Fonemas e Alófonos: Unidades Distintivas e Variações na Construção do Sentido

Adentrando o estudo da materialidade sonora da linguagem, encontramos primeiramente o *fonema*, que se define como a menor unidade sonora capaz de distinguir significados entre as palavras de uma língua.¹⁹³ Ele não possui significado em si mesmo, mas sua presença ou ausência, ou sua substituição por outro fonema, pode alterar radicalmente o sentido de um vocábulo. Pensa, por exemplo, na distinção entre *paca* e *faca*, ou entre *bala* e *vala*: a simples permuta de um /p/ por um /f/, ou de um /b/ por um /v/, engendra palavras de sentidos de todo diversos.

O fonema, contudo, não se manifesta na fala sempre de modo idêntico. Ao contrário, ele se realiza concretamente através de *alófonos*, que são as variações de pronúncia de um mesmo fonema, condicionadas pelo contexto fonético em que se insere ou por particularidades regionais ou individuais do falante, sem que, todavia, tais variações impliquem mudança de significado.¹⁹⁴ Assim, o /r/ em *caro* pode soar diverso do /r/ em *carro* ou do /r/ em *honra*, mas em todos estes casos, para o sistema da língua portuguesa, trata-se do mesmo fonema /R/ (embora, como vimos na Terceira Parte desta Gramática, a distinção entre o /r/ brando e o /R/ forte seja distintiva em nossa língua, constituindo fonemas distintos). A compreensão desta dinâmica entre o uno (fonema) e o múltiplo (alófonos) é fundamental para se apreender a sistematicidade que subjaz à aparente diversidade dos sons da fala. Do ponto de vista lógico, a identidade do fonema, apesar de suas variações alofônicas, garante a estabilidade do signo linguístico e, por conseguinte, a possibilidade de comunicação e de inferência.

A Sílabas: Estrutura Sonora e Princípios Fonotáticos Universais

Os fonemas, em sua dança sonora, não se agrupam aleatoriamente, mas se organizam em unidades rítmicas maiores: as *sílabas*. A sílaba constitui um impulso de voz, um segmento sonoro que se pronuncia de uma só vez, e em torno do qual se estrutura a melodia da palavra. Em sua essência, toda sílaba possui um núcleo, que é invariavelmente uma vogal – o som mais aberto e sonoro da cadeia da fala. Em torno deste núcleo vocálico, podem agrupar-se uma ou mais consoantes, formando as margens silábicas.¹⁹⁵

¹⁹³A noção de fonema é central na Fonologia. Cf. Carlos Nougé, *Suma Gramatical da Língua Portuguesa* (São Paulo: É Realizações, 2015), Terceira Parte, I, e também Miriam Joseph, *O Trivium: As Artes Liberais da Lógica, Gramática e Retórica* (São Paulo: É Realizações, 2008), Capítulo 3.

¹⁹⁴A distinção entre fonema e alófono é crucial para se compreender a relação entre o sistema abstrato da língua (nível fonológico) e sua realização concreta na fala (nível fonético). O fonema é uma entidade abstrata, uma categoria mental, enquanto o alófono é sua manifestação física, audível.

¹⁹⁵A estrutura silábica fundamental (Consoante)-Vogal-(Consoante) é um padrão recorrente em muitas línguas, embora as regras específicas de combinação dos fonemas (fonotaxe) variem de idioma para idioma.

Os princípios que regem a combinação dos fonemas dentro da sílaba e na sequência das sílabas constituem a *fonotaxe* da língua. São estas regras, muitas vezes implícitas e intuídas pelo falante nativo, que determinam quais sequências sonoras são possíveis ou "bem formadas" em um determinado idioma. Por exemplo, em português, não iniciamos sílaba com /r/ forte nem com /lh/ ou /nh/ em posição inicial absoluta de palavra, embora estas sequências sejam perfeitamente possíveis em outros contextos. A relevância lógica da sílaba e dos princípios fonotáticos reside no fato de que a estrutura sonora da palavra não é arbitrária, mas obedece a uma ordem, a uma legalidade interna que, em última instância, contribui para a inteligibilidade do discurso e para a clareza das distinções conceituais.

Prosódia Geral: Acento, Entonação e Ritmo como Elementos de Significação Lógica

Para além da articulação dos fonemas e da estrutura silábica, a Fonologia Geral ocupa-se também dos fenômenos prosódicos, ou seja, daqueles elementos sonoros que se superpõem aos segmentos (fonemas e sílabas), conferindo ao discurso nuances de significado, expressividade e organização rítmica. São eles, principalmente, o acento, a entonação e o ritmo.

O *acento* consiste na proeminência com que se pronuncia determinada sílaba dentro da palavra (acento lexical ou de palavra) ou determinada palavra dentro da frase (acento frasal). Esta proeminência pode manifestar-se por maior intensidade, maior duração ou variação na altura do som. A posição do acento lexical é, em muitas línguas, distintiva de significado (p.ex., *sábia*, *sabia* e *sabiá*). Do ponto de vista lógico, o acento contribui para a clareza da enunciação e para a correta identificação das unidades significativas do discurso.

A *entonação* refere-se à melodia da frase, à curva melódica que acompanha a sucessão das sílabas e que varia segundo a intenção comunicativa do falante. É a entonação que, em grande medida, distingue uma asserção de uma interrogação, uma ordem de uma súplica, ou que imprime ao enunciado matizes de ironia, surpresa ou certeza. A entonação, pois, é um poderoso instrumento lógico-semântico, capaz de modular o valor de verdade de uma proposição ou de indicar a força ilocucionária de um ato de fala.

O *ritmo*, por sua vez, decorre da sucessão regular ou variada de sílabas tônicas e átonas, de pausas e de segmentos sonoros, conferindo ao discurso uma cadência particular. Embora mais evidente na poesia e no canto, o ritmo está presente em toda manifestação oral da linguagem, contribuindo para a sua fluidez, para a sua memorabilidade e, também, para a organização lógica das unidades de pensamento.

Em suma, o estudo da Fonologia Geral revela-nos que a dimensão sonora da linguagem não é um mero invólucro accidental do significado, mas uma arquitetura complexa e ordenada, cujos elementos – fonemas, sílabas, acento, entonação e ritmo – concorrem intrinsecamente para a construção do sentido e para a possibilidade mesma do pensamento lógico e da comunicação racional.

Capítulo 3: A Morfologia Geral: A Anatomia da Palavra e suas Implicações Lógicas

Morfemas: As Unidades Mínimas de Significado e sua Função Lógica

Transposto o umbral da sonoridade pura, adentramos agora o domínio da *Morfologia Geral*, a ciência que se ocupa da estrutura interna das palavras, de sua anatomia, por assim dizer. Se o fonema é a unidade distintiva mínima no plano sonoro, o *morfema* o é no plano do significado.¹⁹⁶ É o menor segmento da palavra ao qual se pode associar um significado lexical (referente ao mundo extralinguístico) ou um significado gramatical (referente às relações e funções dentro do sistema da língua).

Desnudando a palavra, encontramos em seu cerne o *radical* (ou raiz), que é o morfema que encerra o significado básico, a ideia fundamental em torno da qual se aglutinam os demais elementos. Pensa, por exemplo, na família de palavras como *pedra*, *pedreira*, *pedregulho*, *pétreo*, *petrificar*: todas elas partilham um núcleo semântico comum, expresso pelo radical *pedr-/petr-*. A este radical, podem agregar-se outros morfemas, chamados *afixos*, que modificam ou especificam seu significado ou indicam sua função gramatical. Se antepostos ao radical, chamam-se *prefixos* (como *im-possível*, *des-fazer*); se pospostos, *sufixos* (como *pedr-eiro*, *feliz-mente*). Há ainda os *infixos*, que se inserem no interior do radical, embora raros em português.

Do ponto de vista lógico, a análise morfológica permite-nos decompor a aparente unidade da palavra em seus constituintes significativos, revelando a lógica interna de sua formação e a hierarquia dos conceitos que ela veicula. A distinção entre radical e afixos, por exemplo, espelha a distinção lógica entre o conceito fundamental e suas modificações ou determinações.

Classes de Palavras (Categorias Gramaticais Universais): Natureza e Função na Estrutura do Juízo

As palavras, em sua imensa variedade, não se apresentam como um amontoado caótico, mas se organizam em *classes* ou *categorias gramaticais*, segundo as propriedades formais que partilham e as funções que desempenham na estrutura da oração. Embora as gramáticas particulares de cada língua possam apresentar variações em suas classificações, a Gramática Geral busca identificar aquelas categorias que possuem um fundamento lógico-semântico universal, refletindo os modos pelos quais a mente humana apreende e estrutura a realidade.¹⁹⁷

Assim, encontramos universalmente a distinção fundamental entre *nomes* (substantivos e adjetivos), que designam os seres e suas qualidades, e *verbos*, que expressam

¹⁹⁶ A definição de morfema como unidade mínima significativa é fundamental para a análise morfológica. Cf. Nougé, *Suma Gramatical*, Quarta Parte, III e IV; Joseph, *O Trivium*, Capítulo 3.

¹⁹⁷ A discussão sobre as classes de palavras e sua universalidade é um tema clássico na filosofia da linguagem e na linguística. A tradição aristotélica, por exemplo, já distinguia entre nome (*ónoma*) e verbo (*rhêma*) como os constituintes fundamentais do juízo (*lógos*). Cf. Joseph, *O Trivium*, Capítulo 3.

as ações, os estados ou os processos. Estas duas macrocategorias constituem, como já o sabia Aristóteles, os pilares do juízo lógico, o sujeito e o predicado da proposição. A elas se juntam outras classes, como os *pronomes* (que substituem ou acompanham os nomes), os *advérbios* (que modificam os verbos, os adjetivos ou outros advérbios, expressando circunstâncias), e as *palavras de relação* (preposições e conjunções), que estabelecem os nexos lógicos e gramaticais entre os termos e as orações.

A importância lógica desta classificação reside no fato de que cada classe de palavra possui um potencial significativo e funcional específico, determinando o modo como ela pode combinar-se com outras palavras e o papel que pode desempenhar na estrutura do pensamento.

Processos de Formação de Palavras: Derivação e Composição como Operações Lógico-Semânticas

O léxico de uma língua não é um inventário estático, mas um organismo vivo, que se expande e se renova através de processos de formação de novas palavras. A Morfologia Geral estuda estes mecanismos, revelando as operações lógico-semânticas que lhes subjazem. Os dois processos fundamentais são a *derivação* e a *composição*.

A *derivação* consiste na formação de uma nova palavra (derivada) a partir de outra já existente (primitiva), geralmente pelo acréscimo de afixos. Assim, de *feliz* (primitiva) derivamos *infeliz* (derivação prefixal), *felizmente* (derivação sufixal) e *infelicidade* (derivação parassintética, com prefixo e sufixo simultâneos). Do ponto de vista lógico, a derivação implica uma modificação ou especificação do conceito expresso pela palavra primitiva.

A *composição*, por sua vez, consiste na união de duas ou mais palavras ou radicais para formar uma nova unidade lexical. Em *guarda-chuva*, unem-se dois substantivos para designar um novo objeto; em *passatempo*, um verbo e um substantivo. Logicamente, a composição envolve uma síntese de conceitos, uma fusão de ideias que engendra um novo significado.

O estudo destes processos revela a capacidade criativa da linguagem e a lógica que preside à expansão do vocabulário, permitindo-nos nomear novas realidades e expressar novos matizes de pensamento.

Flexão Nominal e Verbal: Marcadores de Relação e Significado Lógico

Para além da formação de novas palavras, a Morfologia Geral ocupa-se também da *flexão*, ou seja, das variações que as palavras sofrem para indicar suas funções gramaticais ou para expressar diferentes categorias, como gênero, número, pessoa, tempo, modo, etc. A flexão é um mecanismo fundamental para a construção da coerência e da precisão do discurso.

A *flexão nominal* aplica-se aos nomes (substantivos, adjetivos, pronomes, artigos, numerais), marcando categorias como gênero (masculino/feminino), número (singular/plural) e, em algumas línguas, caso (indicador da função sintática). Em português, flexionamos *menino* para *menina* (gênero), *meninos* (número).

A *flexão verbal* é particularmente rica e complexa, pois o verbo, como coração da oração, necessita expressar uma vasta gama de informações. Assim, flexionamo-lo para indicar pessoa (*eu canto, tu cantas*), número (*ele canta, eles cantam*), tempo (*canto, cantei, cantarei*), modo (*canto, cante, cantasse*) e voz (ativa/passiva).

Do ponto de vista lógico, as flexões são morfemas gramaticais que explicitam as relações entre os termos da oração e as diversas modalidades do juízo. O domínio da flexão é, pois, indispensável para a correta interpretação e para a construção rigorosa do pensamento.

Capítulo 4: A Sintaxe Geral: A Lógica da Estrutura Frasal e Proposicional

A Oração como Unidade de Predicação Lógica: Estrutura Universal

Se a Morfologia nos desvela a anatomia da palavra, a *Sintaxe Geral* nos introduz à arquitetura do discurso, ao estudo da maneira como as palavras se combinam para formar unidades significativas maiores, nomeadamente a *oração* e o *período*. A oração, em sua essência, é a manifestação linguística do *juízo lógico*, a unidade fundamental do pensamento através da qual afirmamos ou negamos algo de alguma coisa.¹⁹⁸

Universalmente, a oração se estrutura em torno de dois polos essenciais: o *sujeito*, aquilo de que se fala, o termo sobre o qual se predica; e o *predicado*, aquilo que se diz do sujeito, a asserção que se faz a seu respeito. Em *O sol brilha*, *O sol* é o sujeito, e *brilha* é o predicado. Esta estrutura bipartida, sujeito-predicado, constitui o esqueleto lógico de toda proposição, o alicerce sobre o qual se ergue o edifício do pensamento discursivo. Mesmo em orações aparentemente mais complexas ou em línguas de tipologia diversa, esta relação predicativa fundamental pode ser identificada.

Funções Sintáticas Universais: Sujeito, Predicado e Complementos na Análise Lógica da Sentença

A análise sintática, em sua perspectiva geral, busca identificar as *funções* que as palavras e os grupos de palavras desempenham na estrutura da oração, ou seja,

¹⁹⁸A relação intrínseca entre a estrutura da oração gramatical e a proposição lógica é um dos pilares da Gramática Geral. A análise sintática visa, em última instância, a desvelar a estrutura lógica subjacente à expressão linguística.

o papel que cada constituinte exerce na construção do sentido e na expressão da relação predicativa. Para além das funções nucleares de *sujeito* e *predicado*, encontramos os *complementos*, termos que se agregam ao verbo ou ao nome para lhes completar ou especificar o significado.

Assim, o verbo, núcleo do predicado verbal, pode requerer *objetos* (direto ou indireto) que indicam o paciente da ação ou o destinatário. Os nomes, por sua vez, podem ser acompanhados de *complementos nominais* que lhes restringem ou especificam o sentido. Há ainda os *adjuntos adverbiais*, que expressam as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, etc., em que se realiza a ação verbal ou se manifesta uma qualidade.

A identificação correta destas funções sintáticas é crucial para a interpretação lógica da sentença, pois revela a hierarquia das ideias e as relações de dependência entre os termos. É através da análise funcional que desvendamos a "mecânica" do pensamento expresso na linguagem.

Estruturas Coordenadas e Subordinadas: Relações Lógicas entre Proposições

As orações, unidades de predicação, raramente se apresentam isoladas no discurso. Ao contrário, elas se encadeiam, se articulam, formando estruturas mais amplas e complexas, os *períodos*. A Sintaxe Geral estuda os dois modos fundamentais pelos quais as orações se relacionam: a *coordenação* e a *subordinação*.

Na *coordenação*, as orações se unem em pé de igualdade, mantendo sua autonomia sintática, embora semanticamente se conectem para expressar uma ideia mais abrangente. São ligadas por *conjunções coordenativas* (e, mas, ou, etc.) ou justapostas. Exemplo: *O sol nasceu e os pássaros cantaram*. Do ponto de vista lógico, a coordenação representa uma justaposição ou uma alternativa entre proposições.

Na *subordinação*, uma oração (subordinada) depende sintaticamente de outra (principal ou subordinante), exercendo em relação a esta uma função análoga à que um termo exerce na oração simples. Assim, temos *orações subordinadas substantivas* (que funcionam como sujeito, objeto, etc.), *adjetivas* (que funcionam como adjunto adnominal) e *adverbiais* (que funcionam como adjunto adverbial). A subordinação é introduzida por *conjunções subordinativas* (que, se, como, porque, etc.) ou por *pronomes relativos*. Logicamente, a subordinação expressa relações de dependência, de causa e efeito, de condição, de finalidade, etc., entre as proposições. O domínio destas estruturas é essencial para a construção de um pensamento articulado e para a expressão de raciocínios complexos.

Ambiguidade Sintática e Clareza Lógica: Princípios de Interpretação

A combinação das palavras na frase, embora regida por princípios sintáticos, nem sempre resulta em uma expressão unívoca do pensamento. A *ambiguidade sintática*

surge quando uma mesma estrutura frasal admite duas ou mais interpretações lógicas distintas. Pensa, por exemplo, na frase *Vi o homem com o telescópio*. Quem possuía o telescópio? Eu, que via, ou o homem, que era visto?

A Gramática Geral, ao analisar as estruturas sintáticas e as relações entre os termos, fornece os instrumentos para se identificar e, na medida do possível, se resolverem tais ambiguidades. A busca pela *clareza lógica* é um dos propósitos fundamentais do estudo sintático, pois a precisão na formulação linguística é condição indispensável para a retidão do pensamento e para a eficácia da comunicação. Princípios como a ordem dos constituintes, o uso adequado dos conectivos e a correta marcação das funções sintáticas concorrem para a construção de um discurso límpido e inequivocamente inteligível.

A Semântica Lexical Geral: O Significado das Palavras e suas Relações Lógicas

Denotação e Conotação: O Alcance Lógico do Significado

A palavra, esse sopro sonoro que veste a ideia, não se apresenta à nossa inteligência de modo unívoco e singelo, qual espelho a refletir uma única face da realidade. Antes, ostenta ela uma riqueza de matizes significativos, que importa distinguir com acume para que o pensamento lógico não se perca em labirintos de ambiguidade. Principiaremos, pois, por deslindar duas vertentes fundamentais do significado lexical: a denotação e a conotação.

A **denotação** é o núcleo lógico da palavra, seu significado literal, objetivo, aquele que os léxicos se esforçam por registrar e que constitui a referência primária e direta da palavra ao ente ou ao conceito que designa. É a primeira intenção do termo, como diriam os escolásticos¹⁹⁹, o seu valor conceitual estável, despido, tanto quanto possível, das vestes da subjetividade e das colorações afetivas. Assim, a denotação de 'cão' aponta para o mamífero quadrúpede da família dos canídeos, e a de 'casa' para a edificação destinada à moradia. Este significado denotativo é o alicerce sobre o qual se ergue a comunicação racional e a argumentação lógica, pois visa à universalidade e à precisão. O filósofo e o cientista, em sua busca pela verdade, esforçam-se por cingir-se a este campo denotativo, purificando a linguagem de suas aderências mais fugidias.

A **conotação**, por outro lado, abrange o conjunto de significados secundários, as associações emotivas, culturais, ideológicas ou pessoais que uma palavra evoca para além de sua denotação estrita. É a auréola de sugestões que circunda o núcleo lógico do termo, conferindo-lhe ressonâncias e matizes particulares. Se a denotação de 'lar' pode ser similar à de 'casa', sua conotação, no entanto, evoca sentimentos de aconchego, de família, de intimidade, que não se encontram necessariamente no primeiro. O termo 'serpente', denotativamente um réptil ofídio, conota, em nossa

¹⁹⁹Cf. Irmã Miriam Joseph, *O Trivium: As Artes Liberais da Lógica, Gramática e Retórica*, (São Paulo: É Realizações), onde se discute a primeira e segunda intenção dos termos na lógica tradicional.

cultura judaico-cristã, a astúcia, a tentação, o mal. Estas conotações, embora não pertençam à essência lógica do significado, desempenham papel crucial na retórica, na poética e na comunicação cotidiana, pois tingem o discurso com as cores da afetividade e o impregnam de valores culturais. Contudo, é mister que o estudioso da lógica esteja atento a elas, pois, se mal compreendidas ou se tomadas pela denotação, podem induzir a equívocos e obscurecer a clareza do raciocínio. A conotação, portanto, embora enriqueça a expressão, pode, se não dominada pela razão, tornar-se véu que encobre a verdade lógica.

Discernir, pois, entre o denotado e o conotado é tarefa primeira para quem almeja a precisão no pensar e a retidão no argumentar. É separar o ouro puro da significação lógica das ligas, por vezes ricas, por vezes espúrias, que a experiência humana e a cultura lhe agregam.

Relações Semânticas UniversAIS: Sinonímia, Antonímia, Híponímia e sua Análise Lógica

As palavras, em sua dança significativa, não existem isoladas, qual mônadas in-comunicáveis. Antes, entrelaçam-se em complexa teia de relações, que espelham a própria estrutura do nosso pensamento e do mundo que ele busca apreender. Dentre estas relações, algumas há de caráter universal, presentes, de um modo ou de outro, em todas as línguas, pois radicam na própria lógica do significar. Ocupar-nos-emos, pois, da sinonímia, da antonímia e da híponímia, investigando sua natureza e suas implicações para a análise lógica.

A **Sinonímia** (do grego *syn*, 'junto', e *ónoma*, 'nome') designa a relação entre duas ou mais palavras que possuem significados denotativos idênticos ou muito próximos. Falamos de sinônimos perfeitos quando a identidade de significado é total, permitindo a substituição de um termo por outro em qualquer contexto sem alteração da verdade ou do sentido lógico da proposição – raridade, em verdade, na linguagem natural, pois cada palavra, qual gema singular, costuma carregar suas próprias nuances conotativas ou particularidades de uso. Assim, 'falecer' e 'morrer' podem ser tidos por sinônimos em muitos contextos, mas o primeiro ostenta um matiz de formalidade ou eufemismo que o segundo não possui. Para a lógica, a sinonímia é de grande valia na definição por sinônimo, embora esta seja, por natureza, menos rigorosa que a definição por gênero próximo e diferença específica. Na retórica, serve à variação elegante do discurso (*variatio*), evitando a repetição cacofônica. Contudo, o lógico há de estar atento para não tomar por identidade o que é mera semelhança, sob pena de incorrer em imprecisões.

A **Antonímia** (do grego *anti*, 'contra', e *ónoma*, 'nome') descreve a relação entre palavras de significados opostos. Esta oposição, no entanto, não é unívoca, mas apresenta diversas modalidades, com distintas implicações lógicas:

- *Antônimos Complementares*: São pares de termos em que a negação de um implica a afirmação do outro, não havendo termo médio. 'Vivo' e 'morto', 'presente' e 'ausente', 'verdadeiro' e 'falso' são exemplos desta espécie. Logi-

camente, rege-os o princípio do terceiro excluído: algo ou é vivo ou é morto; uma proposição ou é verdadeira ou é falsa.

- *Antônimos Gradáveis (ou Contrários)*: São termos que expressam os extremos de uma escala, admitindo graus intermediários. 'Quente' e 'frio' são exemplos, pois entre eles se situam 'morno', 'tépido', etc. Logicamente, a negação de um não implica necessariamente a afirmação do outro ('não quente' não significa, forçosamente, 'frio'). A relação de contrariedade é fundamental para a compreensão das falácias e da estrutura dos argumentos que operam sobre oposições escalares.
- *Antônimos Relacionais (ou Conversos)*: São pares de palavras que descrevem uma mesma relação sob perspectivas opostas. 'Comprar' e 'vender', 'mestre' e 'discípulo', 'pai' e 'filho' ilustram esta categoria. Se A compra algo de B, então B vende algo a A. A existência de um termo implica a do outro, e a relação é inerentemente recíproca.

A correta identificação do tipo de antonímia é crucial para a análise lógica, pois cada um implica diferentes inferências e possibilidades de negação.

A **Hiponímia** e a **Hiperonímia** (do grego *hypó*, 'sob', e *hypér*, 'sobre', respectivamente, + *ónoma*, 'nome') descrevem uma relação hierárquica de inclusão entre termos. Um termo é hipônimo de outro se seu significado está contido no significado do outro, mais geral. O termo mais geral é o hiperônimo. Assim, 'cão', 'gato', 'leão' são hipônimos de 'animal' (seu hiperônimo); 'rosa', 'cravo', 'violeta' são hipônimos de 'flor'. Esta relação é fundamental para a lógica da classificação e da categorização, pois espelha a estrutura hierárquica do conhecimento, desde os indivíduos até os gêneros supremos, como na Árvore de Porfírio²⁰⁰. Permite inferências dedutivas (Se todo animal é mortal, e o cão é um animal, então o cão é mortal) e é a base da indução, que busca generalizar a partir de instâncias particulares para classes mais amplas.

Estas relações semânticas – sinonímia, antonímia, hiponímia – não são meros adornos da linguagem, mas a própria urdidura lógica que sustenta a coerência e a inteligibilidade do discurso. Compreendê-las é, pois, passo indispensável para quem deseja não apenas falar e escrever com correção, mas, sobretudo, pensar com rigor e clareza.

Polissemia e Homonímia: Desafios à Precisão e à Inferência Lógica

A busca pela univocidade, pela correspondência exata entre a palavra e o conceito, é anseio constante do pensamento lógico. Contudo, a linguagem natural, em sua riqueza e dinamismo, frequentemente nos apresenta o desafio da ambiguidade, onde um mesmo invólucro sonoro ou gráfico pode abrigar múltiplos significados. Dentre

²⁰⁰ A Árvore de Porfírio, desenvolvida pelo filósofo neoplatônico Porfírio de Tiro, é um diagrama clássico que ilustra a divisão lógica das substâncias em gêneros e espécies, desde a substância mais geral até os indivíduos.

os fenômenos que geram tal ambiguidade, destacam-se a polissemia e a homonímia, que cumpre ao estudioso distinguir e manejar com prudência.

A **Polissemia** (do grego *polýs*, 'muitos', e *sema*, 'sinal', 'significado') ocorre quando uma única palavra possui diversos significados relacionados entre si, geralmente por um processo histórico de extensão ou derivação semântica a partir de um núcleo de sentido original. A palavra 'ponto', por exemplo, pode designar um sinal gráfico, um lugar específico, uma questão em debate, um momento no tempo, uma sutura, etc. Estes múltiplos sentidos, embora distintos, guardam entre si um laço de parentesco, uma origem comum que justifica sua vinculação a um mesmo significante. O contexto da enunciação é, em regra, o farol que nos guia na identificação do sentido relevante em cada uso. No entanto, se o contexto é insuficiente ou ambíguo, a polissemia pode tornar-se fonte de equívocos, comprometendo a clareza da comunicação e a validade da inferência lógica. A falácia da equivocação, de que já tratamos²⁰¹, frequentemente se assenta sobre um uso polissêmico não discernido.

A **Homonímia** (do grego *homós*, 'igual', e *ónoma*, 'nome'), por sua vez, dá-se quando palavras distintas, com origens e significados etimologicamente não relacionados, vêm a coincidir em sua forma, seja na pronúncia (homófonos), seja na grafia (homógrafos), seja em ambas (homônimos perfeitos). Assim, 'manga' (fruta) e 'manga' (parte da vestimenta) são homônimos perfeitos; 'cela' (pequeno quarto) e 'sela' (arreio) são homófonos (ao menos em muitas variantes do português); 'gosto' (substantivo, primeira pessoa do presente do indicativo do verbo 'gostar') e 'gosto' (substantivo, sabor) são homógrafos (com pronúncia distinta do 'o' tônico). A homonímia, por tratar de palavras fundamentalmente diversas que apenas acidentalmente compartilham uma mesma forma, apresenta um risco ainda maior de confusão para o pensamento lógico do que a polissemia. Se não se distingue cuidadosamente qual dos termos homônimos está em jogo, a inferência pode desviar-se por completo, conduzindo a conclusões espúrias.

Tanto a polissemia quanto a homonímia exigem do falante e do ouvinte, do escritor e do leitor, uma atenção redobrada ao contexto e um esforço constante pela precisão conceitual. O lógico, em particular, há de estar sempre vigilante para desmascarar as ambiguidades que estes fenômenos podem introduzir no discurso, pois a clareza dos termos é condição *sine qua non* para a validade do argumento. A arte gramatical, ao fornecer os instrumentos para a análise do significado e da forma das palavras, oferece também o antídoto contra os enganos a que a equivocidade da linguagem pode nos conduzir.

²⁰¹A falácia da equivocação ocorre quando um mesmo termo é usado com significados diferentes em premissas distintas de um mesmo argumento, invalidando a conclusão.

A Semântica Frasal e Proposicional Geral: A Construção do Sentido Lógico

Proposições: Natureza, Verdade, Falsidade e Valor Lógico Universal

Se a palavra é a unidade mínima de significado no léxico, a *proposição* é a unidade fundamental do pensamento lógico, o veículo através do qual afirmamos ou negamos algo sobre a realidade, e que, por conseguinte, pode ser julgado como verdadeiro ou falso. Importa, pois, que nos detenhamos sobre sua natureza, para bem compreendermos como se constrói o sentido no nível frasal e como este se submete ao crivo da lógica.

A proposição, em sua essência, é o significado de uma oração declarativa (ou assertiva), aquela que enuncia um juízo sobre o estado das coisas. Não se confunde com a oração em si, que é uma entidade gramatical, uma sequência de palavras estruturada segundo as regras de uma língua particular. Uma mesma proposição, com efeito, pode ser expressa por diferentes orações, seja numa mesma língua (mediante sinônimos ou paráfrases), seja em línguas diversas. Assim, "A neve é branca", "Snow is white" e "La neige est blanche" são três orações distintas que veiculam uma única e mesma proposição. Esta universalidade da proposição, sua capacidade de transcender as particularidades idiomáticas, é o que a torna objeto privilegiado da lógica, ciência que busca os princípios universais do raciocínio válido.

A característica definidora da proposição é sua bipolaridade quanto ao *valor lógico*: toda proposição é necessariamente ou *verdadeira* ou *falsa*. Uma proposição é verdadeira se o estado de coisas que ela descreve corresponde à realidade; é falsa, caso contrário. Este princípio da bivalência é um dos pilares da lógica clássica.²⁰² A verdade ou falsidade de uma proposição empírica (aquela que se refere a fatos contingentes do mundo) determina-se, em última análise, pela confrontação com a experiência. Já a verdade ou falsidade de uma proposição analítica (aquela cuja verdade ou falsidade decorre unicamente do significado dos termos que a compõem, como "Todo solteiro é não casado") ou de uma proposição das ciências formais (como a matemática ou a lógica) determina-se pela própria estrutura interna do sistema em que se insere ou pelos princípios que a regem.

A estrutura fundamental de uma proposição simples, na análise lógica tradicional, compõe-se de um *sujeito* (aquilo de que se fala) e de um *predicado* (aquilo que se diz do sujeito), unidos por uma *cópula* (geralmente o verbo 'ser'), que afirma ou nega a relação entre eles. A cópula, pois, não apenas une, mas também qualifica a proposição como afirmativa ou negativa. Ademais, a proposição pode ser quantificada, indicando se o predicado se aplica a todos os membros da classe designada pelo sujeito (proposição universal) ou apenas a alguns (proposição particular). Estas

²⁰²O princípio da bivalência, que estabelece que toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não admitindo um terceiro valor, é um dos fundamentos da lógica clássica, embora tenha sido questionado e relativizado por algumas lógicas não clássicas, como as lógicas multivaloradas ou a lógica intuicionista.

distinções de qualidade (afirmativa/negativa) e quantidade (universal/particular) são cruciais para a teoria do silogismo e para a análise das inferências lógicas.

Princípios de Composicionalidade do Significado: A Lógica da Interpretação

A inteligibilidade da linguagem, a capacidade que temos de compreender um número virtualmente infinito de frases e proposições que nunca antes ouvimos ou lemos, assenta-se sobre um princípio fundamental: o da *composicionalidade do significado*. Este princípio, embora formulado de diversas maneiras ao longo da história da filosofia da linguagem e da lógica, estabelece, em sua essência, que o significado de uma expressão complexa (como uma frase ou proposição) é determinado pelos significados de suas partes constituintes e pela maneira como estas partes estão sintaticamente combinadas.²⁰³

Assim, para apreendermos o sentido lógico de uma proposição como "O cão prudente persegue o gato veloz", não nos basta conhecer o significado lexical isolado de 'cão', 'prudente', 'perseguir', 'gato' e 'veloz'. É mister que compreendamos também a *estrutura sintática* que articula estas palavras, as relações gramaticais que entre elas se estabelecem: quem é o sujeito da ação de perseguir, quem é o seu objeto; quais adjetivos qualificam quais substantivos. A sintaxe, pois, não é mero arranjo ornamental, mas a própria espinha dorsal que sustenta e configura o significado lógico da proposição. Uma alteração na estrutura sintática, mesmo que se mantenham as mesmas palavras, pode redundar em uma proposição inteiramente diversa, como se vê ao comparar "O cão persegue o gato" com "O gato persegue o cão".

Este princípio da composicionalidade é o que torna possível a análise lógica das proposições complexas, aquelas formadas pela combinação de proposições mais simples mediante *conectivos lógicos* (também chamados operadores proposicionais), tais como a negação ('não'), a conjunção ('e'), a disjunção ('ou'), a implicação ou condicional ('se... então...') e a bi-implicação ou equivalência ('se e somente se'). Cada um destes conectivos possui uma tabela de verdade que define como o valor lógico da proposição complexa é determinado pelos valores lógicos das proposições componentes. A lógica proposicional, com efeito, é o estudo formal destas operações e das inferências válidas que delas se podem derivar.

A interpretação de uma proposição, portanto, não é um ato de apreensão holística e indivisível, mas um processo analítico que envolve o reconhecimento dos significados lexicais, a decifração da estrutura sintática e a aplicação das regras lógicas que governam a combinação dos sentidos. É nesta interação entre léxico, sintaxe e lógica que reside a maravilha da linguagem humana: sua capacidade de, com um conjunto finito de elementos e regras, gerar uma infinidade de significados e veicular a complexidade do pensamento.

²⁰³O princípio da composicionalidade é frequentemente associado ao filósofo e lógico Gottlob Frege, embora suas raízes possam ser rastreadas em pensadores anteriores. É um dos pilares da semântica formal.

Implicaturas e Pressuposições: O Dito e o Não-Dito na Análise Lógica do Discurso

A comunicação humana, mesmo quando visa à clareza e à precisão lógica, raramente se esgota no que é explicitamente dito. Entre as linhas do discurso, nas entrelinhas do significado literal, ocultam-se frequentemente informações, suposições e intenções que, embora não enunciadas, são cruciais para a plena compreensão da mensagem e para a correta avaliação de sua força argumentativa. Dentre estes elementos do "não-dito", destacam-se as *pressuposições* e as *implicaturas*, fenômenos que desafiam uma análise puramente formal e exigem a consideração do contexto e das intenções comunicativas.

A **Pressuposição** refere-se àquela informação ou proposição cuja verdade é tomada como garantida, como condição prévia para que a asserção principal possa ser adequadamente avaliada como verdadeira ou falsa, ou mesmo para que faça sentido. Se alguém enuncia "O atual rei da França é careca", pressupõe-se que exista, no momento da enunciação, um rei da França. Se esta pressuposição é falsa, a asserção principal sobre sua calvície torna-se, para muitos lógicos, desprovida de valor de verdade, ou, no mínimo, infeliz ou inadequada.²⁰⁴ O reconhecimento das pressuposições é vital para a lógica, pois argumentos podem ser falaciosos se assentarem sobre pressuposições falsas ou não compartilhadas pelos interlocutores. A arte da dialética frequentemente envolve o questionamento e a explicitação das pressuposições ocultas no discurso do oponente.

A **Implicatura**, por sua vez, designa aquilo que o falante sugere, insinua ou dá a entender ao proferir um enunciado, para além do que é literalmente dito ou logicamente implicado pelo significado convencional das palavras. Distinguem-se, tradicionalmente, as implicaturas convencionais, ligadas ao significado de certas partículas (como 'mas', que, além de conectar, implica um contraste), e as implicaturas conversacionais, que surgem da interação entre o significado do enunciado e os princípios que regem a conversação racional.²⁰⁵ Se, à pergunta "Pedro conseguiu o empréstimo?", alguém responde "Ele preencheu todos os formulários", pode-se inferir, por implicatura, que Pedro não conseguiu o empréstimo, pois, se o tivesse conseguido, a resposta mais informativa e direta seria "Sim". Esta inferência não é uma dedução lógica estrita – pois é possível que ele tenha preenchido os formulários e, ainda assim, conseguido –, mas uma inferência pragmática, baseada na presunção de que o interlocutor está a cooperar e a fornecer a informação mais relevante e completa que possui.

As implicaturas, por sua natureza não explícita e frequentemente dependente do contexto, podem ser fonte de mal-entendidos, mas são também um recurso poderoso da linguagem, permitindo a comunicação de nuances, de ironia, de subentendidos, que enriquecem a interação humana. Para o lógico, o desafio reside em distinguir o

²⁰⁴ A natureza das sentenças com pressuposições falsas é um tema debatido na filosofia da linguagem. Alguns, como Frege e Strawson, argumentam que tais sentenças não são nem verdadeiras nem falsas. Outros, como Russell, propõem análises que lhes atribuem o valor de falsidade.

²⁰⁵ O filósofo Paul Grice foi pioneiro na análise das implicaturas conversacionais, vinculando-as ao Princípio da Cooperação e às suas máximas (Quantidade, Qualidade, Relação e Modo).

que é logicamente implicado (entailment) daquilo que é meramente implicaturado, a fim de não atribuir ao argumento mais força ou certeza do que ele de fato possui. Assim, a análise lógica do discurso não pode cingir-se ao esqueleto formal das proposições, mas há de considerar também esta carne viva do não-dito, as pressuposições que o sustentam e as implicaturas que o matizam, para que a interpretação do sentido e a avaliação da validade argumentativa se façam com a devida profundidade e justeza.

A Pragmática Geral: A Linguagem em Uso e a Inferência Lógica no Contexto Comunicativo

Atos de Fala Universais: Intenção, Força Ilocucionária e Interpretação Lógica

A linguagem, como já entrevimos, não é mero espelho passivo da realidade ou do pensamento, nem simples código para a transmissão de informações. Ao falarmos, ao escrevermos, agimos: realizamos *atos de fala*, pelos quais buscamos produzir efeitos no mundo e em nossos interlocutores. A *pragmática*, ramo da linguística e da filosofia da linguagem, ocupa-se precisamente desta dimensão ativa e intencional da linguagem, investigando como, ao proferir enunciados, realizamos diferentes tipos de ações e como estas são interpretadas no contexto da comunicação.

A teoria dos atos de fala, inaugurada por J. L. Austin e desenvolvida por John Searle²⁰⁶, distingue três níveis ou facetas de um ato de fala:

- O **Ato Locucionário**: É o ato de proferir uma sequência de sons ou de inscrever uma sequência de grafemas que possuem um significado determinado numa dada língua. É o aspecto físico e semântico do enunciado, o "dizer algo".
- O **Ato Ilocucionário**: É a ação que se realiza *ao* dizer algo, a intenção comunicativa fundamental do falante. Ao enunciar "Prometo que virei amanhã", não apenas digo palavras, mas realizo o ato de prometer. Outros exemplos de atos ilocucionários são: afirmar, perguntar, ordenar, pedir, agradecer, desculpar-se, batizar, condenar, etc. A *força ilocucionária* é o que distingue estes diferentes tipos de atos.
- O **Ato Perlocucionário**: É o efeito que o ato ilocucionário produz no ouvinte ou leitor: persuadir, convencer, assustar, alegrar, etc. Este efeito, contudo, não está sob o controle direto do falante, pois depende da reação do interlocutor.

Para a análise lógica e pragmática, o ato ilocucionário é de central importância, pois nele reside a intenção primária do falante e o tipo de compromisso que ele assume com o seu enunciado. Uma asserção, por exemplo, compromete o falante com a

²⁰⁶J. L. Austin, em sua obra póstuma *How to Do Things with Words* (1962), e John Searle, em *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (1969), estabeleceram os fundamentos da teoria dos atos de fala.

verdade da proposição enunciada; uma promessa, com a realização da ação futura. A interpretação correta da força ilocucionária é, pois, crucial para a compreensão da mensagem e para a avaliação de sua validade ou adequação.

Searle propôs uma classificação dos atos ilocucionários em cinco categorias básicas, que parecem ter um caráter universal, encontrando-se, de um modo ou de outro, em todas as linguagens humanas:

1. **Assertivos (ou Representativos):** Comprometem o falante com a verdade da proposição expressa (afirmar, concluir, relatar, crer). Seu propósito é representar um estado de coisas.
2. **Diretivos:** Tentam levar o ouvinte a fazer algo (ordenar, pedir, perguntar, suplicar). Seu propósito é que o mundo se ajuste às palavras.
3. **Comissivos:** Comprometem o falante com alguma ação futura (prometer, oferecer, jurar). Seu propósito é que o falante se ajuste às palavras.
4. **Expressivos:** Expressam o estado psicológico do falante sobre um estado de coisas (agradecer, desculpar-se, felicitar, lamentar).
5. **Declarativos (ou Declarações):** Produzem mudanças no estado de coisas do mundo por meio de sua própria enunciação, quando realizadas por alguém com a devida autoridade e no contexto apropriado (batizar, declarar guerra, demitir, excomungar, casar). Sua enunciação bem-sucedida faz com que a proposição se torne verdadeira.

A identificação da força ilocucionária de um enunciado nem sempre é direta, pois a mesma forma gramatical pode veicular diferentes atos de fala (uma frase interrogativa pode ser um pedido, por exemplo). A interpretação requer, frequentemente, a consideração do contexto, do tom de voz, das convenções sociais e do conhecimento partilhado entre os interlocutores. Para o lógico, o reconhecimento dos atos de fala é fundamental para distinguir, por exemplo, a validade de um argumento (própria dos assertivos) das condições de felicidade ou sucesso de uma promessa ou de uma ordem.

O Princípio da Cooperação e as Máximas Conversacionais como Fundamentos Lógicos da Comunicação

A comunicação humana, para que seja eficaz e racional, não pode ser um mero intercâmbio caótico de enunciados. Subjaz a ela, ainda que implicitamente, um acordo tácito entre os participantes, um esforço conjunto para que a interação se desenvolva de modo ordenado e com vistas a um propósito comum. O filósofo Paul Grice denominou este fundamento da conversação racional como o *Princípio da Cooperação*.²⁰⁷

²⁰⁷Paul Grice, em seu influente artigo "Logic and Conversation"(1975), publicado em *Syntax and Semantics, Vol. 3: Speech Acts*, editado por P. Cole e J. Morgan, formulou o Princípio da Cooperação e suas máximas.

O Princípio da Cooperação pode ser enunciado da seguinte maneira: "Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no estágio em que ocorre, pelo propósito ou direção aceitos do intercâmbio conversacional em que você está engajado." Este princípio geral não é uma norma prescritiva, mas antes uma presunção que os falantes habitualmente fazem sobre o comportamento de seus interlocutores. É a partir desta presunção de cooperação que podemos inferir significados que vão além do que é literalmente dito – as implicaturas conversacionais.

Para especificar como este princípio se manifesta na prática, Grice formulou quatro categorias de *Máximas Conversacionais*:

1. **Máxima da Quantidade:** Refere-se à quantidade de informação a ser fornecida.
 - Faça sua contribuição tão informativa quanto requerido (para os propósitos atuais do intercâmbio).
 - Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.
2. **Máxima da Qualidade:** Refere-se à veracidade da informação. Sua supermáxima é: "Tente fazer sua contribuição verdadeira."
 - Não diga o que você acredita ser falso.
 - Não diga aquilo para o qual você não tem evidência adequada.
3. **Máxima da Relação (ou Relevância):**
 - Seja relevante.

Isto é, faça com que sua contribuição seja pertinente ao tópico em discussão.
4. **Máxima do Modo (ou Maneira):** Refere-se à clareza da expressão. Sua supermáxima é: "Seja claro."
 - Evite obscuridade de expressão.
 - Evite ambiguidade.
 - Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
 - Seja ordenado.

Estas máximas não são regras que os falantes seguem infalivelmente. Pelo contrário, é frequente que sejam violadas, ou, mais interessantemente, *aparentemente* violadas (flouted) de modo ostensivo. É precisamente nestas situações de aparente violação, quando o ouvinte presume que o falante, apesar de tudo, ainda está a cooperar, que surgem as implicaturas conversacionais. O ouvinte infere um significado adicional para reconciliar o enunciado com o Princípio da Cooperação.

Por exemplo, se à pergunta "Como se saiu Pedro no exame de lógica?" alguém responde "Bem, ele tem uma bela caligrafia", a aparente irrelevância da resposta (violação da Máxima da Relação) leva a inferir, por implicatura, que Pedro não se saiu bem no exame.

O Princípio da Cooperação e suas máximas, portanto, não são apenas fundamentos da comunicação eficaz, mas também da inferência pragmática. Permitem-nos ir além da superfície do dito, desvendando as intenções e os significados implícitos

que tecem a rica tapeçaria do discurso humano. Para o lógico, a compreensão destes mecanismos é essencial para analisar argumentos tal como se apresentam na linguagem natural, onde premissas e conclusões frequentemente se encontram subentendidas ou expressas de modo indireto.

Inferências Lógicas e Pragmáticas: Da Compreensão à Argumentação

O processo de extrair conclusões a partir de informações dadas, que denominamos *inferência*, não se restringe ao domínio estrito da lógica formal. Na comunicação cotidiana e na argumentação em linguagem natural, as inferências lógicas, que se baseiam na forma e no conteúdo semântico das proposições, frequentemente se entrelaçam e se complementam com *inferências pragmáticas*, que levam em consideração o contexto, as intenções dos falantes e o conhecimento partilhado.

A **Inferência Lógica**, como já exploramos, preocupa-se com a validade das conclusões em relação às premissas. A dedução visa à preservação da verdade: se as premissas são verdadeiras e o argumento é válido, a conclusão é necessariamente verdadeira. A indução busca o suporte evidencial: as premissas tornam a conclusão provável, mas não a garantem com certeza absoluta. Estas inferências operam sobre o significado denotativo das palavras e a estrutura lógica das proposições.

A **Inferência Pragmática**, por outro lado, vai além do significado literal para capturar o que o falante *quis dizer* ou o que se pode razoavelmente depreender de seu enunciado no contexto específico da interação. É o tipo de raciocínio que empregamos para derivar implicaturas conversacionais, para resolver ambiguidades, para compreender atos de fala indiretos (como quando um "Está frio aqui" funciona como um pedido para fechar a janela). Estas inferências não se baseiam apenas nas propriedades formais da linguagem, mas em nosso conhecimento do mundo, das convenções sociais, das intenções típicas dos falantes e da presunção de que nossos interlocutores estão a agir cooperativamente, conforme o princípio de Grice e suas máximas.

Na prática da argumentação, a distinção entre o que é logicamente implicado e o que é pragmaticamente inferido é de suma importância. Um argumento pode ser formalmente válido em sua estrutura lógica, mas repousar sobre premissas cuja aceitabilidade depende de inferências pragmáticas questionáveis, ou pode ser usado num contexto que subverte sua aparente força lógica. Por exemplo, um argumento *ad hominem* pode ser logicamente falacioso ao atacar a pessoa em vez do argumento, mas sua força persuasiva (ou sua falha) reside frequentemente em inferências pragmáticas sobre a credibilidade ou as intenções do proponente.

Ademais, muitas premissas em argumentos do dia a dia não são explicitamente enunciadas, mas deixadas para que o ouvinte as infira pragmaticamente (os entimemas, de que trata a retórica). A reconstrução e avaliação de tais argumentos requerem, pois, tanto a análise de sua estrutura lógica subjacente quanto a consideração das inferências pragmáticas que preenchem as lacunas do não-dito.

A compreensão plena de um texto ou de um discurso, e em particular de sua dimensão argumentativa, exige, portanto, uma competência que transcende a mera decodificação linguística e o cálculo lógico. Requer a capacidade de realizar inferências pragmáticas, de situar os enunciados em seu contexto, de reconhecer as intenções comunicativas e de mobilizar um vasto repertório de conhecimento enciclopédico e social. É nesta interação complexa entre lógica e pragmática que se forja a verdadeira inteligência da linguagem, aquela que nos permite não apenas compreender, mas também participar criticamente do diálogo humano.

Fim

Chegamos, pois, ao termo desta modesta empreitada, que com tanto zelo e apreensão vos oferecemos. Este opúsculo, humilde guia para os vossos espíritos sequiosos, não pretendeu ser senão um archote bruxuleante, a indicar os primeiros marcos na longa e gloriosa estrada do saber clássico e cristão, tal como vo-lo temos delineado.

Mas que este ínfimo auxílio, esta pequena luz que aqui se acendeu com o esforço conjunto de vossas mentes e da nossa pena, jamais vos desvie do Sol da Verdade, que é Deus Nosso Senhor, Alfa e Ômega de todo conhecimento autêntico. Dele emana toda sabedoria, e a Ele deve convergir todo o vosso labor intelectual, cada página lida, cada linha escrita, cada conceito apreendido.

Não vos lanceis nesta árdua mas recompensadora jornada sem o amparo Daquela que é a Estrela da Manhã, a Virgem Santíssima, Mãe de Deus e nossa, a quem a Igreja, com filial devoção e profunda sabedoria, aclama como Sedes Sapientiae, o Trono da Sabedoria Incrriada. A Ela dirigi vossas mais fervorosas súplicas, confiai-Lhe vossas dificuldades e incertezas, e pedi-Lhe que, como Medianeira de todas as graças, interceda junto a Seu Divino Filho, para que vos conceda as luzes do Espírito Santo, sem as quais todo o nosso entendimento não passa de sombra e vaidade.

Inspirai-vos, outrossim, nos gigantes que vos precederam nesta senda: nos Santos Padres e Doutores da Igreja, como o áureo Agostinho e o Angélico Tomás de Aquino, cujas mentes, abrasadas pelo amor divino e iluminadas pela fé, escalararam os cumes da contemplação e nos legaram tesouros de sabedoria imperecível. Que o estudo vosso seja sempre oração, e a oração, alimento para o estudo, numa união íntima e fecunda entre a fé e a razão.

Que esta jornada intelectual, empreendida sob os auspícios e no seio fraterno do Consortium Doctrinae, seja para vós não um fim em si mesma, uma busca vaidosa de erudição estéril, mas um meio de vos aproximardes cada vez mais da Verdade que liberta, do Bem que sacia, da Beleza que extasia. Que cada descoberta intelectual vos inflame o coração no desejo do Céu e vos fortaleça a vontade na prática das virtudes.

Auguramos-vos, pois, com a alma repleta de esperança e o coração em prece, estudos fecundos, mente clara e coração abrasado no amor de Deus e do próximo. Que Ele, por intercessão da Bem-Aventurada Virgem Maria, vos abençoe e vos guarde, vos ilumine e vos conduza, hoje e sempre, pelos caminhos da verdadeira Sabedoria.

Ad majorem Dei gloriam.